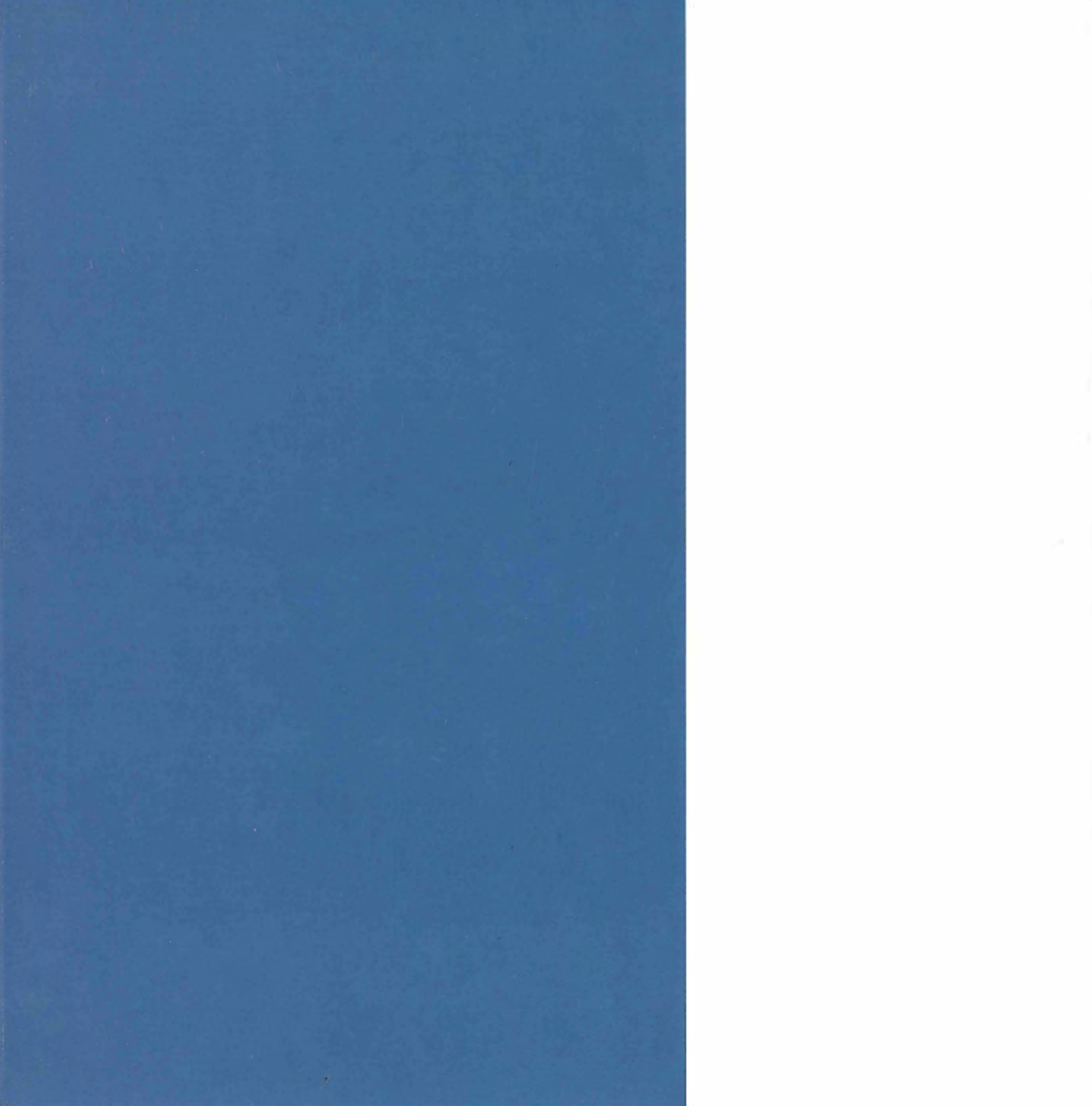




CAMINHO DO ORIENTE

GUIA HISTÓRICO • II

JOSÉ SARMENTO DE MATOS • JORGE FERREIRA PAULO



CAMINHO DO ORIENTE

GUIA HISTÓRICO • II

JOSÉ SARMENTO DE MATOS
JORGE FERREIRA PAULO



CAMINHO
DO ORIENTE



Livros
Horizonte



Vista da Zona da Xabregas, tendo em primeiro plano a Fábrica de Tabacos de Xabregas, antigo Convento de São Francisco, e vendo-se em segundo plano o Palácio dos Marquesses de Nisa. Óleo sobre tela, de J. Pedroso (1825-1890) realizado antes da construção do Caminho-de-Ferro, inaugurado em 1856. Museu da Cidade.



Escadaria da Quinta Leite de Sousa, acrescento introduzido no século XVIII.



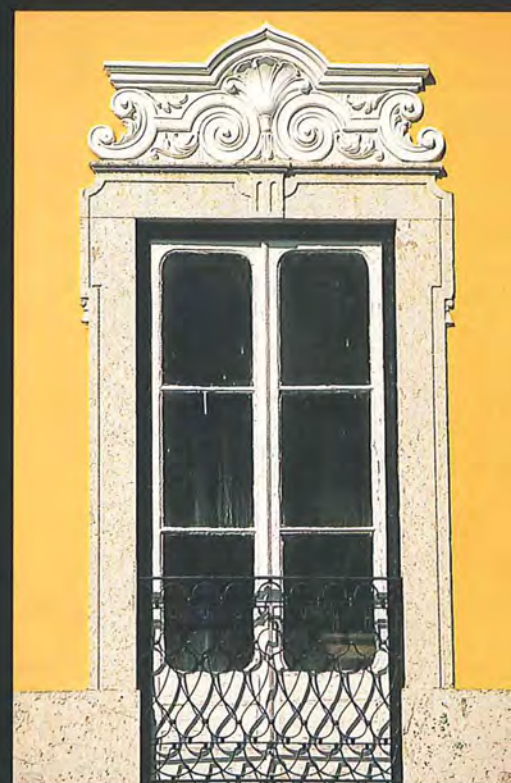
3



5



6



8

dependências da Manutenção Militar. Já no Beato, o apontamento de uma janela do edifício adaptado no século XIX onde funcionou a sede do Nacional, clube desportivo e recreativo dos funcionários da empresa (8), e uma perspectiva da passagem em ferro que ligava as instalações fabris instaladas no antigo convento e a nova fábrica fronteira (5).



1

APONTAMENTOS DA ZONA DO GRILLO / BEATO.

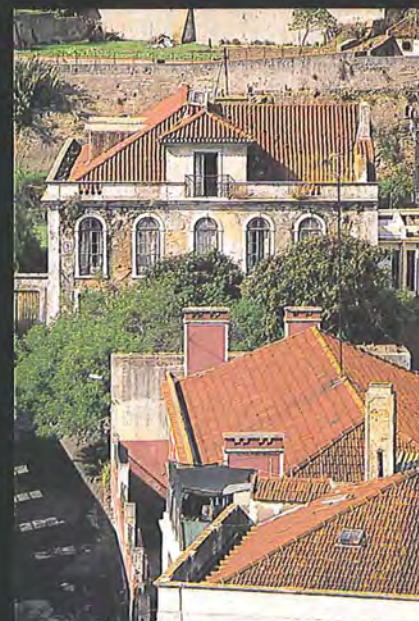
Além de vistas de conjunto da Rua do Grilo e Beco do Grilo (fotos 2, 3 e 4), incluindo o pormenor de janela de uma moradia do princípio do século na Rua do Grilo (1), com interessantes azulejos, destaque-se o excelente conjunto de prédios e armazéns da Rua da Manutenção, com revestimento de pedra rusticada e azulejos (foto 6) e o prédio de azulejos integrado nas



2



7



4

do actual Beco dos Toucinheiros — com a Estrada de Marvila, e daí descia uma pequena azinhaga em direcção ao rio, de que as Escadinhas de D. Gastão são uma ténue reminiscência. Aliás, esta última azinhaga parece ser o eixo inicialmente estruturante da zona original do Grilo, dividindo entre si as duas principais propriedades desta parte sul da zona: a de Antão de Oliveira, depois Leite de Sousa, e o referido *Penedo* citado pela condessa de Atouguia, D. Filipa, integrado depois no conjunto dos senhores das Ilhas Desertas. Só com a posterior abertura da Calçada do Grilo, mais ampla e desafogada, é que esta estreita azinhaga se tornou obsoleta, não deixando esse facto de contribuir para uma maior dificuldade de leitura da orgânica de toda a zona.

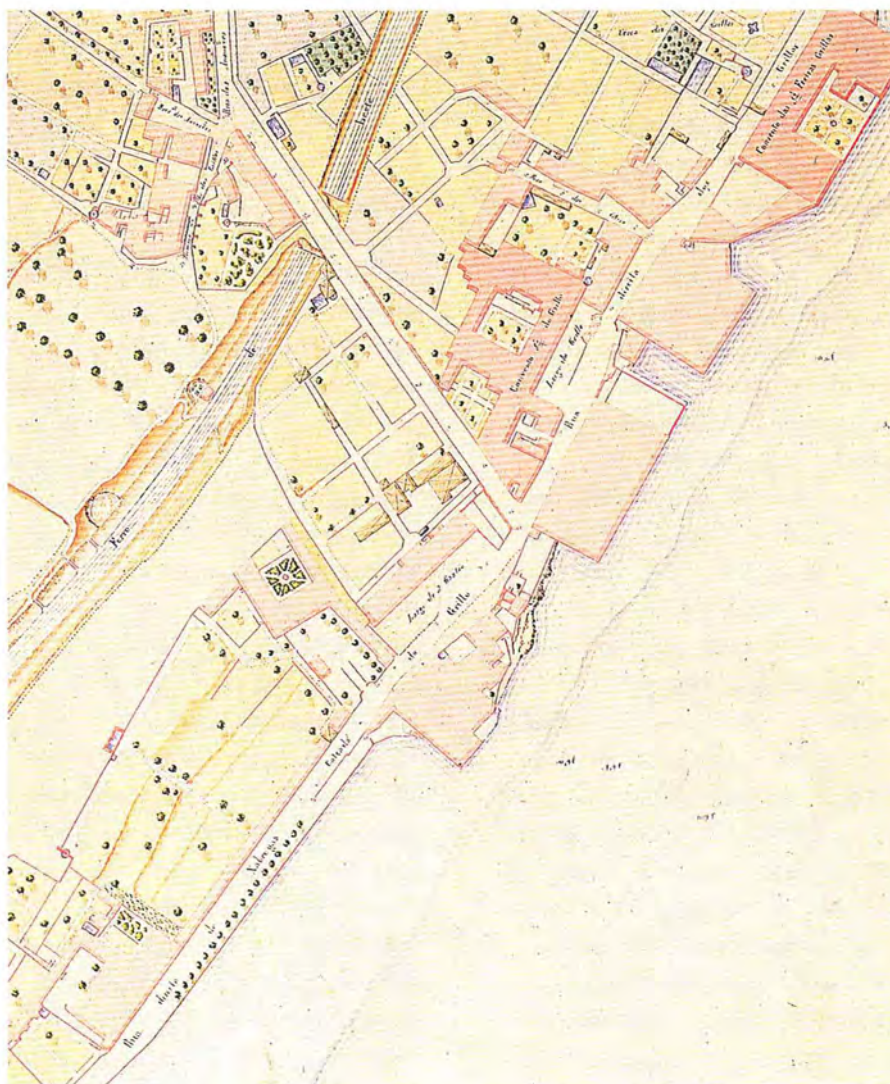
A data definitiva da abertura da Calçada do Grilo constitui mais outra incógnita. No entanto, note-se que o limite sul do Convento do Grilo ao longo da calçada, erguido em meados do século XVII, obedece já ao seu traçado levemente oblíquo, podendo assim pensar-se que a obra da nova via pública que ligava a zona ribeirinha do Grilo à Ilha do Grilo e à Estrada de Marvila será anterior a essa data, ou, pelo menos, simultânea, o que talvez seja a



Em cima: Escadinhas de D. Gastão, antiga via pública de ligação à zona da Ilha do Grilo.

Em baixo: muros antigos de caminhos públicos na zona de confluência de vias ainda hoje chamada a Ilha do Grilo.

hipótese mais plausível. Quanto à Calçada do Duque de Lafões, a outra ligação entre a Rua do Grilo e a Estrada de Marvila, seria inicialmente a via de acesso ao Convento de São Bento de Xabregas, flectindo pela pequena Calçada do Olival, tudo mais tardiamente alterado em simultâneo com as grandes obras realizadas pelos duques de Lafões. Cite-se, ainda o pequeno Beco do Grilo, delimitando a sul os terrenos da Manutenção Militar — outrora a cerca das Grilas — e hoje sem saída, possível reminiscência de outra azinhaga entre propriedades. O que podemos concluir entre tantas incógnitas é que a partir de meados do século XVI toda esta zona conhece uma profunda alteração, quer na sua estrutura viária funcional, quer na propriedade, assistindo à instalação progressiva de famílias da nobreza imediatamente ligada à corte. A abertura ao longo da praia da actual Rua de Xabregas, prolongada depois pela Calçada de D. Gastão e Rua do Grilo, bem como as vias para o interior — calçadas do Grilo, do Duque de Lafões e do Olival —, vieram definir a orgânica de toda a área, ainda hoje inalterada, pontuada por algumas construções mais significativas que de seguida iremos conhecer com mais detalhe.



A ZONA DO GRILO NA CARTA DE FILIPE FOLQUE (1856-58).

A Calçada do Grilo, aberta possivelmente na segunda metade do século XVII, separa duas áreas bem distintas. Para norte ficam os dois conventos agostinhos descalços — os Grilos e as Grilas — e, para sul, o espaço é dominado pelas duas propriedades dos Leite de Sousa (depois Tavarede) e dos Senhores das Ilhas Desertas. Separando estas duas últimas nota-se o traçado da antiga azinhaga do Grilo, já nesta data sem função, substituída pela mais ampla Calçada do Grilo.

e as duas dos irmãos D. Francisco e D. António Mascarenhas, esta última depois dos duques de Lafões (24). Na de Gonçalo Vasques da Cunha, do lado superior da rua, e na de D. Francisco Mascarenhas, da banda do rio, se viriam a erguer

por iniciativa de D. Luísa de Gusmão os dois conventos masculino e feminino dos Agostinhos Descalços, chamados os Grilos e as Grilas. Quanto à exacta localização física da origem do topónimo, estamos em crer — mais uma vez por mera

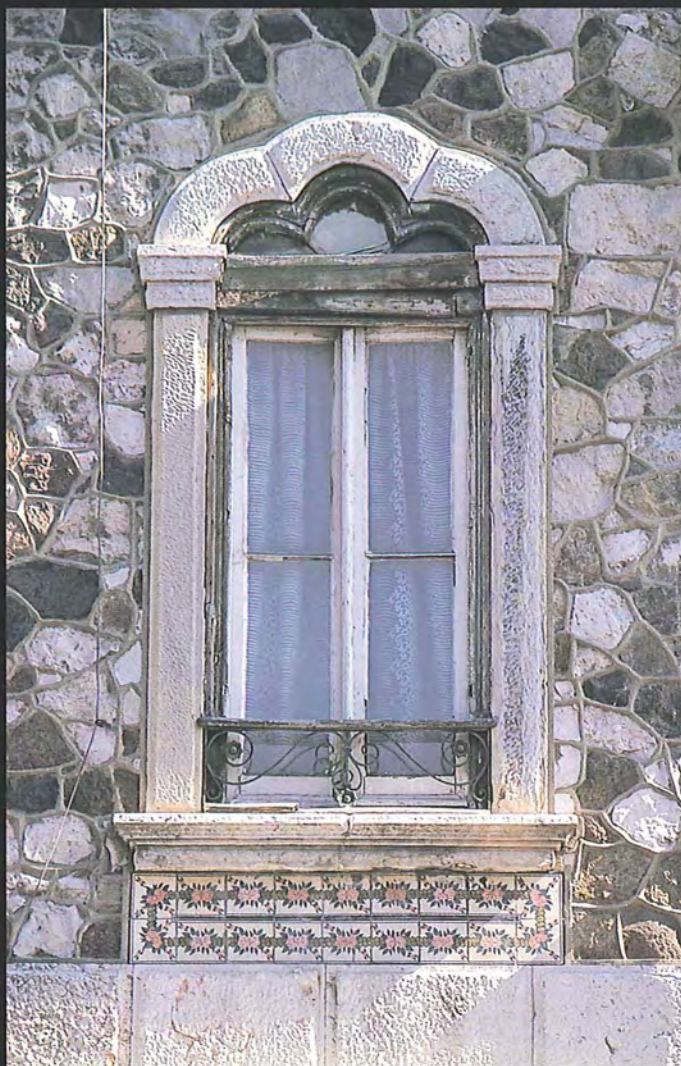
dedução,— que a mesma se terá de fixar no sítio ainda hoje chamado a Ilha do Grilo, no topo da actual Calçada do Grilo. Aí se cruzavam no itinerário antigo os caminhos vindos de Chelas e de Xabregas — este prolongamento pela ravina

DO GRILO AO BEATO

Se comparados com Xabregas, Chelas ou Marvila, topónimos com referências que se perdem na memória dos tempos, o Grilo e o Beato são relativamente recentes. Quanto ao segundo, o Beato, a sua génese é bem conhecida, referindo-se ao padre António da Conceição, mais conhecido pelo Beato António, a cuja iniciativa se deve nos finais do século XVI o início da total reconstrução do Convento dos Cônegos de São João Evangelista, ditos os Lóios, anteriormente conhecido por São Bento de Xabregas (25). A figura simpática do eclesiástico que reuniu a partir de sete tostões a quantia que lhe permitiu erguer uma das maiores casas conventuais de Lisboa depressa se tornou alvo de culto público, confundindo-se o nome do Beato António com a casa religiosa que tanto acarinhou. Essa identificação seria consagrada e alargada ao transferir-se para a Igreja dos Lóios, no âmbito da grande reforma das freguesias de Lisboa, a antiga freguesia de São Bartolomeu, ganhando essa nova circunscrição o nome de São Bartolomeu do Beato, abrangendo toda a antiga área do Grilo. Depois, com a transferência da sede da freguesia para a igreja do Convento do Grilo (22)

— Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete —, instalou-se definitivamente a confusão toponímica, estendendo-se hoje em dia na gíria popular o termo Beato muito além da sua primitiva origem, lançando progressivamente no olvido o nome tradicional do sítio do Grilo, que teimosamente resiste na designação de duas vias públicas: a Rua e a Calçada do Grilo. Se a origem do Beato é, pois, bem conhecida, já o mesmo não se passa com o Grilo, envolto em total mistério. Não se conseguiu apurar nem a sua razão, nem o ponto exacto a partir do qual nasceu, estendendo-se depois a uma área mais vasta. No entanto, poderão adiantar-se algumas considerações, naturalmente conjecturais, nascidas da conjugação de dados dispersos recolhidos ao longo da investigação. Começando pelo nome, a mais imediata explicação provirá da fatura de grilos em terrenos então essencialmente rurais. Mas, a ser essa a origem, seria mais natural que o termo fosse usado no plural, dando ao sítio o nome de os Grilos. O uso do termo no singular poderá permitir conjecturar a hipótese da presença dominante por ali de alguém com a alcunha ou apelido de Grilo, depressa servindo como referência

local. É aliás prática muito comum na toponímia tradicional de Lisboa, bastando lembrar o caso do Rato, a alcunha do fundador de um convento que logo se estendeu não só à casa religiosa mas ao sítio onde a mesma se ergueu. Quanto ao uso do topónimo, sabemos que, em 1519, ao instituir o morgado de Vaqueiros, a condessa de Atouguia, D. Filipa de Azevedo, se refere ainda às *casas que estão junto de Xabregas do Penedo*, morgado esse depois integrado na propriedade dos senhores das Ilhas Desertas (21), ao Grilo. No entanto, a partir de meados do século XVI o uso do termo Grilo começa a generalizar-se, surgindo na documentação várias referências ao sítio, apesar de ainda no século XVIII se usar a fórmula (...) *adiante de Xabregas, onde chamam o Grilo*, como se escreve referindo-se à fundação do Convento das Grilas. Imediata é a nítida demarcação do âmbito abrangido pelo termo: tem início assim que a Rua de Xabregas começa a subir, hoje Calçada de D. Gastão, estendendo-se depois até ao Beato, englobando inicialmente várias grandes quintas, de que se destacam a de Antão de Oliveira (depois Leite de Sousa) (20), a dos senhores das Ilhas Desertas (21), a de Gonçalo Vasques da Cunha



Janela de um prédio na Rua da Manutenção.

2 — FRANCISCO DE MELO DA CUNHA
DE MENDONÇA E MENESES

1.º Marquês de Olhão

Óleo s/tela (109x90 cm)

Escola portuguesa, c. 1818.

Membro do Conselho da Regência e chefe do levantamento do Algarve contra os franceses (1808), o marquês de Olhão foi figura com relevo político no largo período em que a corte se encontrou no Rio de Janeiro. Esta pintura, denotando já idade avançada, deverá datar exactamente desse período.

Desconhece-se o autor, certamente um dos vários artistas de segunda linha então a trabalhar em Lisboa. (L.A.)

3 — TRISTÃO DA CUNHA DE MENDONÇA

Óleo s/tela (290x210 cm)

Julião Barbosa (?)

Escola portuguesa, c. 1725.

Tristão da Cunha está representado de pé, com armadura e apoiado numa mesa onde repousa o elmo emplumado, tendo em fundo um cortinado escarlate.

O modelo deste retrato é o de D. João IV, de Avelar Rebelo, seguindo a norma do retrato de aparato europeu do século XVII. Foi mandado pintar pelo filho quando das obras em Xabregas, na sequência da reabilitação da memória do pai, que lhe permitiu a recuperação das comendas e outros benefícios. No *Livro das Coisas do Morgado* (A.M.O, caixa 10), de cerca de 1728, existem verbas de pagamento de uma *pintura na câmara* e outra *no camarim*, a Manuel de Jesus e



Julião Barbosa, pintores inscritos na Irmandade de São Lucas, possíveis autores respectivamente do retrato equestre de Pedro da Cunha,

o destinado à câmara, pela verba de 910 160 réis, e este de seu pai para o camarim, no valor de 310 400 réis. (L.A.)

3



1 — PEDRO DA CUNHA E MENDONÇA

Óleo s/tela (290x210 cm)

Manuel de Jesus (?)

Escola portuguesa, c. 1725.

Este retrato equestre descende de uma tipologia do século XVII com alguma difusão entre nós, mesmo em azulejo, como na quinta dos marqueses de Fronteira. Esta tipologia transmite a função militar dos altos estratos aristocráticos, ostentando um bastão de comando como general em batalha.

A pintura, de dimensões idênticas às do retrato de Tristão da Cunha, revela outra mão. A esforçada anatomia do cavalo, o fundo de paisagem e mesmo os toques de ouro na indumentária e arreios sugerem que esta tela terá sido mais cara que o outro referido, sendo atribuível por isso a Manuel de Jesus, cuja factura foi maior que a do seu colega Julião Barbosa, presumível autor do retrato de Tristão. (AMO, caixa 10). (LA)



Na página ao lado: um dos dois grandes salões do Palácio Olhão, servindo ultimamente de sala de jantar. É notável o revestimento de azulejos com motivos de batalhas, possivelmente referentes à Guerra da Restauração (ver *Guia do Azulejo*).

Em cima: outro grande salão do Palácio Olhão, com revestimentos de azulejos do século XVIII e pintura mural neogótica sobreposta, realizada sob a direcção do arquitecto José Maria Nepomuceno.

¹ IAN/TT, Corpo Cronológico, P. I, mç. 31, doc. 108. Publ. por Banha de Andrade, António A., *História de um fidalgo quinhentista português — Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1974, pp. 224-225.

² Andrade, Francisco de, *Crónica de El-rei D. João III*, Coimbra, 1795, Vol. I, pp. 62, e Andrade, Ferreira de, *Palácio Reis de Lisboa*, Lisboa, 1949, p. 13.

³ AMO, Núcleo quinhentista, Cx. 2, doc. 4. Publicado por Banha de Andrade, António A., ob. cit., pp. 226-238; e por Arruda, Luísa, «O Palácio de Xabregas», in *Claro-Escuro*, n.º 6 e 7, Maio-Novembro, 1991. Esta autora estuda este palácio desenvolvidamente, em termos históricos e artísticos, publicando inúmera documentação.

⁴ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 25, L.º 1, fl. 44v.

⁵ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, L.º 1, fl. 132v.

⁶ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, L.º 1, fl. 124v.

⁷ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 25, L.º 1, fl. 128v.

⁸ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 16, L.º 1, fl. 207v.

⁹ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 16, L.º 1, fl. 225.

¹⁰ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 16, L.º 1, fl. 231.

¹¹ Meneses, Luís de, Conde de Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, 1698, T. I, p. 85.

¹² AMO, Núcleo Melos, século XVII, Cx. 9, doc. 8.

¹³ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 17, L.º 3, fl. 61v.

¹⁴ AMO, Núcleo Cunhas e Mendonças, Cx. 9, doc. 169.

¹⁵ IAN/TT, CN, C-9A, L.º 340, fl. 63-64v.

¹⁶ AMO, Núcleo Melos, século XVIII, doc. 33.

¹⁷ AMO, Núcleo Cunhas e Mendonças, Cx. 10A, doc. 222a).

¹⁸ AMO, Núcleo Cunhas e Mendonças, doc. 203.

¹⁹ AMO, Núcleo Cunhas e Mendonças, Cx. 10A, doc. 231.

²⁰ AMO, Núcleo Cunhas e Mendonças, Cx. 10A, doc. 230.

²¹ AMO, Núcleo Cunhas e Mendonças, Cx. 12, doc. 293.

²² IAN/TT, RGT, L.º 198, fls. 36v-37.

²³ Portugal, Fernando e Alfredo de Matos, *Lisboa em 1758 — Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974, p. 116.

— ou possivelmente redefinir —, a rampa de acesso ao pátio, permitindo-lhe não introduzir qualquer escadaria, elemento central na matriz palaciana. As opções expressas na orgânica escolhida, certamente menos dispendiosas, não deixam de significar alguma ambiguidade na conformação ao modelo assumido do grande palácio aristocrático, onde a escadaria é sempre um dado essencial, mantendo-se aqui, apesar da grandeza do conjunto, uma certo tom de casa de quinta. Facto que não deixa de ser sentido pelo prior após o terramoto, ao escrever que *a entrada para o pátio é agreste*. Ou seja, falta aparato, tão ao gosto do barroco aristocrático.

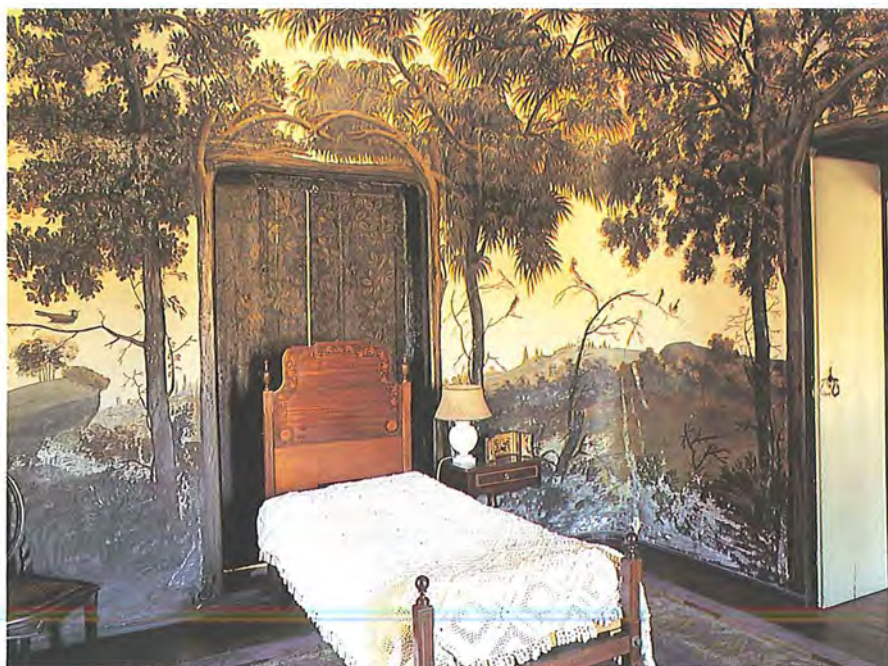
Conhecemos o nome do responsável pelas medições, Manuel Pereira *arquitecto das obras da Congregação do Oratório*, sendo de aceitar a sua autoria para todo o projecto. Infelizmente só um estudo mais aprofundado das estruturas permitiria separar o que é então feito de novo e o que já existia, sendo de ter em conta a informação que *mandou fazer (...) uma parede na frontaria da estrada (...) toda velha no que toca às duas antecâmaras (...) que era necessário fazer-se de novo até às sacadas (...)*. Ou seja que já existiria uma parede — uma muralha sobre o rio para criar o necessário nivelamento —, sendo agora feita de novo até às sacadas e abrindo-se nesse novo *quarto baixo* as indispensáveis *estrebarias, cocheiras*.



Uma das informações mais interessantes constante da documentação é a citação do grande vestibulo como a *sala vaga*. Ela permite-nos ter uma noção mais aproximada da orgânica destas grandes casas, funcionando esse amplo vestibulo nobre — ao qual seriam possivelmente destinados os magníficos panos indo-portugueses com as armas dos Cunha — como um espaço *vago*, isto é, sem função definida, simultaneamente ligação entre os vários *quartos* —, partes específicas do todo — e local para recepções e festividades familiares, além do qual só tinham acesso os mais íntimos ou de mais cerimónia.

Do conjunto hoje visível, destacam-se os azulejos que revestem grande parte do interior, bem como algumas pinturas murais, de várias períodos do século XIX, em especial a intervenção de gosto neogótico de José Maria Nepomuceno no grande salão (ver *Guia do Azulejo*). Destacam-se, ainda, alguns interessantes retratos e os referidos panos armoriados, de que restam somente dois, dos quais Luísa Arruda, que tem pormenorizado o estudo deste palácio, elaborou as respectivas fichas. (JSM)

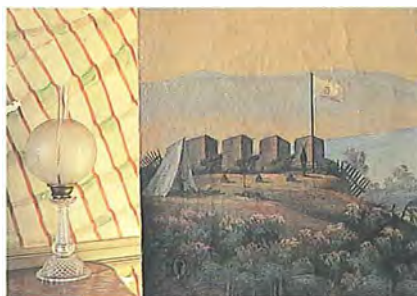
Duas pequenas salas do piso inferior do Palácio Olhão, ressaltando as pinturas murais que criam a ilusão de um espaço muito maior, não datadas nem assinadas. A primeira (em cima) recria o ambiente de uma tenda, entrevedo-se uma campanha militar. Será eventualmente uma lembrança dos feitos na Guerra Peninsular do 1.º marquês de Olhão, depois um dos membros da Regência do Reino, realizada possivelmente durante este período. A segunda (em baixo), contemporânea da primeira, reproduz o ambiente de um espaço natural não ordenado — o jardim/selva —, já de sensibilidade romântica, cujo gosto parece ter sido introduzido nas várias estadas em Lisboa do pintor francês Jean Pillement. Estes dois interessantes apontamentos decorativos terão sido realizados por um dos vários continuadores desse mestre francês em actividade durante este período.



II — COMENTÁRIO

O enorme casarão que se alonga pela Rua de Xabregas com a sua imponente fachada, resulta na sua imagem actual das grandes obras de total reconstrução levadas a cabo por Pedro da Cunha e Mendonça, 2.º senhor de Valdigem, a partir de 1717. Apesar de apresentado habitualmente como um perfeito exemplar do gosto seiscentista, a verdade é que data já portanto do século XVIII, sendo o belo portal mesmo de 1724. Ora se tivermos em atenção que por essa mesma altura já se construía o Convento de Mafra, através do qual D. João V impunha com determinação a opção estética pelo barroco romano, podemos pensar que tal atitude teve as suas resistências, mantendo-se os estratos aristocráticos ciosamente apegados aos critérios estéticos anteriores, aliás definidos no período áureo do seu poder social e político.

A história desta propriedade, possível de apurar graças à simpática disponibilidade de acesso ao arquivo dos marqueses de Olhão, andava envolta nalguma confusão, uma vez que no século XVII ali encontramos como proprietário o monteiro-mor do reino. Ainda por cima, quer Francisco de Melo, monteiro-mor, quer seu irmão Jorge de Melo são figuras de primeira linha no processo político da Restauração, realizando-se aqui em Xabregas algumas das reuniões preparatórias da



Alguns pormenores interiores do Palácio dos Marqueses de Olhão, ressaltando o revestimento de azulejos setecentista e as pinturas murais oitocentistas, os dois elementos decorativos mais marcantes deste edifício.

conjura, como conta o conde da Ericeira. Só em seguida, depois de uma complexa trama de ligações matrimoniais e processos de partilhas entre diversos ramos de descendentes de Tristão da Cunha, o primeiro proprietário conhecido, é que as casas de Xabregas vêm a cair, em parte também por compra a outros parentes, no referido Pedro da Cunha e Mendonça, a cuja iniciativa se deve como vimos a total transformação. Para mais, seu neto homónimo, 4.º senhor de Valdigem, casou com uma parente filha do monteiro-mor, vindo o filho de ambos, o 1.º marquês de Olhão, a herdar também essa casa e o importante ofício. Embora nada se saiba documentalmente, é natural que as primitivas casas de Tristão da Cunha, na sua posse desde 1524, tivessem originalmente o seu acesso pela antiga via que corria sobre a ravina, de que o truncado Beco dos Toucinheiros é ainda uma reminiscência. A existência ainda hoje do pátio virado a poente, abrindo-se nele o portal principal de acesso directo ao andar nobre, parece sem dúvida confirmar esta leitura, impondo simultaneamente algumas condicionantes à apreciação do projecto de alterações levado a cabo no século XVIII. Como foi corrente em toda esta zona, a abertura do caminho pela praia determinou a reorientação de todo o conjunto. Mas Pedro da Cunha manteve-se fiel à estrutura primitiva limitando-se a abrir

depois de descontadas as respectivas tornas, e ampliá-las através de grande campanha de obras iniciadas em 1713 prolongando-se pela década de vinte, conferindo-lhe a imponência que ainda hoje se aprecia. Em 1717, pela sentença da acção contra o pedreiro pela demora no avanço das obras apura-se do compromisso deste (1713) em fazer *toda a obra do seu ofício assim do quarto novo que se há-de fazer, estrebarias, cocheiras e mais obras em o quarto baixo das mesmas casas conforme planta que tem tirado (...) e igualmente que mandou fazer nas suas casas junto ao convento de Xabregas uma parede na frontaria da estrada (...) toda velha no que toca às duas antecâmaras (...) que era necessário fazer-se de novo até às sacadas (...)*¹⁹. Para o jardim mandou fazer 17 colunas de pedra com seus capitéis e varas. Daquele ano de 1717 data também um treslado da certidão de medição da obra de carpinteiro (...) em um quarto novo (...) e oficinas, e casas de criados (...) ²⁰. Esta avaliação foi feita por Manuel Pereira arquitecto das obras da Congregação do Oratório, que esteve ligado às obras do palácio. Em 1724 certificava ter ido ao palácio *avaliar toda a obra que nele tem feito o mestre pedreiro Domingos da Silva, a qual foi o portal principal, e xadrez de pedraria em toda a sala vaga (...)*²¹. No testamento ²² refere Pedro de Mendonça que de bens livres tinha *todo o móvel da minha*



Coroamento do portal nobre do palácio, com as armas dos Cunhas (1724).

casa e todas as benfeitorias, acréscimo de casas, reedificação de todas, destas em que moro, as quais benfeitorias importam muita considerável fazenda, (...) também tenho neles o excesso do preço da sua compra, porque me custará o muito mais dinheiro do que eram dos morgados que recebi do preço das vendas de outras casas que tinha ao cais do Carvão.

Aquando do terramoto era proprietário Pedro da Cunha de Mendonça e Menezes, sendo o palácio descrito pelo prior da freguesia: *sito na rua que vai de Xabregas para o Grilo, da banda do Norte, a entrada para o pátio é agreste, a galeria cai toda sobre a estrada para banda do sueste dominando o mar. Tem seu jardim e hortas e todas as*

*possíveis acomodações com grandeza; acha-se restaurado das ruínas que padeceu no terremoto que foram poucas*²³. O sucessor na casa, Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Menezes, herdou por sua mãe o ofício de monteiro-mor e o inacabado palácio destes, ao Combro. Pelos seus serviços recebeu o título de conde de Castro Marim (1802) e de marquês de Olhão (1808). Este fidalgo promoveu várias campanhas de beneficiação no palácio — das quais se destacam as inúmeras pinturas murais — nomeadamente, entre 1819-23. Mais tarde, D. Rita, viúva do herdeiro da casa, levou a cabo grandes obras, em que se destaca a intervenção do arquitecto José Maria Nepomuceno. (JFP)



Fachada do Palácio Olhão sobre a Rua de Xabregas, com o portão lateral de acesso à rampa que sobe para o pátio, e fachada sobre o pátio com o portal nobre de acesso à sala vaga.

Esta propriedade até ao século XVIII entrou em vários processos de partilhas, pelo que, a sua posse coube, em parcelas, a mais do que um proprietário. Daí que as casas foram habitadas, em simultâneo, por vários elementos da casa do monteiro-mor, família com ligações aos Mendonça de Santa Clara, e que novamente se liga aos Cunha, descendentes de Simão, filho segundo do embaixador de D. Manuel, em cuja posse ficaria definitivamente o Palácio de Xabregas. Esta união consuma-se pelo casamento (1655) de uma filha do monteiro-mor Francisco de Melo, D. Francisca de Mendonça, com Simão da Cunha que, em 1686, tinham os seus aposentos *junto ao convento de S. Francisco de Xabregas* e, em 1703, é

no *oratório de D. Francisca de Mendonça, ao Grilo*¹³ que se casa um filho do monteiro-mor com uma filha de Tristão da Cunha, irmão do referido Simão, governador de Angola e senhor de Valdigem.

Ao sucessor do referido governador, Pedro da Cunha de Mendonça, se deve o retorno definitivo de Xabregas à Casa dos Cunha. Herdando a casa de seu pai com grandes dívidas — sendo mais tarde compensado pela reabilitação de Tristão da Cunha — via-se obrigado em 1702 a pedir um empréstimo de 10 000 cruzados *para com eles acudir ao reparo de suas fazendas e estado*¹⁴. Nos primeiros anos de Setecentos, contudo, devido a vários processos de heranças e partilhas invertia-se a situação. No ano

de 1708, ainda morador à Bica do Sapato¹⁵, casou-se com uma filha de Garcia de Melo, monteiro-mor, já defunto, pelo que teve direito por conta de legítimas e legados, a mais de 7 contos de réis¹⁶, vindo, mais tarde, a ficar herdeiro de sua cunhada, também filha do monteiro-mor¹⁷. Numa memória que escreveu em 1712 fala das benfeitorias que fizera nas casas ao cais do Carvão (ver *Santa Apolónia*) — que vende mais as da Bica do Sapato — e na Quinta da Espiçandeira, bem como em outras fazendas¹⁸ no Barreiro, na Quinta da Telhada e em todos os casais do morgado.

Habilitado às casas de Xabregas pela morte do tio Simão (1701), obrigadas por inventário, acabou por comprá-las,

19 PALÁCIO OLHÃO

I — RESENHA HISTÓRICA

 PALÁCIO dos marqueses de Olhão, também conhecido por Palácio de Xabregas, tem uma história que remonta ao reinado de D. Manuel, monarca que ali tinha umas casas onde vivera o cardeal infante D. Afonso e que constituíam o núcleo edificado primitivo da propriedade. No ano de 1524 ordenou o rei que se desse a Tristão da Cunha 800 000 réis (...) *em parte de pago de 1 203 390 réis que há-de haver da demasia que mais valem as suas casas de Xabregas que dele houve o cardeal meu muito amado e prezado irmão do que as casas do dito cardeal meu irmão que foram do arcebispo D. Martinho que por elas lhe deu e que escambaram por nossa autoridade; para ficarem as do dito Tristão da Cunha ao cardeal e as do cardeal ao dito Tristão (...) e isto sem avaliação dos chãos e pátios de ambos os ditos assentos que ainda não são feitos (...)*¹. A propriedade de Xabregas entrava dessa forma na posse dos descendentes de Tristão da Cunha, em que se manteve até aos nossos dias com passagem entre vários ramos dessa mesma família.

Tristão da Cunha, senhor de Gestaçô e Panóias, ilustre navegador e embaixador de D. Manuel ao papa, a quem presenteou com o primeiro elefante vindo da Índia, entrou assim na posse das casas



de Xabregas onde, segundo o cronista de D. João III², D. Leonor se aposentou com a *pequenina infanta D. Isabel* depois da morte de D. Manuel. Na carta de partilhas³ (1528) feita por morte de sua mulher, D. Antónia, antes da partida dos filhos — Nuno, Simão e Pêro Vaz — para a Índia, deu a *eles todos três misticamente o dinheiro que El-rei (...) tomou da troca das casas de Xabregas, que passava de um conto de réis*. Uma vez realizadas as partilhas e faltando-lhe para cumprimento da terça 426 666 réis, tratou Tristão de os haver (...) *pelas casas de Xabregas, as quais casas com todo o seu assento como ora estão foram avaliadas em 500 000 réis*. Por herança tocou a propriedade ao filho primogénito, o não menos célebre Nuno da Cunha,

dito o *Grande*, vice-rei da Índia, permanecendo na sua descendência. Segundo tudo indica, terá sido alvo de partilhas por seus netos, Tristão da Cunha e D. Guiomar Henriques. O primeiro ficou com outra quinta ao Grilo, onde morreu em 1632⁴, vendida após a morte de seu neto, Gonçalo Vasques da Cunha, sem geração, para a construção do Convento dos Grilos. D. Guiomar ficou com as casas de Xabregas que, pelo seu casamento com Manuel de Melo, monteiro-mor, foram integradas nesta casa.

Os assentos paroquiais da freguesia de Santa Engrácia registam a presença da família Melo ao longo do século XVII, datando de 1616 o casamento de D. Vicência, filha daquele casal (...) *dentro do oratório das casas de D. Guiomar Henriques nos Paços de Xabregas (...)*⁵. Outros dois filhos destes, ambos conspiradores de 1640, ali são referenciados: o diplomata Francisco de Melo, monteiro-mor, e Jorge de Melo. Um, pelo registo matrimonial (1616)⁶ e pelo óbito (1651)⁷, casando-se três filhas suas nos anos de 1652⁸, 1654⁹ e 1655¹⁰. Quanto a Jorge de Melo afirma o conde de Eriçeira que promoveu em Xabregas algumas das reuniões dos conjurados¹¹ e, em 1661, permanecia (...) *nas casas de morada (...) em Xabregas*¹², falecendo em 1665.

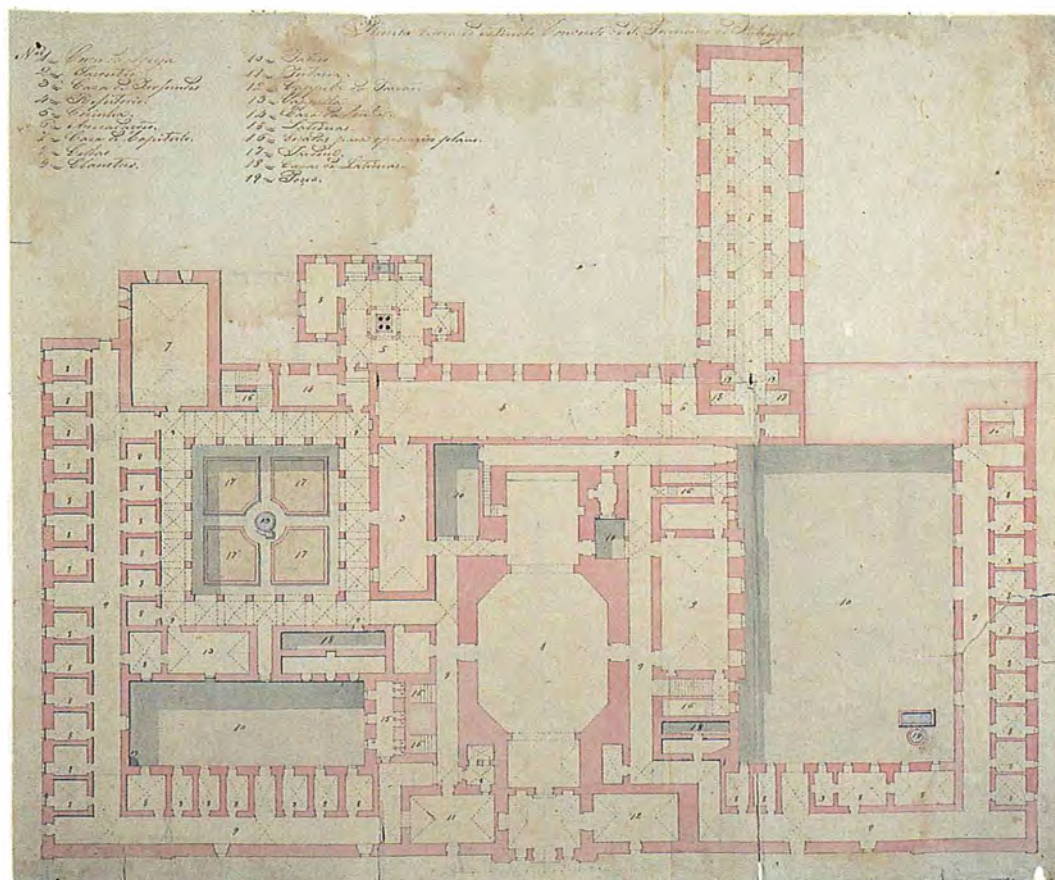


PANOS COM AS ARMAS DOS CUNHA

Veludo azul, bordado a seda, trabalho indo-português do século XVIII. Estes panos, de que restam dois em Xabregas, faziam parte de um conjunto inventariado em 1749 (A.M.O. — *Autos de Inventário por morte de Pedro da Cunha*, Cx. 13) que consistia em sete panos e dois meios panos e duas sobreportas de veludo azul ferrete bordados a seda de cores com as armas dos Cunha. Trata-se de um trabalho por certo executado sob encomenda na Índia, naturalmente pelo próprio Pedro da Cunha. Destinavam-se provavelmente a decorar a sala vaga. (L.A.)

Planta do piso térreo de São Francisco de Xabregas, levantada após a saída dos frades em 1834. AHMF, Plantas do Ministério do Reino, Cx. 5270, IV/C/114(51).

Legenda: 1 — Corpo da igreja; 2 — Sacristia; 3 — Casa De profundis; 4 — Refeitório; 5 — Cozinha; 6 — Arrecadações; 7 — Casa do Capitulo; 8 — celas; 9 — Claustro; 10 — pátios; 11 — Portaria; 12 — Capela da Paixão; 13 — Capela; 14 — casa da lenha; 15 — latrina; 16 — escadas para o 1.º plano; 17 — jardim; 18 — caixas de latrinas; 19 — poços.



¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto — Editora Portucalense, 1967-71, pp. 143-146.

² IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, L.º XV, fls. 118v. Doc. transcrito por Viterbo, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. 499-501.

³ Soledade, Fr. Fernando da, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1705, Part. III, L.º 1, Cap. XXVII, p. 122.

⁴ Belem, Fr. Jeronymo de, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves (...)*, Lisboa, 1755, T. III, p. 13.

⁵ Santiago, Fr. Rodrigo de, *Memorial da Santa Provincia dos Algarves da Ordem Serafica*, IAN/TT, CSFX, p. 14.

⁶ Compilação das escripturas da Ordem de Christo ordenada por Alvará del-rei D. Sebastião; 2.ª parte, Escrituras de Doações, testamentos, etc., n.º 2, fls. 118v-119.

⁷ Lopes, Fernão, *Crónica do Senhor Rei D. Fernando*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, Vol. III, p. 62.

⁸ Compilação das escripturas da Ordem de Christo ordenada por Alvará del-rei D. Sebastião; 2.ª parte, Escrituras de Doações, testamentos, etc., n.º 1, fls. 120-121.

⁹ IAN/TT, Colecção Especial, Diplomas Emanados do Poder Real, Cx. 32, n.º 47.

¹⁰ Conceição, Fr. Apollinario da, *Claustro Franciscano*, Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 38.

¹¹ Sobre a 1.ª condessa de Atouguia vid. Viterbo, Sousa, «A avó materna de Affonso de Albuquerque», *In Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, 1903, Vol. I, pp. 409-421.

¹² BNL, Cod. 648.

¹³ Oliveira, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551 — Sumário*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 73.

¹⁴ Soledade, Fr. Fernando da, ob. cit. Part. III, L.º 1, Cap. XXXI, p. 133.

¹⁵ Serrão, Vitor, "Documentos dos protocolos notariais de Lisboa (...)", in *Boletim Cultural*, n.º 90, 1.º e 2.º Tomos, pp. 101-102.

¹⁶ Andrade, Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, 1949, p. 51. Transcreve este autor várias passagens da *Crónica Serafica* e do *Memorial*.

¹⁷ Branco, Manuel Bernardes, *História das Ordens Monásticas em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão, 1888, p. 126. Transcreve a *Crónica Serafica*, T. I, p. 187.

¹⁸ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos*, Lisboa, Officina de Antonio Vicente da Silva, 1758, p. 135.

¹⁹ Portugal, Fernando e Alfredo de Matos, *Lisboa em 1758 — Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974.

²⁰ IAN/TT, CSFX, Notícia dos Breves Apostólicos, Cartas e Decretos Régios (...), fl. 274.

²¹ IAN/TT, CSFX, Notícia dos Breves (...), fl. 273.

²² Pereira, Luis Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, BNL, 1927, pp. 211-212.

arquitectónico mais interessante é, sem dúvida, a grande igreja de planta centralizada, prejudicada na fruição do seu espaço magnífico por uma inestética bancada provisória imposta pela adaptação a teatro. Sem se pôr em causa a acção meritória do Teatro Ibérico que ali funciona, cuja persistência é de louvar, seria conveniente que a sua continuidade fosse conciliável com a salvaguarda de um espaço daquela qualidade, sem dúvida a mais notável igreja — a par com as da Memória e dos Mártires — erguida em Lisboa no período de reconstrução pombalina. Seria indispensável reabrir a grande tribuna do coro — outrora desti-



Dois aspectos da escadaria interior de São Francisco de Xabregas, um dos apontamentos arquitectónicos mais bem conservados.

nada ao órgão — imprescindível entrada de luz e introdutora de um sentido cenográfico barroco de belo efeito.

Realce-se a fixação na solução da planta centralizada — não redonda ou elíptica, mas sim oitavada — interessante permanência de um gosto muito em voga no período de transição do barroco lisboeta, de que as igrejas do Bom Sucesso, ainda do século XVII, ou a do Menino Deus, já dos primeiros anos do século XVIII, são, entre outras, sempre citados paradigmas. São Francisco de Xabregas merece, assim, quer pela qualidade arquitectónica, quer pelo relevo das figuras envolvidas na sua construção, uma atenção que infelizmente não tem merecido, nem da parte dos poderes públicos, nem dos estudiosos do património lisboeta. (JSM)



D. Frei Manuel do Cenáculo, principal impulsionador da reconstrução de São Francisco, segundo retrato publicado na *Memória descritiva do Assalto. Entrada e Saque da Cidade de Évora* (...) 1887.

II — COMENTÁRIO

A actual imagem externa de São Francisco de Xabregas decorre da total reconstrução que o edifício sofreu depois do terramoto, sob a égide de D. Frei Manuel do Cenáculo e o apoio activo do marquês de Pombal. Trata-se, pois, da mais importante construção conventual construída de raiz no período pombalino, devendo aproximar-se das obras então também realizadas na outra casa da mesma congregação, o Convento de Jesus (hoje freguesia das Mercês) cuja reconstrução (não total) se deve também ao mesmo patrono — o referido D. Frei Manuel — tendo essa casa a particularidade de ser vizinha das propriedades de Pombal, na Rua Formosa (hoje de O Século). Algumas afinidades de gosto

— como o remate em frontão contracurvado visível nas duas fachadas — parecem justificar essa aproximação e, sobretudo, o tratamento excepcional que os franciscanos observantes parecem ter merecido da parte de um poder político pouco inclinado às concessões eclesiásticas. D. Frei Manuel do Cenáculo surge, assim, como um dos mais constantes esteios das reformas pombalinas no campo do ensino e cultura, recebendo com mãos largas os apoios indispensáveis para obras de tal magnitude, como as levadas a cabo nesses dois conventos da sua Ordem.

O esquema adoptado na nova construção insere-se num padrão comum em Lisboa, de que o inacabado projecto de Santos-o-Novo ou o Mosteiro de São Bento, ambos dos primeiros anos do século XVII, parecem ter sido os modelos. Trata-se de uma grande fachada rectangular com a igreja exaltada ao centro e dois corpos simétricos de cada lado. O traçado vertical da igreja — originariamente completado pela desaparecida cobertura mais alta do corpo central (como surge no desenho de Gonzaga Pereira) — é acentuado pelo toque elegante — embora pesado — do frontão contracurvado que contraria o pendor horizontal do conjunto, animando em gosto ainda barroco um prospecto marcado por uma sobriedade chã. Essa insinuação barroca é prosseguida no desenho cuidado do coroa-mento de algumas das janelas com



Fachada da Igreja de São Francisco de Xabregas.

sacadas, aliás de recorte idêntico a outras existentes na antiga parte conventual do referido Mosteiro de Jesus (hoje Academia das Ciências).

Apesar das profundas transformações internas sofridas por este edifício devido às adaptações industriais a partir de meados do século XIX, ainda subsistem significativas estruturas da arquitectura primitiva, algumas delas em vias de recuperação — caso do claustro — por iniciativa dos actuais responsáveis. Cite-se a portaria, recentemente restaurada, a escadaria conventual, ainda revestida de azulejos pombalinos, e o referido claustro, de grande sobriedade nas suas arcarias de pilastras, até hoje coberto e subdividido em várias dependências. Mas o apontamento



Fachada de São Francisco de Xabregas e, ao lado, as armas reais inseridas na moldura do frontão superior do corpo da igreja.

Frei João dos Arcanjos registou a celebração das cerimónias da bênção da nova igreja (7.3.1771), descrevendo-a (...) *completamente acabada, assim de pinturas no tecto e quadros, como de talha em todos os altares*²¹. No da tribuna da capela-mor, junto às quatro colunas, erguiam-se quatro grandes imagens: S. Domingos, S. Boaventura, S. Francisco e Santo António, e nos dois nichos que estão no meio da capela-mor uma estátua de S. Pedro, e outra de S. Paulo. Assim descreve o xabregano o novo templo: *Tem o corpo da igreja uma teia de pau-preto e amarelo, e das mesmas madeiras oito confessionários com ralos de arame amarelo que saem da dita teia. Duas varandas de talha e*

suas portas todas de caixilhos com vidraças e da mesma sorte todas as janelas da igreja e coro. Sobre estas está o órgão com uma bem guarnecida varanda que ocupa toda a parede, ficando as outras duas paredes do dito coro todas guarnecidas de retábulos. O arco para a parte do corpo da igreja o guarnece uma grade de pedra sobre a qual está uma charola de talha com um crucifixo grande de marfim. À trasladação do Santíssimo Sacramento da igreja velha para a nova assistiram, entre várias dezenas de altos dignatários, Frei Manuel do Cenáculo, o principal Costa, os marqueses de Pombal e o de Penalva, os condes da Vidigueira, o de Vale de Reis e o da Azambuja.



Na sua descrição, em 1833, Gonzaga Pereira diz que o mosteiro era composto por (...) *quinze dormitórios, grande livraria, enfermaria, casa de conclusões como em poucas partes, e tudo conservado* (...) ²². O mesmo autor refere, entre outras peças, a existência de grande número de imagens de madeira, dirigidas por José de Almeida, a instância de D. João V, a estampa de Nossa Senhora das Dores, gravada por Francisco Bartolozzi e um quadro de Guido Reni. Logo no ano seguinte era a sua igreja profanada e saqueada. Com a extinção das ordens monásticas e consequente saída dos religiosos, o antigo edifício conventual foi ocupado por diversas corporações militares, depois substituídas por actividades fabris que, juntamente com dois grandes incêndios (1844 e 1878), o descaracterizaram profundamente. Primeiro, a indústria de fiação e lanifícios, depois, os tabacos (ver *Guia do Património Industrial*). Actualmente acolhe serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e na igreja está instalado o Teatro Ibérico. (JFP)

nos arredores e das especiarias, açúcar e pescado dados pelo rei. A austeridade dos xabreganos está bem patente no recheio das suas celas: barra, enxergão, colchão, 2 cobertas, 2-3 cadeiras, 2-3 tamboretes e 1-2 bancas¹². Primitivamente de modestas dimensões o mosteiro teve de aumentar em tamanho para acompanhar o número crescente de religiosos. De 50 frades e 6 servidores em 1551¹³, passou para 90 religiosos em 1620 e 144 em 1758.

Para o seu acrescentamento — edifício e terrenos — contribuíram vários patronos ao longo dos tempos¹⁴, destacando-se a Casa de Atouguia com o seu palácio encostado ao mosteiro, incorporado nos bens da Coroa em 1759 depois de o conde ter sido um dos sentenciados do atentado a D. José. Tinha tribuna para a capela-mor — cujo retábulo foi dourado e estufado pelo pintor de têmpera Tomé da Costa Resende (1648)¹⁵. Benfeitores da instituição foram também D. Gonçalo de Castelo Branco, senhor de Vila Nova de Portimão, a rainha D. Leonor, e D. João II a quem os xabreganos ficaram a dever a sua cerca, estendida pelo monte que o rei lhes doara, e onde fizeram uma ermida. Para enriquecimento da igreja contribuíram os reis D. Sebastião e D. Catarina, D. Maria Henriques, João Pestana, Estêvão Ferreira da Gama e Gil Anes. Outros, atraídos pelos bons ares de Xabregas, como D. Francisco de Castelo Branco,

camareiro-mor de D. João III, recebeu licença dos frades para fazer ali junto *umas casinhas térreas para vir ter nelas as doenças (...)* prometendo que por sua morte as derrubaria. Seu filho não cumpriu tais disposições, antes fez *um divertido jardim para seu recreio, fazendo do edifício casas de jogo e outras demasias e desconcertos*¹⁶.

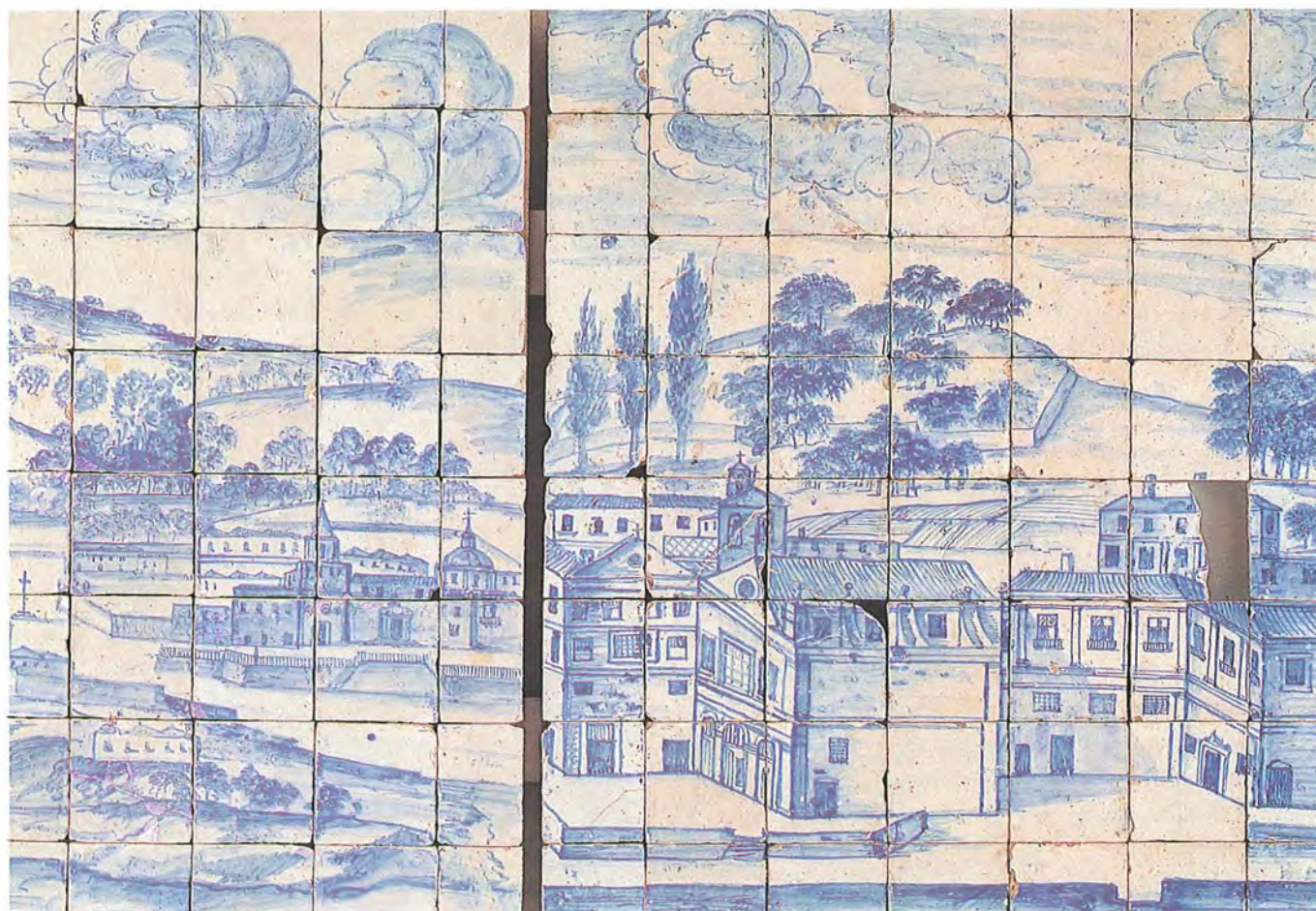
Refira-se a nota curiosa de, no ano de 1557, (...) *comunicava-se o mar ainda naqueles tempos com o ribeiro que corre junto à fonte da Samaritana, por onde entrava (...) um braço dele, o qual distando pouco do convento, e não havendo ainda para aquela parte o dormitório grande, esta foi a causa da ruína que ainda hoje testemunham alguns livros que se acham na livraria*¹⁷.

O terramoto de 1755 marcou a história deste edifício. Moreira de Mendonça diz que (...) *padeceu muito em igreja, e dormitório*¹⁸. Já o cenário pintado pelo prior da freguesia (1759)¹⁹ é mais negro, dizendo que *padeceu total ruína (...) em forma que necessita todo reedificado, estando os religiosos vivendo com grande discómodo nas habitações de madeira que na cerca fizeram, sendo-lhes impossível a restauração do convento e igreja pelas limitadíssimas esmolas com que tem sido socorrido. Só se tem reparado o princípio de um dormitório, o refeitório quase acabado, e a cozinha em que se vai cuidando. A casa franciscana foi reconstruída, sob a égide do marquês de Pombal e de*



Portal lateral do Convento de São Francisco, possivelmente uma das únicas reminiscências do conjunto anterior ao terramoto.

D. Frei Manuel do Cenáculo, com maiores dimensões e diferente estrutura e orientação. A nova igreja, de planta centralizada, deixou de estar virada a sul, para passar a olhar o rio. A sua primeira pedra foi lançada em 24.5.1766 pelo secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça. A cerimónia, a que assistiram seus irmãos, o conde de Oeiras e Paulo de Carvalho, além da mais fidalguia da Corte, foi realizada (...) *no claustro velho deste convento (...) tendo-se colocado um cofre de pedra cheio de reliquias (...) no lugar em que vai a parede da tribuna por trás do altar-mor, ao lado do Evangelho, cujo chão servia de claustro antigamente*²⁰.



SÃO FRANCISCO DE XABREGAS
NO PAINEL DO MUSEU DO AZULEJO
(FOTO A.N.F.)

Como esta imagem nos elucida, o Convento de São Francisco de Xabregas anterior ao terramoto nada tinha a ver com o edifício de hoje. Além de mais modestas proporções, a fachada da igreja estava orientada a sul, abrindo sobre o Terreiro de Xabregas. Como este painel é de finais do século XVII (segundo a recente atribuição de José Meco — ver

Guia do Azulejo), o aspecto geral resulta das grandes obras levadas a cabo por Frei Diogo César, no século XVII, adaptando ao romano a primitiva construção, como conta o cronista da Ordem. Realce-se o pórtico de três arcos, conhecido por pórtico capucho dada a sua constante utilização nas construções das várias congregações franciscanas. Junto ao convento, com tribuna sobre a capela-mor, erguia-se o Palácio dos Condes de Atouguia, herdeiros da

fundadora, D. Guiomar de Castro.

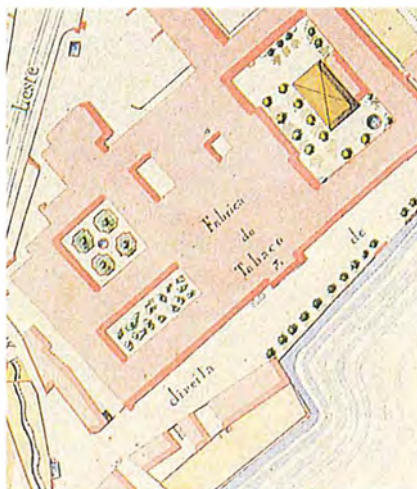
A capela-mor era o panteão da família, ali sendo sepultada, entre outros membros desta antiga casa, a condessa D. Filipa de Vilhena, figura lendária da Restauração. O palácio desapareceu no processo de reconstrução do novo convento pós-terramoto. Dessa construção primitiva a única reminiscência será um portal de desenho mais antigo ainda subsistente na fachada, possível porta lateral da primitiva igreja. (JSM)

18 CONVENTO DE S. FRANCISCO DE XABREGAS

I — RESENHA HISTÓRICA

CONVENTO de Santa Maria de Jesus de Xabregas, cabeça da Província dos Algarves dos franciscanos observantes desde 1533¹, foi fundado pela condessa de Atouguia, D. Guiomar de Castro, avó materna de Afonso de Albuquerque, em 1460. Detentora de imensa fortuna, a quem até o próprio rei recorria, pediu ela a D. Afonso V, *porquanto não achava nenhum lugar tão disposto para isto como o vale de Xabregas por ser perto do mar e isso mesmo da dita cidade (...), lhe quisesse outorgar as casas e pardieiros que foram paços que são em o dito logo de Xabregas, com o laranjal e certo pedaço de terra nossa que é horta, tudo junto com os ditos paços para em eles mandar fazer o dito mosteiro*².

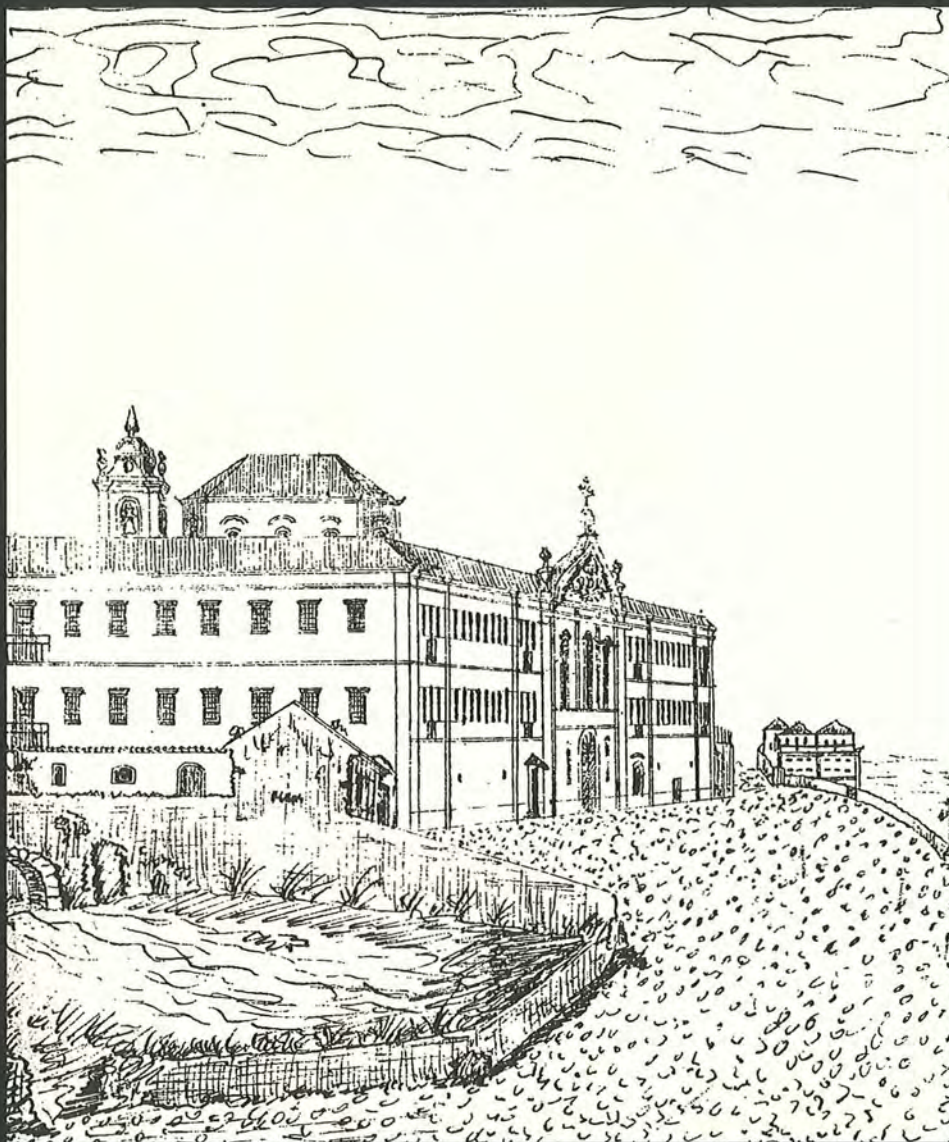
Vários cronistas fazem referência a estes antigos paços — já com os ameaços da ruína estavam totalmente desamparados³ — onde os monarcas da I.^a dinastia se recreavam, retirando-se dos rebuliços da corte e para divertimento pelo agradável da vista⁴ (...) ou (...) por ser o sítio mais são, deleitoso e alegre que têm todos os arredores de Lisboa⁵. D. Pedro I possuiu-os de facto, pois refere uma sentença sobre umas almuinhas em Xabregas, que partiam com (...) *rossio do concelho e com caminho que vai de Lisboa para os meus paços que são*



no dito logo⁶. Deles já não usufruiu a dinastia joanina, tendo sido destruídos ao tempo do rei D. Fernando. Ao descrever o cerco de Lisboa pelos castelhanos, Fernão Lopes diz que estes (...) *queimaram uns graciosos paços d'el-rei, cerca da cidade, junto com o mar, onde chamam Xabregas, no começo de um vale de muitas e aprazíveis hortas (...)*⁷. D. João I ainda pensou na sua reconstrução, trocando umas casas suas por duas almuinhas com seus chãos e vinha da Ordem de Cristo (...) *em Xabregas onde o dito senhor rei queria fazer uns Paços junto de outros que já aí tinha (...)* e que as ditas suas almuinhas podiam receber dano da feitura dos ditos paços e da pousada deles⁸. Contudo, tal reconstrução não se verificou, encontrando-se os paços em ruínas quando, em 1426, o mesmo monarca fez doação a

Frei Estêvão de Aguiar de (...) *toda a pedra e cantaria e argamassa das paredes e arcos e portais dos nossos Paços de Xabregas que são acerca da cidade de Lisboa (...)*⁹, autorizando-o a desfazer aquelas paredes para a construção, noutro local, de um oratório, origem do Convento de S. Bento de Xabregas (Beato).

Foi desta propriedade que D. Afonso V fez *mercê por esmola livre pura irrevogável doação intervivos* a D. Guiomar, iniciando-se o novo mosteiro franciscano, ainda em 1455. Refira-se que já em 1450 D. Afonso V intentara fundar casa aos franciscanos naquele mesmo local, o que não se concretizou. Os religiosos — *que vieram da ilha da Madeira*¹⁰ — em 17.4.1460 receberam o novo mosteiro, entregue solenemente pela condessa¹¹, com as condições de sempre se manter na família dos observantes e da capela-mor do templo ficar reservada para seu jazigo e de seus descendentes. A igreja não só acolheu o panteão dos condes de Atouguia, seus patronos e vizinhos durante séculos, como a sepultura de muitas outras figuras, como o vizinho Tristão da Cunha, o cronista Duarte Galvão, ou o pintor Vieira Lusitano. Não tendo rendas o convento mantinha-se de esmolas, cuja soma rendia 4650 cruzados anuais, provenientes de missas, dos alforjes, benesses particulares, vinho, azeite e carne, que pediam



Convento de São Francisco de Xabregas (Santa Maria de Jesus) segundo o desenho inserto nos *Monumentos Sacros de Lisboa* em 1833, de Gonzaga Pereira. Nota-se ainda o tambor oitavado que cobria o espaço centralizado da igreja, hoje amputado e sem janelas, elemento vertical que equilibrava a horizontalidade dominante no conjunto.

Talvez por o velho paço de Xabregas ter ficado danificado pelo terramoto, o 4.º conde de Unhão, morto em 1759, mandou iniciar uma nova residência na extensão poente da sua quinta, chamada a Amorosa, abrindo directamente sobre a Estrada de Chelas. Este edifício, que os Registos da Décima, a partir de 1762, designam por *quarto inacabado*, nunca chegou a ser completado, faltando-lhe o imprescindível andar nobre de sacadas, bem como outros corpos. No entanto, a necessidade da sua construção parece confirmar o mau estado em que se encontrava o velho paço, quer por força do sismo, quer devido à inadequação aos requisitos palacianos



setecentistas. Parece, assim, inferir-se, apesar da ausência de confirmação documental, a ideia de que a actual imagem externa do Palácio de Xabregas,

descontados os arranjos e modificações oitocentistas, datará da instalação definitiva dos marqueses de Nisa, ou seja, do último quartel do século XVIII.

¹ Sousa, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, Livraria Sá da Costa — Editora, Lisboa, 1938, p. 39.

² Ferreira de Andrade, *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, Editorial Império, 1949, pp. 13-19.

³ B.N. Cod. 11352, pp. 46-48.

⁴ IAN/TT, CSFX, Tombo das obrigações das capelas, fls. 85v e segs.

⁵ Veloso, Queiroz, *D. Sebastião*, Lisboa, 1935, Empresa Nacional de Publicidade, p. 29.

⁶ Machado, Diogo Barbosa, *Memórias de el-rei D. Sebastião*, Part. I, L.º 1, c. VI, p. 77.

⁷ Livro I de Cons. e dec. de el rei D. Sebastião, fl. 1 (Arquivo Municipal).

⁸ B.N. Cod. 938, cap. 39, pp. 51-51v — Memorial de Pêro Roiz Soares, iniciado em 1565.

⁹ Belem, Frei Jeronymo de, *Chronica Seralica da Santa Provincia dos Algarves*, Lisboa, 1755, Tomo III, p. 160.

¹⁰ B.N. Cod. 938, cap. 7, pp. 12-12v.

¹¹ B.N. Cod. 938, cap. 31, pp. 46-46v.

¹² Holanda, Francisco, *Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa*, In *Renasença Portuguesa*, Vol. IV, Porto, 1879, p. 10 — ed. crítica ao autógrafo de 1571. fols. 14v-15v.

¹³ Barbosa, Vilhena, *Arquivo Pitoresco*, Vol. VI, p. 86.

¹⁴ IAN/TT, C.M.D., Cx. 1, Doc. 36.

¹⁵ IAN/TT, C.M.D., Cx. 1, N.º 33.

¹⁶ IAN/TT, C.M.D., Cx. 1, Doc. 36.

¹⁷ IAN/TT, Chancelarias de D. Filipe II, L.º 12, fls. 353v-354, L.º 10, fls. 355v, L.º 16, fls. 31, L.º 17, fls. 101, L.º 20, fls. 231, L.º 45, fls. 260; D. Filipe III, L.º 5, fls. 254, L.º 25, fls. 82 e 86, L.º 27, fls. 291; Chancelaria de D. João IV, L.º 18, fls. 152v-154v e L.º 20, fl. 218.

¹⁸ IAN/TT, C.M.D., Cx. 1, Docs. 35, 39, 40, 72, 73, 74.

¹⁹ IAN/TT, C.M.D., Cx. 1, Doc. 34.

²⁰ IAN/TT, C.M.D., Cx. 1, Doc. 36. Vid. docs. 34 e 37.

²¹ IAN/TT, C.M.D., Cx. 1, N.º 35.

²² IAN/TT, Chancelaria de D. Filipe II, L.º 2, fls. 232v, L.º 3, fls. 232v e 356, L.º 7, fls. 88v, L.º 9, fls. 82, L.º 25, fls. 26v; D. Filipe III, L.º 13, fls. 243, L.º 25, fls. 86.

²³ IAN/TT, Chancelaria de D. Filipe III, L.º 25, fls. 87-87v

²⁴ C.M.D., Cx. 1, Doc. 3.

²⁵ Meneses, Luis de, Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, 1698, Vol. II, p. 108.

²⁶ Andrade, Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa*, ob. cit., p. 38.

²⁷ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 100, fls. 243-243v, L.º 105, fls. 109v-110, L.º 107, fls. 266v-267v, L.º 117, fls. 315v-316.

²⁸ Portugal, Fernando e Alfredo de Matos, *Memórias Paroquiais*, Lisboa, Coimbra Editora, 1974, p. 114.

²⁹ IAN/TT, RGT, L.º 271, fl. 43v.

³⁰ IAN/TT, RGT, L.º 271, fls. 41-44v.

³¹ Barreto, D. José Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, (1802-1824), Coimbra, 1926, p. 102.

³² Noronha, Eduardo de, *O último marquês de Nisa*, Porto, 1909, p. 20.

³³ *Idem*, p. 40.

³⁴ Guimarães, J. Ribeiro, *Sumario de Varia Historia*, Lisboa, Rolland & Seuiond, 1875, p. 184.



Pormenor da cimalha e coruchêu.

Outra dúvida sobre o paço constitui a referência que lhe é feita por Francisco de Holanda. Dela inferiu Jorge Segurado a atribuição ao mesmo do projecto inicial, o que ele próprio parece contrariar afirmando apresentar *algumas imperfeições, ou descuidos no desenho*, afirmação descabida em obra própria. Mas o mais importante consiste no desenho de lembrança que Holanda anexa ao seu texto, onde se exalta o grande soco em que ainda hoje o edifício se suporta. Aliando esta imagem à informação posterior das freiras de que o edifício não passara dos *entressolhos* pode aceitar-se que esse soco de cantaria almofadada de junta

fendida de gosto clássico é a principal reminiscência existente da construção joanina. Aliás, realce-se que o mesmo corre sensivelmente à mesma altura que o piso da nova Igreja da Madre de Deus, reforçando a ideia de unidade entre os dois conjuntos.

Já em tempo dos Filipes, e por influência de D. Cristóvão de Moura, foi o paço doado em dote à sobrinha deste, D. Margarida de Távora, para casar com D. Martim Afonso de Castro, depois vice-rei da Índia. A essa senhora se devem grandes obras de transformação, erguendo-se então o tal andar nobre que nunca chegara a construir-se. Vários autores referem que as grandes obras de transformação e acabamento das fachadas do palácio que compõem a sua imagem actual se deveram ao 4.º conde de Unhão, informação que seguimos em obra anterior (*Lisboa, Um Passeio a Oriente*). No entanto, parece de corrigir tal informação por duas notícias contemporâneas. Em 1758 é afirmado que *pelo terremoto padeceu ruína o quarto alto, o qual se mandou lançar abaixo estando hoje o palácio só no segundo quarto*, o que parece confirmar que a actual imagem externa resulta de obras posteriores a esta data, muito possivelmente após o Palácio de Xabregas se ter tornado residência principal dos marqueses de Nisa, uma vez que perderam com o terramoto o seu palácio junto a São Roque. A segunda notícia consta dos

Registos da Décima, referindo-se a construção inacabada pelo 4.º conde de Unhão de um novo palácio na parte alta da propriedade da Amorosa, sobre a Estrada de Chelas, decorrendo possivelmente desta iniciativa a confusão sobre a existência de obras no velho edifício junto ao rio. O *quarto* construído por esse senhor ainda se pode apreciar na esquina da referida Estrada de Chelas com a Rua da Amorosa.

No interior, resistiram ao incêndio e às adaptações o grande pátio quadrado, a escadaria interior — talvez um dos poucos apontamentos mais antigos, de desenho muito sóbrio de matriz clássica —, e a cozinha abobadada de dimensões pouco habituais em palácios privados, mais ajustada ao movimento de um paço real. Quanto à capela, infelizmente em situação que não permite fotografá-la em condições, são nulas as informações sobre a data da sua construção. Realcem-se os alçados com *serliana* das tribunas laterais da capela-mor. (JSM)

termo. *A criadagem constituía um batalhão*³³. Jogador, *perdia numa noite o património de uma família, sem pestanejar!* — esbanjou a fortuna da Casa de Nisa, incluído o Palácio de Xabregas, vendido depois de hipotecado — após ter hospedado o político espanhol general Prim. Deste fidalgo boémio partiu a iniciativa na Câmara dos Pares da lei de abolição dos morgadios.

Depois de vendido a um particular (1862) o palácio foi adquirido pelo Estado em 1867, ano em que sofreu um grande incêndio que o descaracterizou totalmente, poupando apenas a capela. Um dia depois escrevia Ribeiro de Guimarães acerca do edifício: *o governo adquiriu em praça o palácio, pela quantia de 22 contos de réis, se bem nos lembra, e foi à praça porque estava hipotecado a um credor da casa de Nisa, destinando-o desde logo a asilo para a mendicidade. O governo já havia feito obras consideráveis no palácio, talvez no valor de mais de 20 contos (...)*³⁴. A instalação do Asilo D. Maria Pia, em 1871, com capacidade para recolher 800 indivíduos — ao qual foi anexado o edifício do extinto Convento da Madre de Deus — implicou grandes obras, entregues a José Maria Nepomuceno, que não foram as últimas do século XIX. Em 1884 a capela e parte do edifício foram cedidos à Escola Industrial Afonso Domingues. Já no século XX, por decreto de 31.12.1942, o conjunto foi integrado na Casa Pia, agora Colégio de D. Maria Pia. (JFP)

II — COMENTÁRIO

O velho paço de Xabregas é um edifício que tem andado envolto nalguma nebulosidade histórica quer na sua génese, quer nos sucessivos proprietários. D. João III adquiriu (1556) os terrenos ribeirinhos que ficavam entre São Francisco e a Madre de Deus a fim de construir um paço junto a este último convento, e mantendo até São Francisco um vasto logradouro, definitivamente batido e ampliado em 1575, já por D. Sebastião. Ora se pensarmos que é da iniciativa do mesmo D. João III a transformação da modesta casa inicial das Clarissas, fundação de D. Leonor, construindo a nova igreja sobrelevada e o magnífico claustro, paredes-meias com o novo paço, não se pode deixar de conjecturar na relação entre eles, destinando-se possivelmente a nova igreja do padroado real a servir na dupla função de templo monástico e capela real, pressupondo uma ligação física entre os dois edifícios, que de facto ainda existia na planta anexa — anterior às grandes transformações do século XIX — e o cronista da Ordem confirma (1755), dizendo que a rainha D. Catarina *intentou continuar os seus paços até ele, como mostra ainda hoje o seu risco*. O projecto régio de Xabregas, que ganha assim outro enquadramento, estabelecia um novo pólo urbano de referência na cidade, funcionando como alternativa quer a Belém quer



Portal nobre de acesso ao pátio.

à própria Ribeira, construções de D. Manuel eivadas de *barbarismos* para a opção estética pelo gosto *ao romano* de D. João III. Hoje não se pode deixar de lastimar que o tempo de um ano entre o início das obras (1556) e a morte do rei (1557) tenha sido curto para acabar o novo paço, pois, como nos elucida um documento da Madre de Deus, não passara (...) *dos entresolhos (...)* e assim se vê em algumas partes da dita obra que o intento era (...) *fazer-se no alto deles o aposento real*. De facto, o seu acabamento teria ditado um tratamento diferenciado do sítio de Xabregas, já que seria mais difícil ao progresso liberal construir uma linha de comboio ao nível do primeiro andar de um paço real.



Pátio do palácio.

*sem que mais nela se trabalhasse. No testamento referiu-se o conde à ermida que faço tenção de fazer na terra que hora se chama Siqueiro, junto das casas que determino fazer na estrada que vai da Cruz da Pedra para Chelas*²⁹. Esta obra é confirmada pelos livros de Arruamentos que referem o palácio que está por acabar na propriedade do marquês de Nisa, no lado direito da Estrada de Chelas.

O testamento de D. Rodrigo (1759)³⁰ demonstra as dívidas da Casa de Unhão, afirmando possuir um bastão que esteve na mão de S. Francisco Xavier determinando se guardasse em morgado perpétuo com a condição de os sucessores imediatamente ao nome da pia usem do apelido de Xavier. D. João Xavier,

5.º conde de Unhão, viveu e morreu (1768) em Xabregas, e casou com a 4.ª marquesa de Nisa, unindo assim as duas casas, passando o edifício de Xabregas a ser conhecido como Palácio dos Marqueses de Nisa. A propriedade, composta do palácio, horta, mais casas e lojas, estendia-se até à Samaritana, prolongando-se pela Estrada de Chelas, com outra na Rua da Amorosa, com casas e horta. Em 1773 foi avaliada em 468 400 réis. A D. Eugénia, 7.ª marquesa de Nisa (1784), condessa da Vidigueira e de Unhão, sucedeu o filho D. Tomás, 8.º marquês, que teve um único filho, D. Domingos, 9.º marquês de Nisa. Após as Invasões Francesas, a 7.ª marquesa casou duas filhas no palácio: D. Eugénia, com o conde

(futuro duque) de Palmela, e D. Francisca Xavier, com o 3.º marquês de Castelo Melhor. Este último casamento constituiu — segundo o marquês de Fronteira³¹ — *um dos últimos que houve nesta capital, em que se observassem os antigos costumes e etiquetas aristocráticas*. E acrescenta: *o palácio magnificamente mobilado pelo pai da noiva, não era inferior a uma residência real*. Compôs-se o cortejo de 60 equipagens, que se o visse um estrangeiro (...) pouco conhecedor dos nossos costumes, julgaria que era o casamento d'algum príncipe de sangue. Tinham os marqueses na cocheira, nos primeiros anos do século XIX, 12 bestas de carruagem, três cavalos de acompanhar e 1 besta de servir a casa.

D. Domingos Xavier, 9.º marquês, notabilizou-se quer pelo talento quer pelas excentricidades, numa aura acentuada pela perda de um olho no manejo das armas. Tinha fama de *estúrdio incorrigível. Mais alto que baixo, bem parecido, com acentuado porte fidalgo, com inimitável distinção de maneiras era, nessa época, simultaneamente o homem mais estimado dos que partilhavam do seu convívio (...) e mais temido pela burguesia de Lisboa, que o supunha a própria incarnação do Lucifer*³². Fundou a «Sociedade do Delírio» que deu brado em Lisboa. A vivenda do marquês de Nisa (...) imitava os antigos palácios dos sumptuosos patrícios romanos — regurgitava de «clientes» no sentido latino do

hipótese de ali se construir um novo convento de Comendadeiras de Avís, solução que se tornou mais uma dor de cabeça para as freiras, alegando que o novo convento cresceria forçosamente em *edifícios altos (...)* aumentando o inconveniente dos *edifícios que agora estão feitos por Dona Margarida*. E acrescentavam que naqueles paços e casas anexas vivia inúmera gente secular à sombra do amparo do rei — e assim se *hão-de ir dos paços perto de 200 almas, e muitas delas pobres*²¹.

A D. Margarida sucedeu sua filha D. Francisca de Távora, igualmente dama da rainha, que recebeu — entre outras mercês²² — em dote de D. Filipe III o título de conde para quem com ela casasse. O contemplado foi Fernão Teles de Meneses com o *título de conde de Juro e Herdade e uma vez fora da lei mental da sua vila de Unhão*²³ (1630). O palácio, agora na Casa de Unhão, voltou a sofrer obras no século XVII. Refere um documento (1694) que *por ocasião da marquesa de Unhão fazer obras nas casas de Xabregas se tirou daquele lugar o açougue que desde que se lembra a memória dos homens esteve nele tão próximo ao Convento da Madre de Deus e ao de S. Francisco*²⁴. Após a Restauração aqui esteve presa a duquesa de Mântua, antes da transferência para o Convento de Santos²⁵. Os velhos paços de Xabregas permaneceram nesta casa mais de dois séculos. No século XVIII, D. Rodrigo,



Fachada norte do palácio sobre o Largo do Marquês de Nisa, antigo Terreiro de Xabregas, com o portal de acesso ao pátio.

4.º conde de Unhão, fez obras no palácio. Ferreira de Andrade, desconhecendo com que fundamento, cita Braamcamp Freire que imputa àquele fidalgo, *apesar de ter a Casa sobrecarregada de dívidas e hipotecas, a edificação do palácio de Xabregas*²⁶. De facto, na década de quarenta, por várias vezes D. Rodrigo pediu licença régia para obrigar bens de morgado, face às grandes despesas e dívidas com que se debatia a sua casa. Os 15 000 cruzados anuais que recebera para alimentos (1735) e os mais de 30 000 cruzados de rendas hipotecadas aos credores não lhe bastavam para suprir os gastos, *porque depois disso tinha (...)* feito algumas despesas muito precisas na sua Casa (...) (1741)²⁷.

O terramoto afectou bastante o edifício que, segundo descrição coeva (1758), tinha a sua entrada para a parte do nascente, obra antiga e tosca, de duas ordens de galeria para o Sueste, e Leste, pelo terremoto padeceu ruína o quarto alto, o qual se mandou lançar abaixo estando hoje o palacio só no segundo quarto²⁸. Contudo, ficou em estado habitável, aí morrendo D. Rodrigo (1759). Refere a mesma fonte que D. Rodrigo, depois do terramoto, *determinou fundar outro palácio nas mesmas terras pertencentes ao do sítio de Xabregas na borda da estrada, que vai da Cruz da Pedra para Chelas, e com efeito se principiou esta obra magnífica de que se vê com grandeza um dos quartos*. Suspendeu-se há muito tempo



A fazer fê no desenho de Francisco de Holanda, o soco em que assenta o actual Palácio dos Marquês de Nisa será a única reminiscência do paço real iniciado em 1556 por D. João III.

(ainda que com algumas imperfeições, ou descuidos no desenho) que por sua morte não ficaram acabados (...) e se lhe parecer muito (...) acabe V. A. os paços de Enxobregas (...). E se tiver saudade do monte e da caça (enquanto é obrigado a ter conta com Lisboa e com sua corte) cerque meia légua de terra dali até Chelas e até além de S. Bento, e faça um parque com (...) matas e arvoredos (...) muito melhores que as que fez em Fontainebleau El-Rei de França¹².

Em 1586 escrevia o padre Sande: o extremo desta parte da cidade é aformoseado por outro magnífico palácio real que D. João III mandou edificar com grande dispêndio, com o fim de servir aos reis de Portugal para desvio

da corte¹³. Deste último quartel do século XVI pouco se sabe do palácio, por certo hospedando particulares, nas palavras das freiras da Madre de Deus — depois os reis fizeram mercê a algumas pessoas nobres de moradas nos ditos Paços¹⁴. Do litígio entre as religiosas e uma dessas moradoras, D. Margarida de Távora, que no palácio realizava grandes obras, pois as ergue a mais do que a rainha as tinha¹⁵, se sabe um pouco mais da sua história. Esta senhora era casada com D. Martim Afonso de Castro — falecido em Malaca em 1607, sendo vice-rei da Índia — a quem D. Filipe II fizera mercê de que pudesse viver neles, e fazer alguns reparos se fossem necessários¹⁶.

D. Margarida levantou mais um andar no palácio. Era ela sobrinha do vice-rei

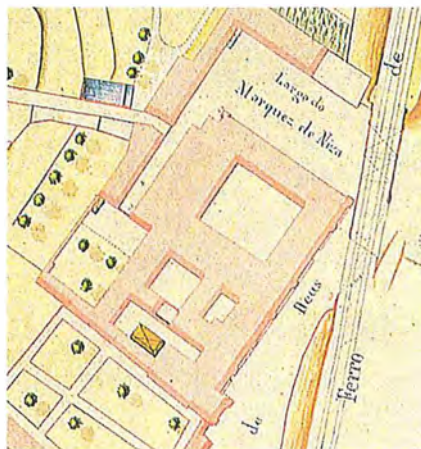
D. Cristóvão de Moura, o que lhe valeu inúmeras mercês para efeito do seu casamento¹⁷, entre elas a doação ao marido dos Paços de Xabregas. Invocavam as freiras, não só os privilégios concedidos pelos reis, proibindo a edificação de casas entre a Cruz da Pedra e o Mosteiro de S. Francisco, nem da banda do mar, nem da banda de terra¹⁸, bem como a devassidão do mosteiro perturbando-lhes a clausura¹⁹. Alegavam (1605) que nestes chãos estão principiados uns paços reais contíguos com a cerca do dito mosteiro e há neles quantidade de casas em que a rainha Dona Catarina (...) viveu muito tempo, (...) porém nenhuma casa se levantou tanto que fosse mais alta que a cerca do dito mosteiro e não passou a fábrica destes paços dos entressolhos (...) e assim se vê em algumas partes da dita obra que o intento era (...) fazer-se no alto deles o aposento real; e porém vendo-se o prejuízo que se fazia com a dita obra ao (...) mosteiro deixaram os reis de a continuar, e a que estava feita se cobriu com uma trouxa. Arrastando-se o litígio por mais de um ano, D. Margarida, bem protegida, levou por diante os seus intentos — fez (...) outras casas altas levantadas por cima dos muros do dito mosteiro, as quais poderão ter de alto 15 palmos, e com janelas menores que as dos paços, e algumas para o dito mosteiro²⁰.

O facto de D. Margarida usufruir do palácio há pouco tempo justifica a

17 PAÇO DE XABREGAS

I — RESENHA HISTÓRICA

ESTE palácio foi iniciado por D. João III numa propriedade à parte de *Enxobregas*, para as casas de D. Francisco d'Eça¹. A tradição que a rainha D. Leonor fora a fundadora do palácio foi esclarecida por Ferreira de Andrade² que, todavia, não apurou o local da sua residência em Xabregas. Ora é ela própria que o esclarece na doação à Madre de Deus da propriedade que comprara a D. Inês — onde fizera o mosteiro (...) em que às vezes eu por minha especial consolação pouso e assim os meus que me servem³. D. João III adquiriu (1556) no vale de *Enxobregas* um assento de casas, hortas, árvores, e olival, entre o Mosteiro da Madre de Deus e o Mosteiro de São Francisco de *Enxobregas* para nele mandar fazer uns Paços⁴. O terreno era foreiro ao Hospital de Todos-os-Santos e pertencia a António Álvares Estação. Confrontava da banda do sul com a praia do mar, assim como vai da horta do Mosteiro da Madre de Deus, do acabamento das parreiras no lado de longo da praia até ir pelo rio acima e da parte do Mosteiro de São Francisco com o dito rio que vem por entre as hortas, e da parte do norte, horta que trás António Gonçalves, (...) e do poente com estrada que vai da cidade para o Mosteiro de Chelas. A propriedade, que custou 100 000 réis, era composta



por casas, novas e velhas, com suas lojas e sobradadas, e ainda de mais cinco casas térreas do hortelão de baixo e outras seis da horta de cima, ficando o vendedor por almoxarife dos novos Paços.

Por morte de D. João III (1557) os Paços já estavam funcionais, acolhendo por largos períodos a viúva, D. Catarina, que ali hospedou o padre Francisco de Borja, enviado especial de Carlos V⁵, depois do que, devido a grande tempestade, o palácio de *Enxobregas* (...) *padeceu não pequena ruína em muitas das suas salas, alagando umas e derrubando outras*⁶. Falava-se então da necessidade de um cais para defender a propriedade das inundações⁷. D. Catarina aqui morreu em 1578, pouco depois de ali fazer testamento. O cortejo fúnebre, até Belém, foi memorável⁸. Diz Frei Jerónimo (1755),

referindo-se à Madre de Deus, que *esta memorável rainha pela grande devoção que tinha a este convento intentou continuar os seus paços até ele, como mostra ainda hoje o seu risco*⁹. Em 1569, D. Sebastião se aposentou nos paços de *Enxobregas* (...), com a rainha sua avó e o cardeal D. Henrique, e ali *houve conselho Real todos os dias o qual durou 15 dias contínuos e tapavam o caminho com alabardeiros que não passasse a gente senão ao longo do mar e isto por causa dos grandes brados que davam e do falar alto que os não ouvissem as pessoas que passavam pelo pé das janelas*¹⁰.

Foi D. Sebastião que mandou regularizar em 1575 o grande terreiro, entulhado de lenha e terra por cima, onde trabalharam mais de 300 homens. À sua volta ergueram-se palanques de dois e três sobrados, entre os quais o da rainha e da infanta D. Maria. Toda a fidalguia participante compôs-se *com os mais ricos jaezes que no mundo se podiam ver, e riquíssimas camisas mouriscas, com todos os outros atavios que para tal auto se requeriam*¹¹. Francisco de Holanda desenhou o palácio de memória para D. Sebastião, a quem escreveu: *lembra-me que el-rei vosso avó (...) determinou de se aposentar em Lisboa. E para isto (...) escolheu o sítio de Enxobregas (...) em que começou uns paços, os melhores de Portugal*



Lembrança dos Paços de Enxobregas e Parque, desenho de Francisco de Holanda inserto na Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa (obra escrita em 1571).





PINTURA NA MADRE DE DEUS

Certamente devido ao facto de pertencer ao padroado real, o Mosteiro da Madre de Deus foi desde a sua fundação um dos destinatários principais das doações régias, guardando um dos mais significativos acervos de pintura existentes em Lisboa, que o terramoto milagrosamente preservou. Muita dessa pintura, de todas as épocas e proveniências, encontra-se hoje no M.N.A.A., constituindo parte substancial da sua colecção, como o primitivo retábulo flamengo do altar-mor, o celebrado tríptico de Santa Auta, reproduzido na página 9, onde consta a fachada primitiva do mosteiro.

Entre essas obras junto se reproduzem um dos painéis quinhentistas hoje inserido no frontal da arca da sacristia setecentista, e o retrato da rainha D. Catarina, de Cristóvão Lopes, grande protectora do mosteiro.

(Fotos cedidas pelo I.P.M./A.N.F.).



O coro da Madre de Deus, com o cadeiral das freiras, exemplar notável da estética barroca portuguesa, nascida da harmonia contraditória entre a simplicidade estrutural da arquitectura e a exuberância da talha e da pintura.

tudo sensível na reinvenção da fachada e no piso superior do claustro de D. Leonor, a mais recente investigação parece poder enquadrá-la na perspectiva de um gosto *neogótico* então muito em voga, com outras intervenções pontuais da mesma responsabilidade nesta Zona Oriental, caso provável da capela da Quinta do Roma ou das pinturas cenográficas documentalmente certificadas do Palácio Olhão. (JSM)

¹ IAN/TT, CMD, doc.5.

² IAN/TT, CMD, doc.3.

³ IAN/TT, CMD, doc.17.

⁴ Belem, Fr. Jeronymo de, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves (...)*, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1755, L.º XIII, cap. I, p. 3.

⁵ Belem, Fr. Jeronymo de, *ob. cit.*, L.º XIII, cap. I, pp. 3.

⁶ BNL, cod. II.352, pp. 46-48.

⁷ BNL, ms. 246, n.º 53.

⁸ IAN/TT, CMD, doc. 72.

⁹ Documentos do Arquivo Histórico da CML, Lisboa, CML, 1964, Livros de Reis, VIII, doc. n.º 36, p. 40.

¹⁰ Cardoso, Jorge, *Agiologio Lusitano*, Lisboa, off. Craesbeckiana, 1652, col. 2.ª, T.I, pp. 375.

¹¹ Belem, Fr. Jeronymo de, *ob. cit.*, L.º XIII, Cap. II, pp. 5.

¹² IAN/TT, CN, C-12A, L.º 279, fls. 57v-58v.

¹³ Belem, Fr. Jeronymo de, *ob. cit.*, L.º XIII, cap. V, pp. 17.

¹⁴ Belem, Fr. Jeronymo de, *ob. cit.*, L.º XIII, cap. XIII, pp. 51-52.

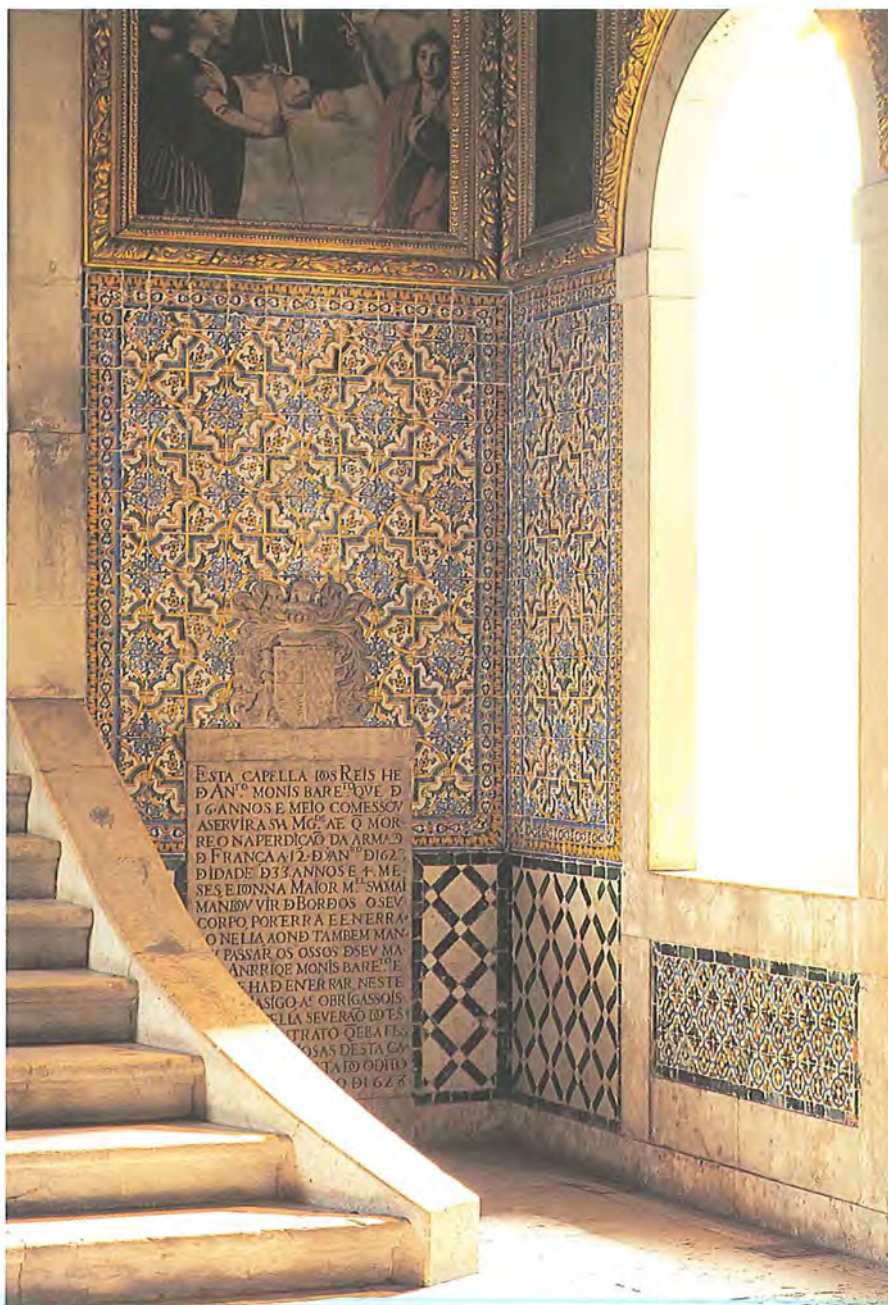
¹⁵ Keil, Luís, *Boletim de Arte e Arqueologia*, Lisboa, 2.3.1923, n.º 2, pp. 37-41.

¹⁶ Portugal, Fernando e Alfredo de Matos, *Lisboa em 1758 - Memórias Paroquiais*, Lisboa, 1974, pp. III, 309-310 e 320.

¹⁷ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos*, Lisboa, Officina de Antonio Vicente da Silva, 1758, pp. 132.

¹⁸ Castro, João B. de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, 1763, T. III, P. V, pp. 273-274.

¹⁹ Telles, Liberato, *Mosteiro e igreja da Madre de Deus*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1899.



Coro baixo da Madre de Deus, antigo espaço da igreja de D. Leonor que depois funcionou como capítulo, com a escada para a igreja aberta no século XIX. Na parede a lápide tumular de António Moniz Barreto, morto no naufrágio da grande armada de D. Manuel de Meneses (1627).



parece ser o primeiro grande projecto divulgador em Lisboa da arquitectura ao romano, atitude deliberada do referido monarca, sendo o claustro da Madre de Deus, obra da sua iniciativa, um dos primeiros e melhores exemplares lisboetas desse gosto de matriz clássica importado de Itália. Além das intervenções de sucessivos monarcas neste mosteiro do padroado real, realcem-se os donativos na segunda metade do século XVII de Luís Correia da Paz, homem de negócios de Lisboa morador às Portas da Cruz, referido especificamente a propósito do novo revestimento de azulejos, possivelmente os belos painéis holandeses colocados nessa época. Quanto à polémica intervenção do arquitecto José Maria Nepomuceno, na segunda metade do século XIX, sobre-

(...) a despesas (...) de D. José I⁶. Moreira de Mendonça diz que (...) teve algumas ruínas nas paredes exteriores⁷. J. B. de Castro testemunha que (...) grande ruína experimentou a igreja deste mosteiro, a qual quase milagrosamente se susteve aos impetuosos abalos (...). Levaram as religiosas toda a força dele no Coro (...). Apearam-se meias paredes da capela-mor, a parede do coro correspondente à igreja, e algumas oficinas do interior da clausura, que tudo se acha quase reparado com mão larga (...) do rei D. José⁸. De referir que um dos grandes problemas deste mosteiro foi a falta de água, ao que lhe acudiram os padroeiros régios: D. Leonor fez à sua custa a Fonte da Samaritana (1510); D. Sebastião mandou abater todas as árvores juntas aos canos (1568); D. Catarina fez mercê de dois poços de água no vale de Chelas (1566 e 1572); e em 1609 recebeu o mosteiro uma outra fonte.

No ano de 1872, pouco depois da morte da última freira, o mosteiro foi anexado pelo vizinho Asilo D. Maria Pia, pelo que, juntamente com a igreja, recebeu obras de restauro e adaptação, dirigidas durante anos por José Maria Nepomuceno — cujo trabalho gerou acesa polémica. Entre outras intervenções, a fachada exterior foi refeita e reintegrada no estilo manuelino — depois da alegada descoberta do primitivo portal da igreja da fundadora entaipado numa parede da sala capitular — com base nos painéis

de Santa Auta, retratando a chegada das relíquias de Santa Auta a Xabregas. O portal ficou como entrada da igreja construída por D. João III. Foi também com este arquitecto que se retirou a cúpula da torre da igreja. As obras foram continuadas, até ao fim do século, pelo condutor de obras públicas, Liberato Teles, que delas deixou memória⁹. Em parte da Escola Profissional de D. Maria Pia — que substituiu o Asilo (1928) — instalou-se o Museu do Azulejo (1965) que, em 1980, passou a Museu Nacional do Azulejo. (JFP)

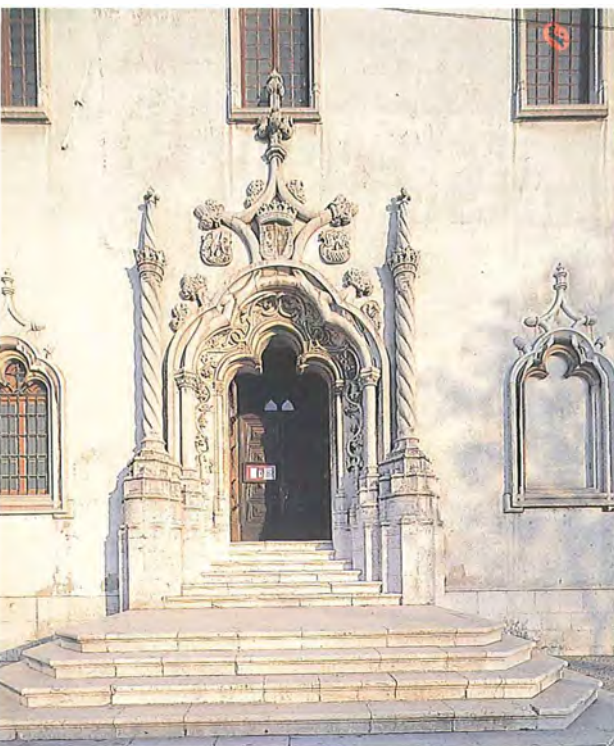
II — COMENTÁRIO

O Convento da Madre de Deus é um dos mais importantes monumentos de Lisboa cuja história e riqueza patrimonial têm sido bem valorizadas pelo Museu do Azulejo que nele se alberga, pelo que remetemos a informação mais detalhada para os estudos específicos que dele tratam (ver ainda o *Guia do Azulejo*). Convirá aqui realçar o seu relevo na definição do sítio de Xabregas, criando um pólo que veio a determinar a evolução da zona. É natural que o acesso ao mosteiro tenha levado à reconversão das vias públicas e ao incremento de movimento por terra e rio em toda a área de Xabregas, conduzindo a uma atenção régia sobre este núcleo lisboeta. O projecto posterior de D. João III, após 1556, de erguer um paço paredes-meias com o convento, aliado às profundas obras



Claustro de D. João III, no Mosteiro da Madre de Deus, uma das primeiras afirmações em Lisboa da estética renascentista (pormenor).

de engrandecimento que levou a cabo na casa das Clarissas, parecem delinear um programa de grande envergadura, com o propósito de dotar Lisboa *finalmente* — como acentua Francisco de Holanda — de um palácio real obedecendo aos padrões clássicos então em voga. O conjunto da intervenção régia joanina em Xabregas — convento e paço —



O portal original da Madre de Deus inserido na actual igreja depois da renovação oitocentista, dirigida por José Maria Nepomuceno. Segundo o que então se afirmou, foi encontrado embebido na espessura da parede do actual coro baixo, localização da igreja primitiva.

pela problemática das frequentes inundações. Em 1567 é mandado fazer um cais ao redor do mosteiro (...) para reparo e resguardo (...)⁹. Lê-se no *Agiologio Lusitano* que a igreja é obra d'el-rei D. João III, cuja capela-mor, em edifício e perfeição, é das boas fábricas do reino¹⁰. O cronista Frei Jerónimo diz (1755) que D. João III (...) desfez a primeira igreja, e erigiu a que hoje existe com o Coro, e a sua capela-mor, o que tudo se acha melhorado de novo com uma rica, e excelente sacristia. (...) Edificou o segundo claustro (...), com suas varandas de

pedraria, e devotíssimas capelas, separadas umas das outras, onde as religiosas atraídas do amor do céu, gastam a maior parte do tempo, que lhes fica livre das obrigações da comunidade¹¹.

Na Madre de Deus se mandaram sepultar D. Leonor e a irmã D. Isabel, duquesa de Bragança, e a infanta D. Maria estipulou em testamento que ficaria no capítulo novo da Madre de Deus até ir para a Luz. No ano de 1626, D. Frei João de Portugal, bispo de Viseu, sagrou o altar-mor. Foi, no entanto, com D. Pedro II que o mosteiro e, sobretudo, a igreja, conheceram grande riqueza decorativa, no abadessado da Madre Soror Luisa de S. Francisco, sendo encarregado João Rebelo de Campos para as obras. Para a prossecução destas teve papel decisivo Luís Correia da Paz, deputado do Tribunal da Junta do Comércio do Brasil, que recebeu licença das religiosas, em agradecimento, para abrir (...) um carneiro jazigo e sepultura das grades da igreja para dentro e via que vai para a capela maior. Lê-se na escritura (30.5.1686) que não só acudiu (...) perenemente às necessidades temporais do sustento das religiosas, como também para o lustroso adorno com que a igreja da Madre de Deus hoje se vê, mandando-a azulejar toda à sua custa, e tão custosamente como parece e concorrendo também para as mais obras que nela se fazem e tem feito com largas e liberais esmolas¹².

D. João V igualmente contribuiu para a rica decoração da igreja, em especial para

a fábrica da nova sacristia para que muito concorreu¹³. As suas esmolas foram bem aproveitadas pelo sacristão da igreja, o padre José Pacheco, a quem — segundo o citado cronista — se deve o mais precioso desta igreja, em que se tem gasto muitos mil cruzados. Ele fez todos os ornatos de talha sobre o arco da capela-mor, os do interior da mesma, tecto e corpo da igreja, tudo dourado. A nova sacristia é obra muito do seu particular empenho (...) procurou que tudo ficasse igual em correspondência. (...) Mudou-lhe a serventia para a parte da epístola da capela-mor. (...) Chegou o custo desta sacristia a quase vinte mil cruzados. (...) A magnífica casa do antecoro correu também por sua conta, como também outras muitas obras da igreja, e dentro da clausura, que, como é procurador do mosteiro, em tudo mostra bem desempenhado o seu ministério¹⁴. O papel determinante do padre Pacheco na decoração da Madre de Deus foi confirmado por Luís Keil, que publicou¹⁵ o livro das contas dos trabalhos executados na sacristia pequena — iniciados em 1746, durando mais de 4 anos — com um custo de 3 439 480 réis, sem contar com a grande parte das madeiras que vieram, por esmola, do Brasil e da Casa da Índia. Acerca dos estragos provocados pelo terramoto de 1755 recolhe-se unanimidade dos textos coevos. O prior de Santa Engrácia escreve (1759) que *padeceu alguma ruína (...) e grande abalo a igreja, uma e outra cousa se acha reedificada*

16 MOSTEIRO DA MADRE DE DEUS

I — RESENHA HISTÓRICA

D LEONOR, mulher de D. João II, comprou em 1509, por 1 300 000 réis, a D. Inês, viúva de Álvaro da Cunha, um terreno com casas e hortas que *parte do levante com horta de Beatriz Eanes e do norte com o caminho que vai para Chelas e do noroeste com os penedos a que chamam as Pegadas e do sul com a praia do mar*¹. Álvaro da Cunha comprara a propriedade a Fernão Peres (1499)². D. João III confirmou a venda à sua tia, isentando-a do foro de 1800 réis (1524)³. D. Manuel pediu a propriedade à irmã para instalar a rainha D. Maria, sua segunda mulher, mas D. Leonor declarou que já (...) *entregara as chaves das casas a outra maior rainha, que é a dos céus; e nesta forma se escusou*⁴. A licença para o novo mosteiro foi concedida em 1508 pelo papa Júlio II. D. Leonor foi autorizada a trazer as primeiras religiosas, que professariam a Primeira Regra de Santa Clara. Ajustou-se em 20 o seu número, alargado depois para 33 pela rainha D. Catarina (1567). *Tanto calor deu a rainha fundadora à fábrica do mosteiro, que tendo este a possível comodidade para entrarem as primeiras religiosas, em 23.6.1509 se deu princípio à igreja, que hoje é o Capítulo, a qual benzeu D. Martinho da Costa, Arcebispo de Lisboa, em 18 de Julho do mesmo ano*⁵. Recolhida no mosteiro, D. Leonor deixou-o ao



padroado real, doando-o em testamento às religiosas — *as suas casas de Xabregas em que fiz o Mosteiro da Madre de Deus com todas suas oficinas (...) com seu curral e casas em derredor do curral em que às vezes eu por minha especial consolação pouso (...) assim mandei fazer outras casas (...) em que ora pousa o padre confessor (...) com outras junto e paredes meias com ele para (...) o procurador do mosteiro*. À mesma D. Inês comprara uma herdade que se chama das Pegadas que partem com as casas que mandei fazer para o confessor e para o procurador como acima é dito para a cidade até à Cruz de Pedra a qual jaz entre os caminhos: o que vai para Enxobregas e o que vai para Chelas e entesta em o cerco do dito mosteiro (...). Ainda lhes doou outra horta — *com suas casas, poço de nora e tanque com suas árvores e olival* — onde se instalaram o confessor, frades e servi-

dores, que seria cedida ao seu procurador na condição *que ele seja obrigado a dar água no verão em abundância para os tanques que estão dentro no pomar das freiras (...): a que lhes as madres mandarem pedir e quanto à herdade chamada das Pegadas ela mandei cercar e a dou às freiras (...) para sempre para nela (...) estenderem e enxugar a roupa para que lha não furem e para o que lhes for necessário (...)*⁶.

As clarissas da Madre de Deus, além das graças pontifícias que receberam ao longo dos séculos, recebiam um fundo da Coroa para sua sustentação, visto não terem bens patrimoniais e *por guardarem estreitíssima pobreza e não aceitarem dotes estipulados, necessitavam de meios para a conservação da vida*. Tinham rendas consignadas em vários serviços públicos e recebiam donativos.⁷ D. João III confirmou (1524 e 1526) a proibição de construção de casas *entre os mosteiros de Xabregas de Lisboa, e o que fez a rainha minha tia nas casas que foram de Álvaro da Cunha, a saber, desde as ditas casas até o dito mosteiro de Xabregas ao longo da praia e valados das hortas, como também por dentro daquelas hortas dentre os ditos mosteiros se não possa fazer, nem faça por nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição (...)*⁸. À singeleza imposta pela Regra à obra de D. Leonor, D. João III sobrepôs alguma grandeza, promovendo vultuosas obras, acrescidas



A fachada primitiva da Madre de Deus representada no retábulo da chegada das relíquias de Santa Auta, vendo-se em segundo plano a rainha D. Leonor. Este retábulo, originariamente numa capela do mosteiro, encontra-se hoje no M.N.A.A. (foto cedida pelo I.P.M. - A. N. F.).





Em cima: viaduto do caminho-de-ferro em Xabregas.
Em baixo: Beco dos Toucinheiros, reminiscência de um antigo caminho que ligava Xabregas à parte superior da ravina, truncado pelo traçado do caminho-de-ferro.

única reminiscência. Ou seja, mais uma vez se constata a débil ligação entre a linha costeira e o interior, unicamente garantida primitivamente pelo próprio esteiro fluvial que subia até Chelas. O seu progressivo assoreamento, tornando-o inavegável, veio permitir o lançamento no seu leito da actual Rua Gualdim Pais, aberta só no entanto em 1933.

Anteriormente a tal data, a ligação entre Xabregas e Chelas reduzia-se à estreitíssima e contorcida Azinhaga da Amorosa, ou, em alternativa, obrigava a uma digressão até à Cruz da Pedra para se entrar na Estrada de Chelas, cuja largura não era, no entanto, muito mais desafogada, como ainda podemos constatar. A instalação industrial nesta zona e o traçado do caminho-de-ferro impôs, pois, uma alteração radical da estrutura viária de Xabregas, prosseguida com a abertura junto do rio da paralela Rua da Manutenção e, mais recentemente, de uma ligação directa para a Infante D. Henrique, que veio curiosamente repor alguma reminiscência da ideia primitiva de um amplo Terreiro de Xabregas. A já ventilada alteração da linha do caminho-de-ferro — dentro do processo de construção da nova Gare do Oriente — será com certeza a pedra de toque que permitirá num hipotético futuro uma redefinição de toda a zona, com a concomitante revalorização de um património riquíssimo de uma parte da cidade cuja história está indelevelmente ligada às figuras da rainha D. Leonor e de D. João III. O sítio de Xabregas foi, de facto, como tudo o parece indiciar, um dos locais eleitos como zona nobre da cidade cortesã que então se começa a definir. (JSM).

FONTE DA SAMARITANA

Hoje recolhida no Museu da Cidade, esta bela peça de arte pública estava localizada perto do Terreiro de Xabregas, fazendo parte do sistema de abastecimento de água ao Mosteiro da Madre de Deus, criado pela rainha D. Leonor em 1510. Não dispomos da informação sobre a data da colocação nessa fonte deste conjunto escultórico que a adornava, marcado já pelos cânones da estética renascentista, encomenda ainda de D. Leonor ou, possivelmente, já de D. João III, no âmbito das grandes obras que levou a cabo no mesmo mosteiro. Caso a escolha do fontanário se deva à rainha fundadora, tratar-se-á com efeito, de um dos primeiros sinais eruditos da introdução em Lisboa dessa nova normatividade que tão profundamente marcará o gosto oficial desde então vigente.

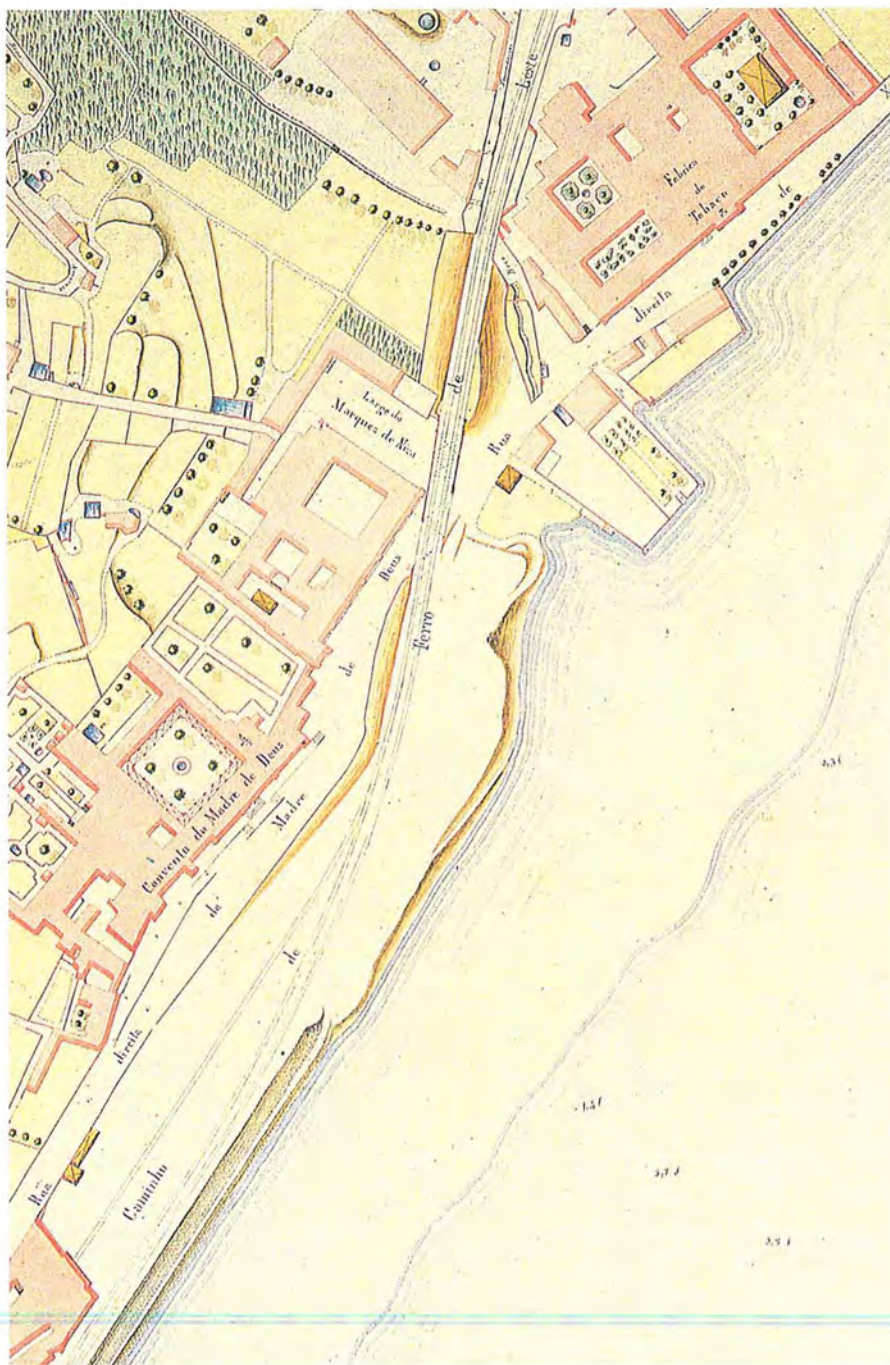
de três grandes pontos de referência — Belém, na zona ocidental, a Ribeira, ao centro, e Xabregas, na zona oriental, definindo-se os novos limites geográficos da área envolvente da cidade. O facto é que o Terreiro de Xabregas ganha foros de local nobre da corte, sendo alargado e regularizado por D. Sebastião em 1575 para o célebre torneio de Xabregas, descrito por Jorge Ferreira de Vasconcelos. Terreiro este que o actual viaduto do caminho-de-ferro limitou ao actual Largo do Marquês de Nisa, pálida reminiscência do amplo logradouro primitivo. Mas sobre que realidade se exerceu essa sucessiva vontade régia? O sítio de Xabregas — ou Enxobregas como aparece na documentação mais antiga — resulta do povoamento da pequena reentrância do esteiro do rio que originariamente subia até Chelas, cujo assoreamento levou ao desenvolvimento deste núcleo urbano mais junto ao rio. Ainda em 1557 se relata num documento de São Francisco (18) que *o mar ainda naqueles tempos (comunicava) com o ribeiro que corre junto à fonte da Samaritana, por onde entrava (...) um braço dele*. São conhecidas diversas quintas primitivas, algumas delas adquiridas, quer por D. Leonor, quer por D. João III, para a execução dos seus sucessivos projectos, e há mesmo referências a uns paços reais

medievais em Xabregas, onde depois se ergueu o referido Convento de São Francisco, informação que não significa necessariamente construções de grande aparato, pois paço é, então, toda a casa onde o rei pousa. Como vimos, o topónimo alargava-se inicialmente a uma área mais vasta, estando hoje restringida à faixa ribeirinha entre a Cruz da Pedra e o início da Calçada de D. Gastão, começo da actual zona do Grilo. A primeira construção que começa a dar forma ao local é o Convento de São Francisco de Xabregas (18), iniciado no século XV, cuja estrutura primitiva tinha outra orientação, com o pórtico virado a sul, ou seja, sobre o esteiro e o futuro terreiro. A transformação definitiva do sítio é obra como vimos de D. João III, que adquiriu os terrenos entre São Francisco e a Madre de Deus e aí iniciou a construção de um paço real (17), junto ao último destes conventos, então submetido também a profunda reconversão. Quanto à rede viária anterior ao *Caminho do Oriente*, as informações concretas são bastante escassas, agravadas pela inexistência de cartas anteriores ao século XIX e, ainda por cima, profundamente adulteradas pelas modificações impostas pelo traçado da linha férrea. Antes da abertura da Rua da Madre de Deus e da actual Rua de Xabregas, o acesso por



Troço da calçada já existente em 1509, depois chamada Rua Direita da Madre de Deus.

terra até ao rio parece limitado à Azinhaga (hoje rua) da Amorosa, ligação estreita e sinuosa que desce do troço superior da Estrada de Chelas, bordejando a propriedade depois adquirida por D. João III, e ainda integrada no conjunto dos marqueses de Nisa (hoje Casa Pia). Para o lado oposto, subia por detrás de São Francisco uma estreita via que dava acesso às quintas localizadas sobre a barroca — como a de Tristão da Cunha (depois Olhão) (19) — da qual o actual Beco dos Toucinheiros, truncado pelo comboio, constitui a



Folha nº 23 da Carta Topográfica de Filipe Folque (1856-57), referente à zona de Xabregas. Note-se a dominante dos três grandes conjuntos — Madre de Deus, Paço e São Francisco —, cuja relação entre si e com o rio é já então condicionada pelo traçado da linha do caminho-de-ferro, recentemente inaugurada. A necessidade de criação de taludes, quer fronteiro à Madre de Deus, quer junto a São Francisco, bem como o lançamento do viaduto sobre o Largo do Marquês de Nisa, descaracterizaram por completo esta área, tornando irreconhecível a ideia de um terreiro amplo, fronteiro ao rio. Além disso, truncou a função da antiga Rua dos Toucinheiros, depois transformada em simples beco. De realçar, ainda, o carácter eminentemente ribeirinho deste núcleo com escassa penetração para o interior, só resolvida pela abertura no leito do antigo esteiro fluvial da Rua Gualdim Pais, em 1933. Nesta representação o fundo do Largo do Marquês de Nisa é ainda fechado por um renque de construções, depois arrasadas para abrir a nova rua. Aliás, nota-se no desenho o traçado de uma depressão irregular a sul de São Francisco, possível reminiscência do traçado do referido esteiro que, como sabemos por documentação do citado convento, corria exactamente junto dele.

XABREGAS

Ao contrário do que aconteceu com o topónimo de Santa Apolónia, cujo âmbito se foi alargando com o correr do tempo, com o de Xabregas deu-se o fenómeno inverso. Até ao século XVI a designação abrangia uma área muito mais vasta do que aquela que hoje conhecemos, estendendo-se, de facto, a toda a faixa ribeirinha entre a Cruz da Pedra e o limite de Marvila, ou seja, desde a Madre de Deus até ao Beato. Prova-o a designação do Convento de São Bento de Xabregas, ainda em uso no século XVIII, só depois definitivamente substituída pela de o Beato, em memória do seu reconstrutor, o padre António da Conceição, mais conhecido pelo Beato António. Esta progressiva repartição toponímica a partir do século XVI, autonomizando designações locais inicialmente muito restritas — como é o caso do Grilo — é o sinal mais sintomático do escasso povoamento inicial da margem imediata do rio, que só se desenvolve a partir dos inícios do referido século XVI. Como já atrás se sinalizou, a escolha da Ribeira por D. Manuel para nela erguer o seu paço novo, acentuada pela localização na praia do Restelo do Mosteiro dos Jerónimos, veio dar um novo estímulo à zona ribeirinha, aliás perfeitamente ajustada à capital de um Estado estribado

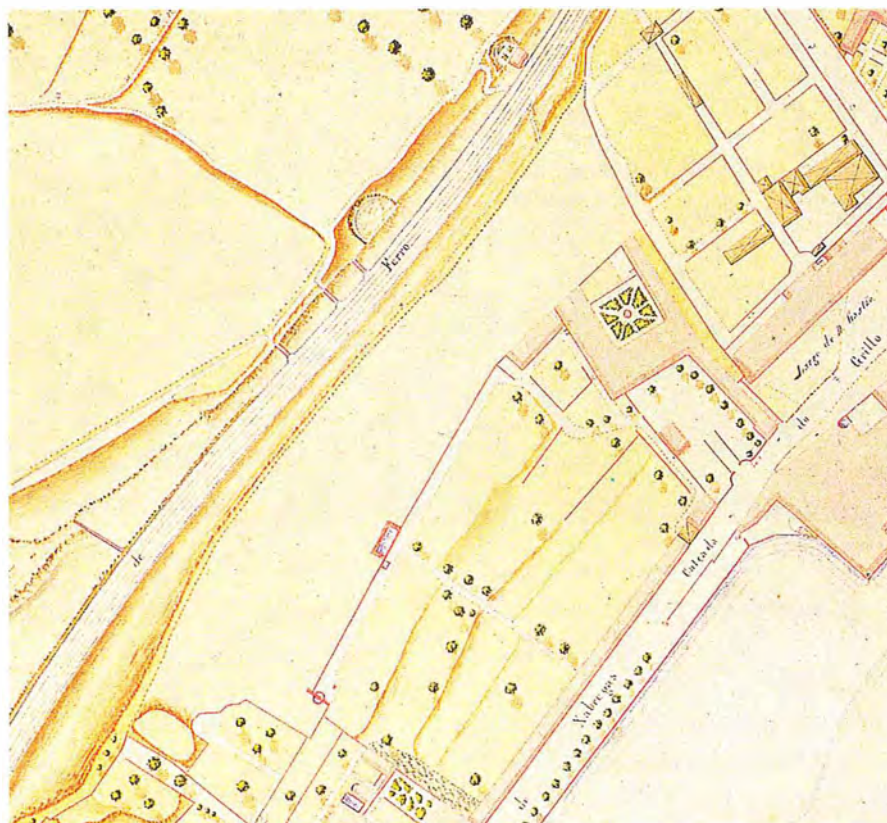
num poder essencialmente marítimo. Essa vontade de abrir de vez a cidade ao rio, permitida com certeza por uma maior segurança no controle da navegação fluvial — a construção da Torre de Belém tem nesse processo um papel emblemático — não se limitou, no entanto, à iniciativa desse monarca. Ou melhor, ela insere-se numa dinâmica anterior, cujos primeiros sinais se encontram exactamente nessa vasta zona pouco mais que despovoada que dava então pelo nome genérico de Xabregas. Com efeito, as fundações em meados do século XV do Convento dos Lóios — São Bento de Xabregas (Beato), por iniciativa da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V e mãe de D. João II, e de São Francisco de Xabregas, com apoio de D. Afonso V e o patrocínio da condessa de Atouguia, D. Guiomar de Castro, ambos localizados na parte baixa junto ao rio e com acesso fluvial, constituem na verdade o início de uma mudança radical na orgânica funcional de todo este arrabalde lisboeta, começando a margem do rio a transformar-se lentamente na fachada nobre da própria cidade. Esta verdadeira «revolução» da relação da cidade com o rio seria assumida de forma muito nítida pela rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel. Ao mesmo tempo

que o rei transformava a Ribeira e Belém, a rainha viúva erguia mesmo sobre o rio o seu Convento da Madre de Deus (16), correndo até o risco de o ver inundado nas invernias. Além disso dispunha residência própria anexa ao mesmo convento, que escolheu para sepultura, não sendo de excluir a hipótese de se dever à sua iniciativa a abertura da Rua da Madre de Deus, já citada em 1509, depois Rua Direita da Madre de Deus, iniciando assim o processo de alteração viária de toda a zona com o lançamento da nova estrada ribeirinha, que agora se baptizou como *Caminho do Oriente*. Ao deixar o seu convento no padroado régio, criou a obrigação de os reis olharem com atenção para essa zona da cidade, acção imediatamente prosseguida pelo seu herdeiro imediato, o sobrinho D. João III. Este rei protagoniza na verdade o grande projecto de transformação de Xabregas, cujos detalhes analisaremos adiante ao tratarmos do paço que aqui começou a construir (17). Adiante-se desde já que o monarca parece ter tido em mente a definição de um pólo alternativo ao Terreiro do Paço, desejando transformar o terreiro de Xabregas em verdadeira praça real, numa redefinição da frente ribeirinha do rio dotada agora

20 QUINTA LEITE DE SOUSA

I — RESENHA HISTÓRICA

A HISTÓRIA desta Quinta do Grilo mantém-se envolvida em algum mistério, surgindo várias referências dispersas que lhe parecem dizer respeito, sem se conseguir até ao momento encontrar o elo de ligação entre os seus intervenientes. Antão de Oliveira, nomeado por D. Manuel provedor das capelas da infanta D. Brites¹, parece ter instituído um morgado mais tarde referido em que a propriedade estaria incluída. Mas tudo indica que fosse esta mesma a *quinta de além de Xabregas a par do Grilo*² referida por D. Guiomar Figueira e sua filha, D. Joana de Castro, ambas viúvas ao tempo que instituíram uma capela em S. Francisco de Xabregas (1582). Deixaram por administradora D. Filipa de Castro, filha de Antão de Almeida (ou Oliveira?) de Azevedo, estribeiro-mor do cardeal-infante, e neta de D. Antónia de Castro, cunhada e tia das testadoras, com a condição(...) *que casará a dita senhora Dona Filipa de Castro com homem fidalgo de geração dos Castros legítimos e verdadeiros deste Reino das treze arruelas e terá o apelido e se chamará de Castro*. Em 1616 administrava a capela D. João de Castro, genro de Antão de Oliveira (ou Almeida?) de Azevedo³, que adoptou o nome Castro.



António (ou Antão) de Oliveira de Azevedo tinha uma pedreira junto da sua Quinta do Grilo, da qual ofereceu a pedra e o chão para a construção e adro da ermida de D. Gastão Coutinho, cujo sobrinho, Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, passados anos lhe comprou a pedreira e terra que se lhe seguia⁴. Já em 1656, a viúva de D. Gastão, D. Isabel Ferraz, lhe tinha comprado uma terra junto aos seus aposentos fronteiros⁵. Luís Cid da Silva e

Oliveira, no início do século XVIII, era senhor da Quinta do Grilo, como administrador do morgado instituído por António de Oliveira de Azevedo, (...) seu sexto avô, ao qual morgado sua terceira avó anexara a sua terça⁶, assente numas casas na Rua de Nossa Senhora dos Remédios. Outro documento confirma a instituição de Antão de Oliveira e refere que àquele (...) morgado anexara a sua terça sua quarta avó D. Antónia de Castro⁷. Um outro documento



Fachada sobre o pátio da Quinta Leite de Sousa, arranjo datável da segunda metade do século XVIII. Notem-se as duas janelas cegas, correspondentes a duas paredes mestras mais antigas, evidenciando o carácter do arranjo palaciano que sofreu esta casa de quinta.

refere Luís Cid como administrador do morgado *instituído por Antão de Oliveira seu terceiro avô*⁸.

Este Luís Cid, filho de Francisco de Almeida da Silva e de D. Isabel de Lacerda, irmã do cardeal Pereira de Lacerda, bispo do Algarve, ampliou a propriedade do Grilo, pertença do morgado — *uma quinta extramuros desta cidade no sítio do Grilo em a qual quinta ele suplicante tinha acrescentado duas moradas de casas que hoje rendiam 100 000 réis em cada um ano*⁹. Obrigou este rendimento para segurar a tença que permitiria a profissão na Luz de uma filha natural, D. Margarida, necessitando de provisão régia (1711), *pelas tais benfeitorias estarem feitas em o chão da dita quinta que era de morga-*

*do de que se não seguia prejuízo algum no imediato sucessor que era um filho que tinha, de idade de 14 anos. No ano de 1717, viu-se na necessidade de sub-rogar umas casas do morgado de Antão de Oliveira — várias propriedades que fizera no chão junto à sua quinta do Grilo (...) pela grande conveniência com que ficava o dito morgado (...) e terem estas casas menos perigo de incêndios e ruínas, por serem de abóbada, ao que as do dito foro estavam expostas como já lhe sucedera (...) e constar valer de principal o foro do morgado referido 170 000 rs*¹⁰. A viúva de Luís Cid, D. Mariana da Silva e Sousa, faleceu nas casas da quinta, (1726)¹¹, quatro anos depois do filho, Francisco Dionísio de Almeida da Silva

e Oliveira¹². Pastor de Macedo refere o «Pátio de Luís Side» (1724) e o «Pátio do Side» (1738), ano em que ali morreu o abade José Moura¹³.

Os bens de Luís Cid passaram para sua irmã, D. Constança da Silva Azevedo e Castro, 5.^a senhora da Lagoa do Cardo, no Algarve, casada com Fernão Leite de Sousa Matos, 9.^o senhor do morgado de Nossa Senhora da Esperança. O neto destes, Fernão Leite de Sousa, sargento-mor de Lisboa, em 1748 já vivia *na sua quinta do sítio do Grilo*¹⁴. Natural da Ameixoeira (1717) e habilitado pelo Santo Ofício¹⁵, por morte da avó D. Constança — *legítima administradora dos quatro morgados que instituíram o reverendo cônego António de Almeida, D. Maria de Azevedo, D. Inês Maria da Silva e Lopo Roiz de Almeida*¹⁶ — ficou como administrador da casa, apesar da oposição de seu tio mais novo, José Leite de Sousa. Receoso que este (...) *se utilizasse dos seus rendimentos despedira logo alguns soldados do seu regimento a cobrar com alguma violência todos os caídos que se achassem na província de Além Tejo, donde estavam as mais fazendas dos ditos morgados. Entre os bens de morgado encontravam-se (...) umas casas nobres sitas na sua quinta do Grilo (...) cujas casas precisavam de muitos reparos e juntamente de lhes acrescentar mais três casas e outras obras de que necessitavam para acomodação do suplicante e sua família*¹⁷.

Para conseguir realizar as obras, uma vez que se encontrava sem meios, contratou-se com os mestres João Duarte, pedreiro, e Manuel Luís da Costa, carpinteiro, consignando-lhes 200 000 réis anuais nos rendimentos da quinta e mais bens do morgado (1747). Igualmente levaram obras as *casas pequenas que ficam à face da rua*. É possível que o pintor-dourador Bernardo da Costa Barradas tenha trabalhado nas casas do Grilo, uma vez que no testamento (1747) afirma ser credor de Fernão Leite de Sousa¹⁸.

Esta propriedade, de dimensões consideráveis — estendendo-se até ao Palácio Olhão e à Ilha do Grilo —, era constituída por casas grandes dentro do pátio, cocheira, estrebaria, dois quartos nobres e um pequeno, mais de duas dezenas de lojas, um armazém e a quinta, composta por horta, parreiras e terra de pão¹⁹, por vezes arrendada. Na década de sessenta um dos quartos nobres esteve arrendado ao desembargador Francisco Xavier de Assis Pacheco. No ano de 1801 era arrendatário da quinta e dois quartos nobres, por 500 000 réis, Francisco de Melo Cogominho, servido por 4 criados de escada acima, 1 cozinheiro, 1 moço de cozinha, 1 moço de copa, 5 criados de escada abaixo e 2 carruagens²⁰.

A Fernão Leite de Sousa sucedeu (1799) sua filha natural, 1.^a viscondessa de Condeixa, pelo casamento com Pedro Ataíde e Melo, que viveram no Grilo.

Sem geração, caiu a casa (1829) na posse de uma prima, 10.^a senhora de Tavarede e das Lezírias de Buarcos — sucessora no morgado de Nossa Senhora da Esperança em Santarém — e mãe do 1.^o conde e barão de Tavarede, João de Almada e Quadros. Manteve-se a Casa de Tavarede na posse da Quinta do Grilo durante a maior parte do século XIX. Antes da viragem do século estava a propriedade transformada — de acordo com o nome dos proprietários — na Vila Zenha, depois Vila Maria Luísa, que, juntamente com a instalação de uma escola pública e de um colégio privado, descaracterizaram por completo os interiores das antigas casas nobres. (JFP)

II — COMENTÁRIO

A profunda transformação sofrida após meados do século XIX pelas duas propriedades que compunham o actual amontoado informe de construções que se erguem à esquerda e à direita da pequena Calçada de D. Gastão, determinou alguma dificuldade na distinção entre elas e a correcta definição do âmbito de cada uma. Para mais, sabendo-se por informações seguras que as propriedades dos senhores das Ilhas Desertas, herdeiros de D. Gastão Coutinho, se dividiam dos dois lados da via pública, levou-nos à identificação inicial desta quinta como sendo as casas da banda de cima referidas em várias docu-



Cunhal da casa da Quinta Leite de Sousa. A parte inferior em cantaria rusticada corresponde ao edifício inicial, depois acrescentado com o arranjo mais tardio do piso nobre, com o cunhal agora talhado em cantarias lisas, sem ter havido portanto qualquer vontade de conformar a parte nova ao gosto preexistente.

mentação daquela família, o mesmo se afirmando em obra anterior (*Lisboa, Um Passeio a Oriente*). No entanto, a análise cuidada da documentação e da cartografia e, sobretudo, a definição mais ponderada do primitivo esquema viário da zona, tornou claro que tal identificação não era correcta, tratando-se de facto da quinta que fora de Antão de Oliveira e depois da família Leite de Sousa, caindo por herança, já no século XIX, nos condes de Tavarede. Esta enorme quinta ocupava toda a frente da Rua de Xabregas e o começo da Calçada de D. Gastão, desde a Quinta dos Cunha (Olhão) até à pequena



O portão de acesso ao pátio da Quinta Leite de Sousa, hoje em parte desmanchado para facilitar a entrada de viaturas, dado que o pátio funciona hoje como logradouro público.

azinhaga que subia a encosta, hoje dificilmente reconhecível nas apertadas Escadinhas de D. Gastão. A existência desta azinhaga, que ligava ao esquema viário mais antigo, é determinante para se compreender a divisão da propriedade, bem como a organização primitiva do edifício nobre da quinta. Este, que hoje apresenta a sua entrada para nascente, virava-se primitivamente a poente, definindo uma estrutura muito comum em *U* em torno de um pátio. Dado o declive da ravina, era suportada a parte traseira sobre o rio por um muro sustentado em arcaria e forte cunhal rustificado — espécie de criptopórtico —, o qual permitia o indispensável nivelamento das dependências superiores e a existência de armazéns na parte baixa, sem comunicação interna inicial. Pelo desenho evidenciado por esse cunhal

de cantaria rusticada, gosto muito em voga desde finais do século XVI, poderemos avançar com a datação provisória da construção desde esse período até inícios do século XVIII, dado não se ter encontrado nenhum documento que afirme inequivocamente uma data precisa. No entanto, as informações recolhidas que remontam a 1582, parecem apoiar a hipótese de uma presença de casas nobres já vinculadas desde inícios do século XVII. O mais certo é a realização de sucessivas obras e alterações, como a documentação aliás parece também confirmar. Mais tarde, em conformação da rede viária e da concomitante subalternização dos velhos caminhos, ou mesmo o seu desaparecimento físico, o conjunto vai ser reorientado organicamente, abrindo-se ao rio e à via pública. Temos

informação de construções anexas abobadadas nos inícios do século XVIII, e, sobretudo, a existência de uma grande campanha de obras a partir de 1747, depois da quinta cair na posse de Fernão Leite de Sousa, falecido já na década de noventa. Deverá ser da iniciativa deste o acesso pelo portão a nascente — hoje desmantelado para entrada de viaturas — e a abertura no referido muro de suporte de um portal fronteiro ao pátio em declive, dando acesso ao vestíbulo e à escadaria, cuja articulação interior denota o carácter de adaptação não muito cuidada. Sobre a estrutura antiga fez-se correr uma nova fachada nobre palaciana, cujo rigor simétrico de 13 aberturas de sacada não condiz com a anterior estrutura dos suportes do muro, obrigando a que duas dessas janelas sejam cegas por coincidirem



Pormenor do primeiro lanço da escadaria interior do palácio, com revestimento de azulejos da segunda metade do século XVIII.

com anteriores paredes mestras. Estas obras ter-se-ão arrastado por bastante tempo, dado que o modelo das guardas de ferro dessas sacadas e os azulejos que decoram a parte acrescentada são já posteriores ao terramoto, com interessantes exemplares entre estes últimos de padrões ditos pombalinos (ver *Guia do Azulejo*).

Não foi possível apurar a data exacta em que por meados do século XIX os condes de Tavarede, últimos detentores do vínculo, parcelaram a quinta em várias propriedades. Na parte rural, sobre a Rua de Xabregas, foi erguida uma importante unidade têxtil (ver *Guia do Património Industrial*) onde hoje se situa um supermercado e um inestético prédio de rendimento. Quanto ao conjunto da casa e dependências foi transformado em vila operária — hoje Maria Luísa —, com profundas transformações e acrescentos. Num anexo que fechou o antigo pátio superior da casa funcionou um Centro Republicano e no seu corpo principal estão agora sediadas uma escola primária pública e outra privada, o Colégio Camilo Castelo Branco. (JSM)



ASSISTÊNCIA ESCOLAR DO BEATO E OLIVEAS

Faiança portuguesa, s/marca, cerca de 1913

A antiga Escola Central n.º 20 da Vila Zenha (hoje Escola Primária n.º 21), que funciona na Quinta Leite de Sousa, era frequentada pelos filhos dos operários da Zona Oriental, com naturais carências de vária ordem. Em 1913, foi fundada a Assistência Escolar do Beato e Oliveas, inaugurada pelo então presidente da República, Manuel de Arriaga. Anexa à escola é construída uma cantina para 144

crianças, dispondo ainda de gabinete de assistência médica e instalações sanitárias para banhos quentes e dispensário com roupa, tudo acondicionado em edifício então construído de raiz fechando o antigo pátio poente da casa dos Leite de Sousa. Este serviço de jantar, com múltiplas peças, mantém-se num grande armário possivelmente destinado de origem à sua guarda, ainda hoje perfeitamente conservado pela atenção da actual responsável da escola na antiga cozinha da quinta. (LA)

¹ IAN/TT, Chancelaria de D. João III, L.º 61, fl. 132v.

² Tombo das obrigações das capelas do Convento de S. Francisco de Xabregas, In Andrade, Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, 1949, pp. 55.

³ Andrade, Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa*, Editorial Império, 1949, p. 55.

⁴ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1707, pp. 197-198.

⁵ Index das Notas de vários Tabeliães de Lisboa, Lisboa, BNL, 1949, T. 4, p. 6.

⁶ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 55, fl. 149v.

⁷ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 54, fl. 115.

⁸ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 37, fls. 100-100v.

⁹ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 37, fls. 100-100v.

¹⁰ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 45, fl. 262.

¹¹ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 26, L.º 3, fl. 176.

¹² IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 26, L.º 3, fl. 122v.

¹³ Pastor de Macedo, *Lisboa de Léa Léa*, Lisboa, CML, 1985, Vol. III, pp. 293. — IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 26, L.º 3, fls. 156 e L.º 4, fl. 130.

¹⁴ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 65, L.º 647, fls. 20-21v.

¹⁵ IAN/TT, HSO, Mç. 2, dil. 37.

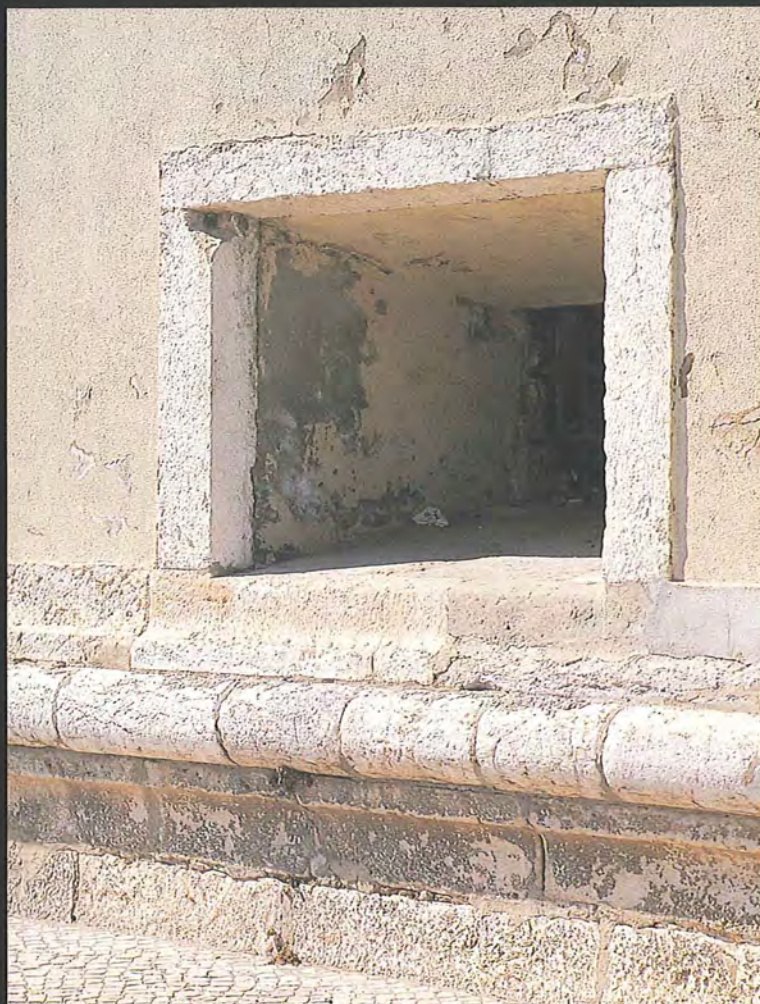
¹⁶ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 98, fls. 22v-229.

¹⁷ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 117, fls. 37v-38.

¹⁸ IAN/TT, RGT, L.º 240, fls. 124v-127v.

¹⁹ AHTC, DC, Santa Engrácia, Arruamentos, Mç. 430.

²⁰ AHTC, DC, Santa Engrácia, Arruamentos, Mç. 449.



Abertura no muro de suporte da varanda do Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas, abrindo sobre o antigo cais, hoje Rua da Manutenção.



Fachada sobre o antigo Largo de D. Gastão do Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas, composta por dois corpos justapostos possivelmente de épocas diferentes e hoje bastante descaracterizadas na sua estrutura original.

detentor da grande quinta vizinha (depois dos Leite de Sousa), que já oferecera a pedra e o chão para a construção do adro da ermida de D. Gastão. Anos depois, comprou-lhe D. Luís a *pedreira e terra que se lhe seguia*¹⁰. Acresceu a este conjunto fundiário os penhascos integrados no morgado de Vaqueiros (1519) — *as casas que estão junto de Xabregas do Penedo*¹¹ — pela 2.^a condessa de Atouguia, D. Filipa de Azevedo, morgado esse que veio a cair nesta casa das Ilhas Desertas, ali vivendo e morrendo o referido Francisco Gonçalves da Câmara e Ataíde¹².

D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, foi 7.^o senhor donatário das Ilhas Desertas — morgado separado da Casa dos Capitães do Funchal em 1519 a favor de Luís Gonçalves de Ataíde, filho

segundo do segundo matrimónio do terceiro capitão, Simão Gonçalves da Câmara, com D. Isabel da Silva, filha de D. João de Ataíde, da Casa de Atouguia. D. Gastão José (8.^o senhor) sucedeu a seu pai nas Ilhas Desertas, no morgado do Grilo e outros, a que juntou, por linha materna, os de Punhete, instituído por D. Francisco de Sande, e o da Taipa, por D. Maria da Silva, viúva de João Rodrigues Pereira, senhor de Cabeceiras de Basto, dando corpo à grande casa dos senhores das Ilhas Desertas, com a propriedade hereditária de Regalados, a alcaidaria-mor de Torres Vedras e o ofício de vedor da Casa das Rainhas. Este D. Gastão (8.^o), estribeiro-mor da rainha, fez grandes obras no Grilo, onde seu pai já tinha feito alguns melhoramentos, cujos

dispêndios registou numa memória, declarando não só as dívidas que deixara ao morgado, como (...) *as despesas que fez na compra do foro desta quinta do Grilo, e outras mais obras e benfeitorias da mesma quinta*¹³. No primeiro quartel do século XVIII, à imagem de outras grandes casas senhoriais, por várias vezes a das Ilhas Desertas recorreu ao expediente de sub-rogar bens de morgado e da Coroa — com o respectivo aval régio — para contornar problemas de solvência financeira e de suportar as onerosas campanhas de obras. Nas benfeitorias que tinha feito na Quinta do Grilo sub-rogou (1713) 600 000 réis, quantia equivalente à da venda de umas casas do morgado a Santa Justa que (...) *não podia reedificar por não ter dinheiro e estar fazendo obras mais precisas na quinta do Grilo, cabeça do dito morgado, cujas benfeitorias importavam em mais de 4000 cruzados, o que tinha feito, e importaria em mais de outros quatro as benfeitorias que ia continuando na dita quinta*¹⁴. A falta de bens livres capazes de segurar o dote e arras — 20 000 cruzados — para a realização do casamento do primogénito, D. Luís (9.^o), com D. Isabel de Mendonça, filha dos condes de Vale de Reis, levou D. Gastão (8.^o) a obrigar bens de morgado e da Coroa (1715)¹⁵. Ascendendo as dívidas da casa a 70 000 cruzados, em 1732, por *especial graça*, fez novo empenhamento de bens de morgado, por tempo de 30 anos¹⁶.

A *Gazeta de Lisboa*, que com frequência noticiava as cerimónias religiosas na Ermida de Nossa Senhora do Rosário, regista a morte de D. Gastão (1736)¹⁷, aos 74 anos. No ano seguinte noticiava a visita à ermida, do rei, do príncipe e do infante D. Pedro, que depois da oração fizeram a honra ao padroeiro dela, D. Luís (9.º), *de lançar água benta na sepultura de seu pai*¹⁸. No dia seguinte foi a vez da rainha com a princesa do Brasil ali assistirem aos festejos da rainha Santa Isabel. Em 1745 realizou-se o casamento de D. Leonor Josefa da Câmara, filha de D. Luís, com D. António Álvares da Cunha, depois 1.º conde da Cunha¹⁹.

A um dos filhos de D. Gastão (8.º), D. Francisco de Sales da Câmara, principal da Patriarcal, também coube a iniciativa de grandes obras no Grilo. Seu pai a elas faz referência no testamento (1736), declarando que o Principal (...) *tem feito muitas benfeitorias nas casas em que mora defronte das em que eu vivo, e também na quinta contígua às mesmas casas*²⁰. Estas obras não foram alheias à promessa — a que anuiu o sucessor da casa — de que em sua vida fosse senhor e possuidor tanto dessas casas, como da quinta. D. Francisco de Sales usufruiu dessa propriedade até falecer, em 1755, juntamente com a que possuía em Almeirim, onde instituiu capela.

Do palácio diz o prior Luís Barbuda (1759) que (...) *situado ao Grilo na*

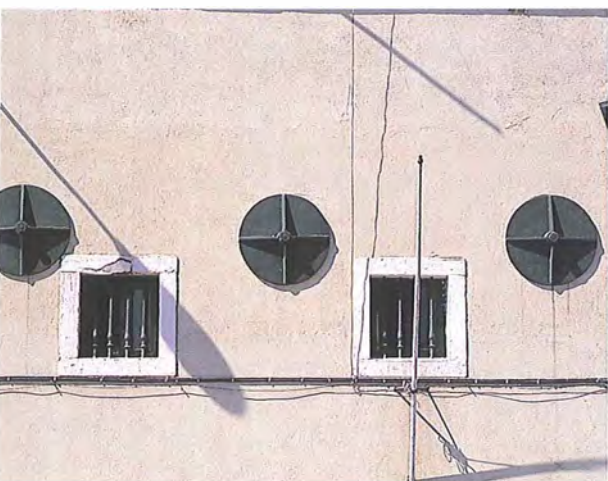


Restos das antigas quatro moradias para os capelães, fronteiras ao palácio e abrindo sobre o primitivo Largo de D. Gastão. Estas casas foram renovadas no século XVIII pelo principal D. Francisco de Sales da Câmara, filho segundo desta família que nelas morou. Nota-se, ao fundo, uma dessas antigas casas, com quatro sacadas no piso nobre, tendo a seguinte sido transformada em armazém. A outra construção de topo é um acréscimo posterior, erguido em parte sobre o traçado original da antiga via pública, hoje Escadinhas de D. Gastão.

*eminência da calçadinha que sobe para ele, sobre uma rocha, na parte do sueste sobre o mar não tem mais especialidade do que a excelente varanda para o poente, que mandou fazer o excelentíssimo Principal D. Francisco de Sales, e um embarcadouro excelente com sua porta no mesmo palácio. A entrada que fica ao norte na mesma calçada que vai para o Grilo não corresponde à magnificência do novo quarto, cuja galeria cai sobre a dita varanda*²¹.

Entretanto, viúva desde 1744, D. Isabel Libânia partilhou o palácio sobre o rio com seu filho D. Gastão (10.º) até à morte do Principal, depois do que se instalou D. Libânia nas casas nobres fronteiras ao «Largo de D. Gastão»

— assim chamado já em 1776²² — mantendo-se o filho, senhor da casa, no palácio. Falecida em 1781, fez o seu testamento no *sítio do Grilo* (...) *às casas em que reside* (...) ²³. Nesse ano D. Gastão sub-rogou 985 000 réis nas obras que fizera na propriedade, tendo (...) *acrescentado no seu palácio no sítio do Grilo, cabeça do mesmo morgado, um quarto que reedificara de novo «a fundamentis», com o qual se tinha aumentado o dito prédio nas melhores acomodações para os sucessores do mesmo vínculo*. Constou ainda no auto de vistoria (...) *ter-se feito de novo um cais pela frente do mar revestido todo de enxelharia tanto por esta parte como por cima todo lajeado, e também a mesma reformação desta rede nova; e*



Dois outros aspectos da grande varanda/cais do Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas, vendo-se a antiga varanda sobre que abriam as salas nobres, hoje com barracões escolares.

que por cima do cais onde havia um quintal, se reformaram duas casas, muito bem acabadas e forradas de chumbo, e que no pardieiro que havia no pátio, fizera o suplicante quatro casas com paredes quase todas novas, avaliando-se toda esta obra feita de

novo em 2 500 000 réis, e o reparo das casas místicas em 400 000 réis²⁴.

A Quinta do Grilo é descrita entre a segunda metade do século XVIII e meados do século XIX²⁵, do lado do rio: palácio, armazéns, tercenas e as quatro moradas de casas onde assistem os capelães da ermida, sita no palácio; do lado oposto: casas com cocheira e estrebaria, o palácio, ou casas nobres, com cocheira, loja e quarto por cima e a quinta. Do palácio deixou colorido testemunho, no primeiro quartel do século XIX, o marquês de Fronteira, que ali namorou e casou com D. Maria Constança, filha de D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (II.º) e irmã do conde da Taipa. No faustoso palácio dos sogros — diz o marquês — *se encontravam ali os primeiros talentos musicais de Lisboa e, muitas vezes, se dançava até de madrugada*²⁶. Fala das representações nas salas do Grilo, num período em que o teatro era muito frequentado pela sociedade, onde esteve hospedada durante anos a família Mieterne, protegida por sua sogra — e acrescenta: *O teatro do Grilo era dirigido por artistas distintos da época. O famoso Bontempo, o primeiro rabeca Pinto Palma, e os Jordanis, tomavam parte nas partidas musicais que ali havia*²⁷. Na capela do Grilo recebeu as bênçãos nupciais (1821)²⁸, naquele que foi o último casamento ali realizado. Da cerimónia deixou a sua impressão: *Só quando me levantei e beijei a mão de minha sogra,*

*descobrimo o túmulo de D. Gastão Coutinho, que está do lado da Epístola, é que senti uma certa comoção que nunca pude explicar e que me fez dizer a minha sogra que a capela era magnífica, mas que o lugar onde se recebiam as bênçãos nupciais, entre dois túmulos, era triste*²⁹.

O 12.º senhor das Ilhas Desertas, D. Gastão da Câmara Coutinho Pereira de Sande, baptizado na ermida em 1793³⁰, 1.º conde da Taipa (1823), casado com D. Francisca de Almeida, viúva do 1.º marquês de Valada, reuniu em 1863 todos os morgados de sua casa sob o título de Vaqueiros³¹. Castilho, a propósito da transferência da freguesia de S. Bartolomeu para o Grilo (1836), alude à (...) *influência do conde da Taipa, que então morava num palácio histórico (hoje transformado) no vizinho Largo de D. Gastão*³². Entre reconstruções e mutilações, é bem visível do exterior a estrutura, outrora sobre o rio, da varanda e do embarcadouro da casa que em outros tempos se impunha a quem andava pelo rio. Da capela — citando Manuel Bernardes Branco (1883) — *nem vestígios se encontram*³³. (JFP)

II — COMENTÁRIO

Não é fácil deslindar na amálgama de construções que hoje se erguem dos dois lados da Calçada de D. Gastão o conjunto palaciano que outrora constituiu uma das mais celebradas residências aristocráticas de Lisboa. Torna-se necessário um esforço quase inventivo para tentar discernir no meio de tanta desarrumação a estrutura primitiva do conjunto de edificações, já de si múltiplas, que compunham esta residência com dependências dispostas dos dois lados da via pública. O melhor é começar por recorrer à carta de Filipe Folque (1856), traçada ainda em vida do conde da Taipa, 13.º senhor das Ilhas Desertas, falecido em 1866. Do lado nascente da rua, sobre o rio, ergue-se isolado um conjunto compacto de construções, que englobava a desaparecida capela — infelizmente não sinalizada — e onde se destaca a celebrada varanda sobre o rio, hoje atafuhlada de barracões escolares. Essa varanda debruçava-se directamente sobre o cais — renovado em finais do século XVIII — constituindo-se o conjunto como que uma ilha solitária projectada sobre o rio, funcionando aliás como uma espécie de metáfora das Ilhas Desertas de que os proprietários eram senhores. Da banda do poente da rua, entre as escadinhas de D. Gastão e a Calçada do Grilo,



Restos do antigo muro de suporte da varanda sobre o cais, com a primitiva balaustrada setecentista.

encontra-se uma série de quatro casas justapostas — renovadas no século XVIII pelo principal D. Francisco de Sales da Câmara que nelas residiu — originariamente destinadas aos capelães da ermida fundada por D. Gastão Coutinho, hoje adulteradas pela junção de outras construções laterais oitocentistas. Qualquer destes conjuntos fronteiros se encontram recuados em relação à via pública, hoje dela separados por gradeamentos que os isolam. No entanto, como se percebe da referida carta, anteriormente formavam um logradouro comum, espécie de pátio nobre da casa, citado em várias documentação como *Largo de D. Gastão*. Da parte nascente, o palá-

cio propriamente dito, mais a grande capela anexa com acesso pela rua, sabemos que já de si devia ser bastante complexo, dadas as constantes obras e acrescentos que a documentação refere. Com algum esforço, ainda se pode isolar um pequeno torreão quadrado, talvez o elemento mais antigo, além do grande corpo rectangular adossado que fecha a norte a referida varanda sobre o cais, construção da iniciativa de D. Gastão da Câmara Coutinho, 8.º senhor das Ilhas Desertas. Quanto à fachada sobre a rua é bastante simples, modesta mesmo, parecendo esconder do passeante a exuberância de um conjunto palaciano que só visto do rio revelava

toda a sua variedade e riqueza, num efeito de surpresa tão ao gosto barroco que não deixa, também, de insinuar um certo culto pelo secretismo intimista sensível na tradição palaciana lisboeta.

Se quanto ao conjunto edificado as dúvidas são imensas, o mesmo se passa quanto à estrutura das duas propriedades de cada lado da rua. Sabemos que a condessa de Atouguia integrou em 1519 no morgado de Vaqueiros as *casas que estão junto de Xabregas do Penedo*. Sabemos que esse morgado, no século XVII, estava na posse de Francisco Gonçalves da Câmara e Ataíde, 6.º senhor das Ilhas Desertas, casado com D. Filipa Coutinho, irmã de D. Gastão Coutinho, fundador da Ermida de Nossa Senhora do Rosário da Restauração, e criador com sua mulher, D. Isabel Ferraz, do morgado do Grilo que tinha por cabeça essa mesma capela. Sabemos, por outros documentos, que os terrenos da pedreira para erguer o adro da capela e as casas fronteiras para os capelães foram adquiridos (1656) pela referida D. Isabel ao vizinho António de Oliveira de Azevedo, senhor da quinta depois dos Leite de Sousa, parecendo, pois, que D. Gastão fundou a capela em terrenos diversos daqueles que possuía seu cunhado, o referido Francisco da Câmara. No entanto, Frei Agostinho de Santa Maria afirma no século XVIII (ver texto anexo) que



A actual Rua da Manutenção, outrora cais de embarque da propriedade dos senhores das Ilhas Desertas.

a capela foi fundada no tal *penedo* do morgado de Vaqueiros, lançando alguma confusão sobre a conjugação das várias propriedades em questão. Parece, todavia, pouco provável que D. Gastão pudesse instituir um vínculo num terreno propriedade do cunhado, o qual, por variada informação, sabemos que viveu com ele em permanente litígio. Só o eventual aparecimento do arquivo desta casa poderia resolver esta complexa embrulhada, que definidamente perdeu sentido uma vez que D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, 7.º senhor das Ilhas Desertas, foi o único herdeiro do pai e do tio materno, reunindo numa

só as diversas propriedades dos dois lados da via pública.

O elemento mais importante deste conjunto era, sem dúvida, a grande capela, jazigo durante dois séculos de todos os membros desta família. As constantes visitas régias e as diversas cerimónias nela desenroladas, sobretudo a festa da padroeira a 2 de Julho, fizeram época nos anais lisboetas, acentuando o relevo de se tratar de um dos poucos monumentos vivos à Restauração de 1640, sempre lembrada nas bandeiras expostas que D. Gastão Coutinho ganhara nas suas campanhas militares. Deste interessante monumento nada resta, não deixando de constituir um enigma como é que ela desapareceu sem deixar traços na documentação, já que até ao presente nada foi encontrado. As bandeiras e o enorme túmulo de mármore de D. Gastão Coutinho, um dos quarenta do 1.º de Dezembro — que tanto impressionou o marquês de Fronteira que nesta capela casou em 1821 —, mais a devota imagem de Nossa Senhora do Rosário da Restauração sumiram-se para sempre na poeira de uma memória colectiva infelizmente muito pouco interessada em cuidar de si.

Como informação complementar de interesse histórico, diga-se que o 1.º senhor das Ilhas Desertas, então parte integrante da capitania do Funchal, foi João Gonçalves Zarco da Câmara,

o celebrizado povoador da ilha da Madeira. Mais tarde, seu neto, Simão Gonçalves da Câmara, 3.º capitão, veio a separar as Ilhas Desertas em senhorio autónomo a favor do filho do seu segundo casamento, Luís Gonçalves de Ataíde, portanto 4.º senhor das Ilhas Desertas, neto pela mãe dos condes de Atouguia. O neto deste, o referido Francisco Gonçalves da Câmara, 6.º senhor, tentou suceder na capitania do Funchal como primeiro descendente por varonia da família, ao extinguir-se no século XVII a linha principal, a dos condes da Calheta, perdendo vários processos para a Casa Castelo Melhor, que veio a ser a herdeira. No entanto, e como representantes da linha varonil primogénita da descendência dos capitães do Funchal, os sucessivos senhores desta casa usaram exclusivamente as armas de Câmara em chefe, sem misturas, apesar de todos os outros morgados que na casa caíram. (JSM)



CAIS DOS SENHORES DAS ILHAS DESERTAS

O progressivo avanço da margem do rio fez desaparecer uma das imagens mais marcantes da Zona Oriental de Lisboa, marcada pela sucessão de variados cais de acostagem, alguns públicos e outros de carácter privado, servindo as diversas casas dispostas

ao longo da margem. Os restos do cais dos senhores das Ilhas Desertas, na actual Rua da Manutenção, é uma das poucas reminiscências dessa realidade de outrora, cuja lembrança está bem viva nas referências que lhe faz o marquês de Fronteira nas suas *Memórias*.

¹ IAN/TT, Chancelaria de D. Sebastião, L.º 23, fls. 279.

² IAN/TT, RP, Casamentos, L.º 1, fl. 30v.

³ Macedo, Luís Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés*, Lisboa, CML, Vol. IV, p. 123.

⁴ IAN/TT, Vínculos, Santarém, n.º 21.

⁵ Index das notas de vários tabeliães de Lisboa, Lisboa, BNL, 1944, T. 3, p. 170.

⁶ IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 25, L.º 1.

⁷ Costa, P. Antonio Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868-69, p. 262.

⁸ Santa Maria, P. Francisco de, *Ceo Aberto na Terra*, off. de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, L.º 2, p. 493.

⁹ Index das notas de vários tabeliães de Lisboa, Lisboa, BNL, 1949, T. 4, p. 6.

¹⁰ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1707, pp. 197-198.

¹¹ IAN/TT, Vínculos, Santarém, n.º 21, fls. 6.

¹² IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 25, L.º 1.

¹³ IAN/TT, RGT, L.º 210, fls. 70v.

¹⁴ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 38, fl. 165v.

¹⁵ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 42, fl. 297.

¹⁶ IAN/TT, Chancelaria de D. João V, L.º 82, fl. 12v.

¹⁷ *Gazeta de Lisboa* de 30.8.1736; e IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Óbitos, Cx. 26, L.º 4, fl. 43v.

¹⁸ *Gazeta de Lisboa* de 11.7.1737.

¹⁹ *Gazeta de Lisboa* de 16.3.1745; e IAN/TT, RP, Santa Engrácia, Casamentos, Cx. 19, L.º 6, fl. 26v.

²⁰ IAN/TT, RGT, L.º 210, fl. 71v.

²¹ Portugal, Fernando e Alfredo de Matos, *Lisboa em 1758 — Memórias Paroquiais*, Lisboa, Coimbra Editora, 1974, p. 116.

²² IAN/TT, RP, Beato, Óbitos, L.º 1, fl. 26.

²³ IAN/TT, RGT, L.º 315, fls. 160-161.

²⁴ IAN/TT, Chancelaria de D. Maria I, L.º 16, fl. 313v.

²⁵ AHTC, DC, Santa Engrácia, Livros de Arruamentos, mps. 420-465.

²⁶ Barreto, D. José Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, P. I, (1802-1818), p. 156.

²⁷ Barreto, D. José Mascarenhas, *ob. cit.* P. II, (1818-1824), p. 181.

²⁸ IAN/TT, RP, S. Bartolomeu, Casamentos, L.º 4, fl. 2v.

²⁹ Barreto, D. José Mascarenhas, *ob. cit.* P. II, (1818-1824), p. 223.

³⁰ IAN/TT, RP, S. Bartolomeu, Baptismos, L.º 3, fl. 55.

³¹ IAN/TT, Vínculos, Santarém, n.º 21.

³² Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, Lisboa, CML, 1938, Vol. XI, p. 71.

³³ Branco, Manuel Bernardes, *História das Ordens Monásticas em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão, 1888, Vol. III, p. 256.



D. GASTÃO DA CÂMARA COUTINHO PEREIRA
DE SANDE

1.º conde da Taipa, 13.º senhor das Ilhas
Desertas (1795-1866)

(Fotografia publicada na HISTÓRIA DE PORTUGAL de
Pinheiro Chagas).

Militar brilhante e orador truculento, o conde da Taipa é uma figura marcante da instauração do regime liberal. Apesar de ser um dos autores da Vila-Francada (1823), que lhe valeu o título de conde, depressa se ligou a outros aristocratas que lutaram pela causa da liberdade — Terceira, Palmela, Saldanha ou Fronteira, este último seu cunhado — de acordo, aliás, com as reticências que a sua classe sempre levantou aos excessos do despotismo pombalino. No entanto, ficaram também explícitas as divergências com os liberais radicais, sendo disso paradigma o corte dramático, ainda no exílio em

França, com o regente D. Pedro e os seus amigos, facto que determinou a exclusão de D. Gastão da expedição do Mindelo. Reintegrado na Câmara dos Pares, mas afastado do exército, o conde da Taipa fez dessa tribuna o local adequado para as suas violentas diatribes, que não pouparam ninguém, fazendo época na sociedade lisboeta a sua verve sempre cáustica, de que Costa Cabral seria a vítima seguinte. Depois da Regeneração o conde afastou-se da vida pública, residindo frequentemente nas suas propriedades de Almeirim. Numa das suas viagens ribatejanas teve como companheiro Almeida Garrett, surgindo citado como o conde T. nas *Viagens na Minha Terra*.

ELIAS GARCIA

Busto de José Elias Garcia

Alberto Nunes, 1888

Mármore branco

Pertenceu este busto ao Centro Escolar Republicano Elias Garcia, que funcionou na Calçada de D. Gastão, n.º 15, 1.º Dt., em parte do antigo Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas. O centro foi fundado em 20 de Abril de 1908, destinando-se, como muitos outros que então existiram em Lisboa, à *propagação e promoção das ideias republicanas, difusão da instrução pelos seus associados e à promoção de palestras sobre temas políticos*. Este centro funcionou até Abril de 1975.

Habitualmente estes centros escolhiam para evocação algumas das grandes figuras do ideário republicano, como é o



caso de José Elias Garcia. O Estado Novo integrou os centros republicanos no ensino particular, exercendo um activo controle sobre as suas actividades, em especial o ensino, impondo algumas regras que constituíram um manifesto retrocesso, como a separação dos sexos no ensino primário, contrária à tradição destes centros.

Ao Centro Elias Garcia pertencia este busto realizado pelo escultor Alberto Nunes, bem como fotografias de notáveis republicanos, caso de Manuel de Arriaga ou Afonso Costa, assinadas por Júlio Novais, assim como óleos do mesmo fotógrafo executados a partir das fotografias. A salvaguarda deste património deve-se ao cuidado do Sr. João Mendes, actual locatário do edifício, que também preservou o arquivo do Centro Elias Garcia. (LA)

Da milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Rosário da Restauração que se venera na sua Ermida do Grilo (in Frei Agostinho de Santa Maria, Santuario Mariano, Lisboa, 1707, T. I)

(...) Depois daquele memorável sábado primeiro de Dezembro do ano de 1640 (...) saíram vários fidalgos a render as fortalezas que à cidade de Lisboa ficavam vizinhas. Um destes foi D. Gastão Coutinho, que tinha sido um dos quarenta (...). E este fidalgo tocou ir render a fortaleza de Cascais, em que depois de grande trabalho (...) entrou dentro dela em os dez do mesmo mês. E tratando de ir dar graças (...) foi à ermida da mesma fortaleza, em cujo altar achou uma imagem de N.^a Sr.^a do Rosário (...) à qual depois de lhe dar graças pela mercê que Deus lhe tinha feito (...) pediu favor à mesma para a continuação da começada empresa da aclamação (...) prometendo-lhe que se lhe desse bom sucesso nela lhe faria uma casa onde com mais decência fosse venerada.

Feito este voto (...) tomou a imagem da Senhora do altar (...) por prémio da vitória, (deixando em seu lugar outra que para isso mandou fazer logo), e a mandou a sua mulher D. Isabel Ferraz, para que a colocasse no oratório da quinta do Grilo, que era de seu cunhado Francisco Gonçalves da Câmara (...). Na referida quinta do Grilo deixou sua mulher, em cujo serviço havia uma

moça muito simples, mas muito devota de N.^a Sr.^a a quem o tempo ocultou o nome, deixando-lhe só o de Antunes, com que sempre entre a gente da casa era nomeada. (...) A ela apareceu a Senhora por repetidas vezes, e lhe mandou dissesse a D. Gastão Coutinho lhe satisfizesse a sua promessa, edificando-lhe a casa que lhe prometera. (...) Na manhã do dia seguinte acharam a imagem sobre a cama da moça, tendo a Senhora as contas ao pescoço e três voltas em um braço da mesma moça. Divulgou-se o sucesso pela casa e vizinhança (...). Vieram os religiosos (de Xabregas e Beato) com grande concurso de povo e com procissão levaram a Santa Imagem da câmara em que a moça dormia para o oratório das casas, (...) e ali repetidas vezes a viram suar, e fazer muitas maravilhas; porque deu vista a cegos, sarou coxos e aleijados e deu saúde a muitos enfermos que vindo de romaria (...) untando-se com o azeite de sua lâmpada voltavam livres das enfermidades (...). Adoeceu a moça Antunes gravemente em o princípio do ano de 1643 (...) e pouco antes da sua última hora mandou dizer a D. Gastão Coutinho que se não queria edificar (...) a casa que prometera, tornasse a levar a imagem à mesma parte de onde a tirara. (...) Quis logo dar princípio e vendo-se perplexo na escolha do sítio (...) se sentiu um tremor de terra e se viram milagrosamente abertas umas covas que mostravam ser os alicerces

da nova casa (...) em que hoje se vê a ermida (...) que então era um quintal daquelas mesmas casas e quinta do Grilo.

(...) Continuou a obra com tanto fervor e cuidado que a Senhora se colocou na sua ermida no dia de São João Baptista do ano de 1644, levando-a do oratório em procissão as mesmas comunicações (...). No ano de 1652 instituíram D. Gastão Coutinho e sua mulher (...) um morgado (...) e dispuseram em seus testamentos que depois de mortos lhe dessem sepultura à vista desta mesma Senhora, onde seu sobrinho lhes mandou lavrar dois majestosos túmulos de ricos mármore com elegantes epitáfios e armas de sua nobreza. Também (...) deixaram quatro capelães perpétuos que quotidianamente dizem missa pela alma deles instituidores e de seus ascendentes e descendentes (...) e dispuseram que a festa principal (...) fosse em 2 de Julho, dia da visitação de N.^a S.^a. A tudo isto deu inteira satisfação Luís Gonçalves Coutinho da Câmara, mandando edificar as casas para moradas dos capelães, defronte da mesma ermida (...) com a perfeição que ainda hoje se vê (...). No dia da festa, além da armação da ermida, se põem nela as bandeiras que D. Gastão Coutinho ganhou assim aos galegos na província de Entre Douro e Minho (...) como em Tânger aos mouros. É visitador desta capela o geral da Congregação dos Cónegos de São João Evangelista. (...)



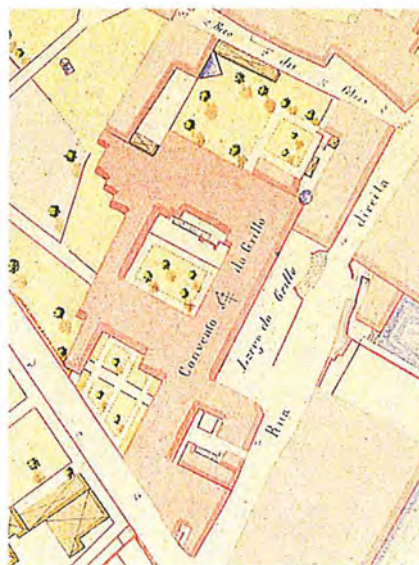
Convento do Grilo. Recanto no corredor do primeiro piso de celas, com janelão sobre o rio.

I — RESENHA HISTÓRICA

CONVENTO de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete, cabeça da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, foi fundado na zona do Grilo — daí a designação de Grilos — pela rainha D. Luísa de Gusmão, viúva de D. João IV. Pretendendo fundar dois conventos, um masculino e outro feminino, a rainha solicitou ao geral da Ordem a autorização para concretizar a sua ideia (25.4.1663) passando-se patente em 16.5.1663¹.

Os cinco reformadores — vigário, confessor, capelão, sacristão, e um outro, vindos do Convento da Graça — que se haviam de descalçar e vestir o hábito reformado dos Agostinhos, pararam na ermida de D. Gastão Coutinho de onde saíram em procissão à igreja e capela da sereníssima rainha, juntamente com as religiosas. Aqui pregou aquele que ficaria por prelado, Frei Manuel da Conceição, confessor da rainha e que a aconselhara sobre aquela fundação. Escreveu ele a Clemente IX que persuadira a rainha que fizesse uma obra que seria muito agradável a Nosso Senhor; e foi que introduzisse naquele Reino a Reforma dos Descalços de meu Padre Santo Agostinho².

A data da fundação não está determinada com precisão. Carvalho da Costa



aponta o ano de 1664³, e justifica o orago de Monte Olivete por uma devota imagem de N. Senhor orando no Horto, que estava em uma capelinha, a qual hoje se venera na portaria deste convento. A existência desta capelinha é confirmada por Frei Agostinho que fala de uma capela que tinham na cerca⁴. Este segundo autor, cronista coevo, vigário-geral da Ordem e importante fonte para a história desta instituição, refere o dia 2.4.1663 para a sua fundação e a de 15.5.1666 para o lançamento por D. Afonso VI⁵ da primeira pedra do edifício, projectado como o das Grilas, por João Nunes Tinoco, arquitecto da casa da rainha (1665)⁶, em cuja edificação terá participado, como pedreiro, João Antunes⁷.

Parece que durante aquele interregno de tempo os religiosos se acomodaram em algumas casas ali existentes, até à construção de edifício próprio. Este ergueu-se numa quinta que a rainha mandou se tomasse, pertença de Gonçalo Vasques da Cunha, situada no sítio de Xabregas, para nela se fazer gasalho para confessor, capelães e mais religiosos que haviam de assistir no mosteiro das religiosas recoletas capuchas de Santo Agostinho que a mesma senhora fundou no dito sítio (...) e em efeito se tomou a dita quinta e nela estão já os ditos religiosos⁸ (16.6.1665). Entretanto, falecendo o vendedor, coube aos seus sucessores a efectivação da venda, cujo valor importou à rainha 4000 cruzados, depois de emanado o alvará de desobrigação, por a propriedade ser de morgado. A igreja já devia estar concluída dois anos depois, visto que no dia 19.7.1668, Fernão de Castilho de Mendonça doou ao convento a sua Quinta da Tourada, na Caparica, com obrigação de o sepultarem na capela-mor do dito convento no carneiro que está nela feito⁹. Anos depois (23.10.1683) sofreu um grande incêndio que, em menos de duas horas, destruiu a igreja e a maior parte do convento. Da igreja primitiva diz-nos Frei Agostinho que era pequena, e baixa (porque ainda viam os religiosos no convento velho)



Sacristia da Igreja do Grilo, hoje freguesia de S. Bartolomeu. Além dos azulejos e do magnífico arcaz setecentista, realce-se a pintura mural do século XVIII, recentemente descoberta e restaurada por iniciativa do actual prior, Padre Manuel Carvalho.

e era também a igreja forrada de pinho de Flandres¹⁰. Não demorou muito a reconstrução, com inevitáveis alterações no conjunto edificado, sofrendo a sua estrutura seiscentista intervenções ao longo do segundo quartel do século XVIII.

No ano de 1735 a Capela de Nossa Senhora da Copacabana (ver caixa) foi pintada e dourada por Bernardo da Costa Barradas e João Crisóstomo Ribeiro, segundo encomenda do contador-mor Luís Manuel Castanheda de Moura¹¹. O altar-mor foi consagrado em 19.4.1739 por D. Frei Leandro da Piedade, religioso desta congregação e bispo da ilha de São Tomé¹². O facto de não ter sido afectado pelo terramoto — um dos edifícios grandes,

que ficaram livres de ruínas¹³ — permitiu ao convento preservar a sua estrutura, mantendo elementos como o corredor onde se abrem as antigas celas e a escadaria conventual, cujo tecto moldado em estuque foi feito em 1746 e retocado em 1870. Castilho louvou o esplendor desta escadaria¹⁴.

Quando da extinção em 1834, segundo o inventário dos seus bens, o convento constava de dois dormitórios, primeiro e segundo andar, os quais olham para o mar. Há mais um pequeno dormitório, e noviciado para a parte da terra. Há um refeitório, cozinha, e dispensas. Dentro da portaria há quatro casas abobadadas. A sua cerca é de figura triangular, que

consta de parreiras, e um bocado de vinha, poucas árvores de caroço, e alguns tabuleiros para horta; tem duas noras, e um poço. Confronta pela parte do poente com a calçada do Grilo, estrada de Marvila. Pelo lado oposto com a cerca das freiras Grilas. Pelo nascente com o convento, igreja e armazéns¹⁵. Igualmente se inventariou o cartório — cujo paradeiro se desconhece — e fez-se uma relação dos juro e dívidas do convento, contando-se entre os devedores o marquês de Pombal, por uma dívida de 1 660 000 réis¹⁶.

A Igreja do Grilo, restaurada em 1896, foi destinada a sede da freguesia de S. Bartolomeu (1835), transferida do templo do Convento do Beato — completamente degradado — onde estava sedeadada desde 1755, originando a errónea designação de freguesia de S. Bartolomeu do Beato, dando aso a chamar-se hoje do Beato esta igreja dos Agostinhos. No antigo edifício conventual instalou-se o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, fundado por D. João IV, então situado na Mouraria. O *Almanaque Estatístico de Lisboa* de 1848 já refere a sua existência no Grilo¹⁷, o que não se verifica no de 1843. Esta instituição esteve na base do actual Recolhimento do Grilo, integrado no CRSSLVT, que acolhe senhoras, em habitações próprias, dispostas nas antigas celas dos frades. (JFP)



II — COMENTÁRIO

Apesar das profundas transformações que toda a Zona Oriental sofreu desde meados do século XIX, nela coabitam ainda algumas das mais preservadas unidades que nos permitem uma aproximação à imagem original de alguns conjuntos. Um deles é, sem dúvida, este Convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete, dos Agostinhos Descalços, preservado pela manutenção de um uso próximo da sua função original. Após a saída dos frades (1834) foi o seu lugar ocupado pelas senhoras do recolhimento, mantendo-se quase intacta a estrutura primitiva. Este facto, aliado à riqueza artística — quer arquitectónica, quer decorativa — fazem deste conjunto



Vista de conjunto do Convento do Grilo. Note-se o antigo muro de suporte da via pública, caindo primitivamente sobre a margem do rio, hoje Rua da Manutenção. Ao lado: uma das portas das celas, com revestimento de azulejos de belo efeito decorativo.

um caso à parte no panorama patrimonial lisboeta.

Pouco ou nada se sabe da estrutura primitiva seiscentista desta casa religiosa, segundo se afirma obra de João Nunes Tinoco, sendo possivelmente restos dela o corredor com celas que se abre à esquerda no topo da escadaria, referido no inventário de 1834 como *um pequeno dormitório e noviciado para a parte da terra*. O tipo de desenho das abóbadas e aberturas, tudo mais modesto e atarracado que no restante convento, e o uso de vergas rectas nas portas contrasta nitidamente com a maior elegância das vergas em arco abatido utilizadas nas restantes aberturas do convento, naturalmente mais tardias. Com efeito, este tipo de verga

encurvada vulgariza-se entre nós só no século XVIII, sendo este possivelmente dos primeiros casos de uso sistemático no interior e na fachada desta novidade arquitectónica.

Após um enorme incêndio (1683) o convento foi reconstruído e muito aumentado, substituindo-se o ar modesto de uma casa eremítica pela exuberância de uma notável decoração barroca. Infelizmente não dispomos do arquivo desta congregação para se poder avançar com alguma segurança para a pormenorização das diversas fases dessas obras bem como para o conhecimento das autorias dos projectos. A data mais antiga, 1739, consta na lápide de consagração do altar-mor da igreja e refere o patrocínio de um

membro da Ordem, D. Frei Leandro da Piedade, bispo de São Tomé. O mais natural é essas obras terem-se arrastado com vários intervenientes, denotando-se alguns detalhes a justaposição de diferentes sensibilidades estéticas, mas na maioria já bem dentro do século XVIII. Logo na fachada se destaca a sobreposição sobre um muro liso de pequenas aberturas de verga encurvada — já portanto do século XVIII, mas num arranjo global bem dentro da tradição conventual — do corpo esguio de três pisos da portaria, belo apontamento barroco onde é sensível a influência da prática vulgarizada sob a influência de J.F. Ludovice.

Diversa sensibilidade se evidencia na fachada da igreja, arranjo por certo mais tardio. Aliás, sabendo-se que a igreja primitiva *era pequena, e baixa*, como informa o cronista da Ordem, poderá admitir-se que o templo actual — nada pequeno, nem baixo —, tenha sido refeito de raiz depois de 1683. A cabeceira da igreja isola-se do restante conjunto pela substituição da talha, azulejo e emblemas, dominantes nos vários altares laterais, por um apurado trabalho em mármore de nítido sabor italiano, já atribuído — sem referência documental — a Giovanni Bellini, de Pádua, um dos artistas transalpinos a trabalhar nos estaleiros de Mafra, habitualmente associado às empreitadas da responsabilidade de Ludovice (Aires de Carvalho



Em cima: vista do conjunto da nave da Igreja.
Em baixo: a escadaria conventual.

— *A Arte no Tempo de D. João V*, vol. II). São notáveis as diversas portas de desenho erudito elaborado e o conjunto do altar-mor, com colunas salomónicas, evidente citação do modelo romano de Bernini. Destaque-se, ainda, o revestimento de mármore até meia altura das paredes laterais — destinado a encosto do cadeiral — com grandes molduras alternando cartelas elípticas e rectangulares num belo efeito decorativo. É possível que esta capela-mor, consagrada como afirma a referida lápide em 1739, decorra de uma campanha de obras em que se integre também a fachada da igreja.

Finalmente deverá realçar-se no interior da parte conventual a portaria e a escadaria, bem como os dois amplos corredores sobrepostos que correm ao longo de todo o edifício. Impõe-se a exuberância decorativa dos azulejos (*ver Guia do Azulejo*) num conjunto marcado pelo ar profano mais próprio de um palácio, mas estranho numa casa conventual de eremitas descalços, obedientes a uma estrita regra de pobreza. É possível que o referido bispo D. Frei Leandro utilizasse este edifício como residência, introduzindo-lhe essa componente mundana de aparato barroco. A escadaria é um dos mais interessantes apontamentos, quer pela sua beleza e qualidade, quer pelo carácter unitário da intervenção, toda ela datável — arquitectura, azulejos, gradaria e tecto — da década de



quarenta do século XVIII. Quanto ao tecto, onde consta a data de 1746, será possivelmente obra de Grossi, introduzindo em Lisboa deste tipo de decoração em estuque, aqui chegado nesta mesma década, sendo esta, portanto, uma das suas primeiras realizações lisboetas. Este conjunto de grande qualidade, tão

raramente preservado na sua unidade original, merece bastante mais atenção do que aquela que lhe tem sido prestada para entendermos esse momento charneira da arquitectura e do gosto lisboeta, marcado pela opção deliberada de D. João V da pela estética barroca de matriz romana. (JSM)



Aspectos da capela-mor da Igreja do Grilo, hoje freguesia de São Bartolomeu do Beato, destacando-se o apurado trabalho dos revestimentos em mármore colorido (1739).

¹ Madahil, António da Rocha, *A Crónica inédita da Congregação dos Agostinhos Descalços*, Coimbra, 1938, Coimbra Editora, pp. 10-12.

² Madahil, António da Rocha, *ob. cit.*, p. 9 — nota.

³ Costa, A. Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868, Vol. III, p. 413.

⁴ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1721, T. VII, p. 14.

⁵ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *ob. cit.*, Lisboa, 1707, T. I, p. 477.

⁶ Santos, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, Vol. II, pp. 217.

⁷ João Antunes — Arquitecto — 1643-1712 (Catálogo), Instituto Português do Património Cultural, 1988, pp. 9-10.

⁸ IAN/TT, CN, C-9A, Cx. 41, L.º 196, fls. 37-39.

⁹ Index das Notas de vários Tabeliães de Lisboa, Lisboa, BNL, 1949, T. 4, fl. 37.

¹⁰ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *ob. cit.*, T. VII, p. 13.

¹¹ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 52, L.º 582, fls. 35v-36v.

¹² Lê-se numa inscrição atrás do altar-mor.

¹³ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos*, Lisboa, Officina de Antonio Vicente da Silva, 1758, p. 135.

¹⁴ Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, Lisboa, CML, 1938, Vol. XI, pp. 75-76.

¹⁵ IAN/TT, AHMF, Convento de N. Senhora do Monte Olivete, n.º 2218, pp. 8-8v.

¹⁶ IAN/TT, AHMF, Convento de N.ª Senhora do Monte Olivete, n.º 2218, p. 10.

¹⁷ Portugal, M. A. F. (coord.), *Almanak Estatístico de Lisboa*, Lisboa, Typ. do Grátis, 1848, p. 249.



CAPELA DE N.ª SR.ª DE COPACABANA
Nesta capela encontra-se a lápide da sepultura de D. Francisca Pereira Teles — 1716 — filha de Luís Pereira de Barros, mulher de Plácido



Castanheda de Moura e mãe de Luís Manuel de Castanheda de Moura Pereira Teles, também ali sepultado. No testamento mandou que o seu corpo fosse sepultado na capela de Nossa Senhora de Copacavana e aos pés do seu altar, deixando 50 000 réis para as obras e 100 000 à Irmandade de Copacabana

para que os ponham a razão de juro em parte muito segura, dando-os aos padres para a missa e sermão da sua festa anual, a aplicar pela sua alma. A obra da capela foi encomendada por seu filho, o contador-mor Luís Manuel Castanheda de Moura, que ali tinha o seu jazigo e determinou que seria feita com todo o primor da arte pondo-lhe no cimo as suas Armas², pelo preço de 350 000 réis, com talha pintada e dourada por Bernardo da Costa Barradas e João Crisóstomo Ribeiro. A imagem de Nossa Senhora de Copacabana não está hoje na capela, substituída por uma imagem de São Teotônio, assinada por Manuel de Almeida Portuense (em cima, à esquerda). Frei Agostinho de Santa Maria dedicou o I.º tomo do

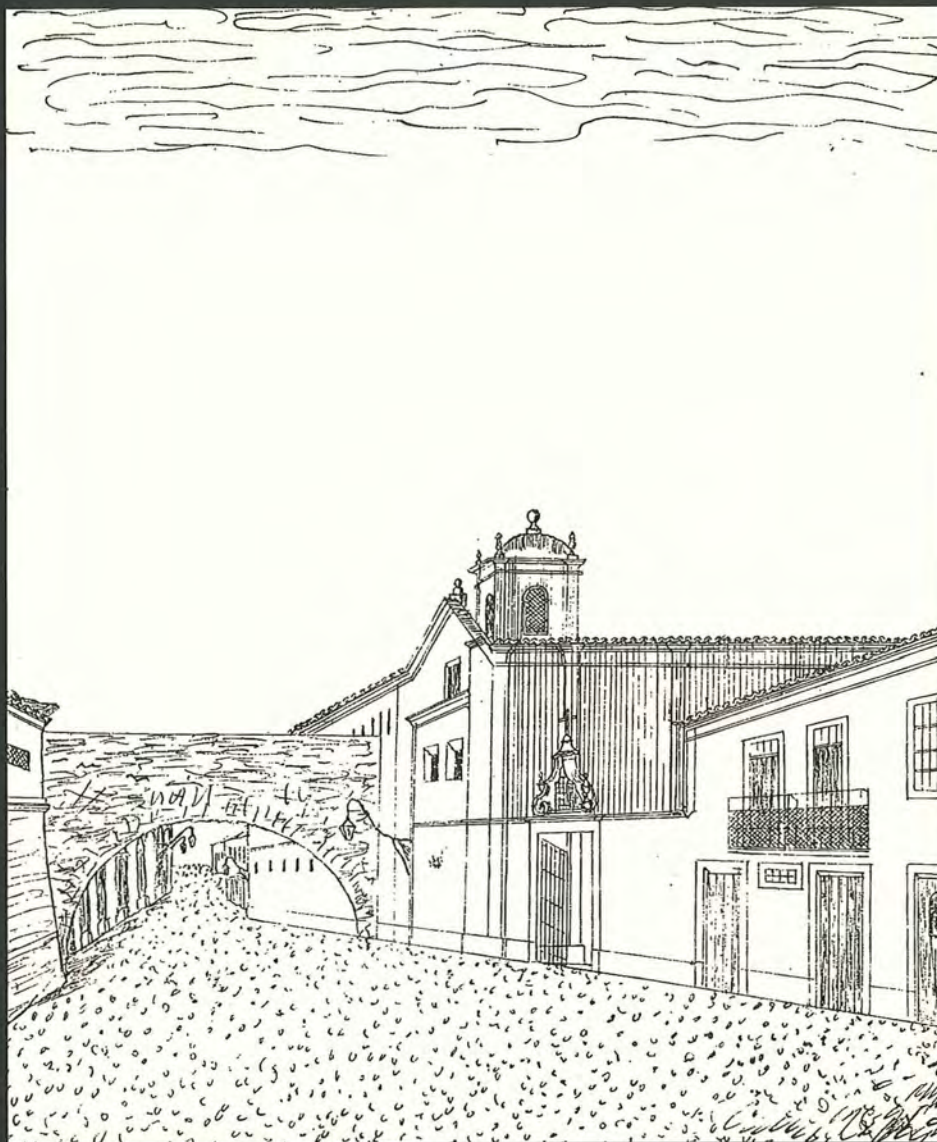
Santuário Mariano a Maria Santíssima debaixo do seu milagroso título de Copacabana. O cronista relata a história dessa imagem de origem peruana, da vila de Copacabana, trazida para o Porto em meados do século XVII, donde se disseminou pelo reino. Foi introduzida nesta igreja (I.I.I.1706) pela condessa de Santa Cruz, D. Teresa de Moscoso Sandoval. Com 5 palmos de altura, esculpida em madeira na forma das togadas, e copiada por outra que veio do Peru. Está obrada com grande perfeição, túnica branca semeada de flores de ouro, manto azul bordado de matizes de pedras, e pérolas; tem em sua mão direita ceptro, e na cabeça coroa imperial de prata ricamente obrada; em o braço esquerdo o Menino Deus; vestido de uma rica tela, e ambas as imagens são de uma grande formosura. O menino está olhando para os que chegam à sua presença com tanta graça, que rouba os corações. A Senhora está sobre um trono de nuvem com a lua aos pés sobre uma represa, enquanto se lhe não faz o seu retábulo³. Esta imagem — possivelmente a original, embora restaurada — está hoje assente numa peanha à entrada da sacristia. (JFP)

¹ IAN/TT, RGT, L.º 147, fls. 46-50v.

² IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 52, L.º 582, fls. 35v-36v.

³ Santa Maria, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, 1707. T. I, pp. 477-479.



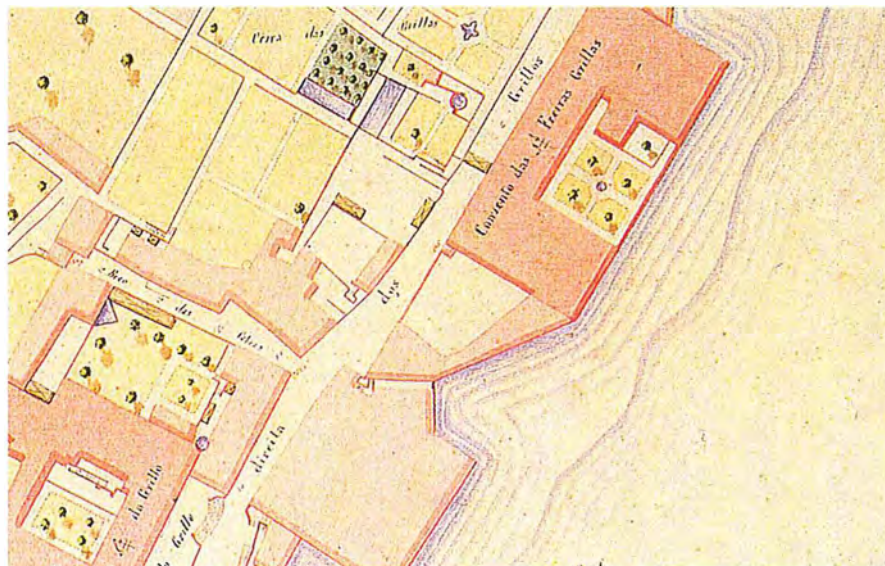


Antiga frontaria do Convento das Grilas, segundo desenho publicado in *Monumentos Sacros de Lisboa* em 1833, de Gonzaga Pereira.

23 CONVENTO DAS GRILAS

I — RESENHA HISTÓRICA

ANTIGO mosteiro das religiosas Descalças de Santo Agostinho foi fundado pela rainha D. Luísa de Gusmão em data não coincidente em todos autores que sobre ele escreveram. Frei Guilherme de Santa Maria, na crónica dos Agostinhos Descalços, trata de como a rainha (...) dispôs viessem algumas religiosas de Santa Mónica de Lisboa (...) erigindo para elas mosteiro no mesmo palácio¹. Saiu do Paço para a sua quinta, onde esteve três anos², em 17.3.1663, data confirmada por Caetano de Sousa — acrescentando ter saído a rainha (...) acompanhada d’el-rei D. Afonso, do infante D. Pedro, e de toda a corte³, — e por Frei Agostinho de Santa Maria, que diz (1721) ter seguido a rainha (...) para aquela sua quinta aonde havia mandado dispor o convento para as religiosas, em uma parte do seu mesmo palácio⁴ — com porta para o mosteiro. J. B. de Castro, por seu turno, diz que a rainha (...) lhe deu princípio em 2.4.1663, sendo a 1.^a fundadora a venerável madre Sor Maria da Apresentação, que veio com outras cinco religiosas do mosteiro de Santa Mónica de Lisboa⁵. Frei Cláudio da Conceição, escrevendo no século XIX, seguindo as citadas fontes, apenas acrescenta que o conde da Ponte ofereceu à rainha uma quinta para o novo



instituto, que mal se separou do governo, deu princípio à fundação do convento⁶, (...) que ainda não estava acabado (...) quando se recolheu (...) nas (...) poucas e imperfeitas casas do convento⁷.

Sabe-se que a rainha em 16.6.1665 comprou uma quinta que Gonçalo Vasques da Cunha tinha no sítio de Xabregas para nela se fazer gasalho para confessor, capelães e mais religiosos que haviam de assistir no mosteiro das religiosas recoletas capuchas de Santo Agostinho que a mesma senhora fundou no dito sítio⁸. Depois a rainha mandou que se tomasse (22.5.1665) (...) a quinta adiante de Xabregas, onde chamam o Grilo, a Francisco de Melo, marquês de Sande e conde da Ponte,

(...) para nela fundar o mosteiro das recoletas de Santo Agostinho (...). Apesar da rainha já ali estar aposentada, o certo é que a quinta não foi oferecida, antes custou 12 765 cruzados⁹(...) assim de principal custos e benfeitorias que nela havia feito o dito Marquês depois que entrou na posse (...). Este fidalgo arrematara a quinta em praça, em consequência da acção que Luís Álvares de Andrade movera contra os herdeiros de D. Francisco Mascarenhas (1661), governador de Macau, donde trouxe a primeira laranjeira doce para a sua Quinta do Grilo. Num tombo de S. Bento de Xabregas (1716) lê-se que o convento e cerca das religiosas Agostinhas Descalças se fundou em uma quinta dos Mascarenhas¹⁰.



Fachada actual da Manutenção Militar, remodelação oitocentista a partir do primitivo edifício conventual, segundo projecto do Eng. Joaquim Renato Baptista. O corpo central, com frontão triangular parece corresponder ao primitivo corpo da igreja, tendo sido então acrescentado novo corpo para sul simétrico às antigas dependências conventuais.

A primeira pedra do novo templo foi lançada por D. Frei Domingos de Gusmão arcebispo de Évora, sobrinho da rainha fundadora¹¹, segundo traça do arquitecto João Nunes Tinoco, por atribuição de Reynaldo dos Santos¹². As religiosas foram acompanhadas em carroças por damas da Corte até à ermida de D. Gastão, de onde saíram em procissão. D. Luísa de Gusmão aqui fez testamento (26.2.1666), no qual estipulou que o seu corpo fosse depositado na Igreja do Sacramento, *enquanto Sua Majestade lhe não fizesse a sua Igreja, e sepultura no mosteiro das (...) descalças de S. Agostinho, de quem se apartava com tanto sentimento*¹³.

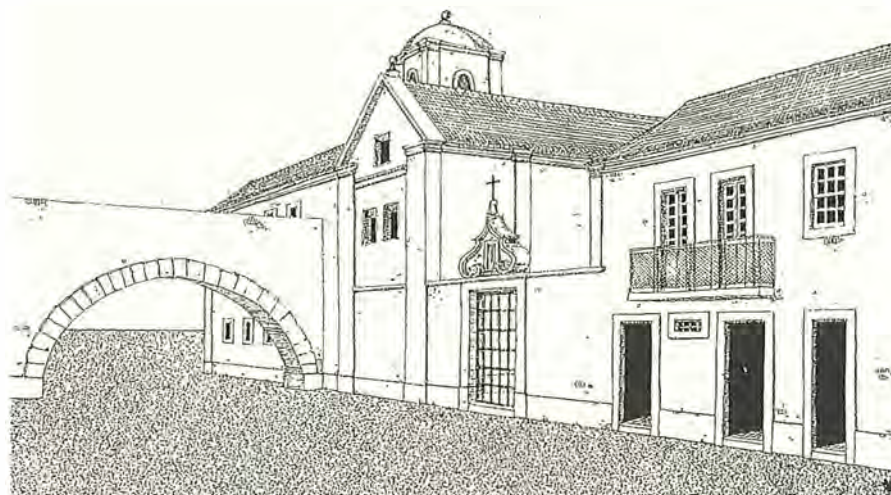
Falecida a rainha, D. Afonso VI mandou continuar as obras das duas fundações da mãe, escrevendo desde logo aos prelados dos dois mosteiros garantindo-lhes igual cuidado ao prestado pela rainha. No dia da conclusão das obras da igreja das freiras Grilas (28.8.1706) (...) *nela houve pomposa festa com assistência d'el-rei D. Pedro II e de toda a corte*¹⁴. Uma vez concluído o jazigo, em 1713, D. João V fez cumprir a vontade da avó, ali depositando *seus ossos até Final Juízo*¹⁵. Na trasladação — *em um caixão de madeira, que ali estava forrado por fora de veludo negro, e duas fechaduras de uma banda, e dentro um de chumbo*¹⁶ — estiveram presentes o duque de Cadaval e a priora.

O mosteiro, erguido entre a praia e a via pública, ligava-se à cerca fronteira por um passadiço em arco sobre a estrada. Em 1734 as religiosas contraíram um empréstimo de 3000 cruzados *para a continuação das obras do dito seu convento e regularidade da clausura dele (...)*¹⁷. Da igreja sabe-se que era escura e de reduzidas dimensões, mas *muito rica em pedraria e obras de talha*¹⁸. Em 1833, o conjunto é assim descrito: *encostado à beira-mar, no rio Tejo, sobre fortíssimas muralhas, cujo convento termina com o cais do Duque pelo nascente (...) a igreja é ornada de quadros, os quais se conservam com muito zelo, e mostram ser pinturas de André Gonçalves (isto é as mais modernas), e as antigas são de Bento Coelho da Silveira*¹⁹.

Já com os terrenos da cerca cortados pelo caminho-de-ferro, com a morte da última freira (1888), a propriedade foi destinada ao Ministério da Guerra. No antigo edifício conventual — reedificado segundo projecto do Eng. Joaquim Renato Baptista, do qual se vêem ainda o frontão e o relógio da fachada — e na cerca, instalou-se a Manutenção Militar (ver *Guia do Património Industrial*). A adaptação a fábrica de moagem, bolacha e padaria sacrificou inevitavelmente a igreja que chegara a albergar 600 fiéis. Em 1889 procedeu-se à trasladação para S. Vicente de Fora dos restos mortais da rainha fundadora, sepultada atrás do altar-mor da primitiva igreja, verificando-se então que o ataúde tinha sido violado²⁰. (JFP)

II — COMENTÁRIO

Apesar de irreconhecível no actual conjunto da Manutenção Militar que corre ao longo da Rua do Grilo, o convento das Agostinhas Descalças, popularmente chamadas as Grilas, é uma peça central, juntamente com a fronteira casa masculina da mesma congregação, na definição urbana de toda esta vasta área. Da antiga estrutura conventual pouco ou nada resta, além de algumas paredes e abóbadas, tendo desaparecido toda a decoração da igreja, onde, como se afirma na documentação, se destacavam as pinturas de Bento Coelho da Silveira e André Gonçalves. No entanto, cumpre realçar a unidade desta grande propriedade que se estendia dos dois lados da via pública, reunindo numa só por vontade da rainha D. Luísa de Gusmão, pelo menos duas quintas distintas: a que pertencera a D. Francisco Mascarenhas, governador de Macau, que a tradição diz aqui ter aclimatado a primeira laranja doce



Outro desenho, possivelmente baseado no de Gonzaga Pereira, publicado in *História dos Conventos de Lisboa*, de Baltazar M. Caeiro, Lisboa, 1989.

trazida do Oriente, depois adquirida em praça por Francisco de Melo, conde da Ponte e marquês de Sande; e a que fora de Gonçalo Vasques da Cunha, possivelmente a que ficava a poente, do lado superior da estrada. O passadiço que unia sobre esta as duas

partes do conjunto — a casa conventual, do lado do rio, e a cerca em frente — é uma imagem de marca nesta zona, pontuando durante muito tempo com a sua presença harmónica o tom pausado deste antigo caminho suburbano. (JSM)

¹ Madahil, António da Rocha, *A Crónica inédita da Congregação dos Agostinhos Descalços*, Coimbra, 1938, p. 24.

² Freire, Fr. Sebastião, *Vitimas Acçoes da Serenissima Rainha D. Luiza Francisca de Gusmam*, Lisboa, Officina de Diogo Soares de Bulhoens, 1666.

³ Sousa, António Caetano de, *História Genealogica da Casa Real*, T. VII, pp. 248.

⁴ Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuario Mariano*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721, T. VII, pp. 10-11.

⁵ Castro, João B. de, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1763, Vol. III, p. 481.

⁶ Conceição, Fr. Claudio da, *Gabinete Historico*, Lisboa, Impressão Regia, T. III, p. 284.

⁷ Conceição, Fr. Claudio da, *Ob. cit.*, T. III, p. 294.

⁸ IAN/TT, CN, C-9A, Cx. 41, L.º 196, fls. 37-39.

⁹ IAN/TT, CN, C-9A, Cx. 41, L.º 196, fls. 54-55v.

¹⁰ IAN/TT, CSBX, L.º 15, fl. 12.

¹¹ Costa, A. Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868, Vol. III, p. 413.

¹² Santos, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, Vol. II, p. 217.

¹³ Freire, Fr. Sebastião, *ob. cit.*

¹⁴ Branco, Manuel Bernardes, *História das Ordens Monasticas em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmãos, 1888, Vol. III, p. 255.

¹⁵ IAN/TT, Fundo das Gavetas, gaveta 16, mç. 2, n.º 30.

¹⁶ IAN/TT, Fundo das Gavetas, gaveta 16, mç. 2, n.º 29.

¹⁷ IAN/TT, CN, C-11, L.º 525, Cx. 120, fls. 49v-51.

¹⁸ Branco, Manuel Bernardes, *ob. cit.*, Vol. III, p. 255.

¹⁹ Pereira, Luís Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, BNL, 1927, pp. 221-223.

²⁰ Oliveira, E. Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1894, T. VIII, p. 585.

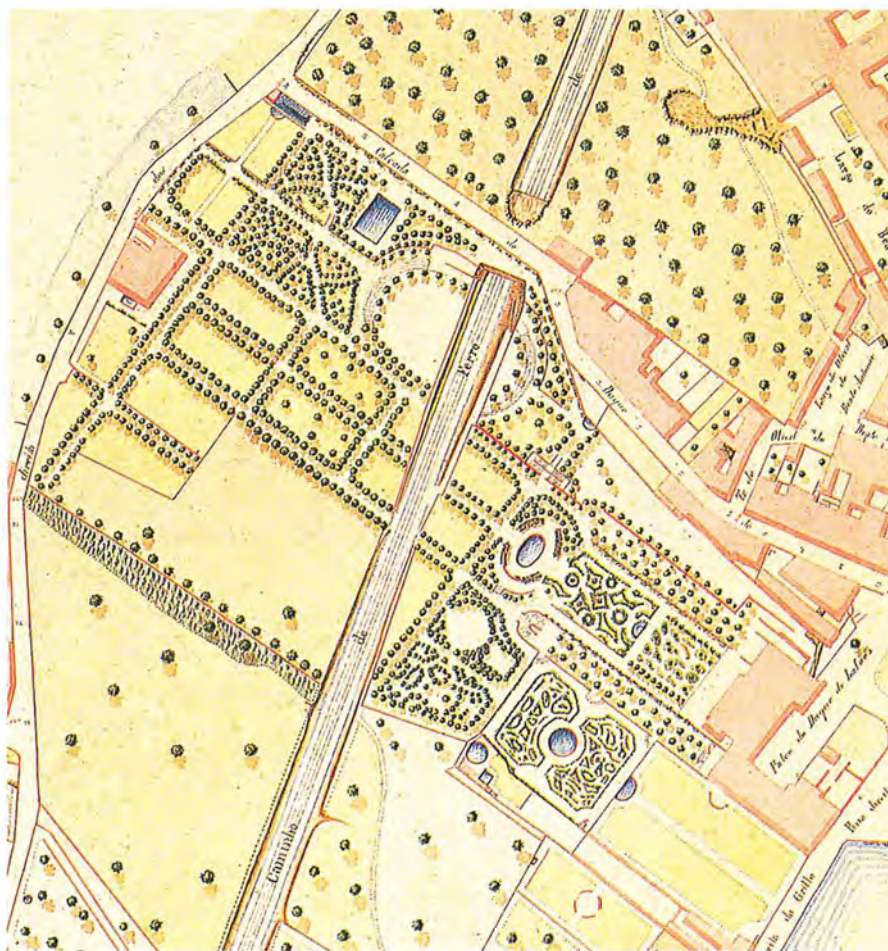


Detalhe de uma pintura mural oitocentista no palácio dos duques de Lafões.

24 PALÁCIO LAFÕES

I — RESENHA HISTÓRICA

 **PALÁCIO DO GRILO**, dos duques de Lafões, resulta da transformação de uma construção mais antiga, as casas nobres da quinta dos Mascarenhas, que acompanhava a encosta até à Estrada de Marvila. Conhece-se a história mais remota desta propriedade, da qual faziam parte um prazo foreiro a Santa Clara e dois a S. Bento de Xabregas, através dum termo de reconhecimento e respectiva medição e demarcação destes dois últimos, feito em 1715. Uma das parcelas era o da horta (...) *que possui por título de prazo em vidas do qual foi a primeira D. António Mascarenhas' (...) do qual confessa pagar 10 tostões em dinheiro e 5 galinhas; e a outra era o de duas courelas de terra, no olival dos frades Lóios de Xabregas, compradas pelo mesmo senhor, pagando 2000 réis anuais e duas galinhas. Dentro da medição da horta, que confrontava com a quinta, outrora dos Mascarenhas, onde se fundou o mosteiro das freiras grilas, ficava (...) o quarto das casas e salas que caem com janelas rasgadas para a mesma horta, onde fica também o poço e nora da mesma horta, e todas as mais casas ficam já na terra do outro prazo; fica mais nesta medição a dita horta com seu chafariz, no meio parreiras, a roda,*



A propriedade dos duques de Lafões na carta de Filipe Folque (1856-57), estando bem demarcado o perímetro inicial entre a Estrada de Marvila e a Rua do Grilo. Olhando este mapa e o corte brutal que o traçado da via férrea constituiu, não pode deixar de se lamentar a levandade com que a mesma foi desenhada, sem qualquer respeito pelas estruturas preexistentes.

*pomar e jardins e parte da vinha (...)*². Em 1497 já os Lóios possuíam metade desta propriedade, emprazando-a então a um Pêro Rodrigues de Alfama. Esta metade (...) a comprou Henrique de Figueiredo ao dito Pedro Rodrigues e pediu ao mesmo convento quisesse

*aceitar o domínio directo da outra metade que era sua livre e de tudo lhe queria fazer prazo enfatiota pondo-lhe o foro que quisessem porque ele havia por bem e queria que para sempre ficasse toda a propriedade obrigada ao dito foro*³. Aceitaram os frades



Palácio Lafões: em cima, o corpo primitivo seiscentista da quinta dos Mascarenhas, notando-se no piso térreo sobre a rua a justaposição de um revestimento de cantarias, de acordo com o projecto de renovação pós-terramoto; em baixo, a fachada do salão sobre o jardim, construído já no século XIX.

fazer-lhe o prazo (27.2.1497) com o foro dobrado, de 400 réis e 4 galinhas ao qual ainda se acrescentou mais um tostão a pedido daquele senhor. Por sua morte ficou na posse do prazo sua

mulher Catarina Gonçalves que faleceu sem nele nomear alguém, emprazando-o os frades (9.12.1522) a D. Filipa de Figueiredo, filha dos sobreditos, mulher de Francisco de Távora. Esta senhoravendeu a propriedade a D. João Mascarenhas que a possuiu em segunda vida e, por sua morte, o filho D. Nuno Mascarenhas, em terceira vida. Na posse do prazo sucedeu, após renovação pelo convento (8.7.1619), D. António Mascarenhas, filho de D. Nuno, que pouco depois (1623) comprou o outro prazo, composto pelas duas courelas no olival dos frades, ao filho do fidalgo Diogo Ribeiro Soares, a quem os padres satisfizeram o pedido de edificar casas junto ao convento, criando o prazo (1590), na condição de não (...) *abrir porta nem janela para o olival dos padres*.

D. António Mascarenhas, o Sujo, de alcunha, vinculou a Quinta do Grilo — com a obrigação do apelido Mascarenhas — com todos os seus prazos, dando-a em dote à filha primogénita, casada com Henrique de Sousa Tavares, 3.º conde de Miranda do Corvo e 1.º marquês de Arronches. Nos anos de 1656 e 1657 é referida a *quinta do conde de Miranda, junto a S. Bento*⁴ e, em 1716, a *quinta do marquês de Arronches, junto ao Grilo*⁵.

A neta daquele casal, a marquesa D. Mariana de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, única herdeira da casa, casada com Carlos José de Ligne, príncipe do Sacro Império Germânico, era conhecida por

marquesinha de Arronches, levando à citação da *Quinta da Marquesinha*, (1715⁶ e 1739⁷), designação que persistia em 1752 — ao *Grilo nas casas da Marquesinha*⁸ — já depois desta senhora falecida (1743). Sua filha D. Luísa, teve honras de duquesa (1718) depois de casar com um filho natural de D. Pedro II, o infante D. Miguel de Bragança, com tratamento de Alteza e honras de príncipe. Deste casamento nasceu D. Pedro de Bragança, a quem D. João V, seu tio, agraciou no dia do baptismo com o título de duque de Lafões. Figura carismática, *foi admirável a educação que a duquesa sua mãe lhe deu e a todos os seus filhos, aplicando-os de tenros anos às Ciências e Artes Liberais em que o Duque fez singulares progressos, instruindo-se nas belas letras e na Filosofia* (...) ⁹.

Grande do reino, sucedeu na casa directamente a sua avó, em 1743, vindo a ser regedor das Justiças, desempenhando, como tal, importante papel na reconstrução de Lisboa. Destruído o seu palácio do Carmo pelo terramoto de 1755, ficou o duque sem residência em Lisboa — em 1758 fazia o testamento (...) *na barraca em que ao presente reside* (...) ¹⁰, na cerca das Necessidades — pelo que tratou de ampliar as casas nobres da Quinta do Grilo, transformando-as num grande palácio. Vítima da complexa política do tempo, recolheu-se na sua Quinta da Granja de Alpriate (1760), onde faleceu no ano

seguinte, indo a sepultar no seu jazigo a Santa Catarina de Ribamar¹¹. Desconhece-se o estado em que ficou o palácio do Grilo após esta primeira campanha de obras, contudo, sabe-se que entre as dívidas declaradas no testamento (21.2.1758) o duque refere (...) *algumas parcelas a oficiais que têm trabalhado em serviço de minha casa e estas se satisfarão pelos róis jurados pelos mestres dos respectivos ofícios*¹².

Ao 1.º duque de Lafões sucedeu o irmão, D. João, exilado desde 1757. Enquanto não regressou ao reino, a irmã D. Joana Perpétua, marquesa de Cascais, com honras de duquesa, administrou a opulenta casa. Em 1758, ainda em vida do irmão primogénito, passou-lhe procuração para todos os seus assuntos, enquanto estivesse *ausente em reinos estrangeiros*¹³. Da administração desta senhora, que recebera de D. Pedro a Quinta de Alpriate, *para viver nela*, conhecem-se inúmeras escrituras notariais de arrendamentos de propriedades, comendas e morgados. De regresso do exílio (1779), onde em correspondência para sua irmã teria aludido, segundo Norberto de Araújo, a *uns projectos de architectura para as casas da quinta da Fonte Bela (?) e da do Grilo, tudo muito posterior à morte do irmão*¹⁴, D. João Carlos de Bragança, instalou-se na parte antiga do palácio. O fundador e presidente perpétuo da Academia Real das Ciências prosseguiu, através de várias campanhas em datas

desconhecidas, as obras iniciadas pelo irmão. Durante a sua ausência esteve a quinta arrendada a João Lobo da Gama, que ocupou a parte de cima das casas, avaliadas pelos oficiais da Décima em 90 000 réis. Neste período (1762–1779) a propriedade é descrita nos livros de Arruamentos¹⁵ como quinta composta por *casas nobres com lojas e 1.º andar, com seu pátio, e nele uma barraca, vinha, parreiras e horta, algumas árvores de fruta de caroço* (...). Só no ano de 1791 se lhe faz referência como *palácio e várias acomodações*¹⁶. Sabe-se que no século XIX o palácio levou grandes obras, entre as quais a construção do salão grande sobre os jardins, e que em 1839 foi alvo de restauros. D. Ana Maria de Bragança, 3.ª duquesa de Lafões, que sucedeu na casa com apenas nove anos, foi responsável por grande parte da rica decoração do interior do palácio, onde faleceu em 1851. Em 1823, pela morte de D. Pedro, seu tio materno e último marquês de Marialva, herdou grande parte desta casa. Depois disso, a propriedade viu-se desmembrada pelo caminho-de-ferro — cortando a quinta a meio — e, posteriormente, pela alienação de terrenos para a Manutenção Militar e para urbanização. Refira-se ainda a existência de uma bonita Capela de Nossa Senhora da Piedade, que acolheu ao longo dos anos as cerimónias da família, que ainda hoje se mantém na posse do palácio, já classificado pela Câmara. (JFP)



Palácio Lafões: duas vistas das fachadas sobre o pátio. Em cima, o conjunto possivelmente erguido já no século XIX, com acesso ao salão sobre o jardim; em baixo, fachada lateral com o revestimento em junta fendida, a única que obedece ao desenho do projecto de reconstrução pós-terramoto.



II — COMENTÁRIO

Sabemos com algum detalhe a história da evolução desta grande propriedade dos duques de Lafões, na Rua do Grilo, originada na fusão num único morgado de vários prazos distintos por D. António Mascarenhas, morgado esse depois integrado por casamento de sua filha na grande casa dos marqueses

de Arronches. Conhecemos, também, através de uma série notável de desenhos de plantas e alçados hoje guardados no Museu da Cidade, o projecto de transformação radical da casa primitiva, com uma largueza pouco habitual que teria feito deste palácio o mais importante conjunto palaciano privado alguma vez iniciado em Lisboa. Sabemos, ainda, através de uma dessas plantas, qual a exacta dimensão da casa primitiva, ainda hoje aliás intacta. Mas se sabemos tudo isto, convenha-se que caso raro nesta Zona Oriental e mesmo na restante cidade, falta-nos todavia a confirmação do dado central, fundamental para a história particular deste edifício e, sobretudo, para melhor se compreenderem as opções estéticas assumidas e o meio em que as mesmas foram produzidas: qual a data certa do início dessa reconstrução?

Em texto anterior (*Lisboa, Um Passeio a Oriente*, 1994), optou-se pela atribuição da iniciativa a D. Pedro de Bragança, 1.º duque de Lafões, possivelmente entre 1755 e 1760, a partir da conjugação de uma série de dados dispersos de vária ordem, desde familiares — como a citação feita do exílio pelo 2.º duque de Lafões aos referidos desenhos —, ou políticos — decorrentes do papel de primeiro plano que o 1.º duque desempenha como regedor das Justiças no período pós-terramoto, sendo o primeiro responsável pela reconstrução da cidade —, a meramente

documentais, como será o caso de os referidos desenhos se encontrarem numa pasta onde é citado o nome de Eugénio dos Santos, morto em 1760. Infelizmente a continuidade da investigação não permitiu a confirmação segura desta atribuição, se bem que a expressa citação pelo 1.º duque no seu testamento a *oficiais que têm trabalhado em serviço de minha casa e estas se satisfarão pelos róis jurados pelos mestres dos respectivos ofícios*, não deixe de reforçar o carácter plausível dessa afirmação, naturalmente sujeita ainda a ulterior confirmação. Registe-se, ainda, a empenhada acção construtora desse senhor, visível ainda nas obras também inacabadas da Granja de Alpriate e da Torre Bela (em Alcoentre), cuja consideração atenta se deverá ter em conta para uma análise mais aprofundada do Palácio do Grilo, que um trabalho genérico como este naturalmente não permite.

O Palácio dos Duques de Lafões tem, assim, dois níveis diferentes de abordagem. Em primeiro lugar, devemos deter-nos sobre aquilo que efectivamente lá se encontra, resultado de sucessivas adaptações de um projecto megalómano que, curiosamente, apesar de inacabado, não foi desvirtuado nas suas linhas estruturais. Em segundo lugar, uma análise sucinta sobre o próprio projecto em si, cuja apreciação se pode fazer pela leitura conjugada das diversas plantas e alçados.

Quanto ao edifício existente, em parte hoje transformado em prédio de rendimento, destaca-se sobretudo o grande corpo virado a sul, correspondente essencialmente à antiga casa de quinta. É sobretudo notável o conjunto de pinturas murais interiores, datáveis de várias épocas, devendo citar-se a intervenção de Cirilo Volkmar Machado na sala chamada da *Academia*, por encomenda do 2.º duque de Lafões. Sabemos que outras pinturas serão da iniciativa já da 3.ª duquesa, a partir de 1839, datando possivelmente dessa mesma campanha o arranjo final do grande salão a poente sobre os jardins, previsto no projecto primitivo, embora alterando-se profundamente a gramática estética decorativa, substituindo a carga barroca do desenho original por uma sobriedade mais despojada de sabor neoclássico. Cite-se ainda a capela, com arranjos actuais também atribuíveis a esta última campanha de obras, de boas dimensões e bem articulada no conjunto, já prevista também no projecto inicial. São de referir ainda alguns azulejos, sobretudo os adaptados na escada para esse salão, provenientes talvez de outras dependências da antiga casa, uma vez que são muito anteriores (ver *Guia do Azulejo*). No respeitante ao projecto de transformação, cuja datação entre 1755 e 1760 não surgiram razões para abandonar, junto se publicam de novo os citados desenhos, merecendo algumas reflexões pontuais de ordem genérica. No citado

trabalho foi levantada a hipótese de autoria de Gian-Carlo Bibiena, arquitecto cenógrafo italiano residente em Lisboa desde 1752, aqui chegado por iniciativa da rainha D. Mariana Vitória de Bourbon, e cuja actividade entre nós se encontra envolta nalguma obscuridade. É natural que a sua vinda esteja ligada ao projecto de São Francisco de Paula, na Pampulha, iniciativa da mesma rainha, embora o seu nome nunca tenha sido inexplicavelmente citado em relação a esta igreja, apesar de repetidamente se afirmar ter sido a mesma completada, a partir de 1761, ano da morte de Bibiena, pelo ajudante que com ele veio, o também italiano Giacomo Azzollini. As obras sempre referidas são a desaparecida Ópera do Tejo e o projecto inicial de Igreja da Memória, trabalhando depois do terramoto como arquitecto do rei, devendo-se-lhe os arranjos da imensa Barraca Real da Ajuda.

Esta proximidade da Casa Real, sobretudo da rainha D. Mariana, cuja acção política nesse período conturbado não tem sido convenientemente avaliada, e a sua ligação a uma das mais prestigiadas famílias de arquitectos cenógrafos italianos e à então celebrada Academia Clementina de Bolonha, na qual fora professor, tornam Bibiena o aliado de prestígio indispensável para quem ambicionava, segundo tudo leva a crer, à mão da princesa do Brasil, futura D. Maria I, em directa competição com seu



Alguns aspectos interiores do Palácio dos Duques de Lafões: o grande salão sobre os jardins, a capela e duas salas com pinturas murais oitocentistas.

primo o infante D. Pedro. A transformação que este último então realizou em Queluz, sob a tutela cosmopolita do decorador francês Robillon, conjugada com este projecto do Grilo, também ele profundamente marcado por novidades cosmopolitas — mais francesas as primeiras e mais italianas as segundas —,

parecem trazer à luz do dia uma compilação de opções de gosto travada entre dois eventuais projectos de poder. Sabemos que nenhum ganhou, ambos abafados pela forte acção de Sebastião José de Carvalho e Melo, cuja iniciativa arquitectónica ficou indelevelmente ligada ao nome de Carlos Mardel. Se, entre dois perigos, o futuro Pombal optou pela aliança com o infante, levando a que as obras em Queluz continuassem, ganhando mesmo depois uma nova dimensão de residência régia, já o Grilo ficou irremediavelmente prejudicado, sobretudo após a expulsão do duque da Corte em 1760, por não ter iluminado a residência por ocasião do casamento que tentara contrariar, morrendo no ano seguinte — o mesmo em que faleceu Bibiena — na sua Granja de Alpriate. Como sempre sucedeu, as opções estéticas são um inesgotável manancial para a compreensão aprofundada das alternativas de poder em presença, passando por elas a necessária imagem mediática indispensável em tempos de aparato cortesão.

No entanto, são o carácter cenográfico dos desenhos propostos, fazendo suculer encosta acima uma série de fachadas todas diferentes, abertas sobre espaços autonomizados, e o sentido eminentemente eclético das opções de cada uma dessas fachadas, oscilando entre o barroquismo evidente na fachada do salão sobre o jardim e o rigor já quase neoclássico da frontaria sobre a rua, que



inserem esta proposta nas correntes então mais em voga nos meios eruditos de influência italiana, em que Bibiena naturalmente se insere. Preocupa-os o rigor intelectual da fusão ambígua de referências, numa prática dominada por um apurado sentido elegante no manuseamento e conjugação desses diversos valores. Ambiguidade e elegância que não deixam naturalmente de sugerir alguma aproximação a cer-

tos pressupostos de base da estética *rocaille*, numa acção deliberada de se procurar atingir a unidade final a partir da articulação subtil de um jogo de aparentes contrários.

Foram estas preocupações eruditas, bem inseridas numa mais vasta prática cosmopolita em que Bibiena participa por formação escolar e familiar, que levaram a afastar a indicação da nota na pasta em que os desenhos se guardavam, indicando o nome de Eugénio dos Santos. A sua ligação ao duque era funcional, pois este era responsável pela reconstrução de Lisboa, encontrando-se também nessa pasta de facto alguns outros desenhos não executados para os alçados prediais dos edifícios da Baixa, hoje igualmente no Museu da Cidade. É portanto natural que todos fossem depois guardados em conjunto, sendo arriscado inferir desse facto a autoria do capitão-engenheiro para todos os desenhos que nela se encontram. Resta ainda provar, e esse será um dos desafios colocados à historiografia da arte portuguesa por estes desenhos revelados em 1982 pelo empenho entusiasmado de Irisalva Moita, que Eugénio dos Santos, produto acabado de uma sólida formação de cariz essencialmente militar, pragmática e funcional, estaria ou não habilitado para explanar de uma forma tão explícita e segura as elaborações estilísticas eruditas consubstanciadas nestes desenhos do Grilo. (JSM)

A PINTURA DECORATIVA

Um dos aspectos mais interessantes do Palácio Lafões é o acervo de pintura mural decorativa existente em várias das suas salas.

Como ele próprio o afirma, a Sala da Academia foi pintada por Cirilo Volkmar Machado, em torno de temas com alegorias às Artes. Interessante também é uma pequena sala com vitrinas possivelmente destinadas a objectos chineses, donde o nome de Sala Chinesa, com uma profusa decoração inspirada nos grotescos, urnas e candelabros, directamente influenciados, quer pela obra de Rafael no Vaticano, quer, sobretudo, pelas pinturas romanas recentemente descobertas e que corriam a Europa em estampas muito apreciadas e com profunda influência nas artes decorativas em geral. Esta sala é organizada a partir de um rodapé de moldura com espirais gregas e no centro motivos de grinaldas.



A Música e A Pintura, duas das alegorias murais da autoria de Cirilo Volkmar Machado na Sala da Academia. do Palácio dos Duques de Lafões.

Sobre estes define-se em *trompe l'oeil* com motivos arquitectónicos. Nos espaços destas molduras estão pintados instrumentos musicais pendentes de trepadeiras, com flores e frutos, tudo pintado com grande detalhe, dominando as tonalidades pastéis. Esta sala terá sido provavelmente influenciada nas salas chinesas de porcelanas de Aranjuez ou do Palácio de Capodimonti, em Nápoles, ambas do mesmo autor napolitano e data da época do 2.º duque de Lafões, mantendo a mesma proporção miniatural dos exemplos originais, verdadeiras salas de passagem com função meramente estética. As restantes salas com pinturas, com intervenções muito mais leves que a chamada *Sala Chinesa*, podem ser atribuídas a Jerónimo Barros Ferreira, *pintor de ornatos*, que trabalhou na Quinta da Cruz da Pedra, dos Pereira Forjaz, onde se encontram ainda restos de pinturas afins. (LA)

¹ IAN/TT, CSBX, L.º 15, fls. 10v-11.

² IAN/TT, CSBX, L.º 15, fls. 11v-12v.

³ IAN/TT, CSBX, L.º 15, fls. 13-13v.

⁴ IAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Óbitos, Cx. 8, L.º 3, fls. 94 e 102.

⁵ IAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Baptismos, Cx. 3, L.º 11, fl. 14v.

⁶ IAN/TT, CSBX, L.º 15, fl. 10.

⁷ IAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Óbitos, Cx. 9, L.º 7, fl. 177.

⁸ IAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Óbitos, Cx. 9, L.º 8, fl. 14v.

⁹ Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real*, T. VII, p. 292.

¹⁰ IAN/TT, RGT, L.º 277, fls. 90-91v.

¹¹ IAN/TT, RP, Vialonga, Óbitos, Cx. 7, L.º 4, fl. 122-122v.

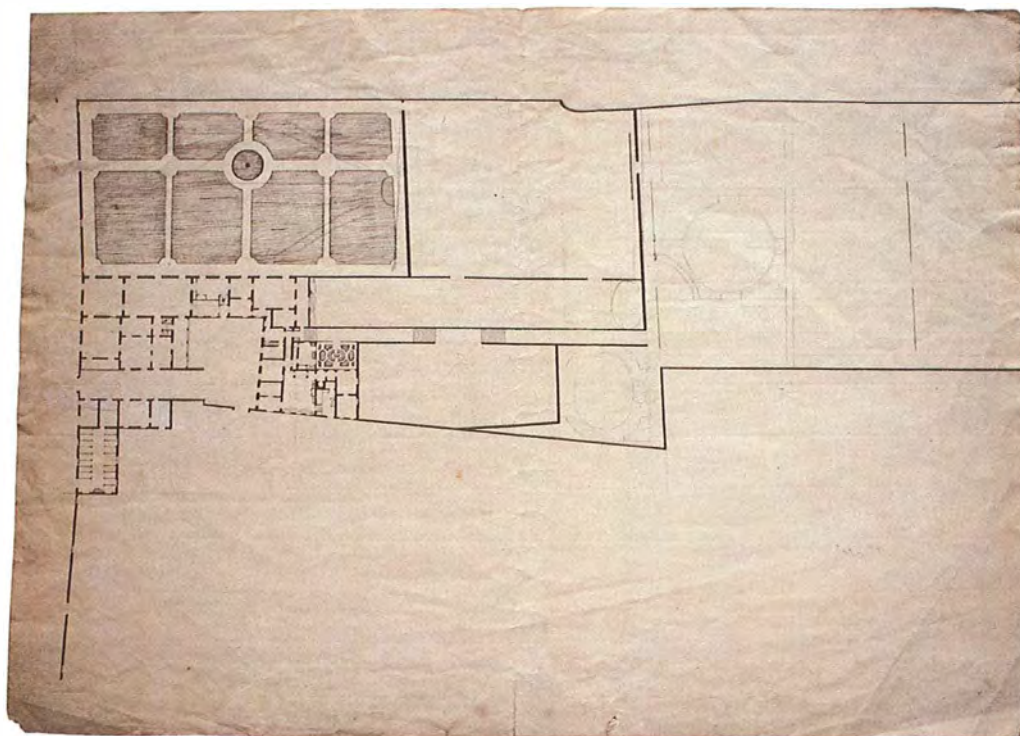
¹² IAN/TT, RGT, L.º 277, fls. 90v.

¹³ IAN/TT, DP, Estremadura, Mç. 2062, doc. 24.

¹⁴ Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Lisboa, CML, 1944, p. 34.

¹⁵ AHTC, DC, Olivais, Livros de Arruamentos, mçs. 852 a 863.

¹⁶ AHTC, DC, Olivais, Livros de Arruamentos, mç. 868.



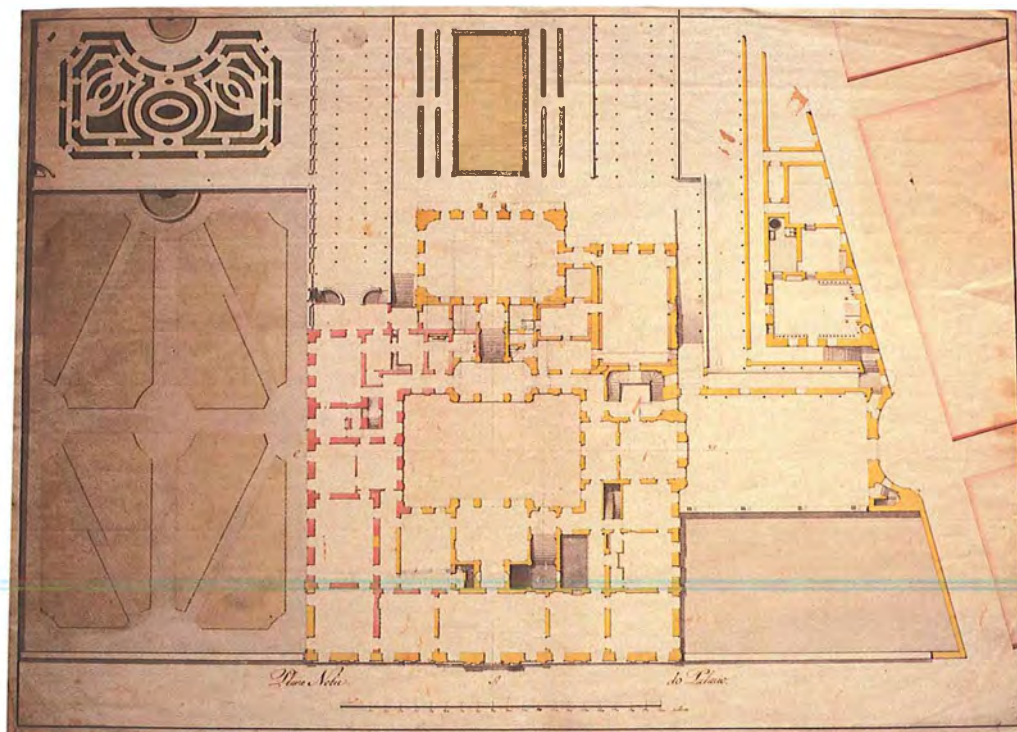
Plantas e alguns dos alçados do projecto de renovação do Palácio Lafões, existentes hoje no Museu da Cidade e revelados pela primeira vez por Irisalva Moita na exposição comemorativa do 2.º Centenário da Morte de Pombal (1982).

1 - Planta da casa da quinta dos Mascarenhas, sobre as quais foram pensadas as alterações. Note-se a existência de um pátio central, servido por rampa para a Rua do Grilo, mas que poderá admitir-se, tal como se constatou no Palácio Olhão, teria serventia inicial pela Estrada de Marvila. Comparando com a planta em baixo, pode constatar-se a permanência deste corpo, nela sinalizado a vermelho, mantendo-se inclusivamente a mesma divisão interna. Continua a ser hoje em dia a parte nobre do palácio.

2 - Planta do piso térreo do projecto de renovação do Palácio Lafões.

A vermelho está marcado o edifício anterior e a amarelo os acrescentos propostos. Mantém-se o pátio central, agora reordenado com construções em redor, e sendo substituída a rampa de acesso pela Rua do Grilo por um vestíbulo e escadaria. Lateralmente a norte, foi aberto novo pátio com acesso pelo troço novo da Calçada do Duque de Lafões.

3 - Prospecto do alçado proposto para a fachada nobre sobre a Rua do Grilo. As primeiras quatro janelas do lado

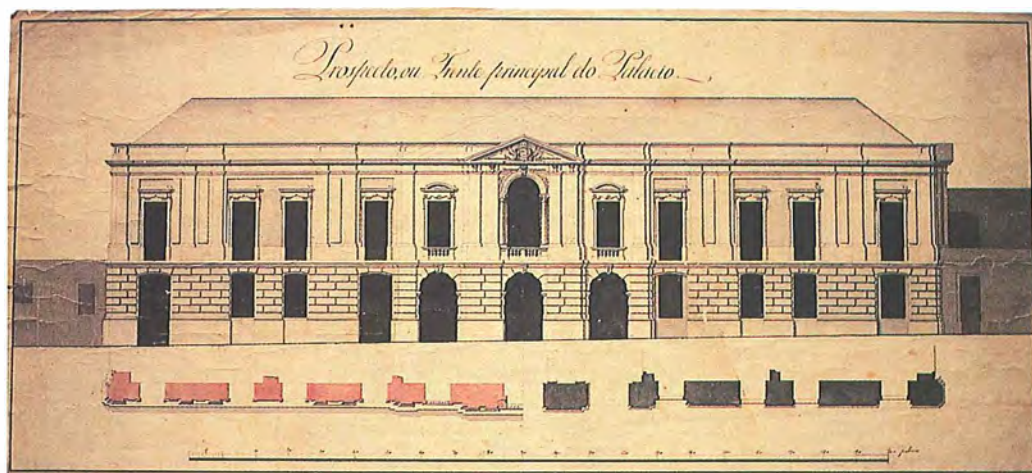


poente do piso nobre correspondem ao edifício anterior, as únicas ainda existentes. Quanto ao piso térreo, foi todo revestido a cantarias almofadadas de acordo com o projecto. O aspecto mais marcante desta fachada é a grande sobriedade das linhas e o jogo subtil entre as aberturas, revelando já uma aproximação aos futuros modelos neoclássicos.

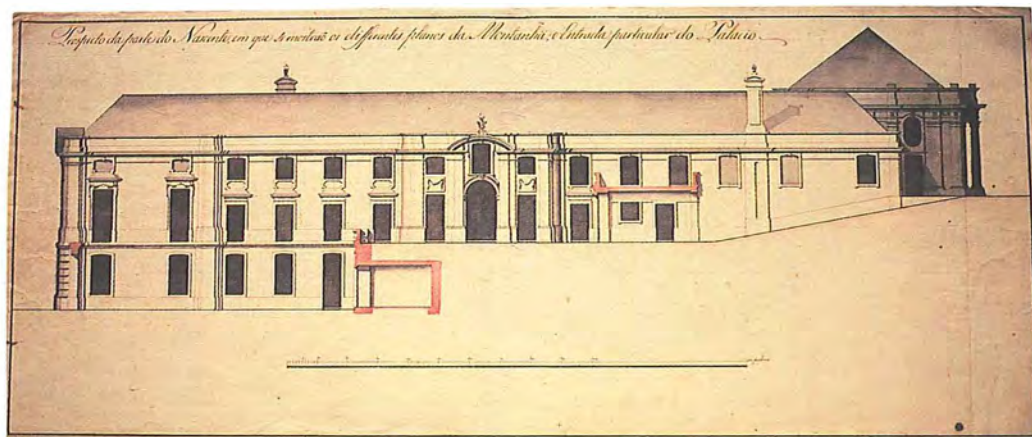
4 - Fachada lateral norte — Este corpo novo do edifício nunca chegou a ser construído na sua totalidade, existindo somente o extremo poente, antiga cozinha do palácio. Ao centro, aberto sobre o pátio da calçada, um pequeno corpo mais cuidado no desenho albergava uma pequena sala redonda, ligando directamente ao pátio interior.

5 - Fachada poente proposta para o Palácio Lafões. Ao centro um grande salão de cinco aberturas — mais tarde em parte construído com outra gramática decorativa —, constituía o ponto culminante de todo o projecto, aproveitando com mestria o próprio desnível do terreno. Note-se a dominante volumétrica do desenho proposto de forte sensibilidade barroca, com colunas salientes e óculos ovais, jogando contraditoriamente com a sobriedade planimétrica da fachada nobre sobre a Rua do Grilo. Realce-se, ainda, a perfeita integração com o edifício preexistente, encostado a sul em plano inferior, onde se encontra a citada Sala da Academia.

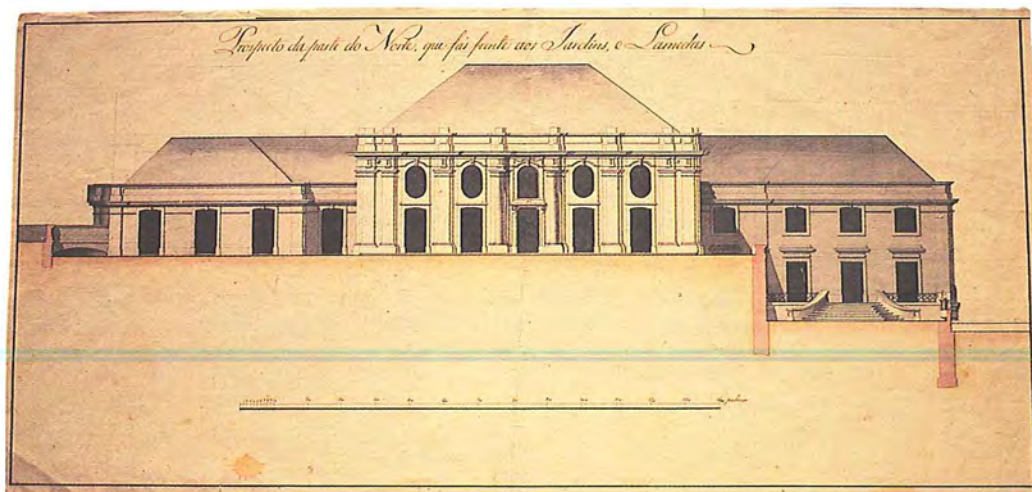
3



4



5





Guardam-se no Palácio dos Duques de Lafões grande número de pinturas, sobretudo retratos de várias épocas. Entre eles aqui se reproduzem o retrato de D. João V (em cima), óleo sobre tela oval, réplica de muito boa qualidade do retrato realizado por Jean Ranc, cujo original se perdeu no incêndio do Alcazar de Madrid, em 1734.



Noutra sala, encontra-se o retrato da duquesa de Lafões, D. Henriqueta de Meneses, com seus dois filhos, o duque de Miranda do Corvo e a futura 3.^a duquesa de Lafões. Obra não assinada nem datada, deverá ter sido pintada cerca de 1802-03, dado que o jovem duque herdeiro nascera em 1797.

A duquesa ostenta no peito um medalhão com o retrato do duque seu marido. Trata-se de uma obra ingénua na sua feitura, mantendo o formulário da retratística tradicional barroca, com reposteiro, coluna e fundo de jardim, mas bem datada pelo vestuário e grande cadeirão ao gosto Luís XVI. (LA)



**GRUPO DE FAMÍLIA DOS 3.ºS DUQUES
DE LAFÕES.**

Este retrato de carácter intimista, de grandes dimensões, pretende captar um momento da vida familiar destes senhores, acentuando dois propósitos fundamentais: a permanência da tutela da grande figura familiar, o 2.º duque de Lafões, representado com sua mulher (ambos então já falecidos) no medalhão

para onde convergem as linhas dominantes da composição, e a continuidade na família do cultivo das Artes, das Ciências e das Letras, representadas respectivamente pela própria pintura em si e pela pauta e violino, pelo globo e o compasso que o duque consorte, D. Segismundo, manuseia em lição à filha primogénita, e, finalmente, pelas fábulas ilustradas de

La Fontaine que a duquesa mostra a suas outras duas filhas. A tela não está assinada nem datada, pelo menos à vista pois se encontra a grande altura no salão dos óculos sobre o jardim. No entanto, sabendo que a filha primogénita nasceu em 1820, é natural que tenha sido pintada cerca de 1825-26, devendo ter sido executada em Lisboa, dado que à data os duques aqui residiam. (JSM)



Alameda do Beato com a fachada da igreja ao fundo, ainda com as duas torres sineiras. Litografia publicada no *Archivo Pittoreresco* (...).

I — RESENHA HISTÓRICA

ESTE convento, também conhecido por Mosteiro de S. Bento de Xabregas, ou S. João de Xabregas, dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, os Lóios ou frades azuis, dada a cor do hábito e chapéu largo, nasceu da devoção que ao apóstolo evangelista tinha a rainha D. Isabel, filha do infante D. Pedro, mulher de D. Afonso V. A rainha deixou 28 000 coroas de ouro em testamento para que se edificasse a dita casa no oratório de S. Bento de além de Xabregas, sujeito ao Mosteiro de Alcobaça, o qual seria regido pelos religiosos do Colégio de Santo Elói. Após renúncia do abade de Alcobaça, D. Afonso V executou o legado da mulher, doando-o aos Lóios (1456), *com todos seus edifícios, hortas, vinhas e olivais*¹, com confirmação de Pio II (1461).

O primitivo oratório era tão pobre, e de tão pouca renda que só um monge, que nele estava, se não podia sustentar². Fora construído por D. Estêvão de Aguiar, autorizado por D. João I (1426) a desfazer as paredes dos Paços de Xabregas (...) e levar a pedra e cantaria e argamassa deles para fazer um oratório³. Sobre ele se edificou a nova casa — com maior diligência que grandeza, porque em breve se viu levantado um edifício pouco sumptuoso



— para a qual contribuiu D. Pedro, irmão da fundadora, depois rei de Aragão, que ali instituiu capela, obrigando por doação de bens e propriedades a (...) *que este mosteiro e o corpo dele fosse feito de abóbada por ser tenção sepultar-se nele*⁴. Em 1507 não estava terminado o edifício, autorizando, nesse ano, o papa Alexandre VI a que os padres pudessem terminar os claustros e a construção da igreja com as rendas dos bens instituídos por D. Pedro.

D. Manuel, que na companhia dos cónegos costumava desenojar-se das suas maiores penas e aflições (...) para maior cómodo desta assistência, mandou fabricar nele um quarto à parte, com câmara e repartimentos para os

*infantes seus filhos*⁵. Contribuiu para as obras do mosteiro e mandou fazer um retábulo na capela-mor, enquanto sua filha, a infante D. Maria, edificou uma capela junto ao dormitório grande. À rainha D. Catarina, pelo facto de muitas vezes assistir no coro de fora, se ficou a dever a designação de coro das Rainhas, onde trazia seu neto, ainda muito pequeno e pelo perigo que podia haver de cair por entre as grades do coro se mandaram pôr nelas umas tiras de ferro.

A partir de finais do século XVI a história desta instituição ficou marcada pela figura do padre António da Conceição — depois Beato António — muito querido dos monarcas e grandes do reino. O cardeal-infante estava com tanta frequência em S. João de Xabregas que naqueles tempos, pelas ruas de Lisboa se cantava esta cantiga: *Quem quiser falar / ao cardeal / vá a S. Bento / que está das portas adentro / debaixo do laranjal*⁶. Ao beato coube a tarefa da reedificação da envelhecida igreja e ampliação do mosteiro, com João Ribeiro como mestre-de-obras. *Quando veio de Évora para esta casa estava o dormitório tão velho e tão arruinado que se sustentava a benefício de pontões*⁷. Ergueu o novo dormitório, com sumptuosidade e grandeza, e edificou de raiz a nova igreja, de maiores dimensões que a antiga e em



Dois pormenores da grande escadaria do Convento do Beato, obra já iniciada nos primeiros anos do século XVIII.

diferente sítio — onde se levantava uma montanha de 7 braças de altura em muitas partes, e em outras de menos, mas em todas de rochedo duríssimo (...) que daquele sítio tinham maior serventia para o mar⁸. Várias foram as vantagens justificativas da diferente localização da nova igreja, (...) por extremo clara, e espaçosa, com a fachada do frontispício para o Tejo, e bela vista do coro, e um amplíssimo terreiro que faz a entrada, vistosa e alegre (...); tirar-se da mesma montanha grande quantidade de pedra (...); tirar-se da mesma uma grande abundância de saibro (...); restar grande espaço de terra aplainada, que sobejou ao circuito da igreja, na qual se plantou uma vinha.

Ao frade santo de Xabregas adveio o ânimo para a dispendiosa iniciativa de

sete tostões que recebera de esmolas. Com o seu empenho reuniu dádivas para as obras da nova casa, destacando-se as grossas esmolas de Miguel de Moura e do marquês de Castelo Rodrigo, Cristóvão de Moura. Contudo, coube a D. Joana de Noronha, filha dos condes de Linhares, o grande impulso edificador, empregando o dote na magnífica capela-mor da nova igreja, onde gastou mais de 60 000 cruzados. Terminou esta obra em 1622, (...) toda de mármore branco, fachados de jaspes vermelhos. Aqui fez sepultar vários elementos de sua família, cujos lápides ainda hoje se podem ver, dos quais se destacou D. António de Noronha, aquele a quem Camões dedicou um soneto.

O templo — cujo sino foi feito em 1686 —, com uma decoração muito rica em prata e ornamentos, tinha um coro sumamente alegre e espaçoso. (...) o frontispício é obra sumptuosíssima, com duas torres e sinos, tudo grande; a entrada para a igreja é por baixo de um arco de admirável arquitectura. (...) de uma só nave, mas amplíssima, por extremo alegre, e clara, elevada, e majestosa, de cantaria polida e jaspe brunido, lavrado de obra dórica ao moderno. À data em que escreve o cronista Frei Agostinho (1697) faltava erigir a sacristia e um novo claustro, mais adequado à grandeza e majestade do novo edifício e às exigências de um convento onde assistiam ordinaria-

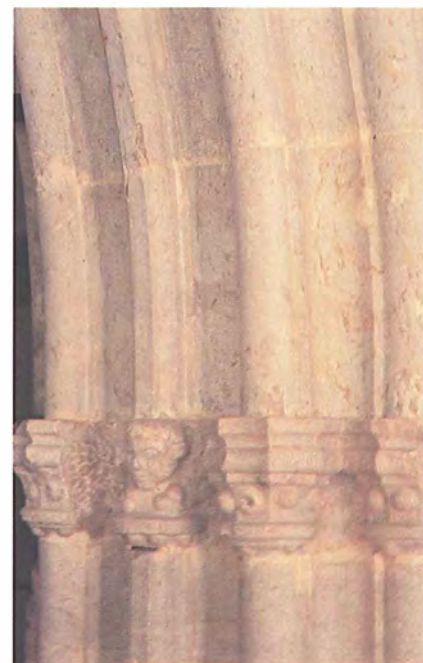
mente 30 religiosos — em 1551 tinha 37⁹ e, em 1669, quando da visita de Cosme de Médicis, 40 cônegos¹⁰. Dispunha de três dormitórios, cujas janelas caíam sobre a horta comum, em torno dos quais existia um circuito de várias capelinhas com imagens de santos. Um dos dormitórios, a nascente, (...) pouco há se lhe deu princípio, no local onde D. Manuel construía o quarto separado. O maior fora feito no reinado de D. Sebastião, antecipando-se os frades à necessidade de fazenda por parte do rei, obtendo 3000 cruzados pelo derretimento da sua magnífica cruz de ouro, com os quais fizeram o novo dormitório, que ficou chamado o Grande. Situava-se este a poente, com 22 celas de um lado e do outro (...) cinco janelas grandes, a distâncias proporcionadas, no fim dele se vê a casa chamada dos bispos (...) desta casa se sai para um eirado, que fica senhoreando a estrada e o Tejo (...). O terceiro era o dos Gerais, situado a sul, com 12 celas¹¹.

É este templo de uma só nave, grande, formoso e muito alegre — escrevia Frei Agostinho de Santa Maria em 1707 —, tem uma majestosa capela-mor e um espaçoso cruzeiro. É, finalmente, de perfeitíssima arquitectura de ordem dórica moderna e tem um soberbo frontispício com duas elegantes torres, e tudo de pedra lioz muito fino e claro, com excelentes sinos. O sítio do convento verdadeiramente é dos melhores

que tem a Corte pela sua alegre e espaçosa vista¹². Repetindo parte desta descrição, em 1712, acrescenta o padre Carvalho da Costa (...) a porta para o sudoeste com seu adro, que fecha umas grandes e bem feitas grades de ferro (...) boas capelas com grandes ornamentos e muitas peças de prata para o serviço da igreja (...). E nas torres sineiras (...) um relógio com seu mostrador. Tem um bom claustro e vistosos dormitórios com sua cerca¹³.

Quanto ao terramoto de 1755, a solidez do edifício conventual e sua igreja evitou danos graves. Registe-se, pelas palavras de coevos (1758), que este mosteiro (...) de S. Bento dos padres de Santo Elói teve pouca ruína¹⁴ e a igreja se acha inteiramente ilesa, como também todas as suas partes adjacentes¹⁵. No ano de 1764 pediam os religiosos um empréstimo de 3000 cruzados para acabarem a obra do dormitório novo e armazéns — situados por baixo do dormitório — que têm mandado fazer no mesmo seu convento¹⁶. Pouco depois (1770), pelo Plano de remodelação das freguesias, a de S. Bartolomeu foi sedeada na Igreja do Beato, onde permaneceu por 65 anos.

Antes da extinção das ordens religiosas testemunhou Gonzaga Pereira os ricos painéis de pintura do convento e igreja, destacando-se os quadros de Bento Coelho, de Joaquim Manuel da Rocha e de Fernão Gomes, ao que acrescia a



Detalhe da arcada gótica encontrada numa das paredes do actual claustro do Beato.

quantidade de imagens e um grande presépio no jardim¹⁷. Utilizada uma das duas alas como Hospital Real Militar, o edifício do extinto convento albergou temporariamente um batalhão militar. A igreja deixou de ser sede de freguesia (1835) aventando-se a hipótese — não concretizada — de vir a servir de Panteão dos Nobres. Sofreu então a antiga casa conventual pesados estragos provocados por um incêndio, de que se livraram o noviciado, o refeitório e as cozinhas. Pouco depois o negociante João de Brito comprou boa parte do conjunto instalando uma moderna unidade fabril, na origem da marca «Nacional» (ver *Guia do Património Industrial*).



Refeitório do Convento do Beato.

Em 1878 foram apeadas as torres da igreja¹⁸ — onde se instalaram depósitos, oficinas e fornos — cuja cantaria foi empregue em obras várias, enquanto o sino dos frades passou a chamar os operários à labuta. Apesar das inevitáveis adaptações — exemplo dos dormitórios onde se instalou a antiga Fábrica de Rações do Beato — várias das estruturas do convento — classificado Imóvel de Interesse Público —, claustro, escadaria, refeitório e biblioteca, encontram-se hoje preservadas, sendo utilizadas como equipamento cultural. (JFP)

II — COMENTÁRIO

Uma das maiores casas conventuais de Lisboa, o Convento dos Cónegos de São João Evangelista, ditos os Lóios, foi variando de designação consoante a evolução da sua história própria. Erguido no século XV sobre um pequeno eremitério dedicado a São Bento, guardou inicialmente esse patrono, sendo por isso conhecido por São Bento *além de Xabregas* ou, mais vulgarmente, São Bento de Xabregas. Segundo os variados testemunhos, era uma casa modesta, resultante de um amontoado de sucessivos acrescentos, entre os quais merece destaque as casas de aposento que D. Manuel mandou

dispor para as suas frequentes deslocações, situadas, pelo que as informações permitem conjecturar, onde hoje se ergue o grande corpo dos dormitórios, sobre a Rua do Beato. Obras recentes levadas a cabo no actual claustro levaram à descoberta, embebidos na grossura das paredes, de vários restos da primitiva construção, possivelmente da igreja. Destaca-se parte de uma bela arcada gótica ainda do século XV, eventualmente erguido com as dádivas feitas à congregação pelo condestável D. Pedro, depois rei de Aragão, irmão da rainha fundadora. Além da elegância dessa arcaria de recorte muito fino, este achado representa uma preciosa informação sobre a estrutura original da primitiva casa religiosa. Com efeito, a sua orientação a poente, aliás canonicamente correcta, permite-nos perceber que o acesso à construção original era feito a partir da Estrada de Marvila, através de uma azinhaga de que o troço inicial da Calçada do Duque de Lafões poderá ser uma reminiscência. Não se esqueça que toda essa área foi profundamente alterada para implantação da nova igreja nos primeiros anos do século XVII, no local *onde se levantava uma montanha de 7 braças de altura em muitas partes, e em outras de menos, mas em todas de rochedo duríssimo (...)* cujo corte abrupto é ainda hoje bem visível no lado esquerdo de quem olha a fachada da actual igreja. Note-se que no cimo

dessa ravina se abre ainda um pequeno largo no cotovelo da Calçada do Olival, em cujo topo fechado se poderá conjecturar que nasceria então a via de acesso ao convento, descendo daí pela encosta em declive, mais tarde, como vimos, cortada a pique. Mais uma vez se chama a atenção para o facto de a inexistência de qualquer carta antiga ou de informações mais precisas não permitir mais que um mero esforço recreativo, naturalmente problemático e falível.

A abertura definitiva do *Caminho do Oriente*, a nova via ribeirinha, que várias referências dispersas nos permitem fixar como um processo que se arrastou ao longo do século XVI, com especial incidência na sua segunda metade, veio com certeza colocar aos Lóios o desafio de conformar a sua casa com a nova disposição da rede viária, virando-a à rua que a pouco e pouco se tornava o eixo principal de toda a Zona Oriental, vindo a nova realidade a justificar a mudança de nome pelo qual passou a ser conhecido — o Beato. Com efeito, coube essa tarefa à iniciativa do padre António da Conceição, conhecido pelo Beato António, ainda no último quartel do século XVI, concretizando-se a transformação sobretudo nas duas primeiras décadas do século XVII, quando se iniciam as sucessivas campanhas de obras que se arrastaram por muitos anos, sabendo nós que ainda em 1764 não estavam acabados os dormitórios e armazéns



Em cima: antiga biblioteca do Convento do Beato.
Em baixo: arcaria de acesso à escadaria (início do século XVIII).



Em cima: corredor do primeiro andar do claustro.
Em baixo e na página ao lado: vista geral e pormenor da arcaria do claustro do Beato, erguido já no início do século XVIII.

sobre a Rua do Beato, edifício onde depois funcionou a Fábrica de Rações. A principal mudança levada a cabo em todas essas obras foi, portanto, a alteração da orientação de todo o conjunto, bem como o natural engrandecimento das dependências, tudo construído com uma escala pouco habitual entre nós. Tal facto não poderá desligar-se do patrocínio do vice-rei D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, cuja intervenção em Lisboa parece sobressair pela escala gigantesca que deliberadamente cultivou — lembre-se o seu próprio Palácio do Corte-Real, na Ribeira, o Mosteiro de São Bento, destinado a panteão familiar, e, sobretudo, o projecto inicial de Santos-o-Novo, o maior edifício até então projectado em Lisboa. Se a estes juntarmos as obras régias, que ele próprio acompanhou — o torreão da Ribeira e São Vicente de Fora — parece estarmos perante um dos mais activos e significativos períodos arquitectónicos de Lisboa, dificilmente conciliável aliás com ideia propalada após a Restauração de um país espezinhado pela tirania estrangeira. Pelo menos vistas largas, vontade e dinheiro não faltavam. Além de Cristóvão de Moura, cumpre realçar a figura da D. Joana de Noronha, construtora da magnífica capela-mor, destinada a panteão de sua família, os condes de Linhares (ver adiante). São Vicente de Fora parece ter sido, aliás, o modelo seguido na construção

da nova igreja. Tal facto é sobretudo evidenciado pelo alçado esguio da fachada, com duas torres com pináculos e coruchéus — pelo menos assim surgem desenhadas na informação gráfica disponível — infelizmente apeadas em 1878, numa escolha estética ao tempo carregada de sentido, já que contrariava a prática jesuítica tão em voga de recuar a torre sineira para a cabeceira do templo, como ainda podemos ver no antigo Colégio de São Roque, da Companhia de Jesus. No interior, a igreja era de dimensões pouco habituais, marcada sobretudo por algum desequilíbrio maneirista nas proporções entre o comprimento, a largura e a altura excessiva a que foi lançada a abóbada de caixotões, resultando um espaço em que a majestade das proporções deveria causar ao visitante a estranha sensação de entrar numa imensa caverna sem fim. Dizemos deveria porque a recente divisão horizontal do templo em três pisos, por placas de cimento armado, não permite a fruição global deste espaço, que, curiosamente, essa inesperada intervenção fez ganhar uma nova aura perturbante: ao desequilíbrio inicial de laivos maneiristas substitui-se um toque surrealista, acentuado pelo forno de malte instalado no centro da magnífica capela-mor, envolto pelos mármorees cuidados do panteão dos condes de Linhares. A Igreja do Beato, de momento ainda em riscos de sobrevivência, é assim ao





Em cima: piso térreo abobadado do corpo dos antigos dormitórios, depois Fábrica de Rações do Beato. Estas salas foram restauradas no âmbito do Programa Caminho do Oriente, destinadas a exposições.
Ao lado: o antigo sino da Igreja do Beato que contém a seguinte legenda: LUDUVICUS GOMES DE OLIVA FECIT MIHI (A) DOMINI 1686.
Em baixo: arcaria de acesso à escadaria conventual (pormenor).

presente um dos espaços mais estranhos e extraordinários de Lisboa, misturando sensibilidades e funcionalidades num resultado que merece rapidamente uma intervenção salvadora.

Quanto às restantes dependências sobressaem aquelas que têm sido alvo de um meritório processo de restauro pela Nacional, actual proprietária: o claustro, o corpo do refeitório e da biblioteca, duas magníficas salas sobrepostas ligadas pela escadaria, para a qual o adjectivo mais apropriado é espantoso, aliás de acordo com o gosto cenográfico barroco vigente ao tempo

em que foi construída, ou seja, após 1697. Quanto ao claustro, também ainda inexistente nessa data em que escreve o cronista, é bastante mais sóbrio nas linhas da arcaria de pilastras, podendo talvez aventar-se a explicação de se tratar de projecto mais antigo que as dificuldades financeiras atrasaram na execução.

Quanto à posterior história deste conjunto, sobretudo depois da sua aquisição por João de Brito, consulte-se o *Guia do Património Industrial*. (JSM)

Frontispício do 1.º volume de *O Céu Aberto na Terra*, do padre Francisco de Santa Maria (1697). Gravura com a assinatura de Ph. Bouttats *In. fecit Antuerpiae*. Trata-se de uma das poucas representações do futuro D. João V ainda príncipe do Brasil, rodeado por cartelas com retratos de algumas figuras de relevo na história da Congregação dos Lóios, Cônegos Regrantes de São João Evangelista. Na coluna do lado direito do observador estão representados o Beato Antônio, renovador da casa (o primeiro em cima), e D. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa ao tempo em que o convento foi fundado no século XV (o último em baixo).



¹ IAN/TT, CSBX, L.º 12, fl. 9v.

² IAN/TT, CSBX, L.º 12, fl. 9v.

³ IAN/TT, Coleção Especial, Diplomas Emanados do Poder Real, Cx. 32, n.º 47.

⁴ IAN/TT, CSBX, L.º 12, fls. 44v-45.

⁵ Santa Maria, Fr. Francisco de, *Céu aberto na Terra*, Lisboa, Off. de Manoel Lopes Ferreira, 1697, Vol. I, p. 309.

⁶ Santa Maria, Fr. Francisco de, *ob. cit.*, Vol. I, p. 312-313.

⁷ Santa Maria, Fr. Francisco de, *ob. cit.*, Vol. II, p. 1107.

⁸ Santa Maria, Fr. Francisco de, *ob. cit.*, Vol. II, pp. 1108-9.

⁹ Oliveira, Cristóvão Rodrigues de, *Summario*, Lisboa, Casa do Livro, 1939, p. 66.

¹⁰ Magalotti, Conde Lorenzo, *Viagem de Cosme de Médicis a Lisboa*, em 1669, In *Revista Municipal*, Lisboa, CML, 1942, p. 46.

¹¹ Santa Maria, Fr. Francisco de, *ob. cit.*, Vol. I, p. 490.

¹² Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Calrão, 1707, p. 276.

¹³ Costa, P. Antonio Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, T. III, p. 412.

¹⁴ Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos*, Lisboa, Officina de Antonio Vicente da Silva, 1758, p. 135.

¹⁵ Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das principais providencias que se derão no terremoto (...) de 1755*, Lisboa, 1758.

¹⁶ IAN/TT, CN, C-12B, Cx. 81, L.º 733, fls. 52v-53v.

¹⁷ Pereira, Luis Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927, p. 111.

¹⁸ Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão, 1883, Vol. III, p. 269.

SEPVLTVRA DE DOM . ANTONIO . DE NORONHA . PRIMEIRO . FILHO . DO
 SEGVNDO . CONDE . DE LINHARES . DOM FR.^{co} E DA CONDESSA . DONA
 VIOLANTE . QVE . OS MOVROS . MATARÃO . EM . CEITA . A . 29 . DE ABRIL . DE
 1553 . ANNOS . SENDO . ELLE . DE 17 . DONNA . IOANNA . DE NORONHA . SVA
 IRMAM . QVE . NVNCA . CASOV . LE FEZ . ESTA . CAPELLA . A SVA . CVSTA . COANDO
 ACABOV . QVE . FOI . NO . ANNO . DE . 1622 . TRESLADOV . SEVS . OSOS . DA . SE
 DE CEITA AESTA . SEPVLTVRA . E NAÕ DEV . AOS . MAIS . IRMAÕS . SEVS
 POR . Q . DOVS . DELLES . MORRERAÕ . EM . AFRICA . COM . ELREI . DOM . SE
 BASTIAÕ . E OVTROS . DOVS . NAS . PARTES . DA INDIA E DOVS . SAÕ
 RELIGIOSOS . DA . ORDEM . DE . SANTO . AGVSTINHO .

CAPELA-MOR DO BEATO

A peça mais celebrada ao longo dos tempos na Igreja do Beato foi a magnífica capela-mor, toda de mármore branco e jaspes vermelhos, terminada em 1622 e erguida por iniciativa de D. Joana de Noronha, filha dos condes de Linhares, família então proprietária da grande quinta ali perto ao Poço do Bispo, depois dos condes de Valadares.

A sua dimensão, ajustada às proporções da própria igreja, fazia dela um espaço majestoso, embora de grande sobriedade, enobrecido somente pelo jogo subtil das pilastras e molduras arquitectónicas ao moderno, realçada pela variedade suave das tonalidades do mármore. Infelizmente não dispomos de qualquer informação sobre o retábulo do altar-mor.

Destinou-a aquela senhora a

panteão de sua família, dispondo em redor embebidas na grossura das paredes as lápides dos sucessivos túmulos, desde seu avô,

D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares, aos pais e irmãos.

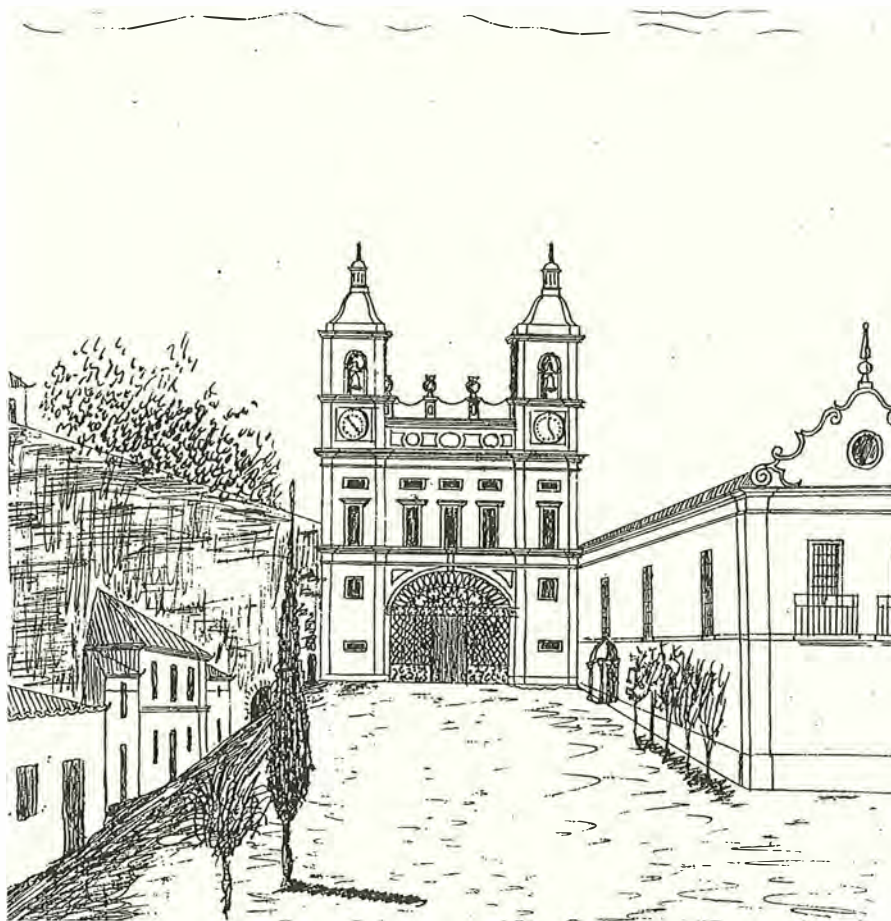
Entre eles destaca-se o de D. António de Noronha, o irmão primogénito, morto em Ceuta aos 17 anos, em cuja lápide D. Joana deixou bem explícita a sua vontade de reunir no sono derradeiro uma família que morrera repartida pelos cantos do mundo. Não se lê tal escrito, hoje ainda por cima no ambiente surreal de um forno industrial, sem a forte comoção ditada pelo respeito por esta figura de mulher que não casou, dedicada a recolher num último abraço os despojos familiares, aplicando nesse monumento à memória dos seus parte substancial do seu imenso

dote. D. Joana propõe-nos, trezentos e cinquenta anos depois, uma reflexão sobre os custos humanos e a dimensão da dor que acompanhou essa aventura planetária cujo momento alto celebramos neste ano de 1998. Esta lápide do Beato surge como uma espécie de sùmula sentida da *História Trágico-Marítima*. (JSM)



ALAMEDA DO BEATO

Outro dos atractivos do Beato era a alameda que precedia a igreja, um dos poucos logradouros públicos na Zona Oriental, nascida da alteração da definitiva implantação da via ribeirinha como eixo principal de toda a zona. O seu traçado resultou do corte na colina para a construção da igreja, restando grande espaço de terra aplainada, que sobejou ao circuito da igreja. Esse espaço depressa se tornou local preferido para os passeios lisboetas, como nos elucida Alberto Pimentel: Desde Xabregas depara-se-nos aqui um sítio mais airoso e largo: é a alameda do Beato. Antigamente, antes do alargamento da cidade, os patuscos de Lisboa frequentavam muito estes sítios. Pelo que respeita ao século XVIII diz o irmão, e editor, de Manuel de Figueiredo que os tocadores de viola iam aos domingos de tarde à Penha e ao Beato, com a banda direita do capote traçada sobre o ombro esquerdo, e que atrás deles seguia muito povo a ouvir a tonadilha da fofa e do fandango. O lugar onde os alegres ranchos



A Alameda do Beato segundo o desenho publicado in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, de Gonzaga Pereira.

acampavam no Beato era o famoso embrechado, ao lado da igreja já reedificada pelo padre António da Conceição: bem pitoresco lugar esse, em verdade, porque além do pavimento em mosaico, feito de conchas e pedras miúdas, havia capelinhas que prendiam a atenção, e sombra de arvoredos copados. Todos estes sítios continuaram a ser passeio predilecto dos moradores de Lisboa até depois da primeira metade do século XIX. Garrett dizia nas

viagens em 1846: Assim o povo, que tem sempre melhor gosto e mais puro do que essa espuma descorada que anda ao de cima das populações, e que se chama a si mesma a Sociedade, os seus passeios favoritos são a Madre de Deus e o Beato e Xabregas e Marvila e as hortas de Chelas. Pimentel, Alberto, *A Estremadura Portuguesa, In Portugal Pitoresco e Illustrado*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1908, I.^a parte, p. 87.



A Quinta de Marvila, dos condes de Valadares, ao Poço do Bispo. Publicada no *Álbum das Gravuras em Madeira* de J. Pedroso, Lisboa, 1867.

MARVILA

O termo Marvila, juntamente com os de Xabregas e Chelas, constituem os topónimos mais antigos da Zona Oriental. Logo após a conquista de Lisboa, D. Afonso Henriques doou à Mitra de Lisboa *todas as rendas e terras de Marvila que possuíam as mesquitas de mouros*, partilhando logo no ano seguinte o bispo metade da propriedade com o Cabido, angariando-se assim a base de sustentação da mais alta estrutura eclesiástica de Lisboa. Sabendo nós que o vale de Chelas pertencia em grande parte às antigas freguesias colegiadas de Lisboa, sem que se conheça neste caso qualquer doação, talvez se possa colocar a hipótese de o acto de 1149 não ser mais que a confirmação de uma situação preexistente, lançando alguma luz sobre a orgânica social e administrativa milenar da cidade de Lisboa. Os limites de Marvila — sobretudo os da Quinta dos Arcebispos — são bem conhecidos, definidos com precisão em 1495, no contrato de empraçamento que o arcebispo D. Jorge da Costa, o célebre cardeal de Alpedrinha, fez a sua irmã, D. Catarina de Albuquerque, de toda a propriedade, assim constituída: *uma quinta que se chama de Marvila, que está além do mosteiro*

de São Bento (...), a qual parte com o mar, desde o Poço do Bispo até ao dito mosteiro (...), vindo pelo muro do dito mosteiro ter à Estrada que vai da cidade, e atravessando a dita Estrada, partindo com vinhas do Cabido (...) indo ter à cerca dos currais e palheiros que estão junto com as casas e assento da dita quinta (...) cerrando onde primeiro começou, ficando o dito Poço do Bispo dentro das ditas divisões. No texto adiante sobre o Palácio dos Marqueses de Abrantes (31), cabeça original desta imensa propriedade — já naquela data as *casas e assento da dita quinta* —, pormenorizar-se-á a evolução do senhorio desta propriedade, transformada em foro perpétuo no século XVI, que foi inicialmente dos senhores de Pancas e mais tarde integrada no morgado do Esporão, que veio a cair por herança na grande casa de Vila Nova de Portimão/Abrantes. Aqui interessa sobretudo traçar os contornos genéricos que o termo abrangia e perceber-lhe a evolução, quer da subdivisão da propriedade, quer da evolução viária. Uma das informações mais importantes contidas nessa descrição de 1495 é a ausência de qualquer referência a uma via pública ribeirinha, afirmando-se que entre o Mosteiro

de São Bento e o Poço do Bispo a *quinta parte com o mar*. A *estrada que vai da cidade* é então só uma, aquela que ainda hoje conhecemos como a Estrada de Marvila. Perguntar-se-á então quando terá sido batido o caminho pela praia até ao Poço do Bispo, a nossa actual Rua do Açúcar? Ralph Delgado, no seu importante estudo sobre os Olivais, em cuja freguesia Marvila estava integrada desde a sua criação, em 1398, afirma que em 1573, D. Inês de Noronha, viúva de João da Costa, senhor de Pancas, renovou o plano dos aforamentos de toda a quinta, falando-se de uma *Quinta Nova*, exactamente com serventia já pelo caminho ribeirinho. Ou seja, poderá admitir-se que entre 1495 e 1573, essa nova via foi sendo consolidada ao longo do praia, impondo naturalmente uma utilização diversa da propriedade que a bordejava em toda a extensão, alteração essa administrativamente consagrada na última data referida. Se ligarmos esta informação a outras já atrás reunidas podemos de facto começar a afirmar com alguma segurança, apesar da ausência de documentação explícita, que a via ribeirinha, agora baptizada de *Caminho do Oriente*, foi ganhando consistência ao longo do século XVI, aliás no seguimento da



Edifícios de Marvila. Em cima: a Quinta do Rocha, como é chamada no século XVIII, na parte descendente da rua em direção ao Poço do Bispo, com pátio, escada exterior e alpendre, bom exemplar de casa de quinta setecentista. Em baixo: pequena construção setecentista fronteira ao Convento de Marvila. Ao lado: portão do século XVIII junto à quinta dos marqueses de Marialva, em frente da Azinhaga das Fontes, hoje dos Alfinetes.

junto ao rio e o seu prolongamento para norte, distinguindo-se com nitidez da parte antiga mais acima, junto do velho caminho, que manteve o nome Marvila, depois reforçado pela construção do Convento das Brígidas. Do lado norte dessa azinhaga e estendendo-se entre o rio e o Vale Formoso de Baixo, ficava a grande quinta que foi dos condes de Linhares, depois dos de Valadares, inicialmente conhecida também por quinta e morgado de Marvila, apesar de estar fora dos terrenos abrangidos pela propriedade episcopal. Mais tarde, talvez para evitar confusões, generaliza-se a designação de Quinta do Conde de Valadares, ao Poço do Bispo.

Dispomos de um desenho tosco, feito à mão e datado de 1752, da subdivisão em foros de todos os terrenos da Quinta de Marvila, então propriedade de raiz do morgado do Esporão, e que acompanha como explicação o auto de posse do referido morgado por Manuel Rafael de Távora, em nome do filho, o conde de Vila Nova, então menor. Este documento precioso, pois embora tosco é o mapa mais antigo desta zona, elucida-nos sobre a divisão da propriedade, permitindo identificar com precisão algumas quintas hoje profundamente transformadas. Vamos olhá-lo com alguma atenção, seguindo a legenda que o acompanha, e identificando as parcelas da grande propriedade de Marvila que mais directamente nos interessam. Começando por uma leitura global, individualizemos as principais vias desenhadas. A nascente junto ao rio, corre o caminho ribeirinho, aqui chamada *Estrada para o Beato*. Entronca ele no Poço do Bispo, que por lapso se designa por *Beato*, onde começa a subir a Rua de Marvila, que atravessa em arco o desenho, como eixo central de toda a propriedade, aqui dita *Estrada chamada de São Bento para Marvila e antiga para Sacavém*. Dela nascem para poente duas azinhagas, a das *Fontes* (depois dos Alfinetes) e outra não nomeada, hoje Rua José do Patrocínio, ambas cruzando-se a

poente na então *Estrada Nova do Alfundão*. Entre estas vias, isola-se uma vasta parcela de terreno, com o número 1, e designada por *Quinta Grande*, correspondendo à propriedade principal, então do referido conde de Vila Nova, depois marquês de Abrantes. Mas é o espaço a nascente entre a referida Rua de Marvila e a do Açúcar que especialmente nos interessa. Aqui encontramos as seguintes parcelas, referentes a quintas que adiante iremos apreciar. Partindo da fronteira do Beato, e devidamente identificadas na legenda, encontramos: com o número 20 a Quinta das Murtas (26), com o número 8 a do marquês de Marialva (27), com o seu palácio bem desenhado sobre a Rua de Marvila. A este segue-se a propriedade aforada à Mitra, não numerada, onde se ergue o palácio desse nome (28), vizinhando o lote 3, referido como *courela em frente do palácio*, ou seja uma parcela ainda então na posse directa do senhorio. Depois, o 18 corresponde ao lote do Betencourt (29), terminando por fim num cone imperfeito com o número 19, onde então já se achava construído o Convento das Brígidas de Marvila (30). Alguma confusão se levanta com os números 7 e 9, apresentados respectivamente na legenda como *casas na Rua de São Bento e foro de Luís da Costa Campos*, sem mais especificações. Estamos em

crer que o 9 corresponderá à chamada *Quintinha*, já então na posse da Casa de Marialva, que a adquirira em 1717 a um tal Rebelo de Campos, nome a que o autor do desenho se deve ainda referir confundindo-lhe o primeiro apelido, transformando o Rebelo em Costa. Quanto ao lote 7 pertencerá então também já à Casa Marialva, pois a partir de 1762, dez anos depois deste desenho, os Livros de Registo da Décima são bem explícitos sobre a posse pelos marqueses de Marialva de todos os terrenos à beira da estrada para o Poço do Bispo a partir da Quinta das Murtas até à Quinta da Mitra. Possivelmente, e a fazer fé neste desenho de memória, o único enclave dentro dos vários lotes reunidos pelos Marialva seria o referente ao número 5, citado na legenda como *quinta defronte da Cruz ao sair da azinhaga das Fontes*. A cruz citada é a das Veigas, de que falaremos ao tratar adiante sumariamente do troço inicial da Estrada de Marvila. Refira-se, ainda, o lote número 10, à direita de quem sobe a Rua de Marvila, chamado então a *Quinta do Rocha*, cuja casa, apesar de em bastante mau estado, se encontra ainda quase intacta, com o seu pátio, escada exterior com alpendre e varanda. Particularizemos, em seguida, cada um destes conjuntos, resultantes do emparcelamento da enorme quinta original da Mitra de Lisboa.

MARVILA E POÇO DO BISPO, HOJE.

A zona de Marvila viu instalarem-se no seu perímetro algumas das mais importantes unidades fabris e armazéns de abastecimento. Alguns deles são interessantes exemplares de arquitectura que marcam a imagem actual desta zona, em especial em torno do antigo Largo do Poço Bispo, hoje David Leandro da Silva, um dos mais característicos apontamentos urbanos de Lisboa. Ainda na Rua do Açúcar, destaca-se a antiga *Fábrica de Borracha Luso-Belga* (1), dos anos 50, recentemente restaurada e destinada a instalação de diversas actividades. Com entrada pela Estrada de Marvila e ocupando parte dos terrenos da antiga





quinta dos marqueses de Marialva, ergueu-se a Sociedade Nacional de Sabões, onde ainda se encontra um antigo mirante oitocentista (5) que, segundo a tradição, serviu para o rei D. Pedro V assistir à passagem do primeiro comboio, em 1856. Mas é o Largo David Leandro da Silva que reúne os mais interessantes exemplares, como o conjunto da sede e

armazéns da Sociedade Vinícola Abel Pereira da Fonseca, da autoria de Norte Júnior (3), com fachada para o largo, reproduzindo-se aqui também uma das fotografias do antigo cais, da autoria de Mário Novais (gentilmente cedida pela Fundação Calouste Gulbenkian) evidenciando a relação funcional original com a doca do Poço do Bispo (2). Destaque-se ainda o grande conjunto

de armazéns de José Domingos Barreiro (6), ocupando em parte os terrenos onde outrora se ergueu o Palácio da Quinta dos Condes de Valadares. Quanto ao edifício sede do Clube Oriental de Lisboa (4), trata-se da transformação de antigas dependências do Convento de Marvila, onde no século XIX funcionaram pequenas unidades industriais.



ESTRADA DE MARVILA

O troço inicial da Estrada de Marvila, que as limitações do programa *Caminho do Oriente* não incluíram no seu âmbito, merece no entanto

uma referência específica. A partir da Ilha do Grilo, inicia-se a Estrada de Marvila, também chamada no século XIX, como consta na carta de Filipe Folque, *Rua Direita dos Ananases*.

Este troço estendia-se até à Azinhaga das Fontes, hoje dita dos Alfinetes, onde a estrada se passava a chamar Rua Direita de Marvila, por se iniciar aí o núcleo urbano. Para poente subiam duas azinhagas de ligação para o interior — a da Bruxa e a das Veigas, e para nascente, sobre o rio, a depois chamada Calçada do Duque de Lafões. Antes de chegar à Azinhaga das Fontes, abre-se hoje um espaço amplo, no qual abrem os portões da Sociedade Nacional de Sabões, e onde outrora existiria um cruzeiro, talvez de sinalização fluvial, chamado a Cruz das Veigas. Em frente abria-se a homónima Azinhaga das Veigas, dando acesso à grande quinta também do mesmo nome (na página seguinte), onde hoje está instalada a Casa de São Vicente, Instituição

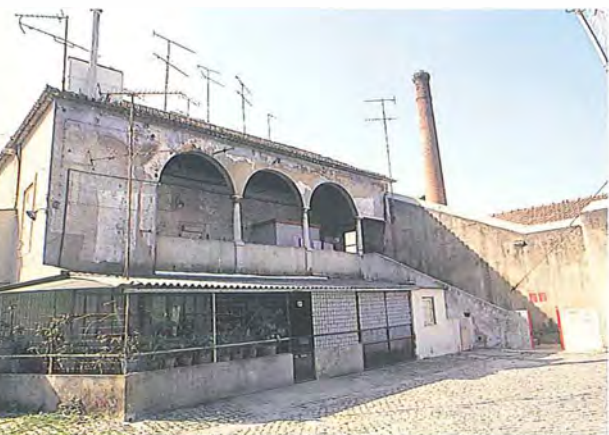


de caridade celebrizada pela manufatura de tapetes de Arraiolos. Trata-se de um bom exemplar de quinta arrabaldina, com grande casa nobre e capela de boas dimensões, e um interessante revestimento de azulejos (ver *Guia do Azulejo*). Pertenceu no século XVIII à família Galvão de Lacerda, alguns deles desembargadores, sendo vendida no início do século seguinte a um Jácome Dolme, inglês. Deste passou a uma família também estrangeira, de nome Metzner. Cite-se ainda a chamada *Quinta das Pintoras* (na página anterior), com a sua casa alongada sobre a estrada estreita, notável pelo seu parque perfeitamente conservado, verdadeiro oásis que tem sobrevivido à degradação e aos maus tratos que toda esta área tem sofrido e nos deixa



entrever o ambiente paradisíaco com que os antigos referiam por hábito a Zona Oriental. Notável também é a decoração de azulejos espalhada pela quinta, dos inícios deste século, da

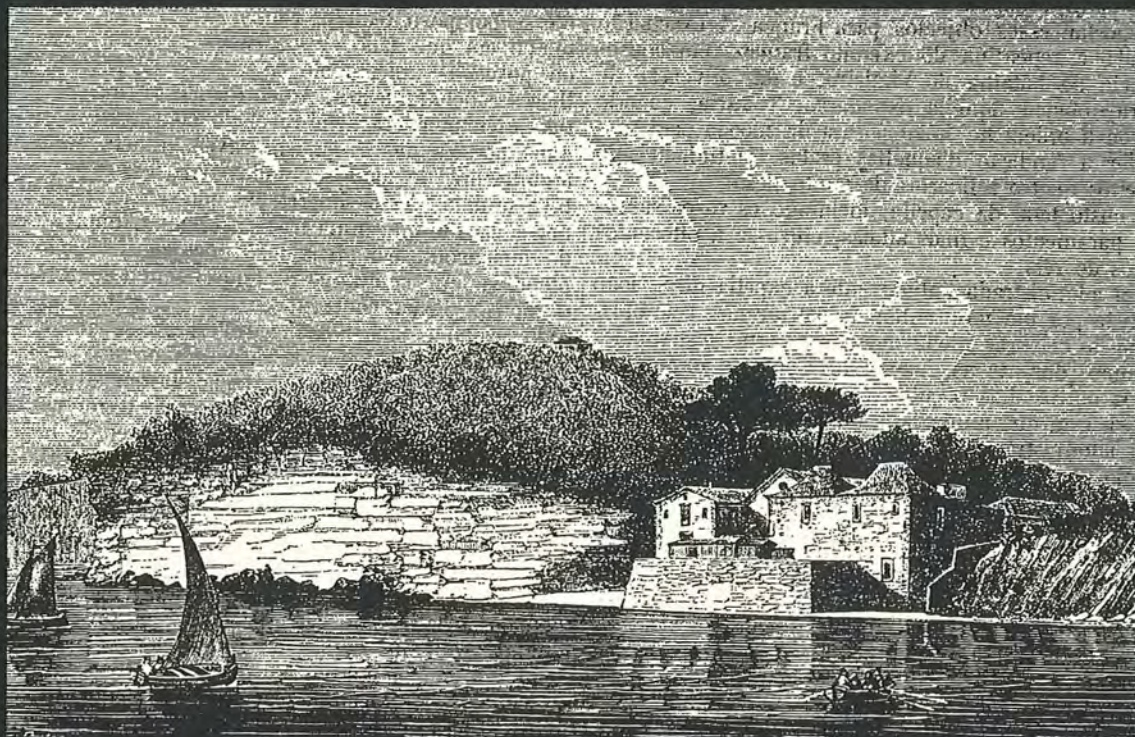
autoria de Jorge Colaço (ver *Guia do Azulejo*). Os arranjos desta propriedade deveram-se a João Burnay, sendo depois a quinta propriedade da família Chatelanat.



DO POÇO DO BISPO AO VALE FORMOSO DE BAIXO.

Saindo do Poço do Bispo, abria-se a Rua do Vale Formoso de Baixo, ainda em grande parte intacta no seu traçado. O facto de se encontrar já fora do perímetro do programa de intervenção do *Caminho do Oriente*, não permitiu uma investigação mais intensa no sentido de se identificarem com precisão as diversas quintas dispostas ao longo desse velho caminho. No entanto, de algumas delas restam ainda significativos traços arquitectónicos, deixando-nos entrever com algum esforço a beleza original do sítio, sempre muito louvado. Ali tinham quinta os condes de Povolide e os Lemos Pereira de Lacerda, morgados do Vale Formoso, depois viscondes de Juromenha, bem como o Braço de Prata, sendo esta quinta a cabeça do morgado de que fazia

parte também o palácio em Santa Apolónia. Dela nasceria a designação do apeadeiro dos caminhos-de-ferro e nos seus terrenos se ergueria a Fábrica de Material Militar, por isso conhecido como de Braço de Prata. A mais celebrizada dessas quintas era a dos condes de Valadares, logo no Poço Bispo, também como vimos conhecida por morgado de Marvila, cuja implantação corresponderia grosso modo aos terrenos hoje ocupados pelos Armazéns de José Domingos Barreiro, com frente para o Largo David Leandro da Silva, outrora chamado do Poço do Bispo. Essa quinta, uma das mais antigas do local, foi inicialmente dos condes de Portalegre, fazendo parte do dote de D. Joana da Silva, filha destes, mulher do 1.º conde de Linhares, D. António de Noronha. Essa senhora deixou-a a sua neta homónima, que por testamento a vinculou a favor da descendência de seu tio, o 2.º conde de Linhares. A presença da família nesta zona justifica a iniciativa de D. Joana de Noronha de escolher a capela-mor do Convento do Beato para panteão dos seus. Por extinção deste ramo, passou o morgado para D. Carlos de Noronha, pai do 1.º conde de Valadares, ficando a quinta nestes titulares até ao século XIX.



Quinta da Matinha, em Braço de Prata. Litografia publicada in *Archivo Pittresco*, T. VII, 1864.



Fachada da Quinta das Murta.

I — RESENHA HISTÓRICA

A INFORMAÇÃO mais antiga referente a esta propriedade remonta ao primeiro quartel do século XVII, sendo então seus possuidores o secretário João Lopes Serrão e sua mulher, D. Juliana de Semedo. No ano de 1628 venderam a quinta — *foreira enfatiota a Francisco de Vasconcelos, conde de Figueiró*¹ em 6000 réis e 10 galinhas — ao 1.º conde de Palma, D. António de Mascarenhas, sobrinho do seu homónimo da Quinta do Grilo. Por morte do conde coube a quinta em partilhas (18.7.1636) a sua mulher, D. Maria de Távora, que a vendeu pouco depois a D. António de Castro, tesoureiro-mor da Sé de Lisboa, por 8000 cruzados. Na escritura de venda, celebrada em 1641, a propriedade é referida como (...) *uma quinta junto do mosteiro de S. Bento de Xabregas, que foi de Estêvão de Alcairo, a qual parte de uma parte com muro do dito mosteiro e de outra parte com quinta de João Cotrim e com estrada pública que vai para o Poço do Bispo (...) que contém em si casas nobres, celeiros, cais de pedraria, jardim, pomar e vinha, toda murada à roda (...)*². Os registos paroquiais da freguesia fazem três menções a D. António de Castro, neto do conde de Basto, D. Diogo de Castro: *quinta de D. António de*



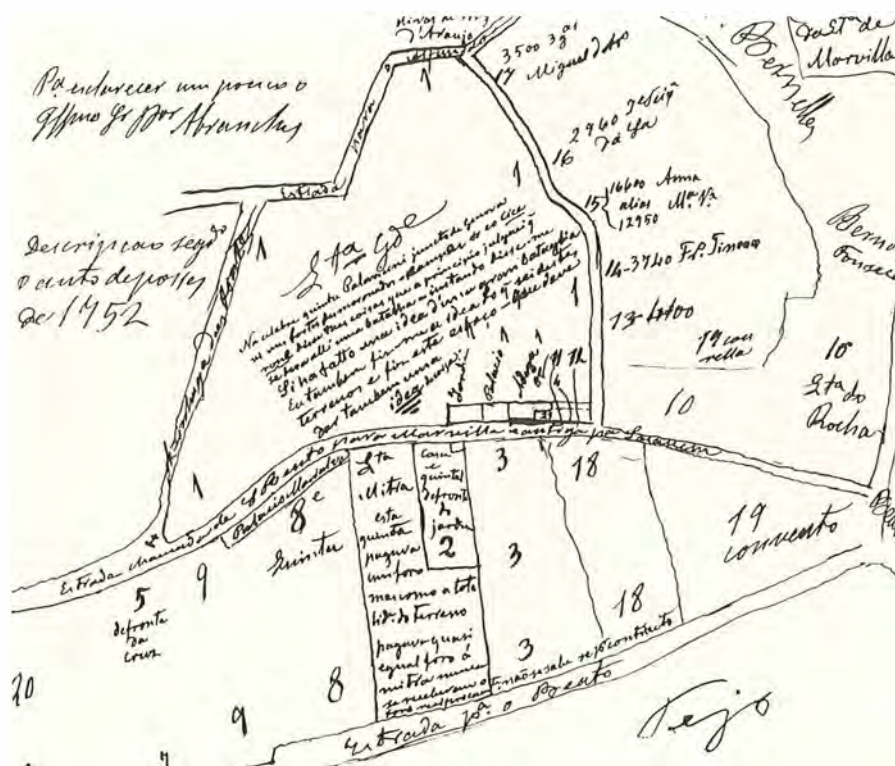
Castro junto a S. Bento (1649)³; *morador na sua quinta de São Bento de Xabregas* (1652)⁴; *morador a S. Bento* (1655)⁵.

No início do século XVIII a propriedade pertence a D. Helena de Távora, já então conhecida por Quinta das Murtas. Esta senhora vende-a em 1706 a D. Afonso de Meneses, senhor de Ponta da Barca, familiar do principal D. José de Meneses e Magalhães que vende a propriedade *com todas as suas pertenças, sita a S. Bento dos Lóios*⁶, em 1742, a Manuel Martins da Costa, por 21 000 cruzados, com a devida licença do morgado do Esporão. Passados alguns anos (1758) a sua viúva, D. Ana da Fonseca, sofreu um processo de execução juntamente com os arrendatários ali moradores, Francisco Lino Pereira e seu irmão Pedro Pereira *constructores da fábrica dos marroquins*⁷, incidindo a penhora na quinta,

então composta por casas nobres, pomar, horta e jardim.

Por auto de arrematação (17.3.1758), Manuel de Faria Airão⁸ — um dos grandes homens de negócio da Lisboa pombalina — ficou na posse da Quinta das Murtas por 15 000 cruzados. No auto (9.4.1758) foi descrita a propriedade: *Casas nobres com seu pátio grande de quartos baixos e altos e suas casas de tanques e alcaçarias (...) casas de palheiros, cavalições e cocheiras com seu jardim grande e parreiras, terra de pão e alguma vinha com suas árvores de caroço com 3 chãos de horta com seu poço e dois tanques e mais outro poço por cima do pátio a qual quinta é toda murada em roda e parte do nascente com quinta do (...) marquês de Marialva e do poente com a cerca dos padres de S. Bento de Xabregas e do norte com terra do dito Marquês e do sul com estrada que vai para o Poço do Bispo*⁹.

Contudo Faria Airão não habitou a quinta, arrendando-a por 400 000 réis a Caetano de Sousa, (3.9.1760) homem de negócio da fábrica dos marroquins, que por ali ficou até finais dos anos 70¹⁰. Com a morte de Manuel de Faria Airão, seus herdeiros venderam a propriedade ao conde de Atalaia, marquês de Tancos (1786) — que em 1781 já a tinha arrendado — e a manteve até meados do século XIX,



II – COMENTÁRIO

Encostada à propriedade dos Lóios do Beato, esta Quinta das Murtas constitui a parcela extrema sul da grande quinta de Marvila (ver texto Marvila), constituída por uma estreita faixa entre Estrada de Marvila e o caminho ribeirinho que vai do Beato para o Poço do Bispo — hoje Rua do Açúcar. É uma típica construção de quinta arrabalдина, com o seu pátio e dependências funcionais, hoje transformada em ilha popular em muito mau estado de conservação. A antiga casa nobre é bastante simples na sua orgânica, sem grandes elementos decorativos, denotando um estrutura bastante antiga, possivelmente ainda do século XVII. São nulos os informes sobre campanhas de obras, mas note-se a informação de aqui ter funcionado em meados do século XVIII uma fábrica de marroquins, ao mesmo tempo que a quinta do Betencourt era transformada em fábrica de açúcar, primeiros sinais de um futuro industrial que toda esta zona viria a conhecer. (ISM)

arrendando alguns anos o casco da quinta, cujas casas geralmente se encontravam devolutas, vindo a degradar-se progressivamente até à recuperação do que resta do primitivo edifício da quinta.

Em 1857, estando João Cândio de Matos na posse do morgado do Esporão reivindicou o senhorio directo da quinta que recebia de foro na altura, 6000 réis e 10 galinhas¹¹. (JFP)

¹ LAN/TT, CN, C-12B, L.^o 307, fl. 38v.² LAN/TT, CN, C-12B, L.^o 307, fl. 38.

³ IAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Óbitos, Cx. 8, L.^o 3, fl. 55.

¹ LAN/TT, CN, C-12B, C_x. 6, L.^o 349, fls. 61.

⁵ LAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Baptismos, Cx. 2.

L.^o 5, fl. IIv.

⁶ LAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, N.º 191, doc. 3912.

⁷ IAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, N.º 194, doc. 4042.

⁸ IAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, N.º 191, doc. 3912.

⁹ IAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, N.º 194, doc. 4042.

¹⁰ AHTC, Décima da Cidade, Olivais, Livros de Arruamentos, mcs. 852 a 862.

¹¹ IAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, N.º 194, doc. 4025.



Fachada da Quinta das Murtas, vendo-se em primeiro plano o portão de acesso à rampa do pátio.



Estátuas decorativas da antiga Quinta dos Marquesses de Marialva, hoje integradas na Sociedade Nacional de Sabões.

27 QUINTA DO MARQUÊS DE MARIALVA

I — RESENHA HISTÓRICA

ESTA grande Quinta dos Marqueses de Marialva que ocupava parte significativa da encosta de Marvila, resultou da união entre duas parcelas foreiras ao morgado do Esporão. Uma mais a norte, entrou na posse da família em data incerta, sendo no entanto frequentes os registos de baptizados e casamentos na freguesia dos Olivais, a partir de 1663, podendo pois conjecturar-se que, pelo menos desde o célebre 1.º marquês de Marialva, D. António Luís de Meneses, a quinta se encontra na posse da família. Outra, vizinha, dita a *Quintinha* (ver adiante), adquirida em 1707 pelo 2.º marquês de Marialva, com casas ainda existentes sobre a Estrada de São Bento para o Poço do Bispo. Quanto à primeira, a principal, tinha as suas casas nobres no topo sobre a Rua de Marvila, onde ainda se podem ver alguns restos em deplorável estado de conservação. Pela descrição junta, respeitante a 1747 (ver adiante), podemos conjecturar as linhas mestras deste notável conjunto, transformado, como se percebe pela descrição mais tardia de William Beckford, em verdadeiro santuário de louvor à figura do 1.º marquês. Nada resta da grande capela, decorada com as bandeiras das batalhas das Linhas



de Elvas e de Montes Claros, como afirma o citado inglês, parte da aura mítica dessa grande figura da história portuguesa. Aliás a vontade de exaltar a participação nesse momento histórico parece ter sido uma preocupação de alguns aristocratas, devendo citar-se a capela de D. Gastão Coutinho, ao Grilo, também decorada de bandeiras, esta quinta dos Marialva, em Marvila, e, com certeza, a célebre Sala das Batalhas na Quinta de Benfica, dos marqueses de Fronteira, a única lembrança dessa gesta aristocrática que permanece felizmente intacta. Os marqueses de Marialva encontram-se frequentemente nesta quinta, pois são contínuos os registos de baptizados, casamentos e óbitos desde 1663.

O último assinalado é a morte do 3.º marquês, estribeiro-mor, D. Diogo de Noronha, em 1761, já viúvo da marquesa senhora da casa. Após o terramoto e com a doação de D. José ao 4.º marquês, D. Pedro, da Quinta da Praia, em Belém, esta torna-se a residência principal desta casa, substituindo o desaparecido Palácio do Loreto (hoje Largo de Camões). Quanto à Quinta de Marvila entra em progressivo declínio, como a conheceu já Beckford, com a natural aura de abandono tão sugestiva para a sua sensibilidade romântica. Era sobretudo utilizada para passeios familiares, sem se detectar efectiva residência na grande propriedade, em parte alugada para exploração.

Pela descrição junta, sabemos que, além das casas ainda existentes da *Quintinha*, possuíam mais outras na parte baixa da quinta, sobre a estrada, certamente um pavilhão de regalo com vista sobre o rio no fim da propriedade. Este grande conjunto dos Marialva é hoje ocupado em parte pelas instalações industriais da Sociedade Nacional de Sabões, tendo sido o restante, após a abertura da linha do caminho-de-ferro, escavado a pique, encontrando-se nesse plano baixo traçadas hoje as ruas José Domingos Barreiro e Capitão Leitão. (JSM)



A QUINTINHA

Esta quinta era uma das várias propriedades foreiras da grande Quinta de Marvila, integrada no morgado do Esporão, ao qual pagava 3200 réis e sete galinhas de foro, segundo a escritura que fez D. Inácia de Noronha, viúva de João da Costa, a Francisco de Távora, em 1584¹. A propriedade esteve na maior parte do século XVII na posse da família Cotrim, sendo seu proprietário, em 1633², João Cotrim, escrivão — como seu pai Jorge Cotrim — dos Armazéns da Ribeira das Naus (1641)³ de que foi capitão de infantaria dos carpinteiros (1645)⁴. Sucedeu-lhe Jorge Cotrim de Melo, embarcado nas armadas da costa a partir de 1681.



A *Quintinha*, a antiga casa nobre, destacando-se a varanda sobre o rio e restos de suportes de pedra de uma latada. A o lado, uma porta no pátio da quinta.

Anos depois (1687), o rei permitiu-lhe renunciar ao ofício de escrivão que herdara de seus maiores (...) *para se desempenhar das dívidas que tem*⁵. Foi devido aos grandes empenhos com que se debatia que lhe foi penhorada a propriedade, pela ação movida por João Rebelo de Campos, seu credor em 2 806 944 réis, a quem foi passada carta de arrematação em 3.3.1707. João Rebelo, corretor da Fazenda, vendeu-a (1.10.1707) ao 2.º marquês de Marialva, D. Pedro de Meneses, que ali junto possuía a sua quinta. Pagou este 2 400 000 réis, com licença do marquês de Fontes, tutor do conde de Vila Nova, a quem teve de pagar laudémio de quarentena. Situada junto

da cerca de S. Bento de Xabregas, é então descrita como: (...) *casas nobres, estrebarias, vários palheiros, pátio e seu poço de nora, tanque, vinha e árvores de fruto e outras pertenças que parte da banda do mar com casas do conde de Vila Nova e da banda de terra outrossim com casas do mesmo conde e do poente com casas e quinta que foi de D. Helena de Távora e do norte com caminho que vai de onde chamam o Grilo para o Poço do Bispo e do sul com estrada que vai de Xabregas para o mesmo Poço do Bispo*.⁶

Tratou o marquês de fazer obras na quinta, celebrando um contrato com um carpinteiro (5.7.1709) para lhe continuar (...) *todas as obras que tocar a seu ofício*⁷. Na escritura são discriminados

os preços, estipulados pelo marquês, do material a utilizar: tabuado em solho aberto, em guarda-pó e em ferro grosso, janelas e portas de assentos almofadados. Arrendada de quando em vez, a quinta e suas casas, à imagem de toda a grande propriedade do marquês, não evitou a progressiva degradação, a partir da segunda metade do século XVIII. No ano de 1762 — situada entre a Quinta das Murtas e uma propriedade do conde de Vila Nova, antes da Quinta da Mitra — foi arrendada em 120 000 réis, constituída por (...) *casas nobres, com lojas e primeiro andar com todos os mais cómodos precisos, árvores de fruta de caroço, parreiras e horta*⁸. Outras vezes apenas o casco da quinta era arrendado. Com a morte do último marquês de Marialva (1823) passou esta propriedade para a posse da Casa Lafões. Nos anos de 1838-39, sendo seu proprietário João Cândio de Matos, era conhecida por «*Quintinha*»⁹, designação que perdura ainda no Pátio da Quintinha, ilha popular ali instalada. As antigas casas nobres, apesar de transformadas nos seus interiores, mantêm grande parte da sua estrutura, devendo citar-se os revestimentos de azulejos (ver *Guia do Azulejo*). (JFP)

¹ IAN/TT, CN, C - 9A, Cx. 61, L.º 338, fls. 9v-12.

² IAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, mç. 194, doc. 4003.

³ IAN/TT, Chancelaria de D. João IV, L.º 13, fl. 33.

⁴ IAN/TT, Chancelaria de D. João IV, L.º 19, fls. 43-44.

⁵ IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, L.º 64, fl. 210v.

⁶ IAN/TT, CN, C - 9A, Cx. 61, L.º 338, fls. 9v-12.

⁷ IAN/TT, CN, C - 9A, Cx. 62, L.º 344, fls. 21-22.

⁸ AHTC, DC, Olivais, Livros de Arruamentos, mç. 852.

⁹ AHTC, Tesouro Público, mç. 124.



Restos das casas da Quinta dos Marqueses de Marialva, sobre a Estrada de Marvila. Note-se em primeiro plano um torreão que parece ser a reminiscência mais antiga deste grande conjunto palaciano. Ao lado, a quinta desenhada no Mapa dos Foros de Marvila (1752).

DESCRIÇÃO DA QUINTA DOS MARQUESES DE MARIALVA, EM MARVILA, CONSTANTE DE UNS AUTOS DE 1747

Quinta de Marvila — Uma quinta no lugar de Marvila, (...) a qual fica no caminho que vai do Grilo para os Olivais e começa no mesmo caminho para onde tem as casas e serventia principal e vai acabar no outro caminho junto ao mar que vai de São Bento dos Lóios para o Poço do Bispo, e constam de casas nobres que são muitas com galeria e mais oficinas, casa de oratório e ermida grande com tribuna e sacristia, retábulo entalhado e dourado com, serventia para o caminho dos Olivais e na entrada ficam dois recebimentos em forma de alegretes com dois tanques, um maior que outro, que se comunicam com a horta, e tabuleiro com seus passeios e um jardim grande; destas casas se acham seis azulejadas e ladrilhadas, e tem em si vinhas e



várias árvores de fruto e recreio, e no fim dela junto à estrada duas casas de campo com janelas para a estrada que vai para o Poço do Bispo, e tem dentro mais uma horta, casa de água e uma nora e umas cozinhas térreas com seu pátio, e atendendo a ser (...) a quinta de regalo e ser maior o que nela se despende do que o rendimento que dela se pode considerar (...).

Uma quinta chamada do Cotrim e parte com a quinta principal acima (...) e consta de casas nobres com vista para o mar e estrada que vai do Grilo para o Poço do Bispo de onde tem serventia, com estrebaria, palheiro, pátio, poço de nora, tanque, horta, vinha e árvores de fruto e terra de pão grande chamada a Pedreira, e da banda do mar.

Declaro mais que no dito sítio de Marvila, defronte da quinta principal há vários prazos em vida que (...) passaram (...) na forma de testamento da Excelentíssima Marquesa a seu filho o Excelentíssimo Conde de Cantanhede.

EXTRACTOS DO DIÁRIO DE WILLIAM
BECKFORD

(...) Esta tarde atravessámos a cidade de ponta a ponta, a caminho da casa de campo do duque de Lafões. O povo ficava a olhar, pasmado, para a altura da boleia do coche, para a jaqueta curta do postilhão e para outros anglicismos da equipagem. Como o duque não estava em casa, continuámos a nossa jornada pela margem do Tejo, ao longo dos muros da Quinta de Marvila, propriedade do velho marquês de Marialva. Renques de frondosos ulmeiros tornam muito deleitosos estes sítios. As pequenas colinas das vizinhanças estão cobertas de giestas espanholas. Negras nuvens, mosqueadas de um vermelho de tormenta, pairavam sobre o rio — que nesta extremidade de Lisboa tem cerca de nove milhas de largura — e a margem oposta, que mal se via, banhava a pálida e colorida luz, de um desmaiado arco-íris que o Sol, no ocaso, mal já tinha forças para iluminar. A vasta superfície das águas, o matizado do céu, a frescura do ar e o contorno azulado das montanhas distantes trouxeram-me à lembrança a paisagem do lago de Genebra, e muitas outras circunstâncias que rodearam a perda daquela a quem eu amava mais do que à própria vida (pág. 50).

... Em vez de seguirmos ao longo da costa de Belém, encaminhámo-nos, através de Lisboa, para Marvila, uma propriedade do velho marquês de Marialva que domina a parte mais larga

do Tejo. Foi aqui que há semanas me lembrou tão vivamente o lago de Genebra e tudo quanto me aconteceu junto às suas margens. Como calculas, portanto, este passeio antes serviu para deprimir que para levantar o meu estado de espírito. No entanto, acedi em acompanhar o grão-prior ao longo das imensas avenidas e terraços desta umbrosa tapada, cenário da sua infância. O palácio, de que ele particularmente gosta, pátios e fontes, tudo está quase em ruínas, os muros de murta converteram-se em matagais bravios, brancos de flores, e as estátuas estão meio ocultas pelos jasmims. Há ali um pequeno teatro de ópera construído com certa elegância, e uma capela, não muito diferente de uma mesquita na sua forma e nos arabescos que a ornamentam. Pendem das partes em volta os troféus da batalha de Elvas, entre bandeiras espanholas, ganhos pelos antepassados do Marialva. Uma longa latada de videiras, assente em pilares de mármore, conduz do palácio à capela. Há qualquer coisa de majestoso nesta verdejante galeria, e a luz da tarde, coada através da folhagem, iluminava as pálidas feições dos criados inválidos da família, que acorreram, das suas arruinadas habitações, caindo de joelhos diante do prior e de D. Pedro. Vagueámos através deste abandonado e esquecido jardim, cujo silêncio faz lembrar o do Convento dos Cartuxos, até a sombra dos altos ciprestes se estender

ao longo do terraço. Sentia-me tão melancólico e apático que mal podia arrastar as pernas. Este infeliz D. Pedro infeccionou-me. Enchemos a carruagem de floridas vergôntes de jasmim, arrancadas às estátuas mutiladas, e ao chegarmos a casa íamos todos intoxicados com o delicioso mas asfixiante perfume. O chá foi para nós um refrigerante depois dos nossos passeios para baixo e para cima nos terraços de Marvila e dos penosos solavancos pelas mal pavimentadas ruas de Lisboa (pág. 69).

(...) Quanto mais conheço o marquês, mais razões tenho para gostar dele. Não há dedicação mais sincera que a que ele me consagra. Chega a esquecer, inclusivamente, os deveres do seu cargo. Esta tarde, em vez de acompanhar Sua Majestade ao convento, aqui nas vizinhanças do sítio onde moro, saiu de carruagem comigo. Fomos a Marvila, o jardim abandonado e selvagem de que o grão-prior tanto gosta. A minha carruagem, seguida pelos pajens de libré real que acompanham o estribeiro-mor, foi o pasmo de toda a cidade. Marvila tem coisas bonitas e pitorescas. As árvores, velhas e fantásticas, debruçam-se sobre arruinadas fontes e mutiladas estátuas de heróis cujas armaduras o perpassar dos anos matizou de muitas cores: púrpura, verde e amarelo. No meio de matagais quase impenetráveis, há estranhas pirâmides de pedra, rodeadas de leões

de mármore, com o aspecto de símbolos mágicos. O marquês tem sensibilidade bastante para respeitar os toscos monumentos da idade em que os seus antepassados realizaram tantas heróicas empresas, e solenemente me prometeu jamais sacrificar estas veneráveis sombras ao gosto petulante e vistoso dos modernos ajardinamentos portugueses. Fiz uma grande provisão de jasmim branco e amarelo, o mais forte e luxuriante que até hoje vi (pág. 77).

(...) Bezerra acompanhou-me esta tarde a Marvila. Estávamos ambos num estado de espírito assaz romântico, exactamente o que convinha para apreciar o melancólico cenário deste arruinado jardim. O Sol entrava no ocaso quando ali chegámos e a espessa mata de murtas, ao crepúsculo, era negra e triste. O aroma dos jasmims embalsamava a atmosfera. Que vontade eu tive de afastar de mim dolentes e irritantes recordações! Sem dar por isso, achei-me a declamar alguns dos mais ternos e apaixonados recitativos da minha ópera adorada, *Quinto Fábio*. A noite caiu ainda estávamos em Marvila. Levantou-se então uma aragem fria que fez ramalhar os ciprestes e espalhou os brancos jasmims sobre os maciços de murtas, que pareciam flocos de neve (pág. 85).

Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, Lisboa, BNL, 1998.



D. Pedro de Alcântara de Meneses Coutinho, 6.º marquês de Marialva e 9.º conde de Cantanhede, último proprietário nesta família da Quinta de Marvila. Este quadro, óleo s/tela, possivelmente da autoria de Domingos Sequeira (?), pois não está assinado, é datável da primeira década do século XIX, dada a idade aparente do retratado, e encontra-se hoje no Palácio dos Duques de Lafões, ao Grilo, herdeiros da Casa de Marialva pela morte deste senhor em Paris, onde era embaixador, em 1823.



Fonte-carranca no tanque do pátio do Palácio da Mitra.

28 PALÁCIO DA MITRA

I — RESENHA HISTÓRICA

ESTE palácio foi edificado numa das várias propriedades que compunham a Quinta de Marvila, pertença da Mitra de Lisboa. O domínio útil acabou, como vimos, por ser integrado no morgado do Esporão, como foro perpétuo a partir de 1566, ficando o bispo somente com o senhorio de raiz. Tal situação conduziu a que a Mitra, nos inícios do século XVII, para usufruir de uma parcela da quinta a subaforasse por 7960 réis¹. Era uma faixa de terreno com acesso simultaneamente pela Rua de Marvila e pela estrada ribeirinha, de boa extensão, que passou a ser conhecida por Quinta do Arcebispo, ou da Mitra, constituindo uma propriedade de recreio ou residência de campo, desconhecendo-se, no entanto, quer a data desse aforamento ou se as primitivas casas foram obra dos prelados. Ao certo pode afirmar-se que delas usufruiu já o arcebispo D. Miguel de Castro que — segundo o cronista dos Lóios — *ia repetidas vezes à quinta que têm os arcebispos junto ao nosso convento de Xabregas*². As primeiras grandes obras são geralmente atribuídas ao arcebispo D. Luís de Sousa (1675-1702), desconhecendo-se, contudo, elementos concretos sobre tal informação. Segundo apurou Ralph Delgado³, durante grande parte da prelatura



de D. Luís andou a quinta arrendada a terceiros. Primeiro a Lourenço de Sousa da Silva e Meneses, conde de Santiago de Beduído — ali falecido em 1675 —, depois ao conde de S. Vicente, pelo menos entre 1686 e 1700.

Coube ao 1.º patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, a transformação do edifício, (...) *enriquecendo-o* — no dizer de J. B. de Castro — *de nobilíssimo ornato e com especialidade duas grandes salas, em que mandou colocar os verdadeiros retratos de todos os excellentíssimos arcebispos de Lisboa em quadros renovados pelo excelente pincel do insigne Francisco Vieira, por ordem do senhor rei D. João V*⁴. Todos estes quadros são esmiuçados pelo citado autor, que insinua (...) *os caprichos pitorescos do mesmo artifice com que os ilustrou*⁵ (...), e alguns deles sobrevivem, estando hoje, na posse do Patriarcado.

Igualmente, o patriarca enriqueceu o palácio com tapeçarias de grande nobreza e renovou a grande copa das cozinhas.

No testamento (1754) doou à Mitra todas as benfeitorias realizadas, bem como todos os móveis, pinturas, cortinas, cadeiras, serviço da copa e cozinha e tudo o que mais possuía nas quintas de Marvila e do Tojal. Declara (...) *não ser devedor a esta Mitra, antes ter despendido em benefício dela consideráveis somas que não saíram das suas rendas, especialmente nos palácios e quinta do Tojal e Marvila em que se gastaram perto de 400 000 cruzados desejando, contudo, conservá-las e muito especialmente a de Santo Antão do Tojal, com a decência precisa a meus sucessores para nelas tomarem algum tempo de recreação que suavize o trabalho de prelatura* (...) ⁶.

O portão de grandes dimensões, que dá acesso ao pátio, ainda hoje ostenta as armas dos Almeida, com a coroa patriarcal, e o seu monograma. A poente do pátio de acesso à escadaria nobre, o palácio tinha uma capela de planta elíptica, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, destruída já no século XX. D. Tomás de Almeida construiu ainda um cais de cantaria que servia de embarcadouro do palácio, cujas escadas defronte do portão ostentavam dois obeliscos em pedra, e mandou fazer



Vista exterior do Palácio da Mitra.

uma calçada majestosa para a estrada. No ano de 1742, em consulta ao rei, a Câmara realça a importância (...) de se fazer o que resta do caminho de Marvila, porque não se malogre a grande despesa que à sua custa tem feito nele o Excelentíssimo cardeal patriarca; e será essa obra não só formosa, mas muito útil ao bem comum, porque com este novo caminho se evita não só o grande perigo em que está, mas a grande volta que os passageiros dão pelo de cima⁷.

No ano de 1744, recebeu D. Tomás no Palácio da Mitra, já reedificado, num magnífico e sumptuoso banquete⁸, o cardeal Odi, núncio apostólico, e outras várias dignidades e senhores da corte com grande profusão e delicadeza. No ano seguinte à morte de

D. Tomás (1754), hospedou-se aqui, durante três dias, o marquês de Baschi, embaixador de França. Do Tesouro d'el-rei vieram as mais vistosas armações de parede, os mais belos cortinados, camas completas para o ministro e seu séquito, a baixela de prata mais opulenta (...) bizarras portuguesas — conclui Castilho⁹. (...) noutras salas armaram-se mesas para os festins, ricamente adornadas e providas (...) o que havia de melhor na cozinha elegante, e mais toda a sorte de limonadas e orchatas nevadas, vinhos generosos, chocolates, e outras várias bebidas, tudo apareceu.

Depois da revolução liberal, o palácio ainda albergou como residência patriarcal, durante alguns anos, D. Frei Patrício da Silva e D. Frei Francisco de S. Luís, o cardeal Saraiva, ali falecido em 1845. Vendida em hasta pública, a propriedade foi comprada, por 10 contos de réis, pelo marquês de Sallamanca, empresário das obras do caminho-de-ferro, (...) que reedificou o palácio e a quinta¹⁰ (...), segundo informação de Pinho Leal (1875). Mantendo-se como residência privada foi, posteriormente, comprada pelo diplomata americano Horácio Perry, cuja viúva, a poetisa espanhola D. Carolina Coronado — que ali escreveu alguns dos seus poemas —, a vendeu ao capitalista António Centeno. Mais tarde, transitou para uma sociedade, desmembrada pouco depois, da qual

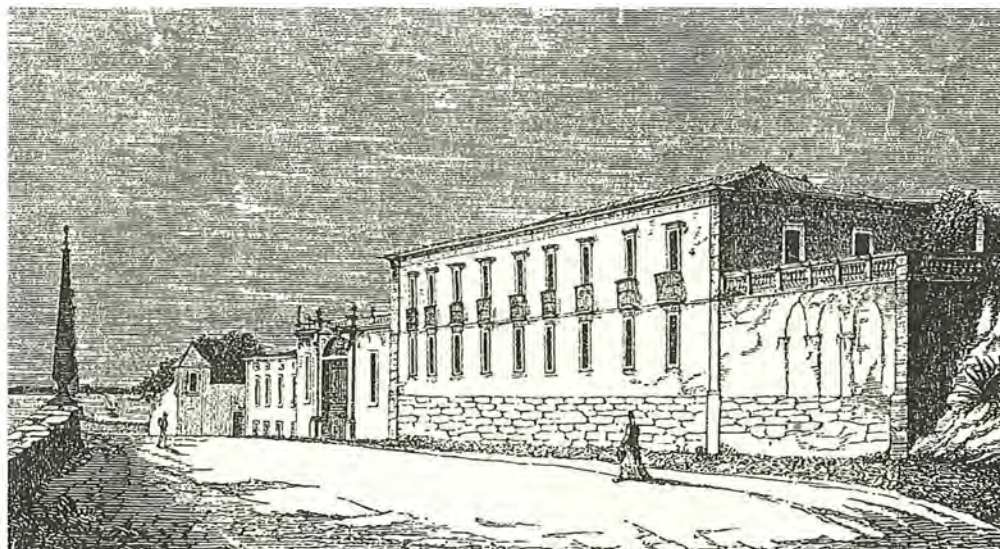


O portão de acesso ao pátio do Palácio do Mitra.

um dos sócios Manuel Fuertes Peres criou uma outra, fundadora da fábrica Seixas, instalada no local das antigas cocheiras do palácio, ocupado este pelos escritórios da empresa¹¹. Em 1930, depois de servir diferentes actividades fabris, foi adquirido pela CML que, após os restauros necessários, o transformou em biblioteca municipal e, depois, na sede do Museu Municipal, ali mantido até ser transferido para o Campo Grande. Nos terrenos rústicos da antiga quinta instalou-se (1933) um asilo de mendicidade — *Asilo da Mitra*, ou popularmente, a *Mitra*. Alberga hoje a sede do Grupo dos Amigos e Lisboa e funciona como espaço de recepções da CML, instituição que classificou o antigo Palácio dos Arcebispos. (JFP)



O terreno da Quinta da Mitra no Mapa dos Foros de Marvila (1752).



O Palácio da Mitra segundo litografia publicada in *Archivo Pittresco*, T. VII, 1864. Notam-se ainda os dois obeliscos que ladeavam o cais privativo, uma das primeiras manifestações em Lisboa deste gosto decorativo romano.

II — COMENTÁRIO

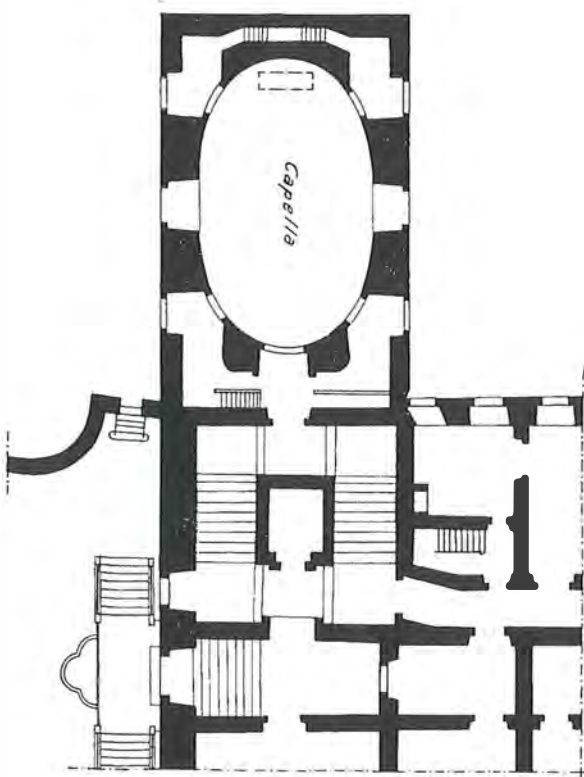
Embora não se trate de uma construção de raiz, mas sim da adaptação de um edifício anterior, o Palácio da Mitra, em Marvila, tem que ser apreciado no âmbito da intervenção global do 1.º patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, um dos mais activos construtores do período joanino, responsável em parte pela difusão do barroco romano em Lisboa. Quer em Santo Antão do Tojal, quer depois no Palácio Lavradio, ao Campo de Santa Clara, D. Tomás deixou-nos alguns dos melhores apontamentos da arquitectura civil desse período, onde é sensível a opção erudita por essa estética bem definida, ao arrepio da prática arreigada da aristocracia cor-

tesã, ainda voluntariamente presa aos modelos decorativos seiscentistas. Construídos sobretudo nas décadas de trinta e quarenta, estes três conjuntos ganham, pois, características modelares, acentuadas pela posição hierárquica e política do próprio construtor.

Embora não se saiba ao certo a data do início das obras que empreendeu em Marvila, podemos apontar, no entanto, a década de trinta, uma vez que em 1742, como acima se refere, a Câmara pede ao rei para poder continuar a obra meritória feita na via pública pelo prelado, dispondo uma nova calçada frente ao cais com obeliscos que mandara erguer. Ora com se pode conjecturar que o arranjo da calçada fosse feito no seguimento das obras do

edifício, tal aponta o seu início para uns anos antes, os seja, os primeiros da década, quando simultaneamente António Cannevari dirigia as obras do Tojal. A conjugação das datas pode conduzir à presunção de ter sido esse mesmo arquitecto, o preferido de D. Tomás, o autor inicial do projecto de transformação em Marvila, como já aventou José Meco. Diz-se inicial uma vez que Cannevari saiu de Lisboa em 1732, o que talvez possa justificar alguns pormenores decorativos onde se insinua um outro gosto.

De facto, quer o desenho do grande portão, de linhas perturbantemente esguias face aos cânones aqui mais em voga, quer o lançamento da magnífica escadaria, que parece duplicar a do Tojal, jogando deliberadamente com



o efeito de surpresa tão do agrado da estética barroca mais refinada, quer a adopção de obeliscos no cais — possivelmente a primeira presença em Lisboa desse elemento decorativo tão comum em Roma e miticamente celebrizado pelos desenhos de Piranesi — parecem revelar uma estética muito apurada, marcada por uma certa liberdade inventiva face aos rígidos padrões da norma barroca, mais solta e mais ligeira, que distingue, aliás, a geração renovadora então emergente no meio romano, na qual Cannevari é habitualmente inserido (Portuguesi,

Planta da capela do Palácio da Mitra, publicada por José Meco in *O Palácio da Mitra e os seus azulejos (...)* 1985.

A disposição orgânica da capela, com entrada sobrelevada pelo grande portal no patamar da escadaria (hoje fechado) reforça o sentido cenográfico que presidiu ao projecto de renovação, criando uma sucessão de espaços nobres interligados. Sendo o palácio residência patriarcal, justifica-se plenamente esta sobrevalorização da capela na economia do conjunto. Realce-se, ainda, a forma elíptica adoptada, uma das primeiras aflorações deste formulário barroco entre nós, acentuada pela galeria que lhe corria em redor, reforçando-se, assim, o sentido espectacular do cerimonial imposto pela figura do patriarca.

Paolo, Roma Barroca). E essa atribuição seria presumivelmente reforçada se pudéssemos apreciar ainda a magnífica capela patriarcal — barbaramente destruída neste século — com um desenho em planta de forma oval, inovação barroca seiscentista raramente seguida entre nós, de que este pequeno templo seria assim um dos primeiros exemplos aqui executados. Com a sua galeria disposta em redor, esta com acesso directo pelo portal no patamar da escadaria, a capela introduzia no conjunto um sentido determinantemente cenográfico, outra das

características mais típicas de uma estética nem sempre convenientemente captada pelos primeiros responsáveis pela introdução em Lisboa das novidades romanas.

Realce-se, ainda, o magnífico acervo de azulejos (ver *Guia do Azulejo*), não podendo deixar de se realçar o carácter arquitectónico daqueles que revestem a escadaria, acentuando pela duplicação das balaustradas uma fruição sem limites da noção do espaço, impondo uma concepção global do conjunto, em que os azulejos ganham uma nova virtualidade.

Refira-se, ainda, a proximidade entre estes azulejos e os que decoram a escadaria do Tojal, também estruturantes de um mesmo sentido cenográfico deliberadamente espacial. (JSM)

¹ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 191, doc. 3910.

² Santa Maria, Fr. Francisco de, *Ceo aberto na Terra*, Lisboa, Off. de Manoel Lopes Ferreyra 1697, Vol. II, p. 1113.

³ Delgado, Ralph, «O lugar de Marvila e a Quinta da Mitra», In *Olisipo*, Lisboa, 1963, n.º 103, p. 139.

⁴ Castro, João Bautista de, *Mappa de Portugal*, Antigo e Moderno, Lisboa, 1870, p. 481.

⁵ Castro, João Bautista de, *ob. cit.*, pp. 482-484.

⁶ IAN/TT, RGT, L.º 258, p. 85.

⁷ Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1906, T. XIV, pp. 98-99.

⁸ Barbosa, Fernando António da Costa de, *Elogio Histórico de D. Thomás de Almeida*, Lisboa, Off. de Miguel Rodrigues, 1754, p. 131.

⁹ Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga — O Bairro Alto*, Lisboa, CML, 1956, p. 116.

¹⁰ Pinho Leal, Augusto Soares, *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário*, Lisboa, Livraria Editora de Matos e Comp., 1875, p. 119.

¹¹ Araújo, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1938, L.º XV, pp. 74-76, e *Inventário de Lisboa*, Lisboa, CML, 1944, fasc. V, p. 16.



Pormenor da grande escadaria do Palácio da Mitra.



Quinta do Betencourt. Pormenor central da fachada.

29 QUINTA DO BETENCOURT

I — RESENHA HISTÓRICA

ESTA propriedade integrou o vínculo instituído por Lázaro Lopes de Almeida e sua mulher, Francisca Dias (1634), com capela na antiga igreja do Convento de S. Francisco de Xabregas, em cujo cruzeiro foram sepultados, segundo disposição testamentária¹. Este casal, sem geração, *morador no Poço do Bispo* na sua *quinta de Xabregas sita junto ao convento de S. Bento*, aforada ao conde de Figueiró, em 24.3.1645 apadrinhou José², filho de Pedro de Almeida Betencourt, cuja família ficaria com a administração do morgado de Lázaro Lopes. Pedro Betencourt, que poucos anos decorridos estava na posse da Quinta de Marvila (1669)³, servira, como seu pai, a Casa de Bragança em Vila Viçosa de onde passara a Lisboa na companhia de D. João IV. Guarda-roupa do Paço, acumulou o cargo de escrivão da fazenda do Conselho da Rainha, mantendo-se o cargo na família durante os reinados de D. Pedro II e D. João V.

José de Almeida Betencourt e seu filho Pedro, ali baptizado ainda em vida do avô (1676), mantiveram a sua residência na quinta. Em 1763 a propriedade foi avaliada em 7000 cruzados, sendo composta por quinta, casas nobres e mais sete moradias de casas pertencentes à dita quinta. Nesta data já estava instalada na quinta uma fábrica de açúcar refinado —



origem da designação de Rua do Açúcar. Era arrendatário, e morador, *Chrestiano Esmite* (Christian Smith), *homem de negócio de grosso trato*, que pagava 300 000 réis, mantendo-se até 1782. Depois de um período em que esteve devoluta, passou a conhecer a rotatividade entre os arrendatários: João de Lisboa (1785) em parte das casas altas, estando o resto devoluto; António Rebelo (1786-89) e já no século XIX Ana Maurícia Rebela (1814).

A adaptação a diferentes funções es-
quartejou por completo o seu interior. Transformado em vila operária — o pátio Beirão — depois em escola, mais tarde retomou a sua função primitiva, como habitação. No antigo terreno da quinta funciona hoje um viveiro de flores da Câmara Municipal, actual proprietária. (JFP)

II — COMENTÁRIO

Esta propriedade, parte integrante da grande Quinta de Marvila, a quem pagava foro (com o número 18 no mapa atrás citado), era constituída por uma faixa rectangular de terreno entre a Rua Direita de Marvila e a Estrada do Poço do Bispo, com acesso inicial pelas duas vias, confrontando a norte com o Convento de Marvila e a sul com terrenos que em 1752 constituíam uma courela ainda adstrita à Casa de Vila Nova (Abrantes). O foreiro mais antigo de que há informação é Lázaro Lopes de Almeida, que vinculou a propriedade a favor da família Almeida Betencourt, por certo seus familiares. É natural que inicialmente as casas se dispusessem no cimo da quinta, sobre a Rua de Marvila, então o eixo viário principal, levando a alteração da importância relativa das vias públicas à escolha mais tardia da implantação da nova residência sobre a Estrada do Poço do Bispo. Infelizmente não foi recolhida qualquer informação sobre a data exacta da construção desta interessante fachada, bom exemplar da casa nobre urbana lisboeta do século XVIII. É certamente, tendo em vista alguns elementos decorativos — desenho do portal de acesso, com frontão triangular, vergas curvas nas aberturas e grades das sacadas — datável do segundo quartel do século XVIII em diante,



A Quinta do Betencourt no Mapa dos Foros de Marvila (1752).

Ao lado: portal central de acesso ao vestíbulo, hoje prejudicado na proporções originais pela subida de nível do piso da via pública.

quando estes elementos arquitectónicos se vulgarizam entre nós. Poderemos assim pensar tratar-se de uma campanha de obras da iniciativa do último membro da família Betencourt, Pedro de Almeida Betencourt, aqui residente nesse período pelo menos até 1763, data em que na casa residia já Christian Smith. O facto de sobre o portal se encontrar ainda o suporte para a pedra de armas, entretanto desaparecida, parece confirmar a hipótese de o construtor ser o referido senhor, dado que nenhum dos posteriores locatários teria direito a uso de brasão. O citado cidadão inglês instalou na propriedade

uma fábrica de açúcar, que veio a dar o nome à rua. Sabendo que dela faziam parte algumas outras casas anexas, é possível que a referida fábrica — por certo de pequenas dimensões — se localizasse nessas dependências e não na casa nobre, a qual sabemos, pelos Livros da Décima, habitada por Christian Smith até 1782.

A estrutura da construção é muito simples, embora denote algum cuidado, quer nos pormenores decorativos, quer na rigorosa obediência às regras da simetria. Sobre um piso térreo — inicialmente destinado a cavaliarias e armazéns — corre o andar nobre de



sacadas que, para trás, é rés-do-chão, abrindo sobre um terraço lajeado. A este andar se sobrepõe um mezanino, de vão e aberturas muito pequenas. Ao centro do piso térreo abre-se o portal — muito prejudicado nas suas proporções pela subida do nível da rua — que dá entrada para um vestíbulo — agora compartimentado — de onde nascia lateralmente a escada muito simples para o andar nobre. Ao fundo desse vestíbulo abre-se um arco de acesso a um corredor largo que vencia em rampa o desnível da encosta, conduzindo ao referido terraço e deste por escada ao jardim e quinta — onde hoje funcionam viveiros camarários — e na qual ainda se destaca o antigo poço com a sua nora. (JSM)

¹ IAN/TT, RGT, L.º II, fls. 34v-36v.

² IAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Baptismos, Cx. I, L.º 4.

³ Index das Notas de varios tabelliães de Lisboa, Lisboa, 1944, T. III.

FELGUEIRAS GAYO, "NOBILIÁRIO
DE FAMÍLIAS DE PORTUGAL"

TÍTULO DE BETENCOURTS (T. II)

1. Pedro de Almeida Betencourt,
irmão de João Ferreira

Betencourt, foi Fidalgo da Casa
Real, Cavaleiro da Ordem de
Cristo, Guarda-Roupa do Rei
D. Pedro II e teve: 2. José de
Almeida Betencourt, Cavaleiro
da Ordem de Cristo, Fidalgo
da Casa Real e teve: 3. Pedro de
Almeida Betencourt, Cavaleiro
da Ordem de Cristo, Guarda-
-Roupa do Rei D. João V,
Fidalgo da Casa Real, Sr. da
Quinta de Marvila.

TÍTULO DE PERDIGÕES (T. VIII):

D. Guiomar Maria Betencourt,
moça do Açafate da Rainha

D. Maria Francisca Isabel de
Sabóia, casada com Teotónio
Perdigão Soto Mayor, filha
de João Ferreira Betencourt,
Comendador da Comenda
de S. Olaia da vila de
S. Bartolomeu de Arrabal,
Fidalgo da Casa Real, natural
de Vila Viçosa e de sua mulher
e prima D. Maria Betencourt
da vila de Benavente.

Fachada da Quinta do Betencourt. Note-se o rigor simétrico de
todo o conjunto, hoje prejudicado pelas modificações de alguns
vãos do piso térreo.





O sino do claustro de Marvila, adoptado como símbolo pelo programa *Caminho do Oriente*.

I — RESENHA HISTÓRICA

ESTE convento foi erguido numa parcela de terreno foreira em 2000 réis ao morgado do Esporão, correspondendo à extremidade nascente da grande Quinta de Marvila dos condes de Figueiró, e que pela sua forma era designada, no século XVI, por a *Cabeça*. Vendida por Paulo de Tovar ao cônego Manuel Pimentel (1611)¹, foi herdada por uma família Tinoco (1623) a quem foi adquirida por Sancho de Faria e Silva seu possuidor já em 1642 — *quinta de Sancho de Faria ao Poço do Bispo*². A D. Inês de Ayala, viúva daquele último possuidor, executou a quinta Alexandre de Sousa Freire, comprando-a pouco depois em hasta pública (1648) — *uma quinta chamada do Poço do Bispo*³ — o arcediogo Fernão Cabral que, por sua vez, a doou para a construção do novo convento.

A instalação das Brígidas portuguesas em Marvila deveu-se à iniciativa de madre Brígida de Santo António⁴ que, após o incêndio no Convento de Santa Brígida, ao Quelhas, em 1652, tratou de fundar casa distinta das freiras inglesas, até então todas juntas. Procurando uma localização digna para tal efeito, acabou por aceitar os pios propósitos do arcediogo Fernão Cabral. A doação da quinta *sita em Marvila junto ao Poço*



do Bispo (...) que foi de Sancho de Faria (...) e a qual parte com quinta de Lázaro Lopes e com estradas públicas (...) teve lugar em 16.6.1655, apesar do eclesiástico já estar acertado com a madre Brígida de Santo António desde Outubro de 1654, *para lhe doar e fazer doação da sua quinta de Marvila em lugar da compra que dela lhe queria fazer ela (...) para nela se fundar e perpetuar um convento da mesma Ordem de Santa Brígida com a invocação de N. Senhora da Conceição para religiosas portuguesas*⁵. Retribuiu-lhe a abadessa com a capela-mor e a missa conventual.

Da localização privilegiada da quinta diz o arcediogo que gastava (...) *nela dias contínuos e ininterruptos* (...) e *traçando por vezes várias casas de meu agasalho lá se me representava por mais*

conveniente o desmanchar a maior parte das que estão feitas no que fosse necessário para o novo edifício ficar com maior perfeição já vendo que eram bastantes para que acrescentando-se-lhe poucas vivesse nelas com comodidade — falando ainda — no gosto de lograr a recreação dela que era a maior que se pode encarecer (...).

D. João IV, apesar das reticências postas pelo grande número de casas religiosas em Lisboa, concedeu alvará para a edificação da nova casa em 27.4.1655 à *abadessa do mosteiro das Inglesas para poder edificar e findar o de Marvila da mesma Ordem*⁶, pelo qual ficou estipulado que o número de religiosas jamais excederia as 80, com 8000 cruzados de renda, entrando nesta quantia o que fosse levado pelas que entrassem para sua sustentação. Falecida em 29.6.1655 a madre abadessa já não assistiu à instalação das primeiras freiras no inacabado convento em 18.3.1660. As fundadoras, acompanhadas por várias senhoras da corte, atravessaram a cidade desde o mosteiro no Mocambo (o Quelhas) até Marvila. No dia seguinte celebrou-se a missa solene no mosteiro baptizado, conforme desejo de Brígida de Santo António, com o nome de Nossa Senhora da Conceição.

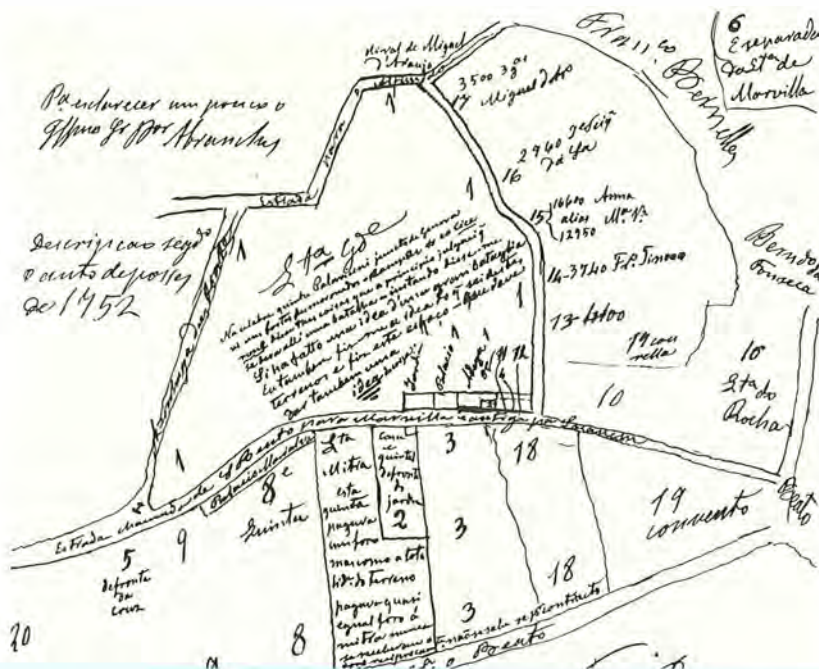
As obras iniciais foram, em grande parte, suportadas por Fernão Cabral,



Coroamento com frontão de um dos corpos simétricos que fecham o pátio de Marvila, com decoração de azulejos.



Pedra de armas do arcebispo Fernão Cabral, um dos patronos do Mosteiro de Marvila.

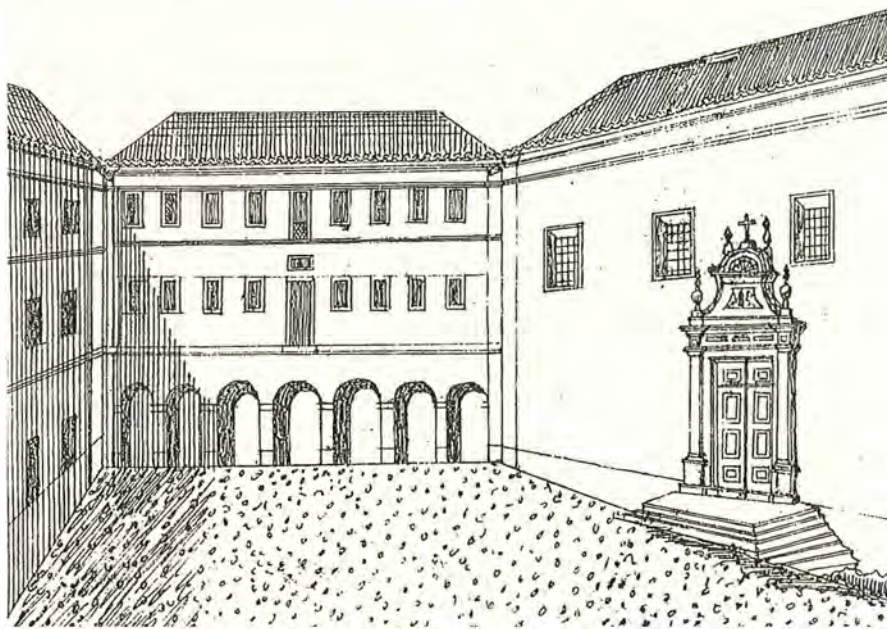


Mapa dos Foros de Marvila (1752), sinalizando o terreno ocupado pelo Mosteiro de Marvila.

mais concretamente por seu irmão e administrador de sua casa, o padre xabregano Frei Pedro de Santo Agostinho, sobretudo as da nova igreja, iniciada em 1666, ano da morte do arcebispo. Sepultado na capela primitiva⁷ e trasladado para a nova, quando concluída, este padroeiro deixou à instituição diversos legados. O avanço definitivo para a conclusão da casa conventual deveu-se à benemerita D. Isabel Henriques — mulher do fidalgo Diogo Lopes de Torres, *senhores de mui ricos cabedais* — que com as suas dádivas, largamente contribuiu para a empresa. Lograda a edificação que pretendia custear de um mosteiro de Carmelitas Calçadas, junto à sua Quinta de Camarate (1678)⁸, decidiu investir no

mosteiro das Brigidas de Marvila. Por uma escritura de doação de 1679, D. Isabel *considerando a impossibilidade em que se acha o mosteiro (...) que a abadessa e religiosas dele não podem continuar com as obras do dito mosteiro por falta de cabedais e dependerem de grande custo*⁹, comprometeu-se a doar 4000 cruzados à instituição, recebendo em troca um lugar perpétuo no convento para a sua descendência. No ano de 1681, viúva, encerrou-se nesta clausura, juntamente com a filha, D. Juliana, e logo *que nela entraram se começou a ver o efeito do seu zelo, porque a nova igreja de que só se haviam levantado as paredes, se foi continuando com grande calor até chegar à sua última perfeição; e do mesmo modo se tratou da reedificação do mais mosteiro, de sorte que à generosa piedade destas ilustres benfeitoras se deve toda a fábrica de dormitórios, claustro e oficinas*¹⁰. Igualmente contribuiu para a ornamentação da sacristia e da igreja, de sorte que *orçando-se a despesa feita com este mosteiro se tem por certo que excede a quantia de 100 000 cruzados*. Falecida em 1691, ainda hoje a sua memória é evocada por uma lápide na capela-mor, onde se lê: DONNA IZAB/EL ENRIQVES MVL/HER Q FOI DE DIOGO / LOPES TORRES FIDAL/GO DA CAZA DE S. / MG.DE MANDOV / FAZER ESTA O/BRA A SVA CVS/TA ANNO DE 1690.

As religiosas, porfiando na obtenção de meios de subsistência e que lhes permitissem a ajuda para a conclusão das obras, emprestavam dinheiro a juros — *algum dinheiro para empregarem ou darem a juro para lhe render para seu sustento* — proveniente dos dotes recebidos com a entrada de novas freiras — *freira de véu preto e coro dele* — dos quais se conhecem várias escrituras, entre 1684 e 1692, variando entre 600 000 e 800 000 réis. Deste período (1686-1692) são igualmente conhecidas escrituras de empréstimos a juros por parte das religiosas que chegavam a atingir os 2 500 000 réis.



Em cima: pórtico da igreja, construído em 1725.

Em baixo: o Convento de Marvila segundo o desenho inserto in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833* de Gonzaga Pereira. Note-se a arcaria que primitivamente fechava ao fundo o pátio de entrada, dando acesso directo ao claustro.



Na Igreja de Marvila destacam-se os belos mármore com embrechados, sobretudo na capela-mor, datáveis de 1690, segundo a cartela inscrita na lápide de D. Isabel Henriques embebida na parede lateral da mesma capela (na página seguinte), e devidos ao patrocínio desta senhora.

No ano de 1695 estavam recolhidas 35 freiras, com 865 600 réis de renda¹¹. Convento e igreja por esta altura ainda não estavam concluídos, prolongando-se os trabalhos, sobretudo os relativos à ornamentação do templo, ao longo do primeiro quartel do século XVIII. A pintura e talha das capelas ficaram a dever-se a Roque Gonçalo da Rocha, pai de duas recolhidas; as capelas laterais a duas sacristãs do convento; e o pórtico, datado de 1725, a João Vicente dos Santos¹². Mas neste período coube o protagonismo a D. Juliana Maria de Santo António, filha e herdeira abastada de D. Isabel Henriques, recolhida no mosteiro, condição que manteve para não largar o morgado de seu pai, (...) com cujas rendas se ia continuando a obra (...) ¹³

do mosteiro. Foi sepultada no coro baixo da igreja, segundo estipulou no testamento (1707)¹⁴, isto enquanto se não fizesse um carneiro *no meio do coro baixo em que se metam os meus ossos e os de minha mãe*, onde ainda hoje se lê numa lápide no chão: S. DAS M.TO NOBRES / E VERTVOSAS S.RAS / D. IZABEL HENRIQ.ES E / D. IVLIANA M.A DE S.TO / ANT.O REEDIFICADO / RAS INSIGNES DES.TE / CONV.TO DA CONC.AM / DE MARV.A. Ao testamento, aprovado em 1709, acrescentou dois codicilos (1710), abertos em 1714, deixando entre muitos legados pios, 150 000 réis anuais de renda à comunidade de Marvila, bem como *todos os móveis que se acharem nesta casa assim caixões como bufetes, escritórios, painéis, pa-*

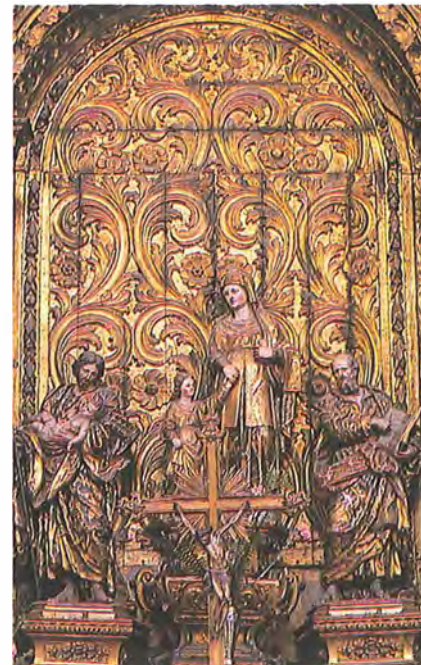
no de linho, alcatifas, panos de rases. Em finais do século XVIII debatia-se a instituição com falta de meios para a sua subsistência e para pagamento de dívidas contraídas pelo pagamento de alimentos e pensões de capela¹⁵. Em 1808, tal exiguidade de recursos obrigou as religiosas — pelo *deplorável estado a que se achavam reduzidas, sem terem com que se alimentar, nem com que cumprir as obrigações do culto divino*¹⁶ — a solicitar um administrador régio para as remediar nas pendências com os credores, e em especial o Hospital Real de S. José, a quem deviam mais de 15 contos de réis. Através de um documento do respectivo processo do Desembargo do Paço é possível conhecer-se o património de que dispunha o cenóbio e o estado

deficitário das suas finanças. Os rendimentos dos bens patrimoniais impostos nos juros na Alfândega, Casa de Bragança, Armazéns, Pau Brasil, sal de Setúbal, Senado e de apólices, somados aos das casas, foros, ordinárias e juros, atingiam 2 475 125 réis, dos quais deduzindo a despesa anual de 1 790 900 réis — gastando as 15 religiosas 120 réis por dia — sobrava apenas perto de 700 000 réis anuais para satisfação dos mais de 20 contos em dívida aos credores. Do inventário dos seus bens¹⁷, feito no século XIX, apurou-se a soma de 27 480 600 réis, entre convento e anexos, a cerca, terras de sementeira, casas da Rua de Marvila e na Rua Direita do Poço do Bispo — onde estava instalada uma fábrica de sabão — que tudo pagava ao morgadio do Esporão 3500 réis de foro, reduzidos por uma subenfiteuse em 1807 a António Esteves da Costa. Depois da extinção das ordens religiosas, as freiras Brígidas permaneceram no convento até à sua supressão, por decreto de 11.4.1872, recebendo as sobreviventes uma pensão de 120 000 réis¹⁸. Neste mesmo ano apossou-se também o Governo das instalações e quintal onde funcionava a fábrica de sabão, arrendados à Companhia dos Tabacos por 700 000 réis, valores vendidos nesse ano em hasta pública. No ano seguinte foi desactivada a capela. Pouco depois, em 1874, o antigo edifício conventual era cedido pelo



Governo a Manuel Pinto da Fonseca, capitalista e africanista, para a fundação de um asilo destinado a crianças abandonadas, para o qual legou em testamento 140 contos de réis. Inaugurado anos antes, com o nome de D. Luís I, foi transferido para este edifício em 1875. Segundo os estatutos *as crianças do sexo feminino recebem a instrução primária e a educação moral, civil e religiosa, e aprendem costura e outros misteres próprios do seu sexo; as do sexo masculino recebem a instrução primária, o desenho linear e a educação moral, civil e religiosa; e fora do asilo o ofício mecânico para o qual mostrarem maior inclinação*¹⁹. Rebaptizado em 1911 como Asilo Manuel Pinto da Fonseca, sucedeu-lhe, em 1928, o Asilo de Velhos de

Campolide, chegando a albergar 470 pessoas. Finalmente recebeu o recolhimento de idosos denominado Mansão de Santa Maria de Marvila, dependente do Ministério da Saúde. A igreja, reaberta ao culto em 1932, está classificada como Imóvel de Interesse Público, e é hoje sede da paróquia de Santo Agostinho de Marvila. (JFP)



Interior da Igreja de Marvila e pormenor de um dos altares laterais de talha.

II — COMENTÁRIO

Apesar de fundado em 1655, com instalação das primeiras recolhidas em 1660, aquilo que hoje podemos apreciar nesta magnífica casa religiosa de Marvila data sobretudo da intervenção patrocinada por D. Isabel Henriques, a partir de 1681, continuada depois por sua filha, D. Juliana, ao longo da primeira década do século XVIII. Com efeito, como nos elucida o cronista, logo que essas senhoras se recolheram no convento *se começou a ver o efeito do seu zelo, porque a nova igreja de que só se haviam levantado as paredes, se foi continuando com grande calor até chegar à sua última*



Pormento da decoração em talha na Igreja de Marvila e púlpito no corpo do templo.

perfeição; e do mesmo modo se tratou da reedificação do mais mosteiro, de sorte que à generosa piedade destas ilustres benfeitoras se deve toda a fábrica de dormitórios, claustro e oficinas. Esta realidade torna o Convento de Marvila uma das mais homogêneas realizações da arte portuguesa desse período, a que poderemos chamar o barroco de sensibilidade nacional, proveniente da evolução local de alguns pressupostos estéticos, numa unidade expressa na perfeita conjugação entre a arquitectura, o azulejo, a talha, a pintura e os embrechados de mármore.

Quanto ao excepcional conjunto de revestimentos cerâmicos veja-se o *Guia*

do Azulejo, onde serão tratados, tendo parte da pintura, da autoria de Bento Coelho da Silveira, sido recentemente estudada no âmbito da grande exposição deste mestre realizada em Lisboa. Interessa aqui realçar sobretudo a componente arquitectónica do conjunto, com uma estrutura pouco habitual entre as casas religiosas de Lisboa, possivelmente determinada pelas próprias características do terreno em que foi implantado. O convento dispõe-se em U em torno de um pátio central, orgânica mais usual na arquitectura civil, o que pode levar a pôr a hipótese de se terem aproveitado algumas construções da quinta preexistente. Ao fundo desse

pátio, uma arcaria, hoje substituída por portas e janelas, dava acesso às dependências conventuais, dispostas em torno de um claustro ainda intacto, de grande sobriedade nas suas linhas de arcaria de pilastras muito simples. À esquerda de quem entra, dispõe-se longitudinalmente a igreja, com portal de acesso lateral (datado de 1725), de acordo com a regra habitual dos conventos de freiras em que o eixo maior se dispunha entre o altar-mor e os dois coros — alto e baixo — destinados estes às recolhidas. A igreja é de grande simplicidade estrutural, simples caixa rectangular com arcaria pouco profunda para altares laterais e o rectângulo



Manuel Pinto da Fonseca, busto de mármore branco, assinado G. Dupre - F. 1852, Firenze, que hoje se encontra na entrada da *Mansão de Santa Maria de Marvila*, hospício estatal de apoio social. Manuel Pinto da Fonseca, a quem chamavam por alcunha o *Monte Cristo*, dada a origem incerta da sua fortuna, ligada ao comércio africano onde dominava a escravatura, foi um dos negociantes mais ricos da praça de Lisboa, celebrado pelas suas residências, como o antigo palácio patriarcal, à Junqueira (depois Burnay), que profundamente transformou, e a Quinta do Relógio, em Sintra, que reconstruiu de raiz, transformando-a num dos primeiros afloramentos entre nós do revivalismo exótico. Pinto da Fonseca foi também banqueiro, devendo-se-lhe a fundação de uma casa Pinto da Fonseca, depois Banco Fonseca, Santos e Viana. Benemérito, fundou o Asilo D. Luis I, destinado à educação de crianças pobres, instalado por doação estatal no Convento de Marvila a partir de 1874, depois da saída da última freira. Após a implantação da República, recebeu o asilo o nome do seu fundador. (JSM)

mais estreito da capela-mor, como se a arquitectura não fosse muito mais que um mero suporte para a fantasia decorativa, expressa na exuberância colorida de azulejos, pintura, talha e mármore. Infelizmente o único elemento não original é a pintura do tecto em abóbada simples, muito danificado no terramoto.

Uma palavra mais para a congregação das religiosas de Santa Brígida, cuja história acidentada é uma súpula das procelas religiosas que atormentaram a Europa da Reforma e Contra-Reforma. Ordem de origem inglesa — embora Santa Brígida fosse sueca — onde era sua casa a célebre mansão de *Mont Sion*, depois propriedade particular —, foram expulsas na sequência das reformas anglicanas, optando por passar aos Países Baixos. Daqui tiveram também de fugir perante o avanço calvinista, contando a lenda que o barco que as transportava as trouxe por inspiração divina até Lisboa, nos finais do século XVI. Aqui fundaram uma primeira casa, em terrenos doa-



dos, sobranceiros ao bairro do Mocambo, depois conhecida por Convento de Santa Brígida, ou do Quelhas. As Inglesinhas, como eram chamadas, depressa se tornaram populares, justificando esse facto a construção desta nova casa de Marvila, sob a evocação de Nossa Senhora da Conceição, que D. João IV proclamara Padroeira do Reino. (JSM)



Em cima: revestimento de azulejos no coro baixo.
Em baixo: porta para o antigo Asilo D. Luís I, que substituiu a partir de 1874 a antiga arcaria de acesso ao claustro.

¹ Delgado, Ralph, «O Mosteiro de Marvila», In *Olisipo*, Lisboa, 1965, n.º 110, p. 113.

² IAN/TT, RP, N. Senhora dos Olivais, Baptismos, Cx. 1, L.º 4, fl. 6.

³ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, mç. 194, doc. 4017.

⁴ Para a história desta figura vid. *Notícia da Fundação deste Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila*, 1570.

⁵ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 47, L.º 182, fls. 47v-48v.

⁶ IAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, mç. 194, doc. 4016.

⁷ BNL, cod. 70, Madalena, Maria, *Notícia fielmente relatada dos custosos meios (...)*, p. 60.

⁸ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 60, L.º 246, fls. 99-99v.

⁹ IAN/TT, CN, C-12A, Cx. 60, L.º 250, fls. 33v-34.

¹⁰ BNL, cod. 70, pp. 167-168.

¹¹ IAN/TT, ACA, Morgado do Esporão, mç. 194, doc. 4016.

¹² Delgado, Ralph, *ob. cit.*, n.º 110, p. 116.

¹³ BNL, cod. 70, p. 148.

¹⁴ IAN/TT, RGT, L.º 143, fls. 1-11.

¹⁵ IAN/TT, DP, Estremadura, mç. 2126, doc. 14.

¹⁶ IAN/TT, DP, Estremadura, mç. 2133, doc. 76.

¹⁷ Delgado, Ralph, *ob. cit.*, n.º 110, p. 117.

¹⁸ Delgado, Ralph, *ob. cit.*, n.º 110, p. 118.

¹⁹ Pereira, Esteves e Guilherme Rodrigues, *Portugal — Dicionário Histórico, Chorográfico (...)*, Lisboa, João Romano Torres e C.a — Editores, 1909, Vol. IV, p. 894.



Alguns aspectos do Claustro do convento de Marvila, construção dos últimos anos do século XVII e inícios do seguinte.





Portal de acesso ao pátio da Quinta de Marvila, dos marqueses de Abrantes (século XVII).

31 QUINTA DO MARQUÊS DE ABRANTES

I — RESENHA HISTÓRICA

D AFONSO HENRIQUES, após a tomada de Lisboa, doou à Mitra de Lisboa (1149) três dezenas de casas e todas as rendas e terras de Marvila que possuíam as mesquitas dos mouros¹. Por sua vez, o 1.º bispo lisboeta, D. Gilberto, ao organizar o Cabido (1150) concedeu-lhe metade de Marvila. A parte adstrita à Mesa Pontifical — a Quinta da Mitra — constituía um terreno vastíssimo indo do Beato ao Poço do Bispo, e do rio até à estrada para o Alfundão. Veio a Quinta de Marvila a cair na família dos Costa, parentes do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, com o domínio útil a título perpétuo. Integrada depois no morgado do Esporão, transitou por herança para os condes de Figueiró, depois de Vila Nova de Portimão e marqueses de Abrantes.

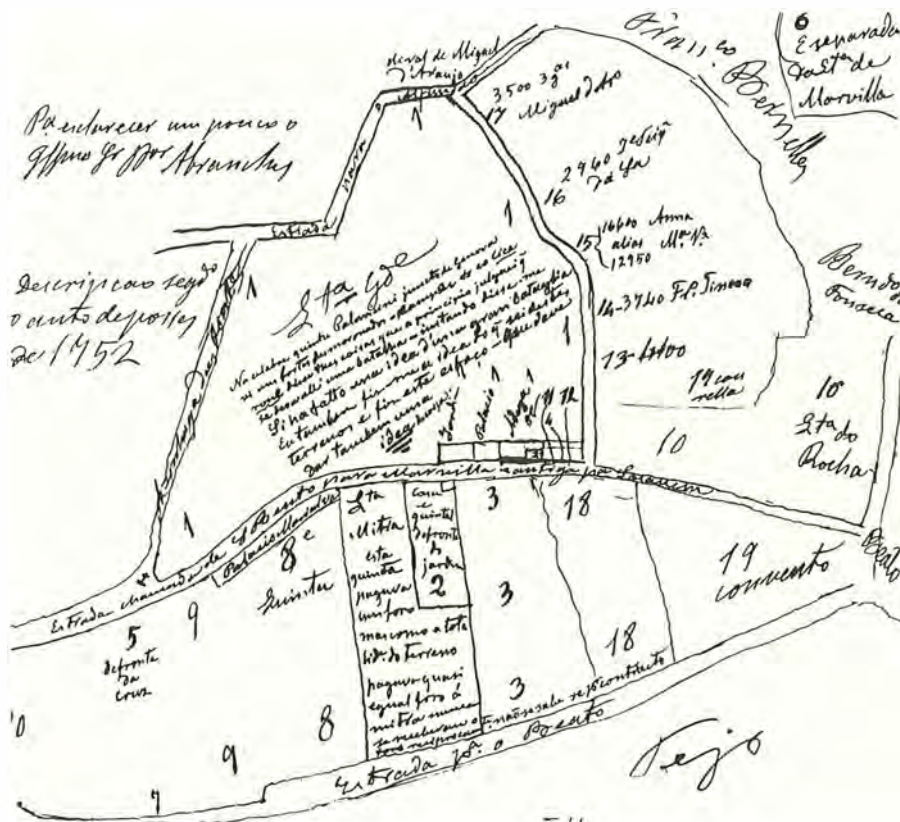
A parcela maior da *Herdade* — assim é referida no século XVII — a chamada Quinta Grande, reservaram os senhores para si, com vinhas, pomares, hortas e olivais, aí construindo casas nobres que, fruto de várias campanhas de obras, ganharam dimensões palacianas. Sabe-se que no século XV, entre os bens que pertenciam à sua Mesa Pontifical, estava uma quinta que se chama de Marvila, que está além do mosteiro de São Bento que se agora



chama de S. João. Em 30.4.1495 renovou o cardeal Alpedrinha o empenhamento em três vidas da (...) quinta de Marvila, além do convento de S. João de Santo Elói, pelo foro de 3500 réis², a sua irmã, D. Catarina de Albuquerque, terceira vida no prazo. Justificou-se a renovação, por ela dita senhora ter feitas muitas benfeitorias e esperava ao diante mais fazer, na propriedade composta por casas, terras, vinhas e olivais. D. Catarina nomeou na posse do prazo da quinta, em segunda vida, a sua sobrinha, D. Helena da Costa³, que o possuiu com isenção de foro na prelatura de D. Martinho da Costa, seu tio. Esta senhora, por sua vez, nomeou terceira vida, por testamento, ao irmão João da Costa, senhor

de Pancas, que em 1541 tomou posse (...) da quinta de Marvila que está a par de São Bento e das casas do conde de Portalegre⁴. Coube à mulher deste fidalgo, D. Inês de Noronha, a obtenção de novo plano de aforamentos (1573), e a duas de suas filhas um papel fundamental na história desta propriedade.

A primeira, D. Jerónima de Noronha, sendo possuidora desta quinta (...) suplicou à Sé Apostólica lhe reduzisse este prazo, que era em vidas, a enfiteuta, em razão de haver feito nele grandes benfeitorias, e com efeito se lhe expediu Bula (...)⁵. Concedido o pedido passou a Quinta de Marvila a constituir um prazo perpétuo com o foro de 6000 réis anuais, por breve assinado pelo cardeal D. Henrique (1566), então arcebispo de Lisboa⁶. A segunda filha, herdeira da irmã, D. Helena de Noronha, senhora de Pancas, tomou posse da propriedade em 1575⁷, junto com seu primeiro marido D. Manuel da Cunha, morgado da Tábua. D. Helena casou em terceiras núpcias com Manuel de Vasconcelos, regedor das Justiças e presidente da Câmara, morgado do Esporão, figura de relevo no período filipino, de quem não teve geração. Sem herdeiros obrigatórios instituiu por testamento (1602), aberto em Marvila (1619), morgado de todos os seus bens livres, incluindo esta quinta.



Mapa dos Foros de Marvila (1752). Ao centro, sob a denominação de Quinta Grande, está representado o perímetro original da Quinta de Marvila, dos conde de Vila Nova, depois marqueses de Abrantes.

Para primeiro administrador do vínculo, que anexou ao do Esporão, chamou o enteado, Francisco de Vasconcelos, depois 1.º conde de Figueiró, primogénito do regedor.

Esta senhora empreendeu grandes obras de beneficiação na quinta, constando nos inventários feitos por sua morte as avaliações (...) no estado em que estão abatidas as malfeitorias que se fizeram nos desmanchos das casas para melhoramento da dita propriedade em 14 000 cruzados, em

que entram todas as benfeitorias das vinhas e pomares e tudo o mais que está feito de pedra, cal e madeira, na dita quinta (...)⁸. No testamento declara (...) tenho feito nela muitas benfeitorias e vou fazendo (...)⁹.

Francisco de Vasconcelos, casado com a herdeira da Casa de Figueiró, de cujo senhorio foi 1.º conde, em 1637 entrou na posse da Quinta de Marvila com outras pequenas, e diversos foros que se pagam de várias propriedades junto à dita quinta que tudo é a

ela anexo (...)¹⁰. Sucedeu-lhe o sobrinho, D. Pedro de Lencastre e seu filho, D. José Luís de Lencastre, moradores em Santos, que tiveram grande pleito¹¹ com a condessa viúva de Figueiró, que instituía herdeira a condessa de Castelo Melhor: pois minha sobrinha é parenta mais chegada que tenho da linha dos Vasconcelos e é verdadeira herdeira de minha casa de Figueiró, que a tenho de juro e herdade e fora da Lei Mental, ela entre na 2.ª vida e eu na 1.ª, que tenho alvará de 2 vidas — e no prazo e quinta de Marvila, onde vivia, com todas suas pertenças — com todos seus foros, jardins, quintas e cercas e pomares e tudo o que pertença a este prazo — da qual tomou posse, e onde viveu, cobrando os foros de 1644-47 e 1654-1660, cobrados nos restantes anos pela Represália.

D. Pedro de Lencastre, comendador-mor de Avis, herdara de seu tio o título de conde e o morgado do Esporão, no qual a quinta fora integrada. O sucessor, D. José, que trocou o título de conde de Figueiró pelo de Vila Nova de Portimão, herdado de sua avó materna — engrossando em rendas a sua grande Casa por recaírem nela duas tão ilustres, veio a ser uma das mais ricas do Reino¹² — não deixou descendência, pelo que se lhe seguiu na titularidade seu irmão, D. Luís, que em 1688 tomou posse (...) da quinta de Marvila e suas anexas, como também

*das benfeitorias que na dita quinta estão feitas (...) tomou posse de tudo aquilo em que a senhora condessa tinha retenção, assim em louça como em tudo (...)*¹³, bem como da propriedade sita em Xabregas chamada o *Jardim*, então nas mãos da condessa de Castelo Melhor, já falecida.

Por esta altura ter-se-á sugerido a Quinta de Marvila como uma das hipóteses para instalação da rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, regressada a Lisboa em 1693. O arquitecto Francisco Tinoco da Silva — padre Tinoco —, (...) *quando veio a senhora rainha de Grã-Bretanha, fizera por ordem de Vossa Majestade as plantas dos Paços de Alcântara, da*

*quinta do marquês de Marialva e a da do conde de Vila Nova em Marvila*¹⁴. Tal não veio a suceder escolhendo a rainha o sítio da Bemposta.

No ano de 1704, D. Pedro de Lencastre, 5.º conde de Vila Nova, sucedeu na casa, cuja opulência se viu sobremaneira acrescida pela fusão mais tardia com a Casa de Abrantes, originada pelo seu casamento com D. Maria Sofia de Lencastre. Detentor do senhorio de inúmeras vilas, morgados, padroados e alcadarias-mores (...) *a Providência divina, que o fez Senhor de uma tão grande Casa, deixou que a natureza pródiga lhe desse uma gentil e agradável presença, de corpo agigantado, mas com proporção tão harmo-*

*niosa que o fez bizarro (...)*¹⁵. Este fidalgo fez grandes obras em Marvila. No ano de 1745 obrigou-se na quantia de 11 698\$631 para pagamento de várias dívidas¹⁶, hipotecando a (...) *importância das benfeitorias que tem feito na sua quinta de Marvila (...) cujo dinheiro que toma a juro é pertencente ao morgado que instituiu (...) D. Helena de Noronha vindo ao morgado do Esporão a que eram anexos os ditos juros, cujas benfeitorias, que na dita quinta se haviam feito no tempo da sua menoridade, pretendia justificar (...)*, ao que foi satisfeito procedendo-se à sua avaliação, comprovando-se que se tinham feito (...) *muitas e várias benfeitorias e acres-*



Vista de conjunto da Quinta dos Marquês de Abrantes. O grande portal central de acesso ao pátio é o elemento central enobecedor do conjunto, sendo as duas janelas que o acompanham possivelmente mais tardias.



centamentos nas casas e palácio de Marvila junto e contíguo à sua quinta que tem naquele sítio (...). Da vistoria feita no palácio e suas pertenças apurou-se que (...) constavam de dois quartos nobres, um apartado da estrada, outro do jardim, com seu quarto alto, outro baixo em forma de galeria, que se comunicam com quartos velhos e todos fazem galeria em roda, e os ditos quartos novos com bastantes câmaras, antecâmaras e seus gabinetes, mais três quartos novos e altos, todas as janelas de galeria e também os quartos baixos com suas escadas de pedraria e azulejadas, e na entrada do pátio, na loja do recebimento, dois arcos de pedraria, várias janelas de pedraria, grades de ferro e todas as mais casas da dita quinta, assim quartos baixos, como altos; e junto aí em outro sítio, um picadeiro, e a um lado deste um grande pátio tudo murado pela parte da rua, e os três lados revestidos de várias acomodações e em um deles uma cocheira com três portas e sua cavalaria e almácega de água, tudo feito a fundamentis, cujas benfeitorias todas foram avaliadas (...) em a quantia de 12 contos de réis atendendo ao sítio em que se achavam e serem todas de utilidade, e com elas tem a dita quinta e palácio dela maior aumento (...).

Em 1752, pelo pai, seu administrador, Manuel Rafael de Távora, o conde de

Arcaria do vestibulo-alpendre de entrada na casa nobre da quinta, hoje em parte entaipado.

Vila Nova D. José Maria de Lencastre, então com 10 anos, neto de D. Pedro, *tomou posse do seu palácio e quinta de Marvila e de todos os mais bens quintas e terras e foros pertencentes ao dito morgado (...) com seu jardim, pátio e picadeiro e adega (...)*¹⁷. A partir de meados do século XVIII, a quinta e palácio, passaram a estar geralmente arrendados, degradando-se progressivamente o seu estado de conservação. Na década de sessenta, com um dos quartos térreos arrendado a João Lourenço Veloso (1762-69), irmão de Vasco Lourenço Veloso — de Santa Apolónia —, as alusões à decadência das casas nobres são frequentes¹⁸: *casas principais devolutas; tudo com alguma ruína; ou andar de cima devoluto e arruinado*. Manteve-se a situação ao longo do século XIX, embora houvesse o cuidado por parte dos marqueses de salvaguardarem nos arrendamentos a preservação da quinta — do bom amanho das vinhas, árvores e todas as terras cultiváveis, comprometendo-se os rendeiros, uma vez findos os arrendamentos, a deixar a quinta povoada e cheia de baceiros e cepas — casos de António Joaquim dos Reis, mercador de lã e seda, pela renda anual de 400 000 réis e 1 pipa de vinho (1819-27)¹⁹, em cuja renda eram abonados 60 000 réis para as *obras reais indispensáveis da conservação do referido palácio (...) feitas com aprovação do marquês; e dos*

negociantes Manuel Tomé e C.^a, por 450 000 réis (1829-32), para estebelecimento de uma fábrica de tecidos de algodão e estampania, obrigando-se a *não fazer alteração alguma nas paredes*²⁰.

Em 1854, pela expropriação feita em parte do domínio útil do prazo da Quinta de Marvila pelos caminhos-de-ferro, o morgado do Esporão foi compensado pela sub-rogação de 37 700 réis, e em parte do domínio directo, pela quantia de 92 320 réis²¹. Em meados do século XIX ali foi instalada uma instituição escolar. Em 1869, depois do Governo manifestar interesse em arrendar à Casa de Abrantes a Quinta de Marvila²², era anunciada a sublocação do terreno anexo à Escola Normal de Marvila²³, constando então a quinta, arrendada em hasta pública, de *12 hectares de terra lavradia e dez oficinas rústicas não incluídas nos logradouros reservados ao edifício da referida escola (...)*²⁴. Depois de desactivada a escola, o edifício foi sendo ocupado por várias famílias, e no pátio instalou-se uma associação desportiva, enquanto o extenso terreno da quinta se transformava em ilha habitacional — o Bairro Chinês. O antigo palácio, interiormente degradado e descaracterizado, mantém a sua traça exterior, acrescentada em um piso. (JFP)

II — COMENTÁRIO

A antiguidade desta propriedade e o relevo histórico dos seus proprietários bem como a qualidade arquitectónica das construções ainda subsistentes, fazem dela uma das mais importantes quintas arrabaldinas de Lisboa. Da sua história, que se confunde com a do sítio de Marvila, de que constitui o verdadeiro centro, já se falou acima e no texto genérico sobre Marvila, cabendo aqui tentar sobretudo uma análise estilística mais pormenorizada do conjunto palaciano, inserindo-o no panorama lisboeta. É claro que, como acontece com a generalidade destas quintas, o edifício actual resulta de várias campanhas de obras, devendo ainda ter-se em conta que a antiguidade quase imemorial da quinta impôs por certo o aproveitamento de construções preexistentes, condicionantes sempre a ter em conta na leitura de qualquer destes conjuntos.

O edifício principal abre sobre o lado sul de um pátio quadrangular, com portão de acesso para a Rua Direita de Marvila, a velha via estruturante de toda a zona. O projecto inicial desenhava um edifício quadrado de dois pisos, um térreo e outro nobre, com torreões aos cantos — hoje prejudicados na sua leitura pelo acrescento de mais um andar — no respeito por um formulário muito em voga desde a segunda metade do século XVI, continuado ao longo do século XVII, com manifesta influência erudita



Casa da Quinta dos Marquês de Abrantes: fachada sobre a rua. O acréscimo de mais um piso, possivelmente já no século XIX, prejudicou a harmonia dos três corpos separados por pilastras, formando dois torreões ladeando um corpo central de três aberturas, tal como ainda se pode ver na fachada sobre o pátio. O jogo dos telhados autónomos desses corpos constituía um dos dados mais característicos deste tipo de arquitectura, introduzindo uma dinâmica volumétrica hoje naturalmente desaparecida.

dos tratados de arquitectura de matriz renascentista. No piso térreo, sobre o pátio, abrem-se três arcos sobre uma ampla galeria de entrada, de onde nasce a escadaria para o piso nobre, bastante sóbria no lançamento dos seus dois lanços. A peça mais interessante deste conjunto, a sua verdadeira fachada, é o grande portão de entrada do pátio, em cantaria rusticada, cujo desenho original deverá ter sido recomposto quando das grandes obras levadas a cabo no início do século XVIII, de quando por certo deverão datar as janelas que abrem do referido pátio para a via pública.

Temos informação de duas principais campanhas de obras realizadas nesta quinta. A primeira, levada a cabo na época de D. Helena de Noronha, na transição do século XVI para o seguinte, de certo com a influência de seu terceiro marido, Manuel de Vasconcelos, morgado do Esporão e regedor das Justiças, figura de grande relevo político e social nesse período. Estamos em crer — por mera intuição decorrente do gosto sóbrio expresso e o evidente carácter de pavilhão quadrangular, de dimensões mais de recreio que propriamente palacianas — que é da responsabilidade deste casal a estrutura base do edifício existente, bem como o portal original do pátio, aliás cópia de modelos então vulgares nos tratados de arquitectura. A segunda campanha, posterior a 1705, iniciativa do 5.º conde de Vila Nova de

Portimão, limitou-se a alargar as dependências iniciais de um pavilhão de recreio, demasiado apertadas para as novas exigências da vida de corte, e, sobretudo, renovou o muro de entrada no pátio, através da abertura de duas janelas sobre a estrada com acentuados frontões triangulares, e procedeu à transformação do portão existente, conformando-o necessariamente ao novo arranjo do muro, introduzindo-lhe uma dinâmica formal barroca, originariamente ausente no desenho de recorte mais clássico. Apesar de a leitura deste conjunto ser naturalmente falível, julga-se indispensável inseri-la numa visão de conjunto que nos permita começar a definir os modelos palacianos cortesãos — quer sejam urbanos, quer de recreio — cuja lenta aclimação entre nós se inicia sobretudo no último quartel do século XVI. A Zona Oriental de Lisboa guarda, assim, alguns dos primeiros exemplares, todos de nítido sabor erudito,



Coroamento do janelão gradeado do pátio, datável possivelmente de finais do século XVII.

como será o caso deste de Marvila, ou a casa de Manuel Quaresma, a Santa Apolónia, ou, sobretudo, o Paço de Xabregas, iniciativa um pouco anterior do próprio rei. Além de ganhar neste período um novo eixo viário principal, com a consolidação definitiva da via ribeirinha, o nosso *Caminho do Oriente*, também se

adorna com um novo visual, imposto pelas novas construções, fossem religiosas ou civis. A Zona Oriental torna-se, assim, território privilegiado para a explanação de um gosto novo, professado pela gente de corte que, a pouco e pouco, ganha características de verdadeira aristocracia. (JSM)

¹ Cunha, D. Rodrigo da, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642, pp. 69 e segs.

² IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 188, doc. 3841.

³ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 190, doc. 3904.

⁴ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 191, doc. 3927.

⁵ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 188, doc. 3840.

⁶ Delgado, Ralph, "O Lugar de Marvila e a Quinta da Mitra", in *Olisipo*, Lisboa, 1963, n.º 103, pp. 136.

⁷ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 190, doc. 3903.

⁸ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 188, doc. 3843.

⁹ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 194, doc. 4037.

¹⁰ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 191, doc. 3930.

¹¹ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 192, doc. 3935.

¹² Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, L.º X, Cap. XXI, p. 191.

¹³ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 191, doc. 3928, 3929 e 3931.

¹⁴ IAN/TT, Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, ms. 12, fls. 2; Doc. publicado por Coelho, Teresa de Campos, «Um concurso para o provimento do lugar de Arquitecto das Ordens Militares», in *Monumentos*, n.º 7, Nov., 1997.

¹⁵ Sousa, António Caetano de, *ob. cit.*, L.º X, Cap. XXI, p. 197.

¹⁶ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 194, doc. 4012.

¹⁷ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 192, doc. 3933.

¹⁸ AHTC, DC, Olivais, Livros de Arruamentos, Mçs. 852 a 856.

¹⁹ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 192, doc. 3942.

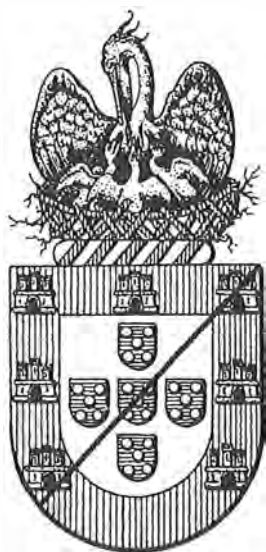
²⁰ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 192, doc. 3943.

²¹ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 194, doc. 4037, fl. 4.

²² IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 194, doc. 4030.

²³ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 194, doc. 4046.

²⁴ IAN/TT, ACA — Morgado do Esporão, Mç. 194, doc. 4031.



A CASA DE VILA NOVA DE PORTIMÃO/ABRANTES

Uma sucessão complexa de heranças transformou a Casa dos Condes de Vila Nova de Portimão, depois também herdeiros dos marquesado de Abrantes e Fontes, numa das maiores proprietárias da zona envolvente de Lisboa. Esse património imenso era composto de uma série de antigos morgadios de vária proveniência familiar, contando-se entre eles alguns dos mais antigos de Lisboa. É o caso desta Quinta de Marvila, integrada como vimos no século XVII no morgado do Esporão — célebre pela sua bela capela tumular na Sé de Évora —, como é o caso também do morgado da Póvoa, da família lisboeta medieval dos Valente, com jazigo na capela-mor de São Martinho de Lisboa

e palácio anexo, cujo nome provinha das grandes propriedades ribeirinhas na Póvoa de Santa Iria e Póvoa de D. Martinho. Ainda hoje a bela Quinta da Piedade, com interessantes reminiscências quinhentistas e profundamente renovada no século XVIII, agora propriedade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e em vias de restauro, testemunha o alto estatuto social e financeiro destes senhores. Se a estas juntarmos o enorme Palácio de Santos-o-Velho, hoje embaixada de França, antigo paço régio adquirido pela família no período filipino, residência principal na cidade, e a quinta junto ao Convento de São Domingos de Benfica (hoje parte dos Pupilos do Exército), adquirida a Gerard de Visme já em finais do século XVIII, podemos constatar que os marqueses de Abrantes dispunham na zona de Lisboa de quatro enormes residências palacianas, além das casas nobres a São Martinho, estas desaparecidas com o terramoto. Exceptuando a Quinta de Benfica, todas as outras se dispunham ao longo do rio, qualquer delas com cais de acesso ao mesmo. Note-se que em Marvila se manteve sempre sob domínio do senhorio uma estreita faixa fronteira ao palácio, paralela à quinta depois da Mitra, permitindo a ligação directa entre o palácio e o Tejo. Olhando agora para a disposição geográfica destas

propriedades, alongadas de oriente para ocidente à beira-rio, entre a Póvoa e Santos, podemos talvez conjecturar que a vida destes senhores se passava numa sucessão de passeios pelo Tejo, pousando em cada um dos seus palácios consoante as necessidades ou a época do ano. Esta excepcional disponibilidade de residências, justifica também a frequência com que algumas delas eram alugadas, quer simplesmente a sua parte rural, quer mesmo as próprias casas, no todo ou em parte. Prática esta sobretudo sensível a partir de meados do século XVIII, quando as grandes casas aristocráticas, presas a rendas fixas, começam a denotar crescentes embaraços financeiros. Não parece assim de estranhar que no século XVIII resida no andar térreo de Marvila o irmão de Vasco Lourenço Veloso, um dos grandes magnatas desse período na praça comercial de Lisboa. Com a implantação do regime liberal, mantendo-se a Casa de Abrantes fiel a D. Miguel, começa um acentuado declínio, naturalmente agravado pela extinção dos morgadios. Com efeito, já nada deste imenso património chegou à posse de D. Luís de Lancastre e Távora, 7.º marquês de Abrantes, cuja memória se guarda não pelos palácios que nunca herdou, mas pelos interessantes estudos históricos que nos deixou, fruto de um trabalho individual teimoso e apaixonado. (J.S.M.)





Peço com azulejos no jardim da Quinta das Pintoras.

S I G L A S

ACA — Arquivo da Casa de Abrantes
ACML-AC — Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa - Arco do Cego
ACML-AE — Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa - Alto da Eira
AHCML — Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa
AHMF — Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
AHTC — Arquivo Histórico do Tribunal de Contas
AHU — Arquivo Histórico Ultramarino

AMO — Arquivo do Marquês de Olhão
BNL — Biblioteca Nacional de Lisboa
BPMP — Biblioteca Pública Municipal do Porto
CMD — Convento da Madre de Deus
CML — Câmara Municipal de Lisboa
CN — Cartórios Notariais
CSBX — Convento de São Bento de Xabregas
CSFX — Convento de São Francisco de Xabregas
CSN — Convento de Santos-o-Novo
CRSSLVT — Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

DC — Décima da Cidade
DP — Desembargo do Paço
HSO — Habilitações do Santo Ofício
IAN/TT — Instituto de Arquivos Nacionais / Torre do Tombo
INCM — Imprensa Nacional-Casa da Moeda
MNAA — Museu Nacional de Arte Antiga
RGT — Registo Geral de Testamentos
RP — Registos Paroquiais

B I B L I O G R A F I A

Affonso, Domingos de Araújo e Valdez, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da «Pax», 1932-34.
Almeida, Fernando de, *Lisboa Romana e Visigótica*, In *Olisipo*, n.º 137-138, Lisboa, 1974-75.
Almeida, Francisco José de, *Apontamentos da vida d' um homem obscuro*, Lisboa, Typ. de João Carlos d' Ascensão Almeida, 1880.
Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967-1971, 4 vols.
Andrada, Francisco de, *Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de Portugal Dom João o III deste nome*, Coimbra, Real Of. da Universidade, 1795.
Andrade, Manuel Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, Editorial Império, 1949.
Andrade, Maria Filomena, *O Mosteiro de Chelas*, Cascais, 1996.
Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Lisboa, CML, 1944.
Araújo, Norberto de, *Legendas de Lisboa*, Lisboa, Secret. da Propaganda Nacional, 1943.
Araújo, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1938.
Archivo Pittoresco, Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1857-68.
Arruda, Luísa, *O Palácio de Xabregas*, In *Claro.Escuro*, n.ºs 6 e 7, Maio-Novembro, 1991.
Azevedo, Luiz Marinho de, *Fundação, Antiguidades, e Grandezas da Muy Insigne cidade de Lisboa*, Lisboa, 1753.
Baena, Visconde de Sanches de, *Archivo Heraldico-Genealogico*, Lisboa, Typ. Universal, 1872.
Banha de Andrade, António, *História de um Fidalgo Quinhentista Português - Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1974.
Barbosa, Fernando António da Costa de, *Elogio Historico de D. Thomás de Almeida*, Lisboa, Off. de Miguel Rodrigues, 1754.

Barbosa, Vilhena, *Fragmentos de um Roteiro de Lisboa*, In *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Editores, Castro Irmão e C.a., 1864, Vol. VII.
Barbuda, Claudio Lagrange Monteiro de, *Memoria Historico-Descriptiva das linhas que cubriram Lisboa em 1833*, Lisboa, Typ. Nacional, 1840.
Barreto, D. José Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna* (1802-1824), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-32, 3 vols.
Barreto, J. A. da Graça (divulgado por), *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, Lisboa, Typ. da viuva Sousa Neves, 1888.
Beckford, William, *A Côte da rainha D. Maria I*, Lisboa, Tavares Cardoso e Irmão, 1901.
Beckford, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, BNL, 1988.
Belem, Fr. Jeronymo de, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves* (...), Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1755.
Berger, Francisco José Gentil, *Lisboa e os Arquitectos de D. João V*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
Branco, Manuel Bernardes, *História das Ordens Monásticas em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão, 1888, 3 vols.
Brandão, Fr. António, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, INCM, 1973, 3.ª parte, L.º X.
Brandão, João (de Buarcos), *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, na 2.ª metade do século XVI (Estatística de Lisboa de 1552), Freire, Anselmo Bramcamp (Dir.), e Gomes de Brito, J. J., (coment. e not.), Lisboa, 1923.
Breyner, Thomaz de Mello, *Memórias*, Lisboa, Livraria Editora, 1930.
Brito, J. J. Gomes de, *Ruas de Lisboa* - revista por António Baião, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1935.
Busto de Prata de Sancta Engracia — Documentos com que a Junta da Parochia da freguesia de Sancta Engracia prova, que a propriedade ou guarda do referido busto lhe pertence, e não à Irmandade do S. S. Sacramento da mesma freguesia. Lisboa, Imprensa Minerva, 1898.

Cabral, António, *Cinzas do Passado*, Francisco Ventura, Lisboa, 1929.
Canedo, Fernando de Castro de, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, Lisboa, Edições Gama, 1993.
Cardoso, Jorge, *Agiologio Lusitano*, Lisboa, Off. Craesbeckiana, 1652.
Carvalho, Aires de, *D. João Ve a Arte no seu tempo*, s.l., A. de Carvalho, cop. 1962.
Carvalho, Maria Amália Vaz de, *Scenas do século XVIII em Portugal*, Lisboa, Imp. Portugal-Brasil, s.d.
Castilho, António F. de, *Casos do meu tempo*, Lisboa, Emp. da História de Portugal, 1907.
Castilho, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, CML, 1940-44, 5 vols.
Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga - O Bairro Alto*, Lisboa, Antiga casa Bertrand, 1902-4.
Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, Lisboa, CML, 1934-38, 12 vols.
Castro, João Bautista de, *Mappa de Portugal, Antigo e Moderno*, Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-63.
Chianca, João I. C., *Manual Descritivo de Lisboa e Porto*, Lisboa, Tip. da viúva Coelho, 1845.
Coelho, António Vasconcelos Pinto, *A Capela de N. Sra. da Assunção e Santo António do Vale*, In *Olisipo*, n.º 141, Lisboa, pp. 34-41.
Coelho, Teresa de Campos, *Um concurso para o provimento do lugar de Architecto das Ordens Militares*, In *Monumentos*, n.º 7, Novembro, 1997.
Conceição, Fr. Claudio da, *Gabinete Historico*, Lisboa, Impressão Regia, 1818-31.
Conceição, Fr. Manoel da, *Vltimas Acçoes da Serenissima Rainha D. Luíza Francisca de Gusmam*, Lisboa, Of. de Diogo Soares de Bulhoens, 1666.
Conceição, Fr. Apollinario da, *Claustro Franciscano*, Lisboa, Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.
Conceição, Fr. Apollinario da, *Demonstraçam Historica da primeira e real parochia de Lisboa* (...), Lisboa, Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.

Costa, Américo, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Lisboa, Livraria Civilização, 1930-49, 12 vols.

Costa, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Braga, Typ. de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868-69.

Couto, Monsenhor Gustavo do, *História da igreja de Santo Estêvão de Lisboa*, Lisboa, Tip. do Comércio, 1927.

Cristino, Ribeiro, *Estética Cidadina*, Lisboa, Livraria Portugália 1923.

Cruz, Fr. Bernardo da, *Crónica de El-Rei D. Sebastião*, Lisboa, Escriptorio, 1903.

Cunha, D. Rodrigo da, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642.

Daun, José S. de Saldanha e Oliveira, *Memória histórica sobre a origem, progresso e consequências da famosa cauza de denuncia da coutada e morgado de Pancas (...)*, Londres, H. Bryer, 1811.

Delgado, Ralph, *A Antiga Freguesia dos Olivais*, CML, Lisboa, 1969.

Delgado, Ralph, *O Lugar de Marvila e a Quinta da Mitra*, In *Olisipo*, Lisboa, 1963, n.º 103.

Delgado, Ralph, *O Mosteiro de Marvila*, In *Olisipo*, Lisboa, 1965, n.º 110.

Dionísio, Sant'Anna (apresent. e not.) *Guia de Portugal - Lisboa e Arredores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1911, Vol. I.

Documentos do Arquivo Histórico da CML, Lisboa, CML, 1964.

Dornellas, Affonso de, *D. Antonio Caetano de Sousa*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1918.

Esteves, Manuel dos Santos, *O Túmulo da rainha D. Mariana Vitória em S. Francisco de Paula e algumas outras obras de Machado de Castro, em Lisboa e seu termo*. Estudos e documentos, Lisboa, 1948.

Faria, Francisco Leite de, *Alvorogo na Lisboa setecentista à volta do Barbadinho Frei André de Búrgio*, Lisboa, 1958.

Faria, Francisco Leite de, *Barbadinhos Italianos (Convento dos)*, in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, pp. 143-144.

Faria, Francisco Leite de, *Os Capuchinhos em Portugal*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1990.

Faria, Francisco Leite de, *Capuchinhos italianos em Lisboa*, In *Paz e Alegria*, n.º 60, Lisboa, 1986.

Faria, Francisco Leite de, *Os Capuchinhos em Portugal e no Ultramar português*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982.

Faria, Francisco Leite de, *S. Lourenço de Brindes*, Lisboa, 1956.

Faria, Francisco Leite de, *Tentativas frustradas para uma casa de Capuchinhos Italianos em Portugal*, Sep. de *Miscellanea Melchor de Pobladora*, Roma, 1964, Vol. II.

Ferrão, Leonor, *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Quetzal Editores, Lisboa, 1994.

Figueiredo, José Barbosa Canaes de, *Costados das Famílias Ilustres de Portugal...*, Lisboa, Imp. Regia, 1829-31.

Firmo, Joaquim F. dos Sanctos, *Noticia sobre a fundação do mosteiro e igreja da Madre-de-Deos*, Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1867.

França, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Livros Horizonte, 1966.

França, José-Augusto, *Museu Militar - Pintura e Escultura*, Lisboa, CNCDP, 1996.

Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1921-30.

Gayo, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, ed. de Carvalhos de Basto, 1992, 12 vols.

Gasco, António Coelho, *Primeira Parte das Antiguidades da Mui Nobre Cidade de Lisboa*, Coimbra, Sep. do Arq. Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1924.

Gazeta de Lisboa, Lisboa, 1715-1823.

Graça, Manuel Coelho da, *Laconica e funebre noticia das exequias que os religiosos de S. Francisco de xabregas fizeram a seu irmão... D. Fr. Jozé de Santa Maria de Jesus*, Lisboa, Off. de Pedro Ferreira, 1736.

Guimarães, J. Ribeiro, *Summario de Varia Historia*, Lisboa, Rolland & Seuiond, 1875.

Henriques, Francisco da Fonseca, *Aquilegio Medicinal*, Lisboa, 1725.

História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, Lisboa, Imprensa Municipal de Lisboa, 1972, 2 tomos.

Hollanda, Francisco de, *Da Fabrica que fallece à Cidade de Lisboa*, Porto, Imp. Portuguesa, 1879.

Index das Notas de varios Tabelliães de Lisboa, Lisboa, BNL, 1931-1949, 4 Tomos.

João Antunes - Arquitecto - 1643-1712 (Catálogo), Instituto Português do Património Cultural, 1988.

Júnior, Henrique Marques, *O Museu Militar*, in *Olisipo*, Lisboa, 1953, n.º 61, pp. 17-27.

Keil, Luis, *As obras da sacristia do convento da madre de Deus em 1746*, in *Boletim de Arte e Arqueologia*, Lisboa, 2.3.1923, n.º 2.

Lamas, Artur, *A Casa Nobre de Lázaro Leitão*, Lisboa, Imp. Lucas e Comp., 1925.

Lavrado, Conde de, *Apontamentos para o elogio historico de Francisco Manoel Trigoso D'Aragão Morato*, Lisboa, Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840.

Leal, Augusto Soares Pinho, *Portugal Antigo e Moderno - Dicionário*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Comp., 1873-90, 12 vols.

Leal, José da Silva Mendes, *Elogio histórico do sócio efectivo da Academia Real das Ciências e seu primeiro presidente, D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões*, Lisboa, 1859.

Lisboa, Amador Patricio de, *Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto, que padecio a Corte de Lisboa no anno de 1755*, Lisboa, 1758.

Lopes, Fernão, *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono rei destes regnos*, Porto, Livraria Civilização, 1966.

Lopes, Filipe Mário (coord.), *Palácio Pancas Palha*, Lisboa, CML, 1998.

Macedo, J. M., *Associação Protectora da Primeira Infância*, in *Occidente*, Lisboa, 1905, Vol. XVIII.

Macedo, Luís Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés*, Lisboa, CML, 1981, 5 vols.

Machado, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, Coimbra, Atlântida Editora, 1965-67.

Machado, Diogo Barbosa, *Memórias para a história de Portugal que compreendem o governo de El-rei D. Sebastião*, Lisboa, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1736-51.

Machado, Cirilo Volkmar, *Colecção de Memórias*, Lisboa, Imp. de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.

Madahil, António da Rocha, *A Crónica inédita da Congregação dos Agostinhos Descalços*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938.

Maia, Carlos Roma Machado de Faria, *Memórias da Vila Roma*, Lisboa, Of. Fernandes, 1940.

Magalotti, conde Lorenzo, *Viagem de Cosme de Médicis a Lisboa, em 1669*, in *Revista Municipal*, Lisboa, CML, 1942.

Mata, Joel S. Ferreira, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago* [texto policop.], Porto, 1991.

Matos, José Sarmento de, *Lisboa, Um Passeio a Oriente*, Lisboa, Parque EXPO'98 SA e Metropolitano de Lisboa, 1994.

Matos, José Sarmento de, *Palácio do Grilo*, In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

Meco, José, *O Palácio da Mitra em Lisboa e os seus azulejos*, in *Revista Municipal*, Lisboa, CML, 1985, n.ºs 12-14.

Mendonça, Joachim Joseph Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos*, Lisboa, Off. de Antonio Vicente da Silva, 1758.

Meneses, Luis de, Conde de Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, off. de Antonio Pedrozo Galrau, 1698.

Morais, Christovão Alão de, *Pedatura Lusitana*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1942-48, 6 tomos.

Morato, Francisco M. Trigoso de Aragão, *Memórias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

Neves, Eduardo A. da Silva, *O convento dos Barbadinhos Italianos*, Lisboa, 1952, sep. de *Olisipo*, Ano XV, n.º 57.

Neves, José Acúrsio das, *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal*, Lisboa, Imp. Regia, 1827.

Nogueira, José Maria António, *Esparsos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

Noronha, Eduardo de, *O Ultimo Marquez de Niza*, Porto, Magalhães & Moniz - Editores, 1909.

Oliveira, Cristóvão Rodrigues de, *Sumário*, Lisboa, Casa do Livro, 1939.

Oliveira, Eduardo Freire de, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, Lisboa, Typ. Universal, 1882-1911, 17 vols.

Oliveira, Fr. Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Vega, 1992.

Palha, F., *Breve notícia acerca das ossadas e corpos dissecados ultimamente descobertos na ermida de S. Pedro de Alcântara a Santa Apolónia*, Lisboa, 1871.

Pereira, Esteves e Guilherme Rodrigues, *Portugal - Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, Lisboa, João Romano Torres e C.a - Editores, 1904-1915, 7 vols.

Pereira, José Fernandes, *A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa*, Lisboa, Quimera, 1991.

Pereira, Luís Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, BNL, 1927.

Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1928-1937.

Pimentel, Alberto, *A Extremadura Portuguesa, in Portugal Pittoresco e Illustrado*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1908.

Pinto, Albano da Silveira *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2 tomos, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883, 1890.

Portugal, Fernando e Alfredo de Matos, *Lisboa em 1758 - Memórias Paroquiais*, Lisboa, Coimbra Editora, 1974.

Portugal, D. Francisco de Almeida, Conde de Lavradio, *Memórias*, Coimbra, 1932-38.

Portugal, M. A. F. (coord.), *Almanak Estatístico de Lisboa*, Lisboa, Typ. do Grátis, 1843 e 1848.

Portoghesi, Paolo, *Roma Barroca*, Carlo Bestetti - Edizione d'Arte - Roma, 1966.

Proença, Raul (dir.), *Guia de Portugal*, Lisboa, BNL, 1924, 1 vol.

Quieto, Pier Paolo, *D. João V de Portugal*, Lisboa-Mafra, ELO, 1990.

Raposo, Hipólito, *D. Luísa de Gusmão, Duquesa e Rainha, 1613-1666*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947.

Relaçam em que se trata, e faz uma breue descripção dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa e seus arrabaldes, Ed. fac-similada, Lisboa, CML, 1970.

Resende, Garcia de, *Crónica de D. João II*, Lisboa, INCM, 1973.

Ribeiro, Mário de Sampayo, *Do Mosteiro da Madre de Deus, em Xabregas, e de sua excelsa fundadora*, Lisboa, 1942.

Roma Lusitana, *Lisbona romana - Guida*, Argos Edizione, 1990.

S. Pedro, Madre Soror Maria Magdalena de, *Noticias fielmente relatadas dos custosos meys por onde veyo a este reino de Portugal a religião Brigítana*, Lisboa, Off. de Miguel Manescal da Costa, 1745.

Sá, Manuel José da Costa e, *Elogio histórico de Sebastião Francisco de Mendo Trigo*so Homem de Magalhães, in *História e Memória da Academia*, Lisboa, 1825.

Sabugosa, Conde de, *Donas de tempos idos*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1912.

Sabugosa, Conde de, *Gente d'Algo*, Lisboa, Ferreira, 1915.

Sabugosa, Conde de, *A Rainha D. Leonor*, Lisboa, Portugalia, 1921.

Sacramento, Fr. António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*, Lisboa, of. do Tombo histórico, 1929.

Sande, Padre Duarte de, *Lisboa em 1584*, in *Archivo Pittoresco*, vol. VI.

Santa Maria, Fr. Agostinho de, *História Tripartida*, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1724.

Santa Maria, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, Lisboa, Off. Antonio Pedrozo Galram, 1707-1723.

Santa Maria, Fr. Francisco de, *Ceo Aberto na Terra*, Lisboa, Off. de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, 2 vols.

Santa Maria, Fr. Nicolao de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, Off. de Ioam da Costa, 1668, 2 vols.

Santana, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*, Lisboa, CML, 1976, 2 vols.

Santana, Francisco, *Lisboa na 2.ª metade do séc. XVIII - Plantas e descrições das suas freguesias*, Lisboa, CML, s.d.

Santo Thomas, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, Lisboa, INCM, 1974, 2 Tomos.

Santos, Fr. Manoel dos, *Historia Sebastica*, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1735.

Santos, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 3 vols.

São Diogo, Fr. Pedro de, *Horto Serafico... em que se trata da origem, fundação e progressos do reformadissimo mosteiro de Santa Apollonia*, Lisboa, Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, 1757.

Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto*, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1916.

Sequeira, Gustavo de Matos, *A Ermida da Boa Nova*, in *Olisipo*, Lisboa, 1950, n.º 52, pp. 147-149.

Sequeira, Gustavo de Matos, e Macedo, Luís Pastor de, *A Nossa Lisboa*, Lisboa, Portugalíia Editora.

Serrão, Vitor, *Documentos dos protocolos notariaes de Lisboa (...)*, in *Boletim Cultural*, n.º 90, 2 tomos.

Silva, A. Vieira da, *Os Fortes de Santa Apolónia e da Cruz da Pedra*, in *Dispersos*, Lisboa, CML, 1968, Vol. I, pp. 157-170.

Silva, A. Vieira da, *As Freguesias de Lisboa*, Lisboa, CML, 1943.

Silva, A. Vieira da, *Os Limites de Lisboa*, Lisboa, Minerva, 1941.

Silva, A. Vieira da, *Panorama de Lisboa em Azulejos existentes no Museu Nacional de Arte Antiga*, in *Dispersos*, Lisboa, CML, 1985, Vol. II, pp. 243, 265.

Silva, A. Vieira da, *O Termo de Lisboa*, in *Dispersos*, Lisboa, CML, 1954, Vol. I, pp. 33-103.

Silva, Inocência Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, 1858-1958.

Soledade, Fr. Fernando da, *Historia Serafica Chronologica de S. Francisco da Provincia de Portugal*, Lisboa, Off. de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1705-1721, 3 vols.

Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-55.

Sousa, Francisco Luís Pereira de, *O Terremoto de 1755 em Portugal e um estudo demográfico - Distrito de Lisboa*, Lisboa, Serviços Geológicos, 1928, Vol. III.

Sousa, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1938.

Sousa, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866.

Sousa, J. M. Cordeiro de, *O Panteon dos Condes de Linhares em S. Bento de Xabregas*, in *Colectânea Olisiponense*, Lisboa, CML, 1982, Vol. I, pp. 79-88.

Sousa, José de Campos e, *Breve noticia genealógica da descendência do Barão de S. José de Porto Alegre*, Braga, Pax, 1937.

Souto, Meyrelles do, *O Mosteiro de Marvila*, in *Olisipo*, Lisboa, 1965, n.º III, pp. 167-169.

Telles, Francisco Liberato, *Duas palavras sobre pavimentos*, Lisboa, 1896.

Telles, Francisco Liberato, *Mosteiro e igreja da Madre de Deus*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1899.

Torres, João Carlos Fêo Cardoso, *Memorias Historico-Genealogicas dos Duques Portugueses no seculo XIX*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1883.

Valdez, José J. d'Ascensão, *Monumentos Archeologicos de Chellas*, Lisboa, Typ. Franco-Portuguesa, 1898.

Vasconcelos, Luís Mendes de (diálogos de), *Do Sítio de Lisboa*, Lisboa, off. Luys Estupiñan, 1608.

Velloso d'Andrade, José Sergio, *Memoria sobre Chafarizes, Bicas, Fontes, e Poços Públicos de Lisboa Belem, e muitos logares do Termo*, Lisboa, Imp. Silviana, 1851.

Veloso, Eduardo Queiroz, *Roteiro das ruas de Lisboa e imediações*, Lisboa, Typ. Soc. Typ. Franco Portuguesa, 1864.

Veloso, Queiroz, *D. Sebastião*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

Vilhena, D. Thomaz d'Almeida Manuel de, *Guia Illustrada de Lisboa e suas circumvisinhanças*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Ed., 1891.

Viterbo, Francisco M. de Sousa, *Anotações artisticas e archeologicas*, Lisboa, Typ. do Comercio, 1912.

Viterbo, Francisco M. de Sousa, *A avó materna de Affonso de Albuquerque*, in *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, 1903, Vol. I.

Viterbo, Francisco M. de Sousa, *Diccionario historico documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922.

Zuquete, Afonso M. (comp. e dir.), *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editoria Enciclopédia, 1962.

A G R A D E C I M E N T O S

Os autores agradecem a todos os particulares e instituições, públicas ou privadas, que de forma interessada e solícita contribuíram para a feitura deste trabalho.

Agradecem, particularmente, o apoio dos serviços municipais,
com destaque para o GEO,
e o especial contributo da Sra. Dra. Leonor Calvão Borges.

I VOLUME

DESCOBRIR O ORIENTE	7
UMA VIA À BEIRA-RIO	15
SANTA APOLÓNIA	25
1. ERMIDA DO SENHOR JESUS DA BOA NOVA ...	37
2. CASAS NOBRES DO BANDEIRA	45
3. CASA DE MACHADO DE CASTRO	49
4. CASA DA COVA	53
5. ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E SANTO ANTÓNIO DO VALE	59
6. MOSTEIRO DE SANTA APOLÓNIA	63
7. PALÁCIO QUARESMA - ALVITO	67
8. PALÁCIO DE VASCO LOURENÇO VELOSO	73
9. CONVENTO DOS BARBADINHOS ITALIANOS ..	81
10. QUINTA DOS SENHORES DE PANCAS	91
11. CASAS NOBRES DO «BRAÇO DE PRATA»	103
CRUZ DA PEDRA	109
12. RECOLHIMENTO DE LÁZARO LEITÃO	115
13. CONVENTO DE SANTOS-O-NOVO	123
14. QUINTA DA CRUZ DA PEDRA	133
15. QUINTA DO ROMA	141
UM PASSEIO A CHELAS	149

II VOLUME

XABREGAS	3
16. MOSTEIRO DA MADRE DE DEUS	9
17. PAÇO DE XABREGAS	17
18. CONVENTO DE S. FRANCISCO DE XABREGAS	25
19. PALÁCIO OLHÃO	33
DO GRILO AO BEATO	43
20. QUINTA LEITE DE SOUSA	49
21. PALÁCIO DOS SENHORES DAS ILHAS DESERTAS	55
22. CONVENTO DO GRILO	65
23. CONVENTO DAS GRILAS	73
24. PALÁCIO LAFÕES	77
25. CONVENTO DO BEATO	89
MARVILA	101
26. QUINTA DAS MURTAS	113
27. QUINTA DO MARQUÊS DE MARIALVA	117
28. PALÁCIO DA MITRA	123
29. QUINTA DO BETENCOURT	129
30. CONVENTO DE MARVILA	133
31. QUINTA DO MARQUÊS DE ABRANTES	145

CAMINHO DO ORIENTE

GUIA HISTÓRICO . II

JOSÉ SARMENTO DE MATOS • JORGE FERREIRA PAULO

© DESTA EDIÇÃO

Livros Horizonte, 1999

SELECÇÕES DE COR

Policor

IMPRESSÃO

Printer

ISBN

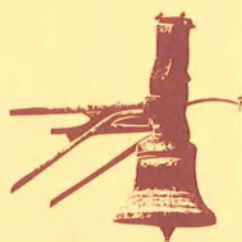
972-24-1058-X

DEPÓSITO LEGAL

131211/99

Março 1999





**CAMINHO
DO ORIENTE**

